

Media & Jornalismo

Imprensa da Universidade de Coimbra | Coimbra University Press

N.º 29. Vol. 16, N.º 2 - 2016

MÉDIA E COLONIALISMO(S)



Media&Jornalismo

revista do centro de investigação media e jornalismo

MÉDIA E COLONIALISMO(S)

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL

TERESA MENDES FLORES / ANA CABRERA

Nº 29, Vol. 16, Nº 2 – 2016

CIMJ Centro de Investigação Media e Jornalismo

MEDIA&JORNALISMO
UMA REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO MEDIA E JORNALISMO

N.º 29, VOL.º 16, N.º 2 – 2016

EDIÇÃO:

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RUA DA ILHA, 1
3000-214 COIMBRA
PORTUGAL

PERIODICIDADE

SEMESTRAL

ISSN

1645-5681

ISSN DIGITAL:

2183-5462

DOI:

[HTTP://DX.DOI.ORG/10.14195/2183-5462_29](http://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_29)

DEPÓSITO LEGAL

186314/02

Nº DE REGISTO ERC

124296

CAPA E PAGINAÇÃO

MICKAEL SILVA

IMPRESSÃO

WWW.ARTIPOL.NET

DIRECÇÃO EDITORIAL

ESTRELA SERRANO
FRANCISCO RUI CÁDIMA
MARISA TORRES DA SILVA

CONSELHO EDITORIAL

ANA CABRERA | CIMJ/FCSH | cabrera.anacabrera@gmail.com
ESTRELA SERRANO | CIMJ | estrela.serrano@sapo.pt
ISABEL FERIN | CIMJ/UC | barone.ferin@gmail.com
JOÃO PISSARRA ESTEVES | FCSH | jj.esteves@fcs.unl.pt.
JOÃO CARLOS CORREIA | LABCOM/UBI | jcorreia@ubi.pt
JORGE PEDRO SOUSA | CIMJ/UFP | jorgepedrosousa@gmail.com
RITA FIGUEIRAS | UCP/CECC/CIMJ | ritafigueiras@fch.lisboa.ucp.pt
ROGÉRIO SANTOS | UCP/CECC/CIMJ | rogerio.santos@netcabo.pt

COMISSÃO DE REDACÇÃO:

ANABELA SOUSA LOPES | ESCS/CIMJ | lopes.anabela@netc.pt
ANA MARGARIDA JORGE - UCP/CIMJ | anajorge@fch.lisboa.ucp.pt
ANTONIO GRANADO | FCSH/CIMJ | agranado@fcs.unl.pt
CARLA MARTINS | ERC/CIMJ | carla.martins@erc.pt
CARLOS CAMPONEZ | UC/CIMJ | carlos.camponez@fl.uc.pt
FERNANDO CORREIA | ULHT/CIMJ | fernando.antonio.correia@gmail.com
HELDER BASTOS | UP/CIMJ | bastos.helder@gmail.com
LÍDIA MARÔPO | IPS/CICS.Nova | lidiamaropo@gmail.com
MARIA JOSE BRITES | ULP/CECS/CIMJ | britesmariajose@gmail.com
TELMO GONÇALVES | ERC/CIMJ | telmo.goncalves@erc.pt

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL:

ALBERTO PENA RODRIGUEZ | Universidade Vigo (Espanha) | alberto@uvigo.es
BARBIE ZELIZER | University of Pennsylvania (EU) | bzeliz@asc.upenn.edu
BENOÎT GRÉVISSE | Université de Louvain-la Neuve (Belgica) | benoit.grevisse@uclouvain.be
DANIEL DAYAN | Centre National de la Recherche Scientifique (França) | daniel.dayan@ehess.fr
DANIEL HALLIN | University of California (EU) | dhallin@ucsd.edu
EDUARDO MEDITSCH | Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil | emedit@uol.com.br
ELIHU KATZ | University of Pennsylvania (EU) | ekatz@asc.upenn.edu
JENNY KITZINGER | Brunel University (R.Unido) | Kitzinger.J@cardiff.ac.uk
MICHAEL SCHUDSON | University of California (EU) | ms3035@columbia.edu
PETER GOLDING | Loughborough University R. Unido) | arts-ccpr@glasgow.ac.uk
SERGE TISSERON | Université de Paris VII (França) | serge.tisseron@gmail.com
TEUN VAN DIJK | University van Amsterdam (Holanda) | vandijk @discourses.org
THOMAS PATTERSON | University of Harvard (EU) | thomas_patterson@Harvard.Edu

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO Teresa Mendes Flores e Ana Cabrera	7
ARTIGOS	
ARTE DA PERFORMANCE E A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA: RELAÇÕES NO TEMPO HISTÓRICO Cláudia Madeira	15
ESTÓRIAS PORTUGAL-ÁFRICA: CONCEPÇÃO DE UM ESPAÇO DIGITAL DE PARTILHA Francisco Soares e Maria Teresa Cruz.....	27
O IMPÉRIO CONTRA-ATACA: A PRODUÇÃO SECRETA DE PROPAGANDA FEITA POR ESTRANGEIROS PARA PROECÇÃO INTERNACIONAL DE “PORTUGAL DO ULTRAMAR” Maria do Carmo Piçarra.....	43
TARZÁN Y EL DR. MOREAU CONTRA LOS SUBHUMANOS Y LOS ZOMBIS VUDÚ: DISCURSOS COLONIALISTA Y ANTICOLONIALISTA EN EL HOLLYWOOD PRE-CODE (1932-1934) Alfonso M. Rodríguez de Austria Giménez de Aragón.....	61
TELEVISÃO E IMPÉRIO: SOBRE A INEXISTÊNCIA DE EMISSÕES DA RTP NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESAS Rui Cádima.....	83
“THE BLACKS OF INDONESIA”: THE ARTICULATION OF PAPUAN ETHNIC IDENTITY ON SOCIAL MEDIA Yuyun Surya	93
LOS MACHETEROS Y EL ROL DE LA PRENSA EN LA LUCHA DE LIBERACIÓN NACIONAL EN PUERTO RICO Francisco Pesante	111
<i>DILATANDO A FÉ E O IMPÉRIO: A IMPRENSA NA GUINÉ NO COLONIALISMO (1880-1973) Isadora Ataíde Fonseca</i>	<i>119</i>
O IMAGINÁRIO COLONIAL PORTUGUÊS NA REVISTA <i>ANTENA</i> (1965-1968) DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS Cláudia Henriques.....	139
COLONIAL MEDIA AND POST INDEPENDENCE EXPERIENCE IN NORTH AFRICA Laeed Zaghlimi	159

OS 20 ANOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
NA IMPRENSA BRASILEIRA: DISCUTINDO AS CONDIÇÕES PARA UMA
COMMUNITAS POSSÍVEL | José Christian Góes e Elton Antunes..... 169

HARDSHIP IN THE HEADLINES: GLOBAL POVERTY AND
NEOCOLONIALISM IN WESTERN NEWS MEDIA | Laura Fox 191

QUEM EXISTE E COMO EXISTE NO JORNALISMO: ANÁLISE DOS
DISCURSOS SOBRE TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE
EM DOIS JORNAIS DE RECIFE/BRASIL | Rui Caeiro e Heitor Rocha..... 201

A REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO NA
LITERATURA DE JOSÉ SARAMAGO | Daniel Vechio Alves 217

APRESENTAÇÃO

TERESA MENDES FLORES E ANA CABRERA

OS MÉDIA NA CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DOS COLONIALISMOS

O século XIX corresponde à época da conquista do mundo pelos europeus e a um novo tipo de império colonial, como uma consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro.

Entre 1880 e 1914 a maior parte do mundo era dominado por europeus principalmente a Grã Bretanha, a França, a Alemanha, Itália, Holanda e Bélgica. Isto significa que estes países tinham colônias em um quarto do globo. O destino dos antigos impérios coloniais do século XVI foi distinto: enquanto Portugal conserva os territórios africanos, devido às rivalidades e à falta de acordo entre os poderosos europeus; o que restava do império Espanhol na América (Cuba e Porto Rico), e no Pacífico (Filipinas) foi anexado pelos EUA em 1898. Além do mais e na sequência dos movimentos independentistas vão surgindo novo países e o mapa político da América Latina vai ser refeito.

Esta divisão do mundo entre um pequeno número de estados é a expressão da divisão do planeta entre fracos e fortes, entre exploradores e explorados, entre “avançados” e “atrasados”, é a afirmação do imperialismo, impulsionado pelo capitalismo em crescimento, como refere Hobsbawm (1990). Estamos perante uma nova fase da globalização onde o domínio da economia mundial se subordina aos interesses das novas potências mundiais e dos seus mercados em expansão.

Os povos colonizados eram considerados inferiores, fracos, desprovidos de cultura e conhecimento e, por isso, fáceis de submeter aos valores do colonizador que, por sua vez, se considerava representante da única civilização. O que contava verdadeiramente era a superioridade das armas, da violência e dos efeitos do álcool generosamente disseminado. Também embriagante, mas mais impercetível e de efeitos muito mais duradouros, foram todas as formas de violência simbólica, uma outra “força armada” dos velhos (e dos novos) colonialismos, que se instala permanentemente, nos tempos de guerra e nos tempos de paz e de aparente normalidade.

Quase todos os estudos demonstram o papel relevante dos média na construção destas formas de dominação mas também o seu papel na autodeterminação destes povos, daí a apetência dos sistemas políticos em desenvolverem formas de os controlarem. Mas não apenas de mecanismos oficiais de censura e limitações à liberdade de imprensa, de empresa e de difusão se produziu este controlo. Transversal a diferentes regimes políticos, incluindo os liberais, existem formas mais subtis e insidiosas de controlo através de mecanismos simbólicos que atuam nos indivíduos de forma inconsciente, contribuindo para a produção das suas identidades e disposições mentais, orientadas para a construção dessas assimetrias subjetivas.

Os mecanismos culturais onde também operam os sistemas mediáticos disseminam e legitimam, pelo seu poder institucional, não apenas a identidade dominante mas têm um efeito, talvez mais perverso e poderoso, de incutir nos dominados a sua própria auto-imagem de inferioridade. As diversas estratégias de segregação

tiveram em comum a ideia de *raça* como princípio estruturante, um princípio tão poderoso quanto inescapável por recair sobre a genética e sob um certo discurso sobre a “naturalidade” desse princípio. Como notou Joana Gorjão Henriques num recente trabalho (2016), essa “colonização das mentalidades” perdurou para além do momento histórico das independências dos diversos países colonizados.

De facto, o final da 2ª Guerra Mundial acarretou consigo o desmoronar destes impérios coloniais. Seguiu-se os movimentos independentistas e a afirmação de novos estados em África, na Ásia, no médio oriente. No entanto, as raízes do colonialismo são profundas e extensas e são múltiplas as formas de dominação — a subalternização na forma de tratamento, as línguas dos europeus e americanos, que se opõe ao linguajar incompreensível dos nativos, a representação do escravo é disforme porque não obedece ao padrão de beleza ocidental. Assim o sistema colonial integra no dizer de Isabel Ferin (2009), o mito de Próspero e Caliban recreando os mecanismos culturais onde o escravo se apropria dos instrumentos do seu senhor como alavanca para a libertação da servidão.

A literatura, a pintura e o cinema oferecem um sem número de exemplos de um olhar etnocêntrico onde estas representações estão presentes. A propósito de uma reflexão sobre a produção cinematográfica de origem caribenha, Stuart Hall (1990) sublinha a necessidade de mergulhar na procura da identidade cultural própria, da consciência de si, na relação com os outros. Esta conceção das identidades desempenha um papel fundamental na afirmação das especificidades múltiplas das culturas no universo pós-colonial.

Numa época de grande mobilidade, o emigrante não se identifica com as suas origens, mas também não se reconhece nos valores do país onde vive. Assim a perspectiva da cultura da diáspora no contexto de um mundo altamente teologizado, com vastos processos de mediação e globalizado não atende ao lugar de origem, as especificidades amortece e desenha-se uma tendência para a uniformização das produções culturais.

A reflexão sobre o papel dos média e sobretudo dos média sociais tem considerado o seu desempenho tanto na difusão das culturas, como simultaneamente na aceitação e incorporação da diversidade. Castells (2007), por exemplo, é um defensor da sociedade em rede e tal como McLuhan (1972), tem uma visão otimista das novas tecnologias. Ambos partilham a ideia de que as novas tecnologias oferecem uma oportunidade de reforçar os laços comunitários na sociedade. Os novos média e as tecnologias da informação fazem mais do que aproximar, elas anulam as distâncias e produzem um efeito de superação do tempo e do espaço e projetam-se na democratização da cultura.

Para Castells a sociedade em rede corresponde a um tipo diferente de modernidade caracterizada pela emancipação e democratização da cultura, onde a dinâmica das novas tecnologias seria decisiva. Pelo contrário, Marko Ampuja (2011) considera que a sociedade em rede corresponde ao excessivo determinismo tecnológico, a uma análise a-histórica e, simultaneamente, representa um débil conhecimento da dominação ideológica ou material na análise dos média e das comunicações. Centra-se na propriedade dos média, sublinha o caráter aberto da internet e avalia as suas competências de forma excessivamente otimista como um presságio do fim dos totalitarismos e da sociedade industrial.

Por sua vez, Marko Ampuja (2011) critica a valorização que tem sido dada aos média e às comunicações na teoria da globalização e explica que essa relevância

está relacionada com as tendências políticas e ideológicas e o mesmo contexto histórico em que a teoria da globalização surgiu.

O período que se segue a 1989 — a queda do muro de Berlim e o desmoronamento da URSS — o neoliberalismo, com Reagan e Thatcher, encontrou terreno fértil nos inícios de 1980. O neoliberalismo foi, então, adotado como a cartilha política, económica e ideológica dominante. Com aforismos como a defesa da propriedade privada, do mercado competitivo, das liberdades individuais, por oposição ao estado opressor. Simultaneamente alastra a desregulamentação reforçando o ataque à intervenção do Estado, redução do sector público, aumento das privatizações, gestão do sector público segundo os métodos usados no privado e diminuição de benefícios sociais (Ampuja, 2011). Estas políticas tendem para a hegemonia e encontram inspiração e legitimação na teoria da globalização e no argumento de que “não há alternativas” e “não pode ser de outra maneira”.

Os teóricos da globalização resignaram-se perante a ascensão do neoliberalismo e procuram a lógica da mudança social na dinâmica criada pelas novas tecnologias, na cultura descentralizada da internet e no seu poder transformador que possa vir a orientar a sociedade para uma nova existência. Segundo Ampuja, o que verdadeiramente une os teóricos da globalização é a negação de qualquer possibilidade de explicação através das perspetivas marxistas que barre o caminho ao efeito de despolitização baseado na afirmação da ausência de alternativas, a novas formas de exploração, de exclusão, de segregação, desigualdade, violência e insegurança que a deriva neoliberal acarreta.

Estas são algumas das questões que nos inquietam e que inspiraram a organização deste número de *Media & Jornalismo* em torno da questão dos média e do colonialismo. Este número reúne, pois, uma grande diversidade de temas que passam pela literatura, os novos média, a imprensa, o cinema, a arte da performance e a televisão. As abordagens que encontramos neste volume articulam quase sempre pesquisa histórica e métodos e conceitos de outras ciências sociais, como a sociologia, a antropologia, a linguística, os estudos culturais e as ciências da comunicação.

Para tratar a Arte da Performance portuguesa no período colonial, Cláudia Madeira associa a pesquisa da história dessa manifestação artística efémera, a entrevistas a alguns *performers* que tiveram intervenções nesse período. Não o faz com o único propósito de registo das suas memórias, mas informada por toda a teoria social que destaca a importância de compreender as percepções e interpretações situadas dos atores sociais e de, através disso, situar e teorizar o campo iminentemente político e desconstrutivo que é característico, em particular, da arte da performance, como intervenção no espaço da Polis.

Já Francisco Lima Soares e Maria Teresa Cruz questionam o contributo da teoria dos média para os estudos pós-coloniais, trabalhando conceitos críticos como “arquivo”, “narrativas” e “mediação” indispensáveis no atual contexto das redes tecnológicas, da internet e das plataformas multimédia. O projeto de investigação e criação artística que apresentam no seu artigo, reflete o panorama mediático contemporâneo no modo como se propõe trabalhar os imaginários coloniais que dão lugar — isto é, espaços e tempos — a novas construções culturais.

A influência dos Estudos Culturais, nomeadamente na importância que dão às formas de representação, colhendo influências da semiótica e da sociolinguística, atravessa esta edição, especialmente nos artigos sobre cinema, imprensa e rádio.

Maria do Carmo Piçarra faz a história de um contrato de propaganda secreto entre governo e alguns realizadores estrangeiros de documentários, relacionando sempre os aspetos da história política do designado Estado Novo, no âmbito da qual este caso pode e tem de ser compreendido, bem como no âmbito da história do cinema português, apresentando uma interpretação crítica das visões do “mundo português” que aqueles documentários, pretensamente imparciais, construíam. Já Alfonso M. Rodríguez de Austria Giménez de Aragón analisa os modos de representação e de construção «fílmica» de colonizadores e colonizados em alguns filmes de Hollywood dos anos 30, anteriores ao «Hays Office», o gabinete de censura implementado em 1934 pelos produtores de Hollywood para responderem às acusações de «libertinagem» e «falta de moralidade» dos seus filmes. Assente numa análise das narrativas fílmicas, Aragón conclui que apenas um dos casos devolve uma imagem menos denegrada dos colonizados e que se tornaria impossível após 1934. Ainda assim, revela que mesmo antes dessa ação censurante formal, a tendência é a identificação destes filmes com a cultura de dominação vigente.

Os vários artigos sobre imprensa, como o de Isadora Ataíde Fonseca, o de Rui Caeiro e Heitor Rocha, ou o artigo de Cláudia Henriques sobre rádio e a imprensa de rádio, consideram central a análise dos modos de representação das identidades hegemónicas e subalternas e das respetivas visões do mundo, como fatores para compreender o papel dos média nesse contexto colonial. Contudo, Rui Caeiro e Heitor Rocha não trabalham a época histórica colonial mas apresentam uma pesquisa sobre a representação da transexualidade e da transvestilidade em dois jornais brasileiros contemporâneos, demonstrando que os valores identitários eurocêntricos e patriarcais continuam ativos.

Francisco Rui Cádima, por sua vez, abre caminho para pensar um “não-acontecimento”, ou seja, as reservas do Estado Novo, mesmo em pleno Marcelismo, relativamente à implementação da televisão nas colónias. A conceção de que a televisão seria uma espécie de “devil’s box” permite explicar esse fenómeno e abrir ponte para uma teoria que põe em evidência o poder dos média: daí a necessidade de os controlar.

O potencial revolucionário e de «despertador de consciências» atribuído aos média é posto em evidência em vários outros artigos. Yuyun Surya traz-nos a luta atual dos povos da Papua Ocidental pela autodeterminação e libertação dos colonizadores indonésios, que anexaram este território em 2003. A autora analisa o papel que tem desempenhado uma rede social “só para naturais da Papua” no despertar dessa consciência. Surya usa aqui a análise discursiva dos vários “posts” deste grupo fechado para perceber como se autodefinem os Papuses. Conclui que usam os mesmos definidores que os seus colonizadores, como sejam a “raça” e a sua “pureza” (“grau” de miscegenação), demonstrando a dificuldade de ultrapassar as categorias dos dominadores, muito embora lhes atribuam significados valorativos opostos.

Por sua vez, Francisco Pesante centra-se no papel da imprensa porto-riquenha na luta de libertação de Porto Rico, enquanto Laeed Zaghlami analisa a situação atual na Argélia a partir de uma breve história da evolução dos média argelinos e do seu contexto no espaço do Magreb. Ambos os autores recorrem a uma metodologia histórica mas fazem-no a partir de uma perspetiva informada pela teoria dos média e do jornalismo, tal como Laura Fox na análise da mediatização dos

acontecimentos sobre a fome, que interpreta à luz das problemáticas da globalização e do neo-liberalismo como agentes de novas formas de colonização, que os média mimetizam e que favorecem em resultado dos seus critérios de noticiabilidade e da ausência de abordagens aprofundadas.

A triangulação de metodologias que caracteriza os artigos aqui apresentados está igualmente presente no artigo de José Christian Goés e Elton Antunes sobre os vinte anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Os autores abordam esta comunidade e a sua representação na imprensa brasileira, articulando métodos provenientes da análise crítica dos discursos, das teorias da cultura e das línguas, nomeadamente, no papel que estas desempenham na propagação de hegemonias culturais, com o conceito teórico de cariz sociológico de *communitas*, uma comunidade assente não na comunhão de valores e características *essencialistas* mas na partilha de uma falta, de uma ausência, permitindo pluralizar a noção.

O papel do jornalismo volta a ser central na análise de Daniel Vechio Alves que parte dos estudos literários, estudos que nos trouxeram autores fundamentais para a teoria dos média - lembremo-nos de McLuhan – e para os Estudos Culturais – dos muitos casos, destaquemos o de Edward Said (2004). Alves analisa as representações da atividade do jornalismo em duas obras de José Saramago e as estratégias literárias do autor para comentar a realidade a partir da ficção. Quando muitos dos artigos se centram na análise de modos de “ficcionalização” da realidade a partir de géneros discursivos referenciais, sejam o documentário ou a reportagem jornalística, pareceu-nos interessante fechar esta edição com uma reflexão sobre os modos como a realidade contamina os géneros ficcionais.

Antes de terminarmos, não queremos deixar de salientar que este conjunto de artigos está associado não só à multiplicidade de temas e abordagens, mas também à diversidade da origem geográfica dos seus autores e autoras, o que lhe confere uma riqueza particular. Quisemos também manter as formas de expressão próprias às diferentes normas do português, inglês e espanhol.

Agradecemos a todos os autores/as e revisores/as de pares a prestimosa colaboração e convidamos à leitura deste número de *Media & Jornalismo* n.º 29.

Ana Cabrera
Teresa Mendes Flores

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ampuja, Marko, (2011) “Globalization Theory, Media-Centrism and Neoliberalism: A Critique of Recent Intellectual Trends”. *Critical Sociology*. 1-21. Acedido em 29 de julho de 2016
- Bonnici, Thomas (2012), “O pós-colonialismo e a literatura”, Scielo Books, Panamá: Eduem Editora da Universidade de Maringá, 2ª edição
- Castells, Manuel (2007), *A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Cunha, Isabel Ferin (2007), “Identidade e reconhecimento nos media”, *Matrizes*, nº 1, outubro de 2007, 187-208
- Gorjão Henriques, Joana (2016). *Racismo em Português*. Lisboa: Tinta da China.

Hobsbawm, Eric J.(1990), *A era dos Impérios 1975-1914*, Lisboa: Editorial Presença

Hall, Stuart (1990). *Cultural identity and diaspora*. <<http://sites.middlebury.edu/nydiasporaworkshop/files/2011/04/D-OA-HallStuart-CulturalIdentityandDiaspora.pdf>>acedido em 18 de junho de 2016

McLuhan, Marshall (1972). *A Galáxia de Gutenberg*. S. Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo

Said, Edward W. (2004). *Orientalismos. Representações ocidentais do oriente*. Lisboa: Livros Cotovia.

Gorjão Henriques, Joana (2016). *Racismo em Português*. Lisboa: Tinta da China.

Hobsbawm, Eric J.(1990), *A era dos Impérios 1975-1914*, Lisboa: Editorial Presença

Hall, Stuart (1990). *Cultural identity and diaspora*. <<http://sites.middlebury.edu/nydiasporaworkshop/files/2011/04/D-OA-HallStuart-CulturalIdentityandDiaspora.pdf>>acedido em 18 de junho de 2016

McLuhan, Marshall (1972). *A Galáxia de Gutenberg*. S. Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo

Said, Edward W. (2004). *Orientalismos. Representações ocidentais do oriente*. Lisboa: Livros Cotovia.

Artigos

Artigos

ARTE DA PERFORMANCE E A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA: RELAÇÕES NO TEMPO HISTÓRICO

PERFORMANCE ART AND THE PORTUGUESE COLONIAL WAR: RELATIONS IN HISTORICAL TIME

CLÁUDIA MADEIRA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS,

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E IFILNOVA, IHA E CET/UL

1069-061 LISBOA, PORTUGAL

MADEIRA.CLAUDIA@GMAIL.COM

History is not only a valuable part of knowledge, but opens the door to many other parts, and affords materials to most of the sciences ... A man acquainted with history may, in some respect, be said to have lived from the beginning of the world, and to have been making continual additions to his stock of knowledge ...

(David Hume, "Of the Study of History"¹)

RESUMO

Este artigo propõe-se refletir sobre as relações entre a arte da performance portuguesa e a guerra colonial portuguesa. A simultaneidade no tempo histórico, entre os anos de 1960-1970, levaria a crer que, tal como aconteceu com as temáticas da Ditadura/Revolução, a guerra colonial pudesse ter sido abordada pela performance desenvolvida em Portugal. Contudo, paradoxalmente, se até recentemente não havia registos de nenhuma obra de arte da performance portuguesa desse período que tivesse tratado diretamente o tema, por outro lado, a rememoração inerente aos 40 anos da Revolução e a temas como o Retorno, a Guerra Colonial, etc., assim como o contexto de crise e a re-emergência de um "guião revolucionário" nos novos movimentos sociais em Portugal (que tem vindo a ser disseminado pelos diversos media) têm levado, quer à emergência de projetos artísticos onde a performance e a performatividade têm vindo a ganhar um papel importante, quer a novas re-significações de alguns projetos de performance acontecidos precisamente entre os anos de 1960-1970. Em 2015, por exemplo, Ernesto de Melo e Castro faz referência ao *Funerão de Aragal* desenvolvido por António Aragão no âmbito do *Concerto e Audição Pictórica* (1965) caracterizando-o com um "simbolismo evidente tendo em atenção os mortos das guerras nas colónias de África". Neste contexto que papéis assume a performance arte na comunicação da "História" da guerra colonial portuguesa?

PALAVRAS-CHAVE:

performance arte portuguesa; guerra colonial portuguesa; memória; História performativa; História especulativa.

¹ Citado em Fain, 1970, pp. 9-10.

ABSTRACT

This article explores the relationship between Portuguese performance art and the Colonial War. Their synchronization in the historic time between the 1960s and 70s could lead us to believe that, as with the themes of the Dictatorship and the Revolution, the performance art being produced in Portugal at the time might well have addressed the Colonial War. Paradoxically, however, there is no record of any performance art of the period directly addressing the issue. On the other hand, the memories stirred by the 40th anniversary of the Revolution and issues such as the returning colonists, the Colonial War, as well as the economic crisis and the re-emergence of a “revolutionary script” in the new Portuguese social movements (disseminated by various areas of the media) has led both to the emergence of artistic projects in which performance and performativity have been acquiring an important role, and to new interpretations of some performance projects that took place between 1960-1970.

In 2015, Ernesto de Melo e Castro referred to António Aragão's *Funeração de Aragal* (*Aragal's Funeration*) - devised within the scope of the *Concerto e Audição Pictórica* (1965) (*Concert and Pictorial Hearing*) -, characterizing it as “clear symbolism taking into account the dead from the wars in the African colonies.” In this context, what roles can performance art take on in telling the story of the Portuguese colonial war?

KEYWORDS

Portuguese performance art; Portuguese colonial war; memory; performative history; speculative history.

(DE)SINCRONIAS HISTÓRICAS

Não podemos deixar de dizer que houve uma simultaneidade no tempo histórico entre dois fenómenos da realidade portuguesa — a guerra colonial e a arte da performance em Portugal. Essa sincronia, contudo, devido à inexistência de registos de performances artísticas que tenham abordado o tema da guerra colonial, parece ter-se traduzido apenas numa coexistência no tempo e no espaço da realidade portuguesa de meados da década de 1960 a meados da década de 1970. Processo que a confirmar-se induziria a um reforço da ideia de autonomia do campo artístico em relação ao social, como se a performance artística dos portugueses e a performance social não estabelecessem entre si uma relação, mesmo que, por vezes, inversa.

A guerra colonial portuguesa teve o seu início em Angola no ano de 1961 e durou até 1974, estendendo-se a vários palcos da colonização portuguesa em África, como Guiné e Moçambique, tendo o seu término com a revolução do 25 de Abril.

A arte da performance portuguesa constituiu-se como um género artístico híbrido e indefinido, caracterizado geralmente, através de uma ação física corporal, onde a “obra” é corporizada pelo próprio artista, numa experiência que é o espelho de uma atitude crítica e filosófica e onde a teatralidade é posta em causa através da diluição dos enquadramentos e dos guiões performativos, acentuando a efemeridade e a não repetição, a informalidade e a co-participação do público. Não se consegue definir uma data de origem para a arte da performance, o que faz com que alguns acontecimentos mais performativos existentes antes da expressão ter começado a

tornar-se suficientemente abrangente e legitimizada, a partir dos anos 60, tenham sido recatalogados através desse conceito. O livro já traduzido para português com o título *Arte da Performance: Do Futurismo ao Presente* (2007) de Roselee Golberg dá conta desse processo.

Há nas intervenções performáticas modernistas frequentemente uma procura de exposição pública, uma voz que se quer direta, afetando um público, que tanto tem a sua expressão efêmera, nos cafés, nas *soirées*, nos pequenos auditórios improvisados, como procura uma ampliação da sua expressão nos meios de divulgação de massas emergentes, nomeadamente, na imprensa jornalística. As intervenções públicas dos futuristas, surrealistas e dadaístas eram frequentemente divulgadas nas páginas dos jornais, como aconteceu, desde logo, com o manifesto futurista de 1909, assinado por Marinetti no *Le Figaro*, que pouco tempo depois teve os seus ecos até num pequeno jornal em Portugal, o *Diário dos Açores*, num artigo assinado por Bettencourt Rebello.

Não sendo um ato inteiramente novo, uma vez que, encontramos antecedentes tanto nos primeiros românticos, como os irmãos Schlegel, e até em Richard Wagner, que já haviam manifestado publicamente e de uma forma programática, as suas intenções artísticas na imprensa escrita emergente — os primeiros, publicando “Da Incompreensibilidade” (1800), no jornal *Athenäum*, o segundo publicando um ensaio intitulado “A Ópera Alemã” (1836) no jornal *Laube*, uma espécie de *proto-manifesto* da obra que em 1849 publicaria sob a denominação de *A Obra de Arte do Futuro* — a verdade é que o manifesto se tornou uma *arma* para promulgar novos programas artísticos, anteriormente apresentados geralmente nos prefácios dos livros, como aconteceu com o célebre manifesto romântico *Do Grotesco e do Sublime* de Victor Hugo, inserido no seu livro *Cromwell* (1827). A forma mais célere de disseminação dessa mensagem para os modernos passou a ser fazê-lo de viva voz ou escrevê-lo nas páginas dos jornais, para o rápido confronto com apreciadores ou críticos. Em Portugal, por exemplo, a aparição de José de Almada Negreiros, vestido de fato-de-macaco e com um cenário composto pelas costas de uma pintura voltada para o público, no dia 14 de Abril de 1917, no Teatro da República, para apresentar o seu *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX*, foi descrito pelo Jornal *A Capital* como o *Elogio da Loucura*. Esta Conferência-manifesto exposta para um diminuto público no Teatro da República apresentava-se como uma crítica ao espírito nacionalista português, preso à História, à nostalgia e ao saudosismo e, portanto, como um programa de recriação da pátria portuguesa do século XX, cuja divulgação na imprensa amplificou o seu gesto.

Também os surrealistas em Portugal fizeram algumas intervenções performáticas, associadas a maior parte das vezes às suas turtúlias e exposições (Madeira 2007, 2016c) mas, foquemo-nos ao período de sincronia entre os dois fenómenos que nos propusemos analisar: em 1965, teve lugar o *primeiro happening* nacional com o título *Concerto e Audição Pictórica*, apresentada na Galeria Divulgação, em Lisboa, onde participaram, alguns elementos do recentemente criado, em 1963, grupo da Poesia Experimental, *PO.EX*, nomeadamente, António Aragão, Clotilde Rosa, E. M. Melo e Castro, Manuel Batista, Jorge Peixinho *o musicus poeticus*², Mário

2 Expressão como refere Teixeira (2006, 145) utilizada mais tarde (1987) por Mário Vieira de Carvalho a propósito da *praxis* musical de Jorge Peixinho.

Falcão e Salette Tavares. Será aí que Ernesto de Melo e Castro apresentará pela primeira vez *Música Negativa* que, através dos seus registos podemos denominar um *happening*, uma performance, uma vídeo-performance, uma performance para a câmara, ou um *re-enactment*, uma vez que o filme de 16mm a que temos acesso foi posteriormente registado em 1977 por Ana Hatherly. Já para não dizer que entre 1965 e 1977, Ernesto de Melo e Castro re-apresentou, ou melhor dito, recriou, por diversas vezes e em diversos contextos esta peça que simbolizava o silêncio imposto durante a ditadura portuguesa até 1974. E, importa, também, referir que Melo e Castro nunca se definiu nem como artista plástico, nem como homem de teatro, mas antes como poeta experimental ou poeta visual, e foi a partir daí que criou esta e outras peças que podemos incluir hoje na história da performance portuguesa.

A performance *Música Negativa* que representava uma crítica ao silêncio imposto pelo fascismo “consistiu na interpretação ritualizada gestualmente, de uma partitura especialmente criada, usando três grandes chocalhos metálicos, sem os respetivos badalos que, portanto, não emitiam som algum”.³ Como referimos atrás, Melo e Castro repetiu esta intervenção performativa, diversas vezes, com outros instrumentos sem som, como, por exemplo, garrafas de CocaCola. Desenvolveu ainda outra intervenção chamada *Foco e Barulho* que consistiu “em escurecer a sala para depois abrir inesperadamente um foco de 1500 Watts voltado para a assistência, simultaneamente com o irromper de um barulho muito forte feito pela percussão (Mário Falcão) e por todos os ruídos que puderam ser produzidos pelos outros participantes. Tudo durou pouco mais de 1 minuto, voltando a sala à luz normal”.⁴ Era uma forma de expôr metaforicamente o público aos métodos de tortura dos interrogatórios da PIDE, onde o foco de luz intensa era usado para atordoar os sentidos dos presos políticos.

Será no contexto desse *Concerto e Audição Pictórica* (1965) que também se apresentará uma outra intervenção performativa, *O Funerão do Aragão*, re-significada no texto “António António, Aragão Aragão” (2015) por Melo e Castro como uma explícita relação com a guerra colonial portuguesa. Para este autor *O Funerão do Aragão*, traduziu um momento de absoluto humor absurdo cujo simbolismo era evidente tendo em atenção os mortos das guerras nas colónias de África, cujo processo descreve assim:

Ao redor de uma mesa que foi trazida já posta, com pratos de comida, sentamo-nos e começámos a [simular] comer ruidosamente, mastigando e batendo com os talheres nos pratos... ao lado da mesa foi colocado um caixão de pinho onde o Aragão se deitou. Então todos nos levantámos um a um e despejamos os restos de comida dos pratos por cima do corpo do Aragão. Seguidamente levantamos o caixão e saímos lentamente da cena enquanto se ouviam acordes da marcha fúnebre do costume (2015:132).

Este recente testemunho de Melo e Castro coloca-nos novas questões em relação à ligação entre os dois fenómenos —guerra colonial e arte da performance portuguesa— no sentido em que esta dissociação parece opôr-se à esperada rela-

3 Descrição desenvolvida pelo próprio E.M de Melo e Castro num texto inédito cedido pelo próprio já em 2016.”.

4 Ver nota anterior.

ção directa, nomeadamente, num género artístico com uma vocação marcadamente participativa, política e interventiva.

Se a relação entre arte e guerra tem sido uma constante ao longo da História da humanidade, tornando-se um tema universal que teve o seu fórum privilegiado no teatro da Antiguidade Grega; se Brecht afirmou que a guerra era o verdadeiro tema da arte e reencenou por diversos modos o tema, não só nos palcos teatrais mas também usando os novos media da sua época, como podemos ver na sua montagem fotográfica em *War Primer*; se, antes dele, os futuristas fizeram elogios à guerra, considerando como Marinetti que “a guerra é bela” e se os dadaístas, compostos por artistas de várias nacionalidades, se refugiaram da I Guerra Mundial em Zurique, criando uma comunidade de linguagens inventadas no *Cabaret Voltaire*, em 1916 (Madeira 2007), que abriram espaço para dar lugar às poéticas do absurdo e do “indizível” (Wittgenstein 1995) de Ionesco e Beckett; então, podemos dizer que a guerra faz parte das representações das nossas poéticas ocidentais. Efetivamente, o tema da guerra está presente desde as fundações da mitologia grega (e depois, também, romana e lusitana). Dos poetas como Homero até aos pilares da tragédia e comédia da Antiguidade, que serviam o propósito de debater os “problemas concretos da polis” em espaço público através do teatro, estas manifestações assumem uma clara função pedagógica e de reflexão sobre os “dramas sociais” (Turner, 1987).

Teatro e guerra ganham assim uma ligação longínqua no tempo que faz transitar expressões entre o drama social e o drama artístico, testando os seus limites. A tal ponto isto acontece que ficou célebre o relato de Heródoto que quando Frínico compôs a peça *A tomada de Mileto* e a apresentou no Teatro, o público desfez-se em lágrimas. E, por recordar desgraças nacionais, condenaram-no em mil dracmas e decidiram que esta tragédia nunca mais fosse representada por ninguém⁵. A interdição, e silenciamento manifesto, da representação desta tragédia, não pôs fim como sabemos à sua constituição como uma das linhas transversais e estruturantes, quer das tragédias, quer das comédias que se apresentavam em palco, representando o trágico cenário, e os trágicos efeitos das guerras, mesmo que com componentes trágico-cómicas, que eram realidade constante destas sociedades. Ésquilo, Sófocles e Eurípedes, foram alguns dos que fizeram essa recriação dos dramas sociais como dramas artísticos, este último até mostrando não só os malefícios que a guerra trazia, quer a vencedores, quer a vencidos, numa espécie de carnaval negro onde se produziam inversões inesperadas, de estatuto, de regras sociais, etc., como ainda inscrevendo aí o olhar dos *invisíveis*: mulheres, crianças e escravos. Neste contexto, a interdição de que nos fala Horácio, mantém o valor de afirmar que o que se representa e discute em espaço público está dependente dos poderes instituídos em cada momento. Por isso, talvez, não deixámos, de procurar representar essas tragédias e/ou comédias, elas parecem servir-nos de exemplo contra a *hybris* do homem, apelam à reflexão⁶ e traduzem um dos antídotos de que dispomos para a amnésia histórica.

5 Veja-se o artigo de Francisco de Oliveira *Teatro e Poder na Grécia* (1983) e a tese de Brian Kibuuka Eurípedes e a *Guerra do Peloponeso: Representações da guerra nas tragédias Hécuba, Suplicantes e Troianas* (2012).

6 Mesmo que saibamos, como refere Steiner (2014 [1958]), que a erudição alemã, e a sua leitura sentida dos clássicos, não preveniram a máquina de extermínio nazi

Assim sendo, e tendo presente que a arte da performance portuguesa não foi alheia a questões da performance social dos portugueses, da identidade coletiva nacional, como as questões da Ditadura e Revolução, usando temas referentes à falta de liberdade e de expressão, como explicar a não inscrição aparente do tema da guerra neste género artístico? Sabemos, por exemplo, que Clara Menéres, que desenvolveu também atividade performática, expõe em 1974 a obra *Jaz Morto e Arrefece*, apresentando uma estátua realista de um militar morto em cima de um caixão para ser velado, mas a não ser esta nova re-interpretação em 2015 de Ernesto de Melo e Castro sobre o *Funeral de Aragat*, as alusões ao tema da guerra colonial por parte dos praticantes de performance ou de intervenções performáticas são difusas, inscrevendo-se numa complexa nublada signífica que pode abarcar várias temáticas, como é exemplo, a performance de Manoel Barbosa *Identification*, apresentada em Barcelona em 1975, logo após a sua vinda da *Guerra de África* e re-transmitida, em 2014, no projeto de Vânia Rovisco *Reaction to Time*, onde os movimentos maquínicos dos intérpretes tanto podem ser alusivos à falta de liberdade vigente em regimes ditatoriais, como acontecia ainda em Espanha, em 1975, como aos movimentos rígidos e disciplinados dos militares portugueses transportados para as colónias.

Manoel Barbosa, quando relata a sua estadia em África começa por nos descrever o enorme painel pintado de António Palolo que encontrou no quartel do seu comandante em Zemba, Angola, e que lhe sugeriu a continuação do seu trabalho artístico, com a criação de pequenos desenhos geométricos feitos durante a sua estadia nesse quartel. Desenhos que, por terem sido feitos durante a guerra em Angola, foram recentemente reapropriados para um filme-vídeo de Alexandre Estrela denominado *Pockets of Silence*, apresentado no Reina Sofia, entre 16 de Dezembro de 2015 e 21 Março de 2016, sob comissariado do português João Fernandes. No catálogo de *Pockets of silence* Alexandre Estrela escreve:

Graças a este campo de batalha minimalista, e a um enorme consumo de canabis, Barbosa conseguiu encontrar uma forma para se evadir da guerra. Paradoxalmente, estes desenhos em papel de carta tornaram-se, anos mais tarde, mecanismos externos de memória (...), formalizações de um tempo difícil transportando as marcas de uma região hostil e de passado que melhor seria esquecido (Estrela, 2015).

Do mesmo modo, Carlos Nogueira, também militar na guerra colonial portuguesa, quando apresenta *O Pombal - 99 pombas de brincar para outros tantos usadores* na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa, em 1978, inscreve similarmente essas pombas de madeira, que se tornam performativas através dos *seus usadores*, nessa complexidade signífica que absorve vários significados e memórias.

De facto, o silêncio sobre o tema da guerra em Portugal tem sido analisado como uma singularidade portuguesa mesmo após o seu término. Um silêncio induzido por uma espécie de *tradição silenciadora* imposta pela ditadura fascista que denegava a existência da guerra, como ficou explícito no programa televisivo, em 1972 intitulado “Conversas em família”, onde o presidente do Conselho, Marcello Caetano, afirmava: “Nunca é demais repetir que nós não estamos em guerra com ninguém”. O que nos permite afirmar que a “improbabilidade da comunicação”, na

expressão de Niklas Luhmann (2006) se transformou, por exemplo, para o jornalismo português, em impossibilidade.

Como refere Sílvia Torres no prefácio do livro *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial* (2015) “a verdade sobre as entranhas da guerra, o seu relato verdadeiro, não é publicável” (2015:12), pelo que muitos dos jornalistas portugueses enviados para as colónias no período da guerra colonial nem chegavam a ver os seus textos censurados, não só porque num contexto de silêncio opressivo e opressor havia uma auto-censura imposta mas, também, porque “não era preciso estar sempre a falar da guerra. A guerra estava sempre presente na sociedade portuguesa dos anos 60 e 70, como uma assombração” (2015:211). E, por isso, como é referido neste livro, o volume de notícias sobre a guerra, ao invés de aumentar, foi diminuindo à medida que a guerra colonial avançava.

Este silêncio imposto durante o regime fascista manteve-se depois do 25 de Abril. Durante a guerra colonial o silêncio era usado como instrumento para as entidades dirigentes para a não divulgação dos efeitos reais da guerra, ao mesmo tempo que servia, para a população em geral, e mesmo para os seus divulgadores oficiais, para proteção, uma vez que falar sobre esse assunto equivalia a uma ação de oposição contra o regime fascista. Após a Revolução e Descolonização este silêncio mantém-se como uma das paradoxais singularidades dos portugueses, segundo Eduardo Lourenço (2013; 2014) e José Gil (2005). Para estes autores, mesmo a existência de registos artísticos e literários parece não ter promovido uma dinâmica de discussão pública, mais estrutural, sobre o trauma histórico da guerra e dos seus impactos na sociedade portuguesa e, por isso, para eles, manteve-se o discurso do silenciamento dos temas fundamentais que deveriam ter estado na base da redefinição da identidade portuguesa em democracia⁷.

No seu ensaio onde discute os factores que levam à noção, já referida acima neste texto, de “improbabilidade da comunicação”, Niklas Luhmann (2006) faz referência a três tipos de obstáculos à comunicação, que podemos sintetizar como: 1) a individualização da memória contextual; 2) o espectro reduzido da comunicação a recetores para além dos presentes na situação; 3) a incerteza em relação à aceitação dos conteúdos da comunicação. Ora todos estes factores se mantiveram presentes sobre a temática da guerra em Portugal e, por isso, o silêncio traduziu-se numa “experiência do indizível”⁸, do incomunicável, não deixando por isso de expressar, o que os *não-ditos*, os *meio-ditos*, os *quase-ditos*, os murmúrios, revelam sobre as experiências traumáticas e que nem sempre podem ou devem ser testemunhados⁹.

Em entrevista recente¹⁰ e de forma a explicar esta re-significação de 2015 d’ *O Funerão de Aragal*, Melo e Castro, dá precisamente conta desse factor tendo contextualizado o *Concerto e Audição Pictórica* como um evento “inteiramente imaginado de uma forma completamente aberta”, por Jorge Peixinho, caracterizado como “um homem profundamente politizado”, que procurou criar um acontecimento composto por

7 Analisei esta questão no texto “A arte contra o silêncio: Relações entre arte e Guerra Colonial em Portugal” (2016b).

8 Veja-se Caruth (1996).

9 Veja-se Thompson (2011).

10 Entrevista efetuada por mim no dia 24 de Julho de 2016 em Lisboa.

várias intervenções dos participantes convidados, “igualmente politizados”, com total liberdade para fazerem o que quisessem num “contexto onde a liberdade não existia”. Transformando-se num exercício para “desconstruir aquilo que limitava a liberdade”. A guerra colonial, presente metaforicamente na intervenção de António Aragão, era de entre os outros temas referentes às imposições da Ditadura um dos maiores interditos da sociedade portuguesa, sendo justificado por ser, no testemunho de Melo e Castro:

1º) uma nítida alusão à abundância e/ ou refastelamento na comida que se vivia em Portugal enquanto pessoas morriam; 2º) que grande parte dos jovens portugueses estavam a ser mortos de várias maneiras, não só fisicamente, mas também psiquicamente. O próprio Jorge Peixinho foi internado no Hospital militar como louco! Simplesmente simulou a loucura para ser dispensado! Eu não fui à guerra por causa da idade. Se o 25 de Abril não tivesse sido em 1974, na próxima incorporação, eu era chamado. Estava já preparado psiquicamente para não ir, mas, eu tinha família, tinha de me exilar com a família atrás, mas eu ia para o estrangeiro. Mas veio o 25 de Abril e a minha geração foi preservada, mas a geração 3 ou 4 anos mais nova que eu foi toda ainda, entre eles o Jorge Peixinho, que iria para a Guiné e só não foi porque simulou que estava louco para ser dispensado. Mas houve quem desse o chamado literal tiro no pé, houve moços que deram tiros em si próprios para não irem à guerra. Eu conheço um crítico que se auto-mutilou. Cortou um dedo. Não é brincado! Outros fugiram e nunca mais voltaram, por exemplo, o Silvestre Pestana apanhou um susto tão grande que foi para Paris, não se sentiu seguro em Paris, foi para Bruxelas, não se sentiu seguro em Bruxelas, foi para a Dinamarca, da Dinamarca foi para a Suécia e só se sentiu seguro na Suécia!¹¹

(RE)SINCRONIAS HISTÓRIAS

Nas duas últimas décadas, têm surgido em Portugal vários projetos artísticos, do teatro às artes plásticas, onde estão presentes os temas da Ditadura, da Revolução, do colonialismo e do pós-colonialismo, de entre os quais se inscreve o tema dos “silêncios” da guerra. Estes projetos têm a particularidade de serem produzidos, na sua grande maioria, não pela geração que participou na guerra mas pelas gerações posteriores, as denominadas gerações da “pós-memória” (Hirsh, 2012). Estes projetos fazem uso de memórias de arquivo, usando cartas dos militares, registos fotográficos e de vídeo, recolhendo testemunhos documentais ou orais, que conjugam frequentemente com uma expressão performativa. Gera-se assim uma relação entre performatividade e memória histórica, fazendo uma relação entre performance social e performance artística. São exemplos, entre outros, os trabalhos de Joana Craveiro e André Amálio no teatro, mas também, outros artistas como Manuel Botelho, Filipa César, Vasco Araújo ou mesmo Ângela Ferreira, Paulo Mendes que, na primeira pessoa, ou usando intérpretes, reconstroem, recriam, re-imaginam uma história performatizada onde se justapõem elementos factuais e imaginários. Na dança, encontramos mesmo um projeto precursor, em 1995, na peça *a Dança de Existir* de Vera Mantero, onde a coreógrafa e intérprete refletiu sobre a guerra de ex-Jugoslávia ao mesmo tempo que incluiu uma composição so-

11 Idem.

nora de testemunhos de ex-participantes na guerra colonial em África, que ouvira numa estação de rádio portuguesa.

Estes projetos têm a particularidade de não terem tido por base um arquivo histórico em torno dos percursos da performance, ao contrário do que terá acontecido, por exemplo, na performance americana, produzida pelos denominados *Estudos de Performance* (Richard Schechner, Marshall Carlson, Diana Taylor, Peggy Phelan, Philippe Auslander, entre outros). Na verdade, tal como aconteceu com os temas da pré e pós história revolucionária e da sua relação com a ditadura fascista, a performance arte portuguesa também não foi transmitida para as gerações futuras nem através da museologia, nem através da academia, pelo que, de algum modo, o ciclo atual de rememoração histórica em Portugal (Madeira, 2012, 2016a), que teve como alguns dos principais elementos despoletadores a crescente crise social em Portugal a partir de 2009, reforçada com a celebração recente, em 2014, dos 40 anos da Revolução de Abril e do início do processo de descolonização do império colonial português, tem levado ao ressurgimento de discursos sobre a memória ou contra-memória histórica.

A uma rememoração mais mediática, despoletada pelo efeito celebratório desses momentos inaugurais da democracia portuguesa, junta-se um repertório de crise que gera outro tipo de influências e memórias. As teorias da comunicação, como a teoria sociológica do campo, também denominada teoria empírica do campo ou dos “efeitos limitados”¹², têm sublinhado, que a influência mediática, da comunicação de massas, é apenas uma parte da influência mais global que se encontra presente nas relações comunitárias e na comunicação interpessoal. Esse repertório de crise acaba por trazer à memória colectiva contextos opressores. A influência ou contaminação do contexto atual por essas memórias faz-se pelo partilhar de um contexto amplo onde esses elementos possam estar latentes (Gumbrecht, 2010), como uma espécie de repertórios incorporados (Taylor, 2003) nas memórias difusas, nos gestos, atitudes, comportamentos, nas palavras usadas, portanto, também de forma indireta. Os estudos do trauma têm aliás reforçado essa ideia mostrando como ele é transmitido entre gerações diferentes, nomeadamente, no seio das famílias, e mesmo sem que dele se fale.

Essa intensa revisitação das memórias coletivas mais invisíveis da história, ou seja, de processos que procuram recuperar “histórias suprimidas que se localizam de formas particulares, a que alguns têm acesso de forma mais eficiente do que outros” (Foster, 1999) abrange, pela primeira vez em sincronia, não só temporal mas também de conteúdos, quer as questões da memória histórica portuguesa, quer as questões de recuperação de linhagens artísticas mais performáticas, como a performance arte portuguesa.

De algum modo, acionando processos de contra-memória histórica estes artistas que fazem uso da performance e das memórias históricas procuram mostrar que os discursos dominantes, revelam tão só uma história específica que, como refere Michel Foucault no seu ensaio “The Historical a priori and the Archive” (1969), envolve uma forma de dispersão no tempo, um modo de sucessão, de estabilidade ou de reativação. Estes artistas, usam a performance para dar conta da arqueologia dos discursos, já que para analisar criticamente os discursos dominantes, como nos diz ainda Foucault, é preciso pôr em prática o “princípio da inversão”, ou seja, é preciso experimentar discernir

12 Ver análise de Mauro Wolf em *Teorias da Comunicação* (1991).

as formas de exclusão, da limitação, da apropriação dos discursos, mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas (Foucault, 1997).

CONCLUSÃO

O que faz a “performance artística” que trata o tema da guerra é recriar as histórias da História portuguesa. Nesse processo, não procura necessariamente a verdade factual e única, mas as verdades subjetivas, mesmo especulativas, onde se incluem as próprias “improbabilidades da comunicação”, contendo também os *não ditos* e os seus silêncios (Heinich, 2011; Thompson, 2011). O seu papel parece ser o de produzir uma “história performativa” ou uma “performance histórica” (Rokem, 2000), ou mesmo uma abordagem histórica filosófica e/ ou especulativa, no sentido de “uma história auto-consciente, produzida por autores que procuram justificar as suas particulares unidades de referência narrativas, a sua organização narrativa dos materiais históricos” (Fain, 1970: 233). Esta “reorganização” permite-lhes a transmissão intergeracional dessas histórias, produzindo interrelações entre diferentes temporalidades e gerações, através das próprias interrelações de factos e imaginários, de géneros e disciplinas. Deste modo, estes projetos artísticos procuram fazer circular sentidos diversos da história, mesmo opostos, promovendo assim a reflexão, a resignificação e a “re-fusão” dos elementos da performance social (Alexander, 2006) dos portugueses, numa dinâmica que permita dar conta da complexidade da constituição das identidades sociais na atualidade, a partir das memórias que foram transmitidas do passado e daquelas que serão transmitidas para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, J., et al. (2006). *Social Performance - Symbolic Action, Cultural Pragmatics, and Ritual*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Burke, P. (2010). “Co-memorations. Performing the past” em Karin Tilmans, In: Van Vree, F.; M. Winter, J.M. *Performing the Past – Memory, History, and Identity in Modern Europe*. Amsterdam University Press.
- Carruth, C. (1996). *Unclaimed Experience, Trauma, Narrative, and History*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press Baltimore and London.
- Castro, E. M. e (2015). “António António, Aragão Aragão”, Revista *cibertextualidades*, nº07, “Estudos sobre António Aragão”, org. Rui Torres, Porto, Ed. UFP, pp. 127-134.
- Estrela, A. (2015). *Pockets of Silence*, Catálogo. In: (http://www.museoreinasofia.es/sites/default/files/exposiciones/folletos/alexandre_estrela_eng_web.pdf) (acedido 19/07/2016).
- Fain, H. (1970) *Between Philosophy and History – The Resurrection of Speculative Philosophy of History Within The Analytic Tradition*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Foster, H. (1999). *The Return of the Real*. Cambridge. London: The MIT Press.
- Foucault, M. (1997). *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Foucault, M. (1969). “The Historical a priori and the Archive”. In Merewether, C. (Ed.) (2006). *The Archive*. Cambridge: Whitechapel and The MIT Press
- Golberg, R. (2007) *A Arte da Performance – Do Futurismo ao Presente*. Lisboa: Orfeu Negro.

- Gil, J. (2005). *Portugal, Hoje – O Medo de Existir. Relógio de Água*, Lisboa. (10ª edição).
- Gumbrecht, H. U. (2010). “Uma rápida emergência do ‘clima de latência’”. *TOPOI*, V.11, 21, Jul.-Dez. 303-317.
- Heinich, N. (2011). *Sortir des camps, Sortir du Silence – De L’indicible à L’imprescriptible*. France: Les Impressions Nouvelles.
- Hirsh, M. (2012). *The GENERATION of POSTMEMORY - Writing and Visual Culture After the Holocaust*. New York, Columbia University Press.
- Kibuuka, B. G. L. (2012). Eurípedes e a Guerra do Peloponeso: Representações da guerra nas tragédias Hécuba, Suplicantes e Troianas. Tese de Doutorado Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História.
- Lourenço, E. (2013 [2000]). *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva. (9ª edição).
- Lourenço, E. (2014) *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Lisboa: Gradiva.
- Luhmann, Niklas (2006). *A Improbabilidade da Comunicação*. Lisboa: Vega.
- Madeira, C. (2016c, no prelo). “Transgenealogies of Portuguese performance Art”. In *Performance Research: On Trans/Performance*. 21(5).
- Madeira, C. (2016b). “A arte contra o silêncio: Relações entre arte e Guerra Colonial em Portugal”. In *Colóquio Letras: Guerras*. FCG: 191. Jan.-abril. 95-108.
- Madeira, C. (2016a) “Performance Art in Portugal in the Mid-1980s? A Drift Towards Music?”. In Guerra, P., Moreira, T. (Ed.). *Book Proceedings International Conference Keep it Simple, Make it Fast!*, Universidade do Porto: Jan. 109-115.
- Madeira, C. (2012) “The ‘return’ of performance art from a global perspective”. *Cadernos de arte & antropologia*:1(2).87-102.
- Madeira, C. (2007) *O Hibridismo nas Artes Performativas em Portugal*, Tese de Doutorado, Lisboa: ICS-UL.
- Oliveira, F. de (1983). *Teatro e Poder na Grécia*, Revista Humanitas, V. XLV, Coimbra: Universidade de Coimbra. 69-93.
- Rokem, F. (2000). *Performing History Theatrical Representations of the Past in Contemporary Theatre*. Iowa: University of Iowa Press.
- Teixeira, C. D. (2006). *Música, Estética e Sociedade nos Escritos de Jorge Peixinho*. Lisboa: Edições Colibri.
- Thompson, J. (2011). *Performance Affects – Applied Theatre and the End of Affect*, England and New York: Palgrave Macmillan.
- Torres, S. (org.) (2015). *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Steiner, G. (2014 [1958]). *Linguagem e Silêncio – Ensaio sobre Literatura, A Linguagem e o Inumano*. Lisboa: Gradiva.
- Taylor, D. (2003). *The Archive and Repertoire – Performing Cultural Memory in the Americas*. Durham and London: Duke University Press.
- Turner, V. (1987). *Antropology of Performance*. New York: PAJ Publications.
- Wittgenstein, L. (1995). *Tractatus logico-philosophicus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wolf, M. (1991). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

ESTÓRIAS PORTUGAL-ÁFRICA: CONCEPÇÃO DE UM ESPAÇO DIGITAL DE PARTILHA¹

PORTUGAL-AFRICA STORIES: DESIGNING A DIGITAL SPACE OF SHARING

FRANCISCO LIMA SOARES²

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS

1069-061 LISBOA, PORTUGAL

FRANCISCOLIMASOARES@GMAIL.COM

MARIA TERESA CRUZ

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS

1069-061 LISBOA, PORTUGAL

TERESACRUZ12@GMAIL.COM

RESUMO

Um dos traços mais marcantes da cultura digital contemporânea é a constante partilha de memórias e experiências, vividas ou imaginadas. A presença ubíqua das redes sociais, associada a um desenvolvimento frenético do software e das aplicações que permitem captar e transmitir as mais variadas mensagens, alterou o modo como nos confrontamos com as imagens e narrativas que vão constituindo a memória cultural da nossa sociedade. Este artigo enquadra teoricamente e apresenta o projeto de investigação artística *Estórias: Portugal-África* que pretende responder a estes processos através da produção de um arquivo digital sobre experiências de entrosamento entre Portugal e África com raiz em histórias individuais, familiares e comunitárias, de migrações e cruzamentos culturais, provenientes da época colonial ou dos fenómenos pós-coloniais da miscigenação cultural e da afro-descendência. Neste texto, reflete-se em torno das dinâmicas transculturais possibilitadas pelos media, pelas redes de informação, pelas indústrias culturais e pelas artes contemporâneas mobilizadas por este projeto.

1 Menção de apoio: este artigo integra-se no projeto de investigação *Estórias: Portugal-África* apoiado pela Direção Geral das Artes, na categoria de Artes Digitais.

2 A concepção e responsabilidade científica do projecto de investigação bem como a redação relativa à sua apresentação, são da responsabilidade de Maria Teresa Cruz; a redação do restante artigo, incluindo a revisão de literatura, é da responsabilidade de Francisco Lima Soares.

PALAVRAS-CHAVE

arquivo, arquivo digital, memória cultural, novos média, arqueologia dos média

ABSTRACT

One of the most distinctive traits of contemporary digital culture is the uninterrupted sharing of memories and experiences both lived and imagined. The ubiquitous presence of social networks, along with the fast development of software and applications that enable the recording and transmission of many different messages has changed the way in which we confront the images and narratives that make up our societies' cultural memory. This article theoretically frames and describes the project *Estórias: Portugal-África*, which tries to be an answer to these processes by producing a digital archive about personal experiences that connect Portugal and Africa, experiences that can be rooted in family or community, in migrations and cultural crossings, in the colonial period or the post-colonial situations of cultural miscegenation. In this article I reflect on the transcultural dynamics made possible by the new media, the information networks and the practices of contemporary art mobilized for this project.

KEYWORDS

Archive, Digital archive, Cultural memory, New media, Media archaeology

O PROJETO *ESTÓRIAS: PORTUGAL-ÁFRICA*

Este projeto centra-se nas narrativas e imaginários que apresentam e agem sobre a ligação contemporânea entre Portugal e África. Esta ligação, multigeracional e transversal na sociedade portuguesa, com raízes no passado colonial mas também em vários movimentos migratórios do período pós-colonial, decorre tanto de memórias como de vivências presentes e, ainda, dos fenómenos da afrodescendência, cada vez mais significativos no Portugal contemporâneo. Atualmente, esta ligação é também significativamente construída pelo discurso dos media, pelas indústrias culturais e pelas redes de informação, dos quais decorre um alargamento das experiências, das representações e do imaginário partilhados entre a cultura portuguesa e as culturas africanas lusófonas. Neste novo cenário, vamos assistindo à redescoberta da memória colonial por uma nova geração, assim como à reclamação e representação de novas "africanidades", decorrentes da afrodescendência e da miscigenação cultural. O contexto em que esta ligação e esta revisão da memória se renovam e em que novas identidades se constroem é hoje, por sua vez, o contexto da globalização, onde os fenómenos da transnacionalidade e do entrosamento cultural são fortemente potenciados, mas não isentos de novas tensões, de novos fenómenos de estigmatização e de novos estereótipos.

O projeto *Estórias: Portugal-África* visa mapear e investigar este imaginário em transformação, contribuindo para a sua consciencialização e análise, mas também para o seu enriquecimento, e por isso se assume como um projeto simultaneamente investigativo e votado à produção cultural e à criação. Seguindo a hipótese de Maurice Godelier, segundo a qual "o imaginário é pensamento, enquanto conjunto das interpretações que a Humanidade inventou para explicar a si mesma a ordem ou a desordem que reina no universo ou na sociedade", é do imaginário que partimos para apreender uma certa forma de pensamento, onde se enredam vivências,

memórias, afectos, lugares comuns, e efabulações, acreditando que o imaginário desempenha um papel fundamental na determinação da própria ordem simbólica e também do que experienciamos como real.

Sendo na verdade “o domínio do Imaginário, um mundo real, mas composto de realidades mentais ou ideais confinadas ao espírito dos indivíduos (imagens, ideias, juízos, raciocínios, intenções)” diz ainda M. Godelier, “estas permanecem desconhecidas daqueles que habitam à sua volta, não podendo agir sobre a sua existência” a não ser através da sua exteriorização e partilha. (Godelier, 2007: 43). A partilha do imaginário é por isso condição e efeito da cultura, a qual se alicerça nele desde sempre, sob a forma de arquétipos e de imagens indispensáveis à construção da memória e da identidade, e ainda através das artes, que o enriquecem e transformam.

O imaginário da ligação entre Portugal e África esteve, durante muito tempo, capturado por um certo tipo de imagens, as imagens do Portugal colonial, tendo vindo a ser, nas últimas décadas, reapresentado e desconstruído por diversas investigações. Estas têm trazido ao conhecimento público aspetos de uma história que importa de facto não apagar, e que vai sendo aliás acrescentada pelo desvendar de novos arquivos. A redescoberta desta memória por uma nova geração, isenta da responsabilidade por este passado histórico, confere um olhar à vez mais inquisidor, mas também mais estético, sobre estes arquivos, onde encontramos por sua vez uma imagética de enorme impacto, pela violência das suas implicações no plano político e humano.

Esta imagética colonial e o seu desarquivamento pós-colonial têm marcado assim muito impressivamente o imaginário da nossa relação com África, na sua vertente histórica e coletiva. Este processo deixa ainda na sombra dimensões vividas desta experiência, dispersas na enorme massa da memória vernacular, sempre mais heteróclita, diferenciada e em tensão, tanto com os véus da história como com os processos do seu desvelamento / julgamento. Nessa memória vernacular, que age diretamente e silenciosamente sobre a transmissão da experiência e se encontra dispersa pelo conjunto do tecido social, está inscrita, em toda a sua extensão a história coletiva, nomeadamente alguns dos seus não-ditos e também algo do que restará como seus interditos. Do apagamento traumático da violência à domesticidade e intimidade da experiência colonial, da dor à felicidade, tudo nesta memória vivida e vernacular é mais matizado a ambivalente, não encontrando por vezes estas histórias ligação de sentido com o relato historiográfico, cuja missão é o aprofundamento de uma verdade histórica, com mais ou menos contraditório. Passando sempre de algum modo por uma crítica das imagens ele implica também, consequentemente, uma certa erosão do imaginário, provocada pelo julgamento histórico.

Abrir a via das histórias, é abrir espaço à produtividade imaginária intrínseca da narrativa e a outra forma de ação da história sobre nós. A tecitura simultaneamente documental e ficcional da narrativa está carregada de uma significação antropológica ampla, na qual o imaginário é justamente um fio de ligação entre o individual e o coletivo, o presente e o passado, o próprio e o outro. A organização da experiência e da memória na forma narrativa é uma das formas fundamentais da produção de identidades, dos processos de subjetivação e de representação, produzindo ao mesmo tempo linhas de fuga imaginárias relativamente à própria ordem simbólica criada pela narrativa.

A possibilidade de cada um contar a sua história representa, ao mesmo tempo, a abertura de um lugar de enunciação e de construção de um ponto de vista sobre a história dificilmente acessível de outro modo, sobretudo quando esta foi uma história de dominação. A possibilidade de uma história do outro e pelo outro demora por muitas razões a fazer-se e, por isso, é frequentemente através da literatura e das artes, guardiãs mas também transformadoras da memória, que se vai rompendo a captura do imaginário pelas cadeias da história. É nessa medida que o Atlas *Estórias: Portugal-África* se desenha como uma obra coletiva, um espaço poético aberto e participativo, mas convoca também especificamente artistas e autores, assumindo plenamente uma vertente de investigação artística e de curadoria.

Não haverá por certo uma reinvenção da ligação cultural entre Portugal e os países africanos lusófonos sem esta explosão do imaginário, alimentada pela memória e pela cultura do outro, por novas interseções criativas e também por novos lugares-comuns. Este é já na verdade o contexto presente, marcado por uma relação cada vez mais pregnante entre as cultura portuguesa e africanas, resultante de novas migrações, dos fenómenos da afrodescendência, dos processos da globalização e do estabelecimento de novas redes de comunicação. Todos estes aspetos contribuem a seu modo para a interpenetração cultural e para a emergência de novas narrativas pós-coloniais, num cenário não isento de problemas e de tensões, mas também marcado por novas virtualidades. O propósito deste projeto é o de contribuir para o reconhecimento e valorização desta nova condição, composta por identidades multiculturais complexas e por um entrosamento crescente de práticas, de formas de sociabilidade e de expressão, estendendo ao plano da imagem e do imaginário o papel integrador que tem sido sobretudo atribuído à língua enquanto ordem simbólica comum.³

ESTÓRIAS: PORTUGAL-ÁFRICA, MEMÓRIA E ARQUIVO

O que podem os Estudos dos Média trazer ao estudo das relações entre Portugal e o continente africano, que ainda não tenha sido desenvolvido por disciplinas como a História, os Estudos Pós-Coloniais, a Antropologia ou os Estudos Africanos?

As reflexões apresentadas neste artigo resultam da participação na gestão e conceção do projeto *Estórias: Portugal-África*, que se caracteriza, antes de mais, pela construção de uma plataforma digital. Esta é simultaneamente um arquivo digital de imagens e narrativas que ligam África e Portugal, e um objeto artístico que apela às dinâmicas de interação e participação associadas aos novos média e à arte contemporânea.

Assim, parte do princípio que uma discussão em torno dos dispositivos e práticas da nova configuração digital do arquivo na nossa cultura audiovisual e de *software* pode ser acompanhada de uma experimentação artística que mobiliza essas mesmas técnicas.

3 O projeto *Estórias: Portugal-África* é uma iniciativa multidisciplinar do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, em desenvolvimento desde Outubro de 2015, dirigido pela Prof. Maria Teresa Cruz e que envolve uma equipa de conceção e comunicação (CECL-UNL), uma equipa de desenvolvimento técnico e gráfico (Bagabaga Studios CRL), um conselho científico multidisciplinar e um conjunto de artistas plásticos, sob a curadoria de Ana Rito.

Os arquivos tradicionais, que não prescindem hoje dos seus componentes digitais, constituem a ferramenta central a que recorrem as disciplinas supracitadas, na sua tentativa de conhecer os contornos desta relação. Este conhecimento assenta maioritariamente nos conteúdos destes arquivos. Mas os estudos dos média procuram compreender como é que as características do arquivo enquanto meio de comunicação técnico determinam a natureza das representações que recebe, transmite e processa.

Num panorama de constante troca de informação, sob a forma de narrativas e imagens, textos e sons, possibilitado pelo arquivo digital, com as concomitantes técnicas de registo e transmissão, o que pode ser inscrito e lido na memória cultural do século XXI?

Os arquivos tradicionais, os arquivos pessoais guardados e os arquivos ubíquos da contemporaneidade, todos coexistem através da digitalização. Como se pode mediar artisticamente esta informação, tornando-a sensível e legível para os portugueses e africanos que, hoje, constroem o seu imaginário comum?

Afirmam os editores de *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura*, na introdução a esta compilação de textos multidisciplinar, que “a globalização que marca a contemporaneidade realça a urgência de promover o conhecimento entre os povos”. “O olhar de África e dela sobre o mundo” exige um particular esforço de compreensão. Não só pelo complexo passado destes olhares, mas também em virtude da “intensificação dos fluxos de gente, bens e ideias, com relevo para as migrações transnacionais” (Rodrigues, 2011).

As representações que emergiram ao longo dos séculos podem ser investigadas no sentido de apreender os traços dos povos que as produziram, no modo como se olharam a si próprios e entre si. Mas é igualmente importante compreender que estas representações tiveram de se exteriorizar sempre e só assim se inscreveram na memória cultural geração após geração. E nesse sentido, estas representações não só se socorrem do aparato simbólico da cultura, como dos dispositivos e práticas que as mediaram tecnicamente. É também pelas técnicas que compreendemos o Homem.

Olhando a nossa história e recuperando uma das máximas de McLuhan, as novas formas digitais de mediação simbólica serão necessariamente responsáveis por mudanças no conjunto da experiência contemporânea⁴. Na forma como agimos e como nos concebemos a nós mesmos e aos outros. Os meios de comunicação atuais desencadeiam, necessariamente, um novo conjunto de representações.

A questão não é, pois, como podemos utilizar os média para investigar a história das relações entre Portugal e África. Mas sim, como podemos pensar os novos média, tais como o arquivo digital, de modo a que este possa mediar um conjunto de experiências que promovam o reconhecimento da nossa identidade multifacetada. Esta investigação, ainda em curso, em torno dos novos média inclui uma vertente de experimentação e concretização sob a forma de uma plataforma online. Entre o arquivo e a partilha de histórias, este espaço transindividual e poético tem como objetivo possibilitar tecnicamente o registo, transmissão e processamento das imagens e narrativas, do passado e do presente, que compõem o nosso imaginário comum. Concomitantemente, prossegue o seu estudo dos média, ao questionar as

4 As mudanças sociais, políticas, psicológicas, económicas, entre outras, provocadas pelos média eletrónicos guiam o seminal texto de McLuhan (McLuhan, 2008).

técnicas - os dispositivos e as práticas - que a cada momento ligam simbolicamente experiência e memória.⁵

Que representações de África e de Portugal, dos africanos e dos portugueses, podem hoje emergir num arquivo digital?

MEMÓRIA CULTURAL E ARQUIVO

Quando hoje falamos do arquivo ainda é possível que nos estejamos a referir àquela que foi a sua primeira definição culturalmente disseminada, nomeadamente a do arquivo como monumento. Há mais de dois mil anos, já os romanos depositavam no interior do templo de Saturno os documentos e objetos que consideravam ser de extrema importância para o estabelecimento da sua história, para a oficialização da sua autoridade e para a consolidação do seu legado. Neste se guardavam insígnias e tratados, decretos do Senado, documentos que davam conta das finanças públicas ou as moedas que, desde Júlio César, imortalizavam igualmente o retrato do imperador. O arquivo era, numa primeira fase, indistinguível do tesouro público (Parikka, 2012: 114). Aos objetos e documentos que deviam ser preservados como testemunho da cultura e do mundo estava associada uma ideia de preciosidade, refletida simultaneamente nos materiais raros que eram utilizados e nas características físicas deste espaço. O espaço murado e protegido do arquivo delimitava física e simbolicamente a lei, ou seja, o conjunto das inscrições que as sociedades humanas consideravam indispensáveis para a manutenção e gestão da ordem social. O arquivo era, como tal, uma ferramenta do poder, materializada como monumento público. Mas também delimitava um conjunto de ideias e valores que deviam ser transmitidos à posteridade, face à efemeridade de tudo aquilo que excluía do seu espólio. O arquivo era já, neste sentido, um médium, criador de *mementos* para as gerações futuras.

O arquivo na sua forma monumental, que se prolonga de um ou outro modo até aos nossos dias, sobretudo através dos museus e das instituições ligadas à herança cultural, acumulava em si funções de gestão e celebração do Império pela informação preservada materialmente. O arquivo é, desde há muito, uma das principais ferramentas de armazenamento e classificação da experiência (Parikka, 2012: 113-4).⁶

Só no século XIX estaria completa a primeira alteração drástica do conceito, configuração e funcionamento do arquivo. Apesar de documentos e objetos muito singulares continuarem a ser uma prioridade (que começa a ser transferida para essa outra criação do século, o Museu), as novas possibilidades de registo e um progressivo desejo de racionalização das sociedades leva à concepção burocrática do arquivo, que desencadeará, já no século XX, a sua teorização moderna (Parikka 2011: 114).

5 Entre as iniciativas do projeto contam-se a construção de uma plataforma multimédia colaborativa (ainda em fase de desenvolvimento), que recorre às novas práticas mediais características das novas redes de informação e à programação de software para a visualização e pesquisa de dados, a produção de uma série de obras digitais por parte de artistas plásticos e a organização de um dicionário crítico do projeto, a cargo de um conselho científico multidisciplinar.

6 Jussi Parikka segue de forma muito próxima a trajetória histórica do arquivo enquanto médium proposta por Cornelia Vismann, autora de uma das poucas obras a discutir aprofundadamente a relação entre a lei e os meios de comunicação (Vismann, 2008).

Cada cidadão passará a inscrever-se na memória da sua cultura sob a forma de documentos, identificações e exames que o classificarão de acordo com os parâmetros normativos que regem a sociedade. O arquivo passa, pois, a reunir o conjunto de dados que ligam cada indivíduo ao sistema em que se insere, calculando a ordem das suas integrações e desvios. Enquanto médium, o arquivo diferencia-se em arquivos tão variados como os hospitalares, escolares, jurídicos, prisionais ou corporativos. Desta viragem burocrática desviam-se os Museus, que enquadram os arquivos numa situação expositiva, e os arquivos pessoais que obedecem, antes de mais, aos afetos do arquivista. Com este primeiro alargamento do arquivo até à sua concepção burocrática, um campo muitíssimo vasto de informações passa a ser acumulado e preservado, pelos governos e instituições, na convicção de que nele reside a resposta racional a um mundo cada vez mais convulso e caótico. O arquivo responde, desde o século XIX, ao mundo disperso das massas. E torna-se, por isso, o médium necessário ao funcionamento burocrático das instituições, academias e corporações que acreditam poder englobar e sistematizar logicamente todos os aspetos relevantes da experiência humana e do funcionamento das sociedades.

Pode dizer-se, então, que o arquivo é uma forma de consolidação da memória cultural das sociedades humanas⁷, que preserva as informações relevantes para uma descrição de cada momento histórico e, simultaneamente, um instrumento de gestão do presente, que autoriza o poder pela exclusividade, veracidade e facticidade dos seus conteúdos.

O ARQUIVO E O DISCURSO

Foi Michel Foucault quem, já na segunda metade do século XX, alargou o conceito de arquivo para lá das suas fronteiras monumentais e da sua reticulação burocrática. Tendo assistido ao *linguistic turn* e pertencente a um meio intelectual extremamente influenciado pelo estruturalismo, Foucault terá pressentido que a confiança cega na instrumentalidade do arquivo devia ser questionada. Só assim podemos conceber o arquivo como uma invenção ou técnica cultural que autoriza o estabelecimento da realidade face àquilo que exclui e preserva. O arquivo, diríamos na terminologia de Bernhard Siegert, refere-nos a um conjunto de “operações ônticas”⁸.

Se a nossa memória cultural se objetiva na textualidade do arquivo, no qual temos o que realmente teve lugar, podemos afirmar que só aquilo que pode ser inscrito e incluído nesse “espaço” se cimenta enquanto realidade. Uma das ideias transformadoras de Foucault foi a de que o alcance do arquivo enquanto médium abarcava a experiência de cada um, apesar dos limites de acesso impostos no caso de espaços físicos de arquivo. O discurso, ou seja, as possibilidades enunciativas disponíveis a cada momento numa cultura definem aquilo que pode ser inscrito e, por isso,

7 Seguimos aqui a definição de memória cultural proposta por Leroi-Gourhan, segundo o qual esta constitui o conjunto das exteriorizações que permitem uma memória coletiva, e para a qual contribuem as dimensões “animal”, “humana” e “artificial” da memória. Leroi Gourhan traça também um trajeto pelas formas de memória cultural que derivam dos seus diferentes momentos históricos de aparelhamento técnico. (Leroi-Gourhan, 2002: 57-67)

8 Para uma descrição da ontologia dos média enquanto técnicas culturais, consultar Winthrop-Young, 2013.

preservado. O arquivo, para Foucault, perde toda a sua territorialidade, pois que funciona em permanência na atividade discursiva dos seres humanos⁹. O arquivo é, neste sentido, uma ferramenta conceptual (materializada nos mais diversos dispositivos, técnicas e práticas) que a cada momento autoriza o que pode ser dito, e por isso o que pode ser inscrito. O arquivo é, segundo Foucault, o conjunto dos discursos que, baseados na nossa memória cultural, nos permitem estabelecer a realidade na qual comunicamos, e que assim governam os nossos modos de pensar, agir e exprimir.

É precisamente esta visão alargada do arquivo que propiciará uma Arqueologia do Saber: a caracterização e descrição dos discursos possíveis a cada momento, dos seus confrontos e desdobramentos, das suas admissões e exclusões. A necessidade de recorrer ao arquivo para confirmar a continuidade dos acontecimentos históricos é substituída pela reflexão em torno dos discursos que, descontinuamente, estabeleceram a realidade e historicidade das nossas infinitas experiências do mundo através do médium do arquivo. Torna-se claro que o arquivo é o que define, de uma forma muito mais profunda do se suspeitava, o acesso à memória cultural da nossa espécie.

Em 1981-82 Foucault daria um curso no Collège de France, posteriormente publicado no volume *A Hermenêutica do Sujeito*, em que refletiu sobre o “cuidado de si” na Grécia de Platão, na Roma de Marco Aurélio e Sêneca, na transição para o Cristianismo. O “cuidado de si” abarca um conjunto de processos de subjetivação, que podem ser entendidos como as relações entre o “eu” e a figura discursiva do “si mesmo” ou, mais precisamente, como os modos de o “eu” se posicionar no seio de uma cultura.

O “si-mesmo” que encontramos nas *Cartas a Lucílio*, por exemplo, reporta-nos a sujeitos instituídos numa época, num espaço, no seio de uma sociedade, enfim numa cultura em que o “cuidado de si” é um dos dispositivos centrais de subjetivação. Mas é possível pensar processos de subjetivação no âmbito de culturas em que o “cuidado de si” não ocupa esse papel. Em que o sujeito é engendrado por outros discursos, provenientes de outras configurações do arquivo.

Qualquer subjetivação, nesta perspetiva, depende de dispositivos, técnicas e práticas que operem as passagens entre a experiência individual e o domínio da memória cultural, e que tanto podem ser conceptuais como materiais. Os sujeitos possíveis num dado momento decorrem, por isso, das possibilidades de aparelhamento do indivíduo ao sistema de sentido em que participa. Os sujeitos são fruto do arquivo, que medeia a sua interação com a memória cultural.

Desta relação com o arquivo - deste processo de subjetivação - resultam materializações do “eu” no plano discursivo que permanecem como documentos, rastros de uma cultura. Artefactos que são vestígios discursivos: experiências individuais do mundo mediadas através do que pode ser dito e inscrito. As manifestações semióticas do “eu” assumem sempre uma qualquer materialidade, porque exigem a linguagem em que se exteriorizam.

Neste ponto, faz sentido retomar uma passagem específica da “Hermenêutica do Sujeito” em que Foucault procura explicitar as condições necessárias para a

9 Como clarifica Fernando Cascais na sua introdução à *Arqueologia do Saber*, os discursos são *a priori* históricos e “os enunciados são acontecimentos, com as suas condições e o seu domínio de aparecimento, e coisas que comportam a sua possibilidade e o seu campo de utilização. Aos sistemas de enunciados propõe-se Foucault chamar-lhes o *arquivo*.” (Foucault, 2014: 20-1)

existência de uma cultura. Isto é, as condições em que se pode dar a participação do indivíduo num sistema simbólico comum, desencadeando processos de subjetivação. Estas, de acordo com Foucault, podem ser sistematizadas em quatro pontos (Foucault, 2006: 220-1):

- i) “[Que exista um] Conjunto de valores que têm entre si um mínimo de coordenação, de subordinação, de hierarquia.”
- ii) “Que estes valores sejam dados como sendo ao mesmo tempo universais, mas não acessíveis a qualquer um”
- iii) “A fim de que os indivíduos atinjam estes valores, são necessárias certas condutas, precisas e regradas. (...) São necessários esforços e sacrifícios. (...) é necessário mesmo poder consagrar a vida inteira a estes valores para ter acesso a eles.”
- iv) “[Que] O acesso a estes valores seja condicionado por procedimentos e técnicas mais ou menos regrados, que tenham sido elaborados, validados, transmitidos, ensinados, e estejam também associados a todo um conjunto de noções, conceitos, teorias, etc., enfim, a todo um campo de saber.”

O “cuidado de si” articula-se, pois, com um conjunto de valores hierarquizados, através de práticas e técnicas regradas, no interior de um campo de saber comum, passível de ser transmitido e ensinado. O “cuidado de si” marca uma forma, documentada e registada como texto – no Alcibiades de Platão, nas cartas de Sêneca a Lucílio ou nas meditações de Marco Aurélio -, de cruzar uma experiência individual do mundo e a experiência cultural da vida em sociedade, que definirá um tipo particular de sujeito. Os processos de subjetivação que esta hermenêutica descreve fundamentam-se no discurso escrito, em artefactos textuais.

Ao retomar as quatro condições para a existência de uma cultura enumeradas por Foucault, verificamos que nenhuma delas implica necessariamente um arquivo textual. São exigidos, apenas, elementos dessas regras e práticas que apontem para um campo estruturado de valores transmissíveis, isto é, portadores de significado. Elementos que tenham retido os vestígios de um sentido (mesmo que indecifrável, como é o caso da maioria das inscrições pré-históricas, por exemplo). São as materializações de uma cultura, isto é, são objetos que permitem a exploração arqueológica dos valores, das práticas, das técnicas e dos conceitos.¹⁰

O ARQUIVO PARA A ARQUEOLOGIA DOS MÉDIA

A arqueologia dos média é uma corrente dos Estudos dos Média que procura adaptar o método arqueológico de Foucault não só aos discursos na sua forma tex-

¹⁰ Podemos dizer que Foucault aponta para estes outros elementos do discurso, que não se constituem como episteme textual, numa secção da arqueologia denominada “Outras Arqueologias” (Foucault, 2014: 248-9)

tual, mas à sua mediação pelos dispositivos técnicos de registo e transmissão¹¹. A nossa memória cultural está repleta de inscrições que não dependem somente do arquivo textual. A técnica, através dos seus dispositivos e práticas, define (de forma cada vez mais intensa e total) os nossos processos de subjetivação. A arqueologia dos média procura descrever os meios de comunicação, do mesmo modo que a arqueologia do saber descreve as formações discursivas. Seria impossível tentar compreender as formas de inscrição e leitura que sustentam a nossa cultura sem refletir acerca dos dispositivos técnicos e das práticas envolvidos nessas mediações simbólicas. Os nossos processos de subjetivação são, antes de mais, técnicos.

A arqueologia dos média é um empreendimento historicamente empírico que investiga o funcionamento dos meios de comunicação (Parikka, 2012: 113). Não só na sua estreita relação com a cultura em que estes se inseriram ou inserem, mas através de uma experimentação com esses mesmos meios, que os liberte do seu enquadramento exclusivamente “histórico”¹².

ARQUIVO DIGITAL

O desenvolvimento das tecnologias de mediação digitais desencadeou mudanças profundas na concepção que fazemos do arquivo, que por este mesmo motivo será um dos principais tópicos da arqueologia dos média.

Monumento, burocracia e discurso: três formas progressivas de conceber o arquivo, à medida que este foi perdendo os seus contornos, até abarcar, na definição de Foucault, todas as mediações simbólicas entre a memória cultural e os sujeitos de uma cultura. A arqueologia dos média coloca a seguinte problemática: como repensar o conceito e práticas do arquivo na era dos média audiovisuais e do software? (Parikka, 2012: 113)

Na modernidade, e mais do que nunca na era digital, a quantidade de informação produzida, transmitida e armazenada aumenta exponencialmente, a par e passo com desenvolvimentos de ordem técnica (por exemplo, a capacidade de captar e fazer circular imagens).

Os média que nascem a partir do computador digital - os chamados novos média - acrescentam ao conceito de arquivo a capacidade de processamento técnico da informação. As características essenciais dos meios de comunicação, segundo Kittler - armazenamento, transmissão e cálculo¹³ - ficam assim reunidas num só dispositivo, capaz de traduzir qualquer mediação segundo um código binário, capaz de transformar um média em qualquer outro. A digitalização é, possivelmente,

11 Outras correntes contemporâneas dos Estudos dos Média investigam de que forma as características técnicas dos nossos dispositivos e práticas digitais nos constituem como “sujeitos”. Nos Estados Unidos encontramos os Software Studies liderados por Manovich (para uma descrição pormenorizada, ver a introdução a Manovich, 2013). Já na Europa é de referir a Teoria dos Média Alemã (para uma explicação e crítica deste termo consultar Siegert, 2013).

12 Para arqueologias dos média que salientam esta dimensão de experimentação e prática consultar o trabalho de Wolfgang Ernst e Erkki Huhtamo.

13 Esta é uma sistematização recorrente na obra de Friedrich Kittler, extremamente influente em todas as correntes dos Estudos dos Média que abordam o poder ontológico que resulta das características materiais e operativas dos meios de comunicação técnicos.

um momento de total desterritorialização, ou pelo menos de dispersão do arquivo, porque os discursos não só são mobilizados por todos, como co-existem sob um mesmo tipo de formalização, permitido pelas nossas máquinas (quase) universais, idealizadas por Alan Turing.

Ante este panorama contemporâneo, de que forma se deve conceber a relação entre o arquivo e a memória cultural?

A nova instabilidade do arquivo, que acompanha as mais diversas formas de armazenamento e transmissão, para o qual todos contribuem e que passou a incluir condições de acesso muito mais complexas, exige que o arquivo seja concebido como um constante processo de inscrição e leitura¹⁴. Uma arqueologia dos média avançará as seguintes questões: Que implicações têm estas novas práticas e discursos do arquivo para a nossa concepção de herança e memória cultural? Ou, revertendo a questão, como podemos pensar o papel do arquivo e do museu em culturas do software? O que significa e como podemos arquivar uma cultura feita de processos técnicos e sociais?

Em *Programmed Visions*, Wendy Chun, uma das autoras-chave da corrente dos Estudos de *Software*, reflete acerca da associação que a nossa cultura tem feito entre memória e armazenamento. Olhamos o computador digital como um instrumento capaz de armazenar a totalidade das inscrições que produzimos. Mas, e em primeiro lugar, esquecemos que também os elementos digitais são preservados sob uma base material, que inclui servidores e outros tipos de hardware capazes de proceder à transmissão e leitura das inscrições. São precisos objetos que nos permitam fazer correr os programas, são exigidos processos técnicos capazes de executar esta forma de memória. O arquivo como *software* não memoriza a totalidade da nossa experiência. Armazena inscrições (algumas delas instruções) que podem desvanecer e que permitem que o presente se caracterize como um “efêmero que perdura”. (Chun, 2011: 167-173)

Por outro lado, os tipos de informação armazenados no arquivo passaram a incluir, desde a gravação sonora e do cinema, um elemento temporal, que introduz uma dimensão temporalmente crítica no arquivo. Ou seja, o que se preserva são também objetos com uma duração. Segundo Wolfgang Ernst, o novo regime de memória cultural caracteriza-se por um presente que, enquanto categoria temporal, se bifurca numa multiplicidade de operações “microtemporais”. O presente não é um “agora” estável, mas um processo que na nossa cultura dos média técnicos se define através de processos de software, *streaming*, codificações e decodificações de dados, ou outras formas de manipular os fluxos de dados enquanto processos temporais (Parikka, 2012: 123). A informação não é estável, o que liga intimamente o regime de processamento e questões relacionadas com a memória. Diz Ernst que “o arquivo multimídia lida com media verdadeiramente baseados no tempo (que são imagens e sons), existindo cada imagem e cada som apenas num momento discreto no tempo. Congelar uma imagem eletrônica significa congelar o seu ciclo de renovação (refresh)” (*apud*, Parikka, 2012: 116-7).

14 “Apesar de a função tradicional do arquivo ser a de documentar um acontecimento que teve lugar num tempo e lugar específicos, a ênfase do arquivo digital passa a ser a regeneração, (co-)produzida pelos utilizadores online de acordo com as suas necessidades.” (Ernst, 2013: 95)

Finalmente, o armazenamento compulsivo de inscrições não implica a sua verdadeira inclusão numa memória dita cultural. A ameaça inerente ao arquivo digital não tem tanto que ver com os objetos ou os discursos que exclui, mas com a abundância de informação que é, hoje, capaz de armazenar. Antes de mais, coloca-se a questão do mapa de Borges. No limite, se todas as nossas ações forem registadas e armazenadas, o arquivo acabará por coincidir com a experiência ela mesma (Borges, 1982). Se não conseguimos navegar por completo a nossa experiência, passará a resposta pelo armazenar de todas as experiências, de todos os indivíduos do mundo?

Como lemos este arquivo que nos ultrapassa completamente? Só a inteligência artificial é hoje capaz de lidar com a quantidade de informação registada e armazenada. Este sublime informático é para nós ilegível na sua totalidade, e só pelo auxílio das nossas ferramentas digitais ele pode começar a ser inteligível. A inteligência artificial pode não “sentir” ou “pensar” como o humano, mas ultrapassou-o, irreversivelmente, nas suas capacidades de cálculo. A nova configuração do arquivo, que se refere mais ao gesto de arquivar do que ao arquivo delimitado¹⁵, não garante que tudo aquilo que se armazena devesse memória. Na verdade, só o gesto de constante re-atualização de um conjunto de dados pode garantir que estes são lidos no plano cultural e não desaparecem no mar informacional que hoje se acumula ilimitadamente. Sem esta re-atualização, que é no fundo a nossa capacidade de conferir sentido a uma inscrição pela sua recorrente leitura, podemos esperar apenas que essa informação seja agrupada em leituras técnicas do arquivo. Quem nos lê nos grandes números da *big data* - as máquinas que calculam e processam as nossas inscrições - lê-nos com o propósito de nos otimizar enquanto consumidores, de nos prever politicamente, de decidir racionalmente ante números que não estão ao alcance da nossa própria racionalidade, mas apenas dos detentores dessas poderosas ferramentas de cálculo, como é o caso das empresas de Silicon Valley, entre as quais se contam a Google ou o Facebook (Chun, 2008). Apesar de todas as promessas a que está associada, a atual memória técnica do arquivo conduz a processos de subjetivação cuja relação com a memória cultural que os engendra é fundamentalmente opaca. O desenvolvimento do software, em particular, é devedor de concepções da memória oriundas da Biologia e da Genética que, apesar de lidarem com a inscrição e processamento de informação, não nos permitem conceber a mobilização de sentido envolvida nestas mediações. É aí que as humanidades digitais podem contribuir para uma análise dos meios técnicos de informação que envolvem processos arquivísticos.

Questionar o conceito de arquivo equivale também a tentar compreender os modos de inscrição da informação e da cultura, no momento em que novas formas da economia e do capitalismo enquadram decisivamente a relação que vamos estabelecendo com bases de dados cada vez mais pessoais e acessíveis (Parikka, 2012: 115). Wendy Chun procura também traçar esta constelação que une mediações técnicas e economia neo-liberal, defendendo que a ideia de um software que “já está sempre lá” para permitir qualquer tipo de inscrição e acesso deriva mais das equivalências numéricas que integram os fluxos de informação no atual sistema finan-

15 Diz Wolfgang Ernst (citado em Parikka, 2012: 123) que o arquivo não tem hoje que ver com o armazenamento e preservação, mas sim com a transmissão.

ceiro globalizado, do que da relação que efetivamente estabelecemos com a trama simbólica da nossa cultura (Chun, 2011: 137-140). É inevitável que neste cenário não se desencadeiem processos de subjetivação regidos pelas operações técnicas do arquivo digital e pela capacidade decisória das grandes corporações que detêm e programam o acesso a essa informação. Mesmo que seja promovida a imagem de que toda a nossa memória está agora armazenada e ao nosso alcance, há, de facto, uma vasta e complexa rede de dispositivos e práticas regradas que configuram a nossa memória cultural. Só no modo de funcionamento destes processos podemos discernir algumas das características essenciais da nossa relação com a trama simbólica que nos define enquanto sujeitos.

Pode mesmo seguir-se o argumento de Manovich, segundo o qual a base de dados computacional se tornou a forma primária de organizar e expressar a realidade. Em vez da narrativa, que foi por muitos séculos a forma primordial de ler e conferir sentido aos elementos arquivados na nossa memória cultural, as coleções estruturais de dados a que chamamos base de dados formam novos tipos de realidades informacionais possibilitadas pelo computador. A memória cultural não se impõe como um conjunto fechado de histórias que fazem parte do domínio público e que gerem as nossas estruturas simbólicas (Parikka, 2012: 114).

As estórias e a sua publicação acontecem hoje como a fala. Experienciam-se e passam, publicam-se e desaparecem - não porque o seu registo não se tenha operado, mas porque a sua leitura raramente se repetirá, porque escassamente serão re-atualizadas. As estórias devêm dados, números que só o processamento informático consegue reunir num todo, para uma leitura que, por si só, tem pouco que ver com o leitor ou o espectador de uma cultura assente na mediação analógica. A memória que retém o que nos acontece é muito diferente da memória humana com que nos lembramos, a nós mesmos, do que aconteceu.

Concomitantemente, é admirável que algumas das ações mais repetidas em todo o planeta hoje sejam construir uma história no *Snapchat*, publicar no *Facebook*, postar um tweet ou partilhar uma imagem no Instagram. A revolução digital trazida pela difusão dos novos média altera por completo a capacidade de cada um produzir e transmitir conteúdo, e nomeadamente narrativas, que partem de uma experiência pessoal do mundo.

Por outro lado, há uma transversalidade entre as plataformas e redes sociais que ligam todos estes dispositivos e que tornaram a publicação de uma estória num ato corrente, constante e repetido por milhões de pessoas a qualquer hora do dia. As estórias abundam, não só em pequenos círculos, disseminadas boca a boca, mas muitas vezes acessíveis a qualquer um que as procure ou que com elas se depare nos espaços interativos da internet. Publicar uma história é quase indistinguível, hoje, de viver e experienciar um acontecimento, especialmente devido à velocidade com que esta se regista, se codifica, se processa e é transmitida.

Não só o preço dos dispositivos capazes de o fazer se tornou acessível a uma percentagem cada vez maior da população, como esses mesmos dispositivos se miniaturizaram e, com o florescimento e expansão homéricos das redes wireless, passaram a poder ser utilizados em qualquer parte. Pode afirmar-se que a ubiquidade foi também conquistada pelos produtores, e não só pelos produtos capazes de oferecer uma experiência sensorial mediada.

Na profusão de histórias e objetos mediados pelos arquivos digitais, e na sua diversidade, compreendemos que a memória está hoje perante o seu sublime informacional: demasiada informação para ser contida num todo, para ser sistematizada, para ser organizada num esquema valorativo universal.

Retomando a definição de cultura de Foucault, como podemos avaliar a cultura que se define por este conjunto de valores e por este tipo particular de acesso a esses mesmos valores?

É aqui que podemos retomar o carácter de experimentação que define a arqueologia dos média. A atual condição do arquivo enquanto médium tende, por um lado, a conjugar uma memória fundamentalmente numérica baseada na leitura neo-liberal e programada das inscrições sob uma base digital e, por outro lado, a fomentar interações simbólicas assentes nas bases de dados multimédia por oposição à narrativa. A arqueologia dos média procurará manipular e jogar com os dispositivos e práticas do arquivo digital, de modo a que os textos, imagens e sons que hoje podem ser armazenados, transmitidos e processados possam ser portadores e produtores de sentido. Só assim podemos esperar que os processos de subjetivação que decorrem do arquivo digital correspondem a uma memória verdadeiramente cultural.

Este é, também, o local de cruzamento entre os estudos dos média e as artes digitais. No fundo, trata-se de mobilizar o potencial da arte - enquanto conjunto das materializações simbólicas de uma cultura destinadas à experiência estética - e acoplá-lo ao arquivo enquanto médium. Como podemos recorrer ao arquivo e a todas as suas funcionalidades digitais, de modo a que a informação por ele mediada nos permita, de facto, reconhecer a humanidade das experiências aí inscritas? Como podemos encaminhar a capacidade de registo e partilha dos nossos dispositivos, o potencial de interatividade e tradução do nosso software e dos nossos programas, a organização e processamento da informação depositada nos nossos arquivos para a criação de um espaço poético, onde as narrativas, as imagens e os traços que depositamos possam ser portadores de significado? Seremos capazes de apelar à manutenção de uma cultura que defina para nós, e não apenas para as nossas máquinas, um conjunto de valores? Como podemos ter um papel nas inscrições que produzimos? E como podemos partilhá-las sem que o seu destino seja somente a manutenção de uma sociabilidade veloz, mas desalienada? Cada vez mais estamos ligados ao arquivo, mas é cada vez menos claro o sujeito que esse arquivo fará de nós.

CONCLUSÃO

Na experimentação arqueológica e artística com os novos média, e nomeadamente com o arquivo, há um impulso para a criação de espaços transindividuais¹⁶, que são os espaços (também técnicos) da nossa memória coletiva e do seu imaginário. Não para nos homogeneizar, ou uniformizar o nosso perfil enquanto consumidores e cidadãos, mas para potenciar o reconhecimento dos sujeitos e das individualidades que integram e transformam a nossa cultura.

Outra consequência do arquivo digital e da sua disseminação é a atenção que este desperta acerca dos arquivos pessoais, que até este momento não tinham in-

16 A relação entre a técnica e os processos ontológicos de individuação foi um dos principais temas da obra de Gilbert Simondon, como é explorado em Combes, 2012.

tegrado os conjunto de inscrições preservadas na memória coletiva. Os múltiplos arquivos pessoais que reunimos hoje no digital e as interações entre os vários objetos, de várias fontes, que estes possibilitam, renova o interesse pelas representações que podem emergir do confronto entre estes espólios privados.

Só no último ano, uma série de iniciativas em Portugal dá conta do interesse crescente na compilação e curadoria de arquivos vernaculares para fins expositivos, que sinalizam a vontade de abrir espaços transindividuais onde se jogam processos de reconhecimento e subjetivação. Assim, por exemplo, o projeto Traça procurou reunir filmagens oriundas de arquivos familiares e pessoais, sem um chapéu temático unificador, a não ser o médium do vídeo “caseiro”. A compilação destes elementos e a sua exibição em exposições públicas permite ao espetador refletir sobre o modo como ao longo das últimas décadas as pessoas se olharam a si mesmas, ao espaço e à sociedade que as circundava, através daquilo que optaram por filmar quando passou a ser acessível registar em vídeo experiências do dia-a-dia, das suas viagens, da família, só para nomear algumas das situações mais retratadas.

Também o *Arquivo dos Diários*, uma iniciativa a decorrer na biblioteca de São Lázaro em Arroios, optou por abordar a questão dos arquivos vernaculares, centrando-se na especificidade mediática do diário. O conjunto de experiências individuais é reunido tendo por base as características materiais deste médium que permite um registo confessional muito próprio. Estas não podem reescrever a cada relato o curso dos acontecimentos históricos. Mas estas formas de arquivo estimulam o reconhecimento das experiências individuais e humanas que povoam a História, através do confronto com o que outros seres humanos optaram por registar nos seus cadernos pessoais.

Com o projeto *Estórias: Portugal-África*, procurámos que a construção desses espaços transindividuais se fizesse também através da criação de um interface (ainda em desenvolvimento). Os arquivos VHS ou de diários conservavam o tempo, mas os arquivos técnicos do presente podem ser descritos como arquivos em movimento, dinâmicos e em permanente mudança (Parikka, 2012). Arquivar sobrepõe-se ao arquivo, porque o objetivo não é racionalizar o conjunto das imagens e narrativas, mas interagir com sobreposições do nosso imaginário coletivo. Como peça de artes digitais, o seu médium é o arquivo, acessível ao público, que tanto pode ser espetador, como produtor dos seus conteúdos.

A omnipresença do arquivo digital na contemporaneidade, o seu dinamismo, o seu papel na manutenção da nossa memória cultural e o seu cruzamento com as práticas artísticas que o adoptam enquanto médium são questões que motivam este projeto. Pode o reconhecimento do nosso imaginário comum ser promovido pela implementação de uma plataforma web contributiva para a recolha de histórias? Que representações podem ser mediadas por uma base de dados multimédia (de texto, foto, desenho, vídeo, som) sobre memórias e experiências, histórias de ligação entre as culturas portuguesa e africanas, com raiz em diferentes espaços e temporalidades?

Uma vez que o imaginário comum entre Portugal e África tende a ser definido pela história extraída dos arquivos tradicionais, faz todo o sentido encetar uma arqueologia dos média assente na experimentação e na criação artística, e que se debruce sobre o arquivo digital e as representações multiformes e heteróclitas que daí emergem.

Com as possibilidades oferecidas pelo digital e pela natureza das suas inscrições, arquivar pode ser também, hoje, reconhecer a fluidez e diversidade inerentes às nossas identidades, tecnicamente aparelhadas, portuguesas e africanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Borges, Jorge Luís "Sobre o Rigor na Ciência", in *História Universal da Infâmia*, trad. de José Bento (Lisboa: Assírio e Alvim, 1982)
- Chun, Wendy Hui Kyong, "The Enduring Ephemeral, or the Future Is a Memory," *Critical Inquiry* 35, no. 1 (Chicago, IL: University of Chicago Press, 2008, p. 148-171)
- Chun, Wendy Hui Kyong (2011) *Programmed Visions: Software and Memory* (Cambridge, MA: The MIT Press)
- Combes, Muriel (2012) *Gilbert Simondon and the Philosophy of the Transindividual* (Cambridge, MA: The MIT Press)
- Ernst, Wolfgang (2013) *Digital Memory and the Archive* (Minneapolis, MN: University of Minnesota Press)
- Foucault, Michel (2006) *A Hermenêutica do Sujeito: Curso dado no Collège de France (1981-82)* (São Paulo: Martins Fontes)
- Foucault, Michel (2014) *A Arqueologia do Saber* (Lisboa: Edições 70)
- Godelier, Maurice (2007) *Au fondement des sociétés humaines* (Paris: Albin Michel)
- Leroi-Gourhan, André (2002) *O Gesto e a Palavra 2 – Memória e Ritmos*, coleção "Perspetivas do Homem" (Lisboa: Edições 70)
- Manovich, Lev (2013) *Software Takes Command* (New York, NY: Bloomsbury Academic)
- McLuhan, Marshall (2008) *Compreender os Meios de Comunicação: Extensões do Homem* (Lisboa: Relógio d'Água)
- Parikka, Jussi (2012) "Archive Dynamics and Software Culture" in *What is Media Archaeology* (Malden, MA: Polity Press)
- Rodrigues, José Damião e Rodrigues, Casimiro, "Introdução" in *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*, coleção "Estudos e Documentos" (Ponta Delgada: 2011, Centro de História de Além-Mar)
- Siebert, Bernhard "Cultural Techniques: Or the End of the Intellectual Postwar Era in German Media Theory" in *Theory, Culture and Society* 30 (6) (Londres: Sage, Novembro 2013)
- Vismann, Cornelia, *Files: Law and Media Technology*, coleção "Meridian: Crossing Aesthetics" (Stanford, CA: Stanford University Press, 2008)
- Winthrop-Young, Geoffrey, "Cultural Techniques: Preliminary Remarks" in *Theory, Culture and Society* 30 (6) (Londres: Sage, Novembro 2013, p. 9-10)

**O IMPÉRIO CONTRA-ATACA:
A PRODUÇÃO SECRETA DE PROPAGANDA FEITA
POR ESTRANGEIROS PARA PROECÇÃO INTERNACIONAL
DE “PORTUGAL DO ULTRAMAR”¹**

**THE EMPIRE STRIKES BACK:
THE SECRET PRODUCTION OF PROPAGANDA BY FOREIGN
DIRECTORS TO GAIN INTERNATIONAL PROJECTION FOR THE
“PORTUGAL OF THE OVERSEAS”**

MARIA DO CARMO PIÇARRA

UNIVERSIDADE DO MINHO, CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
E CENTRO DE ESTUDOS COMPARATISTAS DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
4710-057 BRAGA, PORTUGAL
CARMORAMOS@GMAIL.COM

RESUMO

Quando se iniciou a contestação internacional à posse de colónias por Portugal, como é que o Estado Novo usou o cinema na projecção de uma retórica luso-tropical? A partir de 1965, vários documentários realizados pelos franceses Jean-Noel Pascal-Angot e Jean Leduc foram exibidos internacionalmente, no circuito comercial de distribuição cinematográfica, em festivais, nas televisões e mostrados às principais organizações não governamentais. O financiamento desta produção supostamente independente - em que o Brasil era apontado como o modelo social em recriação em Angola enquanto que o funcionamento da Commonwealth era assumidamente inspirador em Moçambique -, dando enfoque ao desenvolvimento económico e social, foi mantido confidencial. “Do Minho a Timor somos todos portugueses” era a “evidência” que este cinema encomendado queria impor.

Através da análise de filmes de propaganda do colonialismo português realizados por realizadores franceses questiono, porém, se a afirmação do “orgulhosamente sós” foi uma declinação retórica, para afirmação da política colonial internamente, enquanto para o exterior se projectava, progressivamente e com maior intensidade durante o Marcelismo mas ainda durante o Salazarismo, a imagem de outro Portugal, menos espartilhado, em termos de costumes, e aberto ao capital estrangeiro.

1 Menção de apoio: Este artigo foi produzido no âmbito do projeto de pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/93217/2013, cofinanciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Social Europeu (FSE) - Programa Operacional Potencial Humano (POPH), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) Portugal 2007-2013.

PALAVRAS-CHAVE

Luso-tropicalismo; propaganda cinematográfica; Estado Novo; filmes coloniais; projecção cinematográfica; representações coloniais; filme-palimpsesto; discurso

ABSTRACT

When the United Nations began to question the possession of colonies by Portugal, how were films used by Estado Novo to project a luso-tropical rhetoric?

From 1965, documentaries directed by French filmmakers Jean-Noel Pascal-Angot and Jean Leduc were showed internationally in cinemas, film festivals, televisions and were presented to the major non-governmental organizations. The Portuguese regime's funding to this production supposedly independent - in which Brazil was appointed as the social model in recreation in Angola and the functioning of the Commonwealth was presented as inspiring for Mozambique – was kept confidential. "From Minho to Timor we are all Portuguese" was the "evidence" that this commissioned film production wanted to impose.

Through the analysis of these international colonial propaganda films commissioned by Portuguese regime, I question, however, if Salazar's claim of Portugal standing "proudly alone" was a rhetorical declination, only to affirm internally the colonial policy, while abroad it was being projected an image of another Portugal, less corseted in terms of customs, and open to foreign capital.

KEYWORDS

Luso-tropicalism; cinematographic propaganda, Estado Novo/ New State; Colonial Cinema; film projection; colonial representations.; film-palimpsest; discourse

Este ensaio é um contributo para a análise da projecção do colonialismo português através do cinema, com um enfoque particular na história da produção de filmes assegurada, a partir de meados dos anos 60, por realizadores franceses. Que papel desempenharam estes filmes, exibidos internacionalmente, no circuito comercial de distribuição cinematográfica, em festivais, televisões e apresentados às principais organizações não governamentais, na promoção nacional e internacional de um suposto luso-tropicalismo característico de Portugal, concebido como multirracial, multi-cultural e pluricontinental?²

O financiamento pelo Estado Novo desta produção supostamente independente - em que o Brasil era apontado como o modelo social em recriação em Angola enquanto que o funcionamento da Commonwealth era assumidamente inspirador no caso de Moçambique -, dando enfoque ao desenvolvimento económico e social, promovido, também supostamente, pela administração colonial portuguesa, foi mantido confidencial.

Inspirado nos *Cadernos do cárcere* e nas *Cartas do cárcere* de Gramsci [cruzando também outra influência, a de *A ordem do discurso*, de Foucault, e aprofundando o que já fizera em *Orientalismo*, ao considerar o conjunto da escrita sobre o Oriente

2 Uma versão preliminar e mais curta deste ensaio foi publicada, com o título "O império contra-ataca: produção secreta de filmes coloniais para projecção mundial" em *Os cinemas dos países lusófonos*. V Simpósio internacional/VII Mostra. Coord. Jorge Cruz e Leandro Mendonça. UERJ/UFF Rio de Janeiro: Edições LCV.

como um discurso, em *Culture and Imperialism*], Edward Said analisa textos literários tomados como fonte para entender as dinâmicas da política e da cultura nas suas relações com o imperialismo. Através do comentário a obras primas ocidentais argumenta que foi por via da cultura que o imperialismo ocidental se legitimou e “conquistou” o mundo impondo-lhe o seu modelo económico. Said sustenta que poder e ideologia trabalharam para criar e manter um sistema de dominação que funciona para além da dominação militar. Analisou a linguagem, imagens e símbolos usados nas narrativas “orientalistas” para mostrar como a natureza formativa e não meramente expressiva destas moldou identidade, imaginação, subjectividade, história, cultura e interacção entre opressor e oprimido. Conclui que estas imagens moldaram historicamente a forma como o Ocidente concebeu negativamente o “outro”, justificando assim a sua obrigação de dominar.

Evoco Said para sustentar a análise que proponho sobre a ordem do Estado Novo subjacente ao discurso cinematográfico durante a ditadura no que se refere especificamente ao colonialismo. Note-se que, tanto em Portugal como noutros países europeus, são escassos os estudos sobre como o cinema representou as ex-colónias, predominando antes aqueles com enfoque na literatura. Apoio-me, pois, numa proposição de Jean-Michel Frodon (1998) – a de que a nação partilha com o cinema a necessidade de projecção de modo a poder existir. Em *La projection nationale. Cinéma et nation*, Frodon constata como, a partir do último terço do século XIX e durante todo o século XX, a *sociedade das nações* se tornou a forma dominante de organização social. Paralelamente nota que o cinema se impôs no século XX como o novo modo de criação artística, produtor de mitologias e do prazer de massas.

As propostas de Frodon sublinham a solidariedade gerada entre a história das nações e a do cinema e a sua hegemonia durante todo o século XX. Adicionalmente, o autor afirma haver uma comunhão na natureza de ambos: existem e não podem existir de outro modo que não seja por via da projecção. Este mecanismo partilhado é da sua natureza.

Na análise do conceito de nação, Frodon parte da estabelecida por Benedict Anderson (1983), segundo a qual nação é “uma *comunidade política imaginária* e imaginada como intrinsecamente limitada e soberana”. Assumindo a definição de Anderson, a comunidade é ficcional porque imaginária e que é imaginada como limitada e soberana (o imaginário nacional) através da projecção, interiorizada intimamente mas através de um processo colectivo, de uma memória “oficial” – que, nos estados totalitários é, no limite, um magma em que a memória individual deve ser coincidente com a colectiva.

Frodon propõe que a nação se inventa a partir de um real revisto e corrigido segundo uma dramaturgia. Vai mais longe, e propõe que os mesmos critérios usados para definir nação se aplicam exactamente ao cinema. Escreve que é a projecção de um traço da realidade que funda o cinema e o distingue de todas as técnicas comparáveis precedentes. Esta é feita em grande formato, no escuro, perante uma assembleia voluntária de indivíduos que partilham, sem se verem, a mesma “visão magnificada”.

O Estado Novo coroa a transição para o autoritarismo iniciada como a revolução militar de 28 de Maio de 1926 e é o epílogo de um processo de combate e represão às organizações políticas e sindicais da Primeira República.

O desenvolvimento de uma ideologia nacionalista de legitimação do novo regime impôs-se e tornou-se necessária a sua divulgação. Através do modernismo, o ideólogo do regime, António Ferro – o director do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, em quem Salazar confiou para “projectar” a nação –, procura estetizar a cultura tradicional, propondo um revisionismo histórico e estético da “portugalidade”.³ Como é que o Estado Novo fez a projecção nacional através do cinema? Ferro convenceu Salazar – entre outras medidas – a financiar directamente a produção cinematográfica em português para educar o “espírito” do povo. Não obstante o financiamento de obras de propaganda cinematográfica explícita e da produção, pelo próprio SPN, de documentários e actualidades de propaganda, só em 1948 foi criado um organismo, o Fundo Nacional do Cinema (FNC), que veio definir o modelo de filme a promover, para beneficiar do apoio estatal. O filme devia, pois, “ser representativo do espírito português, quer traduza a psicologia, os costumes, as tradições, a história, a alma colectiva do povo, quer se inspire nos grandes temas da vida e cultura universais” (Lei nº 2027, de 18 de Fevereiro de 1948). Este objectivo balizou limites para a criação cinematográfica, restringendo os autores a abordar temas que pudessem beneficiar dos apoios do FNC.

Até ao início da guerra colonial, o cinema português – sobretudo o ficcional – interessou-se pouco pelas colónias. As excepções – documentais, quase exclusivamente - ocorreram quase sempre com motivações políticas fortes subjacentes, devido ao desconhecimento profundo existente em Portugal sobre as colónias e seus habitantes. Iniciada a Guerra Colonial em 1961, o regime quis mudar isso, à semelhança, aliás, da ditadura militar, logo após o golpe de 1926, a qual foi bastante rápida, não obstante a crise financeira, a instrumentalizar o cinema.

“PORTUGAL NÃO É UM PAÍS PEQUENO” PROJECTADO PELO CINEMA NACIONAL

Foi a propaganda a levar a câmara de filmar para as ex-colónias portuguesas. Logo em 1909, Ernesto de Albuquerque filma, em S. Tomé, *A cultura do cacau*, do qual subsiste uma sequência de um minuto. O filme é uma resposta a acusações da empresa Cadbury relativas à existência de trabalho forçado nas ilhas da linha do Equador. É, porém, uma excepção que confirma a regra: a Primeira República não se interessou muito pelo cinema.

Passar-se-ão vinte anos antes que uma câmara de filmar enviada pelo Estado português regresse a S. Tomé, com a Brigada Cinematográfica Portuguesa, dirigida por Fernandes Thomaz, que, em 1929, filma a longa-metragem *Uma visita às propriedades da sociedade agrícola Valle Flôr, Limitada na ilha de S. Thomé*. Filma-se também, com realização de Augusto Seara, *São Tomé agrícola e industrial*.

Estes títulos, que atestam a importância da propaganda económica relativa às colónias, integram já a produção promovida pela ditadura militar chegada ao poder em 1926, enquanto define uma política colonial – o que é feito previamente à Constituição que, em 1933, legitima o Estado Novo –, consubstanciada no Acto Colonial. O novo

3 Transfigurado em Secretariado Nacional da Informação (SNI), em 1944.

Após o afastamento de Ferro do SPN, em 1948, não apareceu ninguém capaz de formular uma política cultural tão marcante quanto aquela que Ferro concebeu e mesmo o seu sucessor mais dinâmico, César Moreira Baptista, manteve a “política do espírito” como referência.

regime ainda está a organizar as finanças quando determina a participação nas grandes exposições coloniais europeias: Exposição Ibero-americana de Sevilha (1929), Exposição Internacional e Colonial de Antuérpia (1930) e Exposição Colonial de Paris (1931).

Por indicação do então ministro das Colónias, Armindo Monteiro, a primeira iniciativa estatal para produzir filmes sobre as colónias africanas, que veio a ser concretizada pelo sucessor de Monteiro, Francisco Vieira Machado, foi dirigida pelo Agente Geral das Colónias e comissário da Exposição de Sevilha, Armando Cortesão⁴, que contratou três equipas. Foram elas a dos Serviços Cartográficos do Exército, a que se juntou Augusto Seara; a da Missão Cinegráfica a Angola, composta por César de Sá e António Antunes da Mata; e a da Brigada Cinematográfica Portuguesa, liderada por Fernandes Thomaz. Além do financiamento da Agência Geral das Colónias (AGC), a produção dos filmes beneficiou do apoio de empresas privadas e da administração local.⁵

Os filmes desta primeira missão ficam-se, em geral, pelo registo da paisagem com imagens em movimento sem acrescentar mais do que faria uma sucessão de imagens fixas fotografadas mecanicamente. Os intertítulos, explicativos, fazem a ligação entre sequências. Em geral, não são mostrados muitos colonos e os “nativos” também não merecem grande atenção.

Má qualidade da fotografia, iluminação e enquadramento, ausência de sentido artístico e científico, titulação incorrecta e reveladora de mau conhecimento dos sítios, da sua geografia e etnografia, foram algumas críticas feitas aos filmes.⁶ As obras foram mostradas sobretudo em sessões de propaganda, pelo que, durante anos, as imagens das colónias portuguesas quase desapareceram do circuito comercial de exibição. Uma excepção foi *Île et Angola Pullman*, de René Ginot, que estreou, em Abril de 1935, com o título *S. Tomé - Jóia do império*.

Previamente, porém, à encomenda estatal de filmes para a participação em exposições, e além de *Cultura do cacau*, que filmes coloniais foram feitos? Poucos,

4 A Agência Geral das Colónias foi fundada no final de 1924 “para preencher uma falta de informação e de divulgação sobre as colónias”. Integrou um “movimento [europeu] pela divulgação das riquezas e dos valores tropicais e também como procuradora e intermediária dos interesses dos Governos de cada uma das possessões ultramarinas” (Garcia, 2011: 119-120). Em 1951 é transformada em Agência Geral do Ultramar (AGU) e vê as competências alargadas ao turismo. Mesmo quando o departamento de propaganda é extinto, seis anos depois, continua a promover reportagens (de cinema, também) relativas a acontecimentos no Ultramar.

5 Dos filmes feitos actualmente existem: *Costumes primitivos dos indígenas em Moçambique* (1929), *Festejos em Lourenço Marques pela passagem dos territórios do Niassa para a posse do Estado* (1929), *Guiné - Aspectos industriais e agricultura* (1929), *São Tomé agrícola e industrial* (1929), *Estradas e paisagens de Angola* (1929), *Quedas do Dala* (1930); *Aspectos do rio Quanza. Quedas do Lucala* (1930); *Planalto de Huíla* (1931), *Ação colonizadora dos portugueses* (1932), *De Lisboa a Luanda* (1932), *O deserto de Angola* (1932), *Pesca da baleia em Angola* (1932) e *Fazenda açucareira “Tentativa”* (1932), *De Lisboa a São Tomé* (1933).

6 O operador de fotografia, César de Sá, escreveu à *Cinéfilo* nº 77 (1930, p. 25) sobre o caso concreto de *Angola* afirmando que “não houve realização nenhuma na verdadeira acepção do termo”. Explica: “[...] só entendo realização de um filme quando há um trabalho mental preparatório, que neste caso não existiu” e que “[...] foi da Comissão Executiva da Exposição de Sevilha que recebi a indicação geral dos assuntos a filmar e foi depois *in loco*, com a minha ‘Debríe’ e com os meus conhecimentos práticos, que tive que resolver essa tal questão da realização”.

documentais e sobretudo de propaganda, embora deva assinalar-se a actividade de Manuel Antunes Amor, amador que filmou as únicas obras feitas – hoje desaparecidas – na “Ásia portuguesa” até meados do século XX. Não se conhecem, porém, quaisquer filmes coloniais realizados na segunda década do século XX. Além das imagens sobreviventes do filme feito em S. Tomé, o filme mais antigo da colecção colonial da Cinemateca Portuguesa (CP) é de 1923 – *Angola - Exposição provincial, agrícola, industrial e pecuária*.

Se a propaganda visada pela AGC através da primeira missão cinematográfica foi posta em causa por motivos imputados aos realizadores, tal não obstou a que o Estado aderisse à prática do momento, copiando outros impérios: trazer o “outro” para exposição, em autênticos zoos humanos, na metrópole. Em 1931, no âmbito de uma feira industrial em Lisboa, instala-se uma aldeia indígena no recinto, com as respectivas palhotas, famílias, animais domésticos, artesãos, provenientes da Guiné. Dois filmes registam o acontecimento: *África em Lisboa - Exposição dos indígenas da Guiné na grande exposição industrial portuguesa* e *Guiné - Aldeia indígena em Lisboa*. Em 1933, a vinda a Portugal de uma companhia indígena de Angola ficou também registada em *A 1ª Companhia de infantaria indígena de Angola em Lisboa*. Na primeira exposição colonial, que aconteceu no Porto, em 1934, Aníbal Contreiras foi encarregue de filmar *Primeira exposição colonial portuguesa e Cortejo colonial do Porto* que fixam igualmente a exibição de “nativos” no evento.

Em 1936 a AGC retoma o esforço de propaganda filmada das colónias. “I cruzeiro de férias às colónias de África Ocidental” fixa a viagem em que estudantes, entre os quais Ruy Cinatti, por iniciativa da revista *Mundo Português* – patrocinada pela AGC e pelo SPN –, foram levados pela propaganda do regime para ver que Portugal “não era um país pequeno”. O filme não teve mais do que uma projecção, não obstante ter sido filmado pelo maior fotógrafo de arte de então, Manuel Alves San Payo. Se é um caderno filmado de viagem onde, aqui e além, há vislumbres do talento de San Payo, o certo é que é um filme pouco apelativo, marcado pelo ritmo intenso da viagem, que não demora o olhar sobre as colónias, e cumpre o papel propagandista do modo mais literal: mostrando vistas e a incursão dos viajantes no espaço colonial.

Criada em 1937, a Missão Cinegráfica às Colónias de África, que visou a produção de filmes que traduzissem o esforço colonizador e o nível de desenvolvimento alcançado, é um investimento de vulto na propaganda. Além do registo da visita presidencial às colónias de 1938, a missão filma os exteriores para o filme de ficção *Feitiço do império*. Dela resultarão vários documentários que foram sendo estreados ao longo da década de 40: *Guiné, berço do império* (1940), *Aspectos de Moçambique e S. Tomé e Príncipe* (1941), *Angola, uma nova Lusitânia e Gentes que nós civilizámos* (1944), *As ilhas crioulas de Cabo Verde* (1945) e *Guiné portuguesa* (1946).

Avalie-se a importância desta produção colonial no âmbito da propaganda estatal por via da reflexão, feita em 1944, pelo Agente Geral das Colónias, Júlio Cayolla – que posteriormente foi o delegado do SNI na supervisão da produção de *Chaimite*, apoiado pelo FCN.⁷ Elogiando o suposto desenvolvimento empreendido pós-Acto

7 Cayolla, J. (1944). A propaganda colonial como elemento de formação duma consciência imperial. *Boletim Geral das Colónias*, Nº 228 - XX, 184.

Colonial, sustenta que é justo que se deseje mais (Cayolla, 1944, pp. 34-35). Pede, entre outras propostas, que “a propaganda pelo cinema, [seja feita] quer com filmes de fundo evocando grandes figuras da nossa história, quer com pequenos documentários em que se veja o actual desenvolvimento das nossas colónias”. Preconiza-se, pois, a continuidade do investimento dos documentários de propaganda económica a par de uma produção ficcional de que *Chaimite* é a ilustração justa.

A visão de Cayolla “fez escola”, portanto, até o movimento do Novo Cinema impor novos temas e um novo olhar sobre os territórios. Apesar da realização de um filme ficcional que não é mais do que um mau “safari cinematográfico”, *Chikwembo! Sortilégio africano* (Carlos Marques, 1953), o grande filme do regime pós-*Feitiço do império* é *Chaimite* (Brum do Canto, 1953), que enaltece as figuras de Paiva Couceiro e Mouzinho de Albuquerque, e é um elogio da obra militar portuguesa, do trabalho dos colonos e faz um retrato menos paternalista dos negros africanos do que *Feitiço* fizera. Manteve-se escassa, porém, a produção de propaganda colonial de longa-metragem ficcional. Predominaram os documentários e actualidades cinematográficas que visaram sobretudo dar conta do progresso técnico e económico nas ex-colónias mas com irregularidade e dependendo quase sempre de apostas pontuais na produção sistemática de filmes.

No pós-guerra, e com o Plano Marshall em curso, a AGC promoveu a realização de vários filmes de propaganda económica assegurados por Felipe de Solms e Ricardo Malheiros. Decorrente dessa iniciativa, em 11 de Agosto de 1950, a Agência promove a projecção, no Tivoli, em Lisboa, dos primeiros oito documentários produzidos em Angola e Moçambique pela dupla Solms e Malheiro, com o apoio financeiro das Câmaras Municipais de Luanda, Lobito, Lourenço Marques e Beira, as Juntas de Exportação de Angola e Moçambique, os Serviços de Instrução Pública de Angola e a Associação dos Produtores de Sisal de Moçambique. Com fotografia de Alfredo Gomes e João Silva, os textos, escritos por Henrique Galvão, tiveram locução de Pedro Moutinho. O *Boletim Geral das Colónias* nº 302-303, que noticiou o evento, esclarece que os filmes integravam um programa de produção então em curso. A edição posterior revela que, no mês seguinte, os mesmos filmes foram apresentados em Coimbra e no Porto, respectivamente no Teatro Avenida e no Cinema Batalha. Também Miguel Spiguel veio a filmar, para o Estado português, uma série de documentários de propaganda económica e turística. Nada, porém, que se compare ao que veio a suceder com a aprovação, em meados da década de 60, do Plano Ultramar.

Na sequência da II Guerra Mundial alteram-se as relações de poder no mundo. Emergem novas nações na sequência do êxito de movimentos de libertação em vários territórios. O regime, que se proclama só enquanto procura, paradoxalmente, ser reconhecido como parceiro mundial, desenvolve uma retórica sobre a especificidade do colonialismo português. Neste período agudiza-se porém a crise colonial, iniciada com as exigências de integração pela Índia dos territórios do Goa, Damão e Diu. A década de 50 é de nova declinação do modelo político colonial. Até à década de 40, inclusive, este teve subjacente uma visão antropológica – que definiu um padrão de raça portuguesa e opôs-se à miscigenação – disseminada pelas figuras referenciais das escolas antropológicas de Coimbra e do Porto, Eusébio Tamagnini e Mendes Correia.

Com a revisão constitucional de 1951, devido às emergências do anti-colonialismo pós II Guerra Mundial e dos novos países do chamado “Terceiro Mundo”, abandonam-se, em Portugal, os conceitos de império e de colónia. Tal é consagrado na Lei Orgânica do Ultramar de 1953, que reflecte um princípio integracionista e reforça a unidade do território metropolitano e ultramarino. Ao conceito de império sucede o de nação pluricontinental em que todos os territórios são Portugal e constituem a Nação.

Sarmento Rodrigues, ministro das Colónias desde 1950, acciona a reforma administrativa não descurando a reforma ideológica do modelo político colonial. Este assimila então — adaptando-o e despojando-o da componente sexual⁸- o luso-tropicalismo, teoria do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, sobre um multiculturalismo assente num denominador comum: a especificidade da adaptação do português e sua cultura a ambientes tropicais.⁹

Quando Freyre publicou, em 1940, *O mundo que o português criou* lançou os fundamentos da concepção de um espaço identitário que perduram na lusofonia. Segundo essa concepção Portugal, Brasil, África, a “Índia Portuguesa” constituíam uma “unidade de sentido e de cultura” dentro de uma tendência para a mestiçagem. Freyre propõe que tal unidade foi sustentada pelo cristianismo português, ideia posteriormente usada pelo Estado Novo na resposta à questionação internacional sobre a manutenção de colónias.

Na década de 40, porém, as posições de Freyre eram ainda incompatíveis com a influência da antropobiologia no modelo colonial. É que se o cristianismo português e a “aptidão de transplantador”, para os trópicos, dos valores europeus, são enquadráveis na ideologia do Estado Novo, a importância dada à mestiçagem e a componente sexual da teoria foram recalçadas.

Quando a guerra colonial começa em Angola, no início de 1961, o regime de Salazar aprofunda a utilização da retórica luso-tropical, para projecção internacional sobretudo, e afirma que há um “modo português de estar no mundo”. O Brasil é assumido como exemplar do espírito multicultural da “portugalidade” e apontado como o modelo social em implementação em Angola, enquanto o desenvolvimento económico, na saúde e na educação acelera. Os documentários da década de 60 espelham essa retórica embora o regime se tenha socorrido de realizadores franceses — Jean Leduc e Jean Noel Pascal-Angot — para mais eficazmente projectar a nação multirracial e pluricontinental.

Salazar, conhecido por gerir as finanças com contenção, não regateou recursos quando recebeu uma proposta de propaganda por Pascal-Angot, realizador de documentários internacionalmente reconhecido. A condição fundamental para o apoio não foi, porém, tanto o prestígio do realizador em causa mas o plano de difusão internacional das obras. A propaganda queria investir-se de credibilidade — aparente pelo menos — e visava a projecção do colonialismo, de sabor luso-tropical, em

8 O relacionamento sexual do português com nativas dever-se-ia à mestiçagem deste e à influência cultural árabe, além da escassez de gente, e teria um propósito evangelizador.

9 Freyre usou pela primeira vez a expressão luso-tropicalismo, em Novembro de 1951, numa conferência em Goa, durante a viagem que Sarmento Rodrigues o convidou a fazer pelo Ultramar. O conceito foi desenvolvido em *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, publicados no Brasil em 1953.

todas as instâncias com relevo político internacionalmente e ainda outras capazes de ajudar a operar uma mudança da opinião pública mundial.

Apesar da profusão de cópias de filmes da autoria de Pascal-Angot, de co-produção luso-belga, com narrações em várias línguas, depositadas na Cinemateca Portuguesa (CP), nunca tinha sido pesquisada – ou encontrada – a informação relativa aos mesmos. O mesmo se verificava quanto aos filmes de Jean Leduc. Foi no âmbito de uma pesquisa sobre o cinema de propaganda feito em Angola antes da independência que identifiquei o primeiro depósito de informação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Posteriormente, encontrei informação, que permanecia classificada como confidencial, no Arquivo Histórico Diplomático português (AHD).

O “MILAGRE” COLONIAL PORTUGUÊS MOSTRADO AO MUNDO

No final de 1963, a Internacional Audio-Vision (IAV) faz à Presidência do Conselho uma proposta para fazer a propaganda internacional de Portugal através de documentários. O assunto foi mantido confidencial para assegurar o êxito da missão propagandista encetada pela produtora belga de que era representante Pascal-Angot.

A IAV anuncia que dedicará 1964 a Portugal e aos seus “territórios ultramarinos” de modo a facultar “um grande filme de prestígio nacional”; documentários de “prestígio e técnicos” quer para a propaganda directa, através dos serviços de informação, quer para as relações públicas e documentação geral dos Ministérios públicos e documentários económicos. Complementarmente, propõe-se promover “uma acção de propaganda a longo prazo no exterior [...] e sublinha que “[...]a difusão, por ser efectuada por uma organização não portuguesa, beneficiaria de possibilidades maiores, de mais amplo crédito, cujos resultados seriam incomparavelmente mais positivos para Portugal”.

Após lamentar que, à data, Portugal seja dos poucos países a não dispor do mínimo de filmes ao gosto do público e que satisfaça as necessidades de propaganda exterior, explica que nisso radica o “mau conhecimento” e falta de compreensão sobre a realidade portuguesa no exterior. Atesta que, se organismos como o SNI e os Centros de Informação e Turismo cumprem a função propagandista no que ao público interno concerne, “a sua eficácia no exterior parece duvidosa para não dizer nula”. Como exemplo negativo, comenta-se o que sucedeu com o filme *Viagem presidencial a Angola – 1963*, realizado por Perdigão Queiroga: “[...] as cadeias de televisão ignoraram sistematicamente os milhares de metros de película que a informação oficial lhes enviou regularmente; as agências de informação não transmitiram aos jornais qualquer comentário sobre essa viagem”.

Os argumentos vingaram mas a negociação dos termos da relação entre o Estado português e a produtora durou um ano. Nesse tempo apurou-se, junto dos vários ministérios, que filmes teria o Estado português interesse em produzir, custos e modo de financiamento além de questões técnicas. O processo, intermediado por César Moreira Baptista, resultou numa grande participação do Ministério do Ultramar (MU) nesta acção de propaganda documental. O MU assegurou mais de metade do valor da proposta final aprovada – com o custo de 615 mil dólares – para a produção de filmes para todos os Ministérios.¹⁰

10 Posteriormente, em 1968, estreou uma série de curtas-metragens essencialmente sobre a economia da metrópole embora também abordando novos temas sobre a economia de Angola e ou-

O Plano Ultramar, cuja carta-contrato foi assinada entre o SNI e a IAV em 28 de Dezembro de 1964, previu a produção de nove filmes – em 35 mm, a cores e com metragem previamente definida –, cinco dos quais sobre Angola e quatro sobre Moçambique. Custaram 9 mil contos, tendo 5500, pagos “pelos Governos-Gerais das duas províncias e pela Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar”, sido imediatamente depositados pelo MU no FCN.¹¹ No total, desse primeiro plano, fizeram-se sete filmes, quatro sobre Angola e três sobre Moçambique dado que o MU aprovou a supressão de dois filmes curtos para aumentar a metragem de outros documentários – e com isso, potenciá-los – que abordaram conjuntamente as duas maiores “províncias ultramarinas”.¹² Em vez de dois filmes distintos, com 17 minutos cada, sobre a acção médico-social em Angola e Moçambique, reuniu-se o material num único documentário de 32 minutos.

A título de exemplo ilustrativo, *Angola-Moçambique (acção médico-social)*, abre com um organigrama da organização da saúde procurando mostrar a modernidade das infraestruturas e a multirraciedade com imagens de negros e brancos investigando e fazendo análises laboratoriais nos institutos de investigação. Filma-se a vacinação em tabancas antes de prosseguir-se reportando o combate à malária (em Moçambique) – dando enfoque ao apoio da Organização Mundial de Saúde – à lepra, à tuberculose. *Moçambique turístico*, *Moçambique – o ensino*, *Moçambique – economia*, *Angola – o café*, *Angola – o ensino*, *Angola – economia* foram os restantes filmes produzidos sendo que este último, que deveria ter 30 minutos, originalmente “cresceu” 515 metros por via da supressão do documentário artístico *Angola* [a diferença entre a metragem prevista para este – 821 metros – foi compensada em *Moçambique – economia*].

Como a titulação dos filmes sugere – procurando exhibir uma suposta objectividade – estes são organizados como reportagens. Revelam qualidade na execução técnica e uma linguagem moderna inexistente na propaganda colonial estritamente política filmada por portugueses. Mostrar o progresso, o desenvolvimento e a modernidade, além da multirraciedade existente, são os eixos à volta dos quais se organiza a realização dos documentários que, através dos seus supostos repórteres, fazem eco do luso-tropicalismo apregoadado.

Como contrapartida pela encomenda das séries designadas como Série Metrópole e Série Ultramar – e em função do valor total da mesma – Pascal-Angot realizou, gratuitamente, *Portugal de hoje*, o qual terá estreado em 25 de Maio de 1967. Na proposta original, propunha-se mostrar: “o país com todos os denominadores comuns, da metrópole ao Ultramar, passando por Macau e Timor, incluindo as ilhas

tras colónias. Tal deverá corresponder à diferença entre os 320 mil dólares gastos com nove filmes do Plano ou Série Ultramar e os 615 mil dólares do conjunto do pacote de que faz parte um Plano Metrópole – há, no ANTT, contratos de filmes sobre obras públicas, comunicações, etc. – proposto pela IAV. Ver ANTT, SNI/IGAC Caixa 671, processo 4.

11 A correspondência trocada atesta que Moreira Baptista foi informado dos motivos legais pelos quais o MU não podia celebrar o contrato com a International Audio-Vision através dos dois organismos que eventualmente o poderiam fazer: AGU ou Delegação Comercial do Ultramar.

12 Posteriormente Pascal-Angot filmou outros documentários relativos a colónias portuguesas mas ainda não localizei a informação relativa à produção dos mesmos e a totalidade dos títulos realizados.

e África. Do grande quadro deve ressaltar, em grande plano, a unidade portuguesa na sua diversidade de tradições e raças”.

Que recomendações trazia Pascal-Angot para o governo português lhe entregar um pacote de realização de filmes de orçamento tão elevado?¹³ Note-se que, à data, filmes de ficção do Novo Cinema português que então surgiam – como *Os verdes anos* (1963) ou *Belarmino* (1964) – custaram entre 800 e 900 contos, o preço cobrado por um destes documentários de 17 minutos entregue em três cópias.

Num parecer não datado escreve-se que é de acreditar na idoneidade moral e técnica do produtor e realizador proponentes – de Pascal-Angot conhecem-se os documentários que o reputam “um técnico de cinema de muito bom nível”. Ao reconhecimento sobre a importância do documentário como meio de informação acresce uma avaliação da qualidade dos filmes portugueses desse género disponíveis:

A nossa cinemateca – e supomos que as de outros departamentos do Estado e empresas não são só pobres, como de baixo nível técnico [a lápis está escrito “isto não é verdade” e algo mais ilegível]. Não nos tem sido possível encontrar entre nós realizadores que assegurem o ritmo, a linguagem cinematográfica, e a objectividade inteligente nos documentários que lhes têm sido encomendados, nomeadamente quando visam fins de esclarecimento político. Em seu favor não deixará, no entanto, de se referir que também não lhes têm dado muitas oportunidades [...].

Considera-se, porém, que, “mesmo que fossem satisfatórias as provas dadas [pelos realizadores portugueses], ficaria sempre a restrição das dificuldades de assegurarem uma ampla difusão, o que só se obtém com ligações estreitas com as grandes empresas internacionais de distribuição”. Conclui-se considerando que a proposta da IAV “parece oferecer bases suficientes à realização de uma boa campanha de esclarecimento da opinião pública internacional” quer tecnicamente quer através da relação com a 20th Century Fox e Fox Movietone.

Para a viabilização do plano parece ter sido determinante a prestação de serviços ao Institut Belge d'Information et Documentation, comprovada por carta de 13 de Novembro e assinada pelo director geral J.J.L. Van Overloop. Atesta que Pascal-Angot filmou, entre 1960 e 1962, por conta do governo tutelar belga no Ruanda-Urundi, vários documentários¹⁴ e que o cineasta fez uma longa-metragem documental sobre o Ruanda-Urundi que apresentava um balanço largamente positivo da acção belga nesta região de África. Finalmente, afirmava que Pascal-Angot soubera impôr-se perante o público internacional obtendo, em 1962, no Festival Internacional do Filme Documental, de Roma, uma Taça de Ouro.

13 Na proposta apresentada, o currículo descrevia-o como vencedor da Taça de Ouro 1962 do Festival Internacional do Filme Documentário de Roma; realizador de mais de 40 documentários de prestígio; acreditado nos principais organismos internacionais: ONU, OCDE, OMS, FAO; realizador de “*Demain L'Angola*” apresentado, a 7 de Junho de 1963, na Televisão Francesa no programa *Cinque colones à la une* (<http://www.ina.fr/video/CAF93012462/demain-l-angola-video.html>) e nas belga, suíça e canadense em *Neuf millions*.

14 *L'agriculture, Le café, Le coton, La pêche, L'action médico-sociale, L'enseignement secondaire, L'enseignement professionnel, Le lac Tanganika, Le tourisme, Les élections, Le verminose, Le kwaskiorkor.*

No entanto, a condição fundamental que viabilizou o Plano Ultramar foi o plano de distribuição dos filmes. A IAV comprometeu-se a apresentar os filmes aos organismos internacionais especializados. À Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e à European Free Trade Association (EFTA) apresentar-se-iam os documentários sobre a economia e/ ou filme de prestígio. À Food Agriculture Organisation (FAO) mostrar-se-ia *Angola – o café*, *Angola – economia* e *Moçambique - Economia*; à United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), *Angola – o ensino* e *Moçambique – o ensino*, e ao United Nations Children’s Fund (UNICEF) e à Organização Mundial de Saúde (OMS), *Angola – Moçambique (acção médico-social)*.¹⁵ A IAV firmou ainda um acordo com a 20th Century Fox para a distribuição internacional de alguns filmes ficando garantido o carácter apolítico dos comentários dos filmes.

Documentação existente no AHD comprova que a difusão foi bem sucedida no que respeita à exibição dos filmes aos organismos internacionais visados. No que respeita à NATO, por exemplo, relata-se:

[...] A pedido da delegação portuguesa à NATO, em Paris, e do Gabinete dos Assuntos Políticos do Ministério do Ultramar, organizámos uma apresentação oficiosa dos filmes Ultramar para o Director da Informação da NATO, encarregue de apreciar o carácter apolítico [sublinhado do autor] dos nossos documentários para dar “luz verde” a uma projecção oficial destes filmes a acontecer em Março, durante a Assembleia da NATO em Lisboa. A conclusão desta Alta Autoridade foi inteiramente favorável e a apresentação dos filmes, perante a Assembleia da NATO, decorreu efectivamente em Lisboa, a 22 de Março de 1966.

A orientação dos temas dos filmes do Plano Ultramar ficou a cargo do MU e as cópias-zero foram apresentadas para apreciação por grupos de trabalho com representantes de vários ministérios. Nos dois relatórios que encontrei e pude consultar, relativos a *Angola – o ensino* e *Angola – Moçambique (acção médico-social)*, sobre o primeiro diz-se que é “Técnicamente bem realizado e inteligentemente concebido”. Nesse documento, datado de 3 de Julho de 1965, o inspector Júlio Monteiro, representante da Direcção Geral de Ensino, considera que o filme apresenta “uma série elucidativa de apontamentos válidos, cheios de espontaneidade, revela uma inestimável alegria de viver das gentes, um optimismo saudável e contagioso que não tem preço – mas não é o que ele gostaria de ver realizado sobre a educação em Angola”. Aponta duas falhas, afirmando que podem ser supridas: a escola do magistério público de Bela Vista, que prepara “professoras” [aspas do relatório] nativas, equivalente à escola do Cuima, merecia ter sido focada ao lado desta “tanto mais que ela demonstra também a preocupação que está merecendo a preparação da mulher nativa” e “a representação visual, através de duas ou três pequenas sequências do lema que está norteando a política do ensino primário em Angola: levar a escola à sanzala”. Diz, porém, que como espectador o filme lhe agrada “pelo equilíbrio, pela beleza e pelo colorido das imagens, que são magníficas”.

15 Além dos filmes sobre Moçambique, naturalmente.

No segundo relatório, assinado a 15, o representante da tutela, Martins Barbosa, considerou que se deu demasiado relevo à acção da OMS mas os restantes membros do grupo de trabalho consideraram isso positivo dado que a exibição do filme visava o estrangeiro.

Documentação existente comprova, com detalhe, que a IAV cumpriu com o contrato quanto à distribuição internacional dos filmes enquanto que, em Portugal, os mesmos foram programados em diversas sessões realizadas por várias entidades além de terem sido mostrados em Angola e Moçambique. Sequências dos filmes foram utilizadas pelas *Actualités Françaises*, o filme sobre Angola e Moçambique foi mostrado no festival de cinema de S. Francisco seguindo depois para Veneza, para o Festival del Popoli, além de *O café* ter passado no Festival do Filme Cultural de Tóquio e obtido uma Medalha de Ouro no festival em Veneza. Certo é que o governo português ficou satisfeito com o cumprimento do Plano Ultramar, ou não teria encomendado a Pascal-Angot vários outros documentários sobre a economia da metrópole e das colónias que foram sendo estreados no final da década de 60. Também não teria reincidido, como o fez, com a série de documentários *Africarama n.º 1 e 2 – Angola*, de 1971. No que se refere a este segundo a simulação de objectividade de um trabalho jornalístico é álibi para a propaganda à política colonial portuguesa e responde a reportagens internacionais críticas da mesma. Em jeito de preâmbulo, afirma-se que a política colonial portuguesa tem sido um assunto controverso mas que, neste filme, repórteres brasileiros, alemães e franceses apresentam novos dados sobre o tema que as pessoas tendem a esquecer “no calor da discussão”.

O documentário começa dando enfoque ao desenvolvimento económico, referindo que é quatro vezes superior ao britânico e o maior em África. A questão racial é comentada afirmando-se que há uma política não racista embora as diferenças de nível de vida ainda sejam lamentáveis. Acrescenta-se que, na última década, a diferença diminuiu – a imagem que o ilustra é a de brancos e pretos a entrar, sem distinção, para autocarros. Sustenta-se que, se o cenário multirracial não é tão idílico como a propaganda mostra – e deste modo procura demarcar-se da propaganda oficial do regime como se não fosse também financiado pela ditadura portuguesa –, o facto é que ele existe, apoiado pela classe baixa e média, maioritárias. O Brasil – a maior comunidade multirracial do mundo, diz-se – surge, depois, como o grande argumento a favor de Portugal. Documentação existente no AHD comprova que a abordagem das relações entre Portugal e o Brasil foi visada como central neste projecto embora acautelando susceptibilidades:

No filme a realizar não se deveria apenas focar o paralelismo existente entre o Brasil e a África Portuguesa sendo necessário pôr igualmente em evidência os numerosos pontos de contacto do Brasil com a Metrópole e isto no intuito de não suscetibilizar o público brasileiro.

Africarama n.º 2 afirma que a população se manteve, em geral, indiferente à propaganda dos movimentos subversivos vindos de fora e que o governo prometeu uma melhor distribuição das responsabilidades administrativas quando as universidades produzirem pessoas qualificadas suficientes. Sobre o crescimento industrial, assume-se que políticas de trabalho e sindicalismo são ainda, talvez, paternalistas mas que, em contrapartida, são os mais desenvolvidos de África.

Sem o fado mas com Fátima e futebol. Assim são organizados os eixos relativos aos tempos livres e à espiritualidade da população em Angola. Afirma-se que a guerrilha se mantém fora das fronteiras e que a comunidade dedica-se aos prazeres iguais aos de outros países – como o futebol. Sublinha-se um suposto “fenómeno português”: o do sucesso de cinco séculos de presença portuguesa, uma retórica decalcada do luso-tropicalismo freyriano.

A questão económica é retomada depois, com a agricultura como actividade dominante mas também a nova exploração de petróleo em Cabinda. As vias de transporte e as barragens são comentadas ainda antes da evocação das universidades criadas desde há uma década. “Portugal está convencido que a educação é o único modo de obter a integração racial”, afirma-se. Explica-se ainda que para votar é preciso ter a quarta-classe logo antes de reconhecer-se que só há um partido e sugerir que “a liberalização política é sempre possível”.

Também o francês Jean Leduc (1922-96), realizador do filme de ficção *Capitão Singrid* (1967) rodado em Angola e estreado em Portugal em 1970, no início dessa década filma vários documentários de propaganda com enfoque turístico que dão eco ao discurso colonial do regime. Data de 1967, porém, o primeiro documentário “angolano” – cuja realização divide com Felipe de Solms – que, provavelmente, foi rodado enquanto realizava o filme de ficção. *Aspectos da nossa Angola* usa música do Duo Ouro Negro e adopta o registo em modo reportagem. Inclui filmagens aéreas de Luanda antes de descer ao Mussulo e mostrar que nas suas praias de sonho há raparigas em biquíni. Faz o trajecto da costa para fixar os testemunhos da presença portuguesa antes de rumar a norte onde, “apesar da eclosão do terrorismo”, o café continua a alimentar a economia. Após a “passagem” por Benguela e pelo planalto, exhibe um apontamento sobre os penteados das mulheres da região. O deserto de Moçâmedes e o Namibe são mostrados ainda antes da exibição da arquitectura moderna, do elogio às actividades económicas e a reportagem do Lobito, com direito à alusão ao caminho de ferro. Passado e futuro, tradição e modernidade do colonialismo português, são as notas dominantes. Há, porém, uma marca específica de Leduc: é a da exploração erotizada da figura feminina na promoção de Angola.

Já no início da década de 70, *L’Angola a tire de l’aie* (*Angola a olho de pássaro*), filma o território a partir do ar, mostrando os locais mais emblemáticos, turísticos ou em termos de progresso económico, reproduzindo a perspectiva histórica portuguesa, que vai enunciando como comentário às imagens. A curta-metragem *Angola Flash* é uma co-produção luso-francesa que mostra Angola tendo um modelo internacional como cicerone. A auxiliá-la está Melita, mestiça local muito atraente e moderna. São ambas filmadas nos cenários onde, supostamente, Denise Destree é protagonista de uma campanha de moda fotografada por Walter Anger. África selvagem, dos animais, a Angola tribal mas também a Luanda moderna, da multirracialidade, servem de cenário exótico para a produção. Denise vai registando mentalmente as suas impressões – partilhadas em voz off – até a um momento de crise interior, quando está na praia, e se sente enclausurada devido à circunstância de ter de trabalhar quando devia antes estar de férias. O seu desejo de liberdade, simbolizado por uma corrida na praia, em fato de banho – corrida em que é seguida por Melita – é um dos momentos chave do filme devido à erotização das figuras femininas e aproximação à série dos James Bond. Depois de ir a uma tourada e de visitar as

quedas do Duque de Bragança, Denise parte e promete voltar mas não como “cover girl”. A música dos Ouro Negro e de Dino Castro serve o exotismo da abordagem. *Rythme de Luanda*, feito pela mesma equipa e com música dos Ouro Negro e dos Negoleiros do Ritmo, é mais um filme sobre a multirracialidade e a modernidade tropical de Luanda. Mostra imagens de pescadores, brancos e negros, trabalhando lado a lado; máscaras africanas mas também de azulejaria portuguesa; há uma tourada e uma corrida de automóveis; pesca desportiva e um caçador transportado de avioneta. É a capital luso-tropical que se oferece ao mundo moderno ocidental como destino turístico exótico e moderno.

O grande filme de propaganda assinado por Leduc, que retoma o registo da reportagem é, no entanto, a média-metragem *Le Portugal d’Outre Mer dans le monde d’aujourd’hui*. É o próprio Leduc quem surge, a fazer entrevistas, em Macau, Timor, Cabo Verde, S. Tomé e Guiné-Bissau antes da passagem por Angola e o remate do documentário em Moçambique.

A retórica luso-tropical ecoa em todo o filme e, a legitimá-la, surge o presidente do conselho de então, Marcelo Caetano, em entrevista. Afirma: “Não temos espírito de superioridade racial nem o sentido de dominação nem percepção de exploração dos povos de África. Todas essas marcas do colonialismo faltam na presença portuguesa em África”.

O filme dá, de novo, enfoque à modernidade e multirracialismo de Luanda. Refere-se o progresso e mostra-se a arquitectura antiga da cidade a par da “ultramoderna”. Um jovem casal de negros é filmado antes de ver-se uma mestiça a comprar roupa desfilada por uma modelo europeia.

À tradição portuguesa, simbolizada numa tourada, sucedem-se imagens de progresso, numa barragem e numa cidade colonial. Sucodem-se imagens de actividades económicas e Leduc entrevista um grande empresário do café, dono de sete fazendas nas quais trabalham duas mil pessoas durante a fase das colheitas. Pergunta o realizador se há problemas de segurança ao que o empresário responde que não mas que, por lei, são obrigados a manter segurança privada. Também as mulheres participam na defesa e o documentário mostra imagens ilustrativas. O empresário diz que o futuro é um problema económico e não político. Afirma que, se houver um desenvolvimento económico rápido, o problema político não se coloca.

O filme mostra a fronteira com o Congo e sustenta-se que reina a tolerância [um comboio passa sob a vigilância de um soldado]. Nova entrevista, desta vez ao director do caminho de ferro, o qual prevê um futuro grandioso para Angola. “Tem muitas possibilidades. No futuro podemos construir uma sociedade muito harmoniosa, como no Brasil, com todos os problemas económicos resolvidos. [...] Vejo Angola na África como uma projecção da Europa”.

3. EPILOGO

Quando os filmes começaram a tornar-se um negócio rentável, em Moçambique ou Angola, e fizeram despontar a produção de cinema local, continuava a não existir um cinema moçambicano ou angolano. O movimento cineclubista, que emergiu na década de 50, começou a educar o olhar dos cinéfilos ou simplesmente dos que viram no cinema uma arma. O cinema feito nas ex-colónias portuguesas quando nasce é, naturalmente, o contraponto à voz da propaganda colonialista portuguesa.

Não se pode, pois, escamotear o papel que filmes como os de Pascal-Angot, financiados secretamente ao mais alto nível, tiveram na difusão de uma retórica luso-tropical que ainda hoje ecoa no discurso da lusofonia.

A desmontagem do dispositivo retórico colonial filmado do Estado Novo é ainda incipiente. Este é um contributo para que se comece a preencher este quase vazio. Questiono a consciência crítica sobre o que somos hoje – um “conhece-te a ti mesmo” no sentido gramsciano – a partir desta análise da projecção do homem pelo cinema, a partir da infinidade de traços deixada também nestes filmes da propaganda, considerando-os como “filme-palimpsesto” (Lindeperg). Trata-se de considerar o filme mais o inventário das várias camadas de escrita sobre o filme e as suas imagens como objecto de análise. Lindeperg diz que o seu método convida a “passar por detrás do ecrã” para ir do visível ao inteligível ao considerar a imagem projectada não como um reflexo mas como um sintoma, uma alteração da percepção comum sobre o que esta mostra. De que é a imagem de cinema sintoma, pergunta Lindeperg? Do resultado de uma operação - da relação entre um lugar (um discurso profissional ou político), um conjunto de procedimentos (a prática cinematográfica) e a construção de um discurso.¹⁶ Retenho, por outra via, a proposta, pelo historiador de arte e antropólogo visual Georges Didi-Huberman, de que a imagem deve ser olhada como um sintoma e não como síntese. Complemento assim a análise do filme como palimpsesto, com a análise de imagem e a “aproximação” de imagens e dos textos produzidos sobre elas - enquadrada pelo “conhecimento-montagem” proposto por Didi-Huberman -, com a expectativa que tal gere não um vislumbre da verdade mas imagens-clarão fugazes sobre o “homem [colonial] imaginado” pelo cinema de propaganda português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castelo, C. (1999). *O modo português de estar no mundo*. Porto: Afrontamento.
- Didi-Huberman, G. (2012). *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: Imago.
- Foucault, M. (1997). *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Freyre, G. (s.d.). *Aventura e rotina*. Lisboa: Livros do Brasil
- Freyre, G. (s.d.). *O mundo que o português criou - Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colónias portuguesas*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Frodon, J.-M. (1998). *La projection nationale. Cinéma et nation*. Paris: Odile Jacob.
- Lindeperg, S. (2004). Itinéraires: Le cinéma et la photographie à l'épreuve de l'histoire. *Cinemas: Revue d'Études Cinématographiques*, 14, n°2-3, 191-210. Acedido em <http://id.erudit.org/iderudit/026009ar>
- Lindeperg, S. (2007). “Nuit et brouillard” un film dans l'histoire. Paris: Odile Jacob.
- Piçarra, M. d. C. (2015). *Azuis ultramarinos. Propaganda e censura no cinema do Estado Novo*. Lisboa: Edições 70.

16 Entendo discurso na acepção que lhe deu Foucault: um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes mas que obedecem a regras de funcionamento comuns. Estas regras não são só formais ou linguísticas mas reproduzem certas partilhas historicamente determinadas: a “ordem do discurso” própria de um período particular possui uma função normativa e regulada e acciona mecanismos de organização do real através da produção de saberes, estratégias e práticas (Foucault, 1997).

- Piçarra, M. d. C. (2013) (coord.). *Angola: O nascimento de uma nação. Cinema império*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Piçarra, M. d. C. (2013). "O império contra-ataca: produção secreta de filmes coloniais para projecção mundial". In *Os cinemas dos países lusófonos*. V Simpósio internacional/VII Mostra. Coord. Jorge Cruz e Leandro Mendonça. UERJ/UFF Rio de Janeiro: Edições LCV.
- Pimentel, J. (2002). "La collection coloniale de la Cinemateca Portuguesa" in *Journal of Film Preservation*. 64 (Abril de 2002).
- Said, E. (1996). *Cultura e imperialismo*. Barcelona: Anagrama.

FONTES ARQUIVÍSTICAS:

ANTT, SNI/IGAC Caixa 671, processo 4.
PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0123/01244
PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0438/00395
PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0661/02991

TARZÁN Y EL DR. MOREAU CONTRA LOS SUBHUMANOS Y LOS ZOMBIS VUDÚ: DISCURSOS COLONIALISTA Y ANTICOLONIALISTA EN EL HOLLYWOOD PRE-CODE (1932-1934).

TARZAN & DR. MOREAU VS THE SUBHUMANS & THE VODOO ZOMBIES: COLONIALIST AND ANTI-COLONIALIST DISCOURSES IN PRE-CODE HOLLYWOOD (1932-1934).

ALFONSO M. RODRÍGUEZ DE AUSTRIA GIMÉNEZ DE ARAGÓN

UNIVERSIDAD DE SEVILLA

FACULTAD DE COMUNICACIÓN

DEPARTAMENTO DE COMUNICACIÓN AUDIOVISUAL Y PUBLICIDAD

GRUPO DE INVESTIGACIÓN EN COMUNICACIÓN

POLÍTICA, IDEOLOGÍA Y PROPAGANDA (IDECO)

41012, SEVILLA, ESPAÑA

ALFONSO.M@RODRIGUEZDEAUSTRIA.ES

RESUMEN

El presente artículo analiza los discursos colonialista y anticolonialista implícitos en seis películas de Hollywood de los primeros años treinta, antes de que se impusiera definitivamente el discurso hegemónico sustentado por el código de censura de 1934. El recorrido comienza con Tarzán, guardián de las colonias africanas, y termina con *Island of Lost Souls*, una película que los aborígenes australianos tenían prohibido ver.

PALABRAS CLAVE

Colonialismo, Hollywood, Código Hays, Zombis, Tarzán, Dr. Moreau.

ABSTRACT

In this paper I analyse the implicit discourse about colonialism in six Hollywood films of the early thirties. That is, filmed before the hegemonic discourse supported by the censorship of the Production Code Administration was definitively imposed in 1934. The tour begins with Tarzan, guardian of the African colonies, and ends with Dr. Moreau in *Island of Lost Souls*, a film that Australian aborigines were forbidden to see.

KEYWORDS

Colonialism, Hollywood, Hays Code, Zombies, Tarzan, Dr. Moreau.

INTRODUCCIÓN.

La década de 1930 comenzó para Estados Unidos como un periodo de especial efervescencia histórica. Tras el fin de la Primera Guerra Mundial, el crecimiento económico y la relativa paz social la «década del Jazz» terminó con la crisis más rápida y severa que ha conocido la historia del país, a partir del crack del 1929. Dentro del ámbito comunicacional, la principal novedad fue la llegada del cine sonoro, que multiplicó las posibilidades expresivas del arte cinematográfico. La combinación entre la crisis económica y social y las nuevas posibilidades de expresión dio lugar a uno de los periodos culturales más ricos e interesantes de la industria del cine en Estados Unidos. Esta libertad relativa fue cercenada con la implantación de la censura centralizada del Código de Producción a mediados de 1934. Los motivos fueron más políticos, ideológicos y económicos que morales, y en pocos meses se consiguió asentar el discurso hegemónico al que la industria tuvo que plegarse si quería que sus productos vieran la luz (Rodríguez de Austria, 2017: 86 y ss).

Si bien el Código Hays no trataba directamente el tema del colonialismo, sí que dejaba claro algunos otros aspectos relacionados. Por ejemplo, quedó desde entonces terminantemente prohibido tratar en una película la esclavitud de personas blancas («Particular Applications. II Sex: 5. White slavery shall not be treated»), así como las relaciones amorosas o sexuales entre personas de distintas «razas», la blanca y la negra en concreto («Particular Applications. II Sex: 6. Miscegenation (sex relationships between the white and black races) is forbidden»).

Que los aspectos del código más relacionados con el colonialismo se encuentren enmarcados entre las disposiciones relativas al tratamiento del tema sexual en la pantalla es sintomático de la ideología sustentada por el mismo (véase al respecto Rodríguez de Austria, 2015), que combinaba entre otros aspectos el etnocentrismo más ridículo y la represión sexual más acusada. Se afirma además un principio más general, referido al respeto que las películas debían mostrar por el cumplimiento de las leyes humana y natural:

III. Law, natural or human, shall not be ridiculed, nor shall sympathy be created for its violation. By natural law is understood the law which is written in the hearts of all mankind, the greater underlying principles of right and justice dictated by conscience. By human law is understood the law written by civilized nations.

El resultado de tal directriz, una vez efectuadas las dos aclaraciones que le siguen, es más reduccionista de lo que aparentan sus lugares comunes (el corazón de la humanidad y la conciencia). La ley natural es identificada con la moral cristiana más fundamentalista de la época, que prohibía entre otras muchas cosas el mestizaje o la crítica a las instituciones. La ley humana se reduce a las leyes escritas (nada de derecho consuetudinario) de las naciones consideradas civilizadas desde el punto de vista del imperialismo occidental.

La implantación efectiva del código de censura afectó también a los discursos sobre el colonialismo implícitos en las películas. La primera intuición que podemos tener al respecto es que la oficina de censura cortó de raíz cualquier tipo de discurso anticolonista, y así fue. Antes de 1934 aún podemos encontrar algún título no censurado (o no censurado por la PCA, Production Code Administration, pues había

otros órganos de censura estatales), como los que trataremos en este artículo. Aunque encontramos también otro efecto no esperado: el código también suavizó los discursos colonialista, racista e imperialista del sector más extremista de la industria.

Nadie puede extrañarse si la mayoría de los productos culturales emanados de una industria tan centralizada y cercana a un poder político colonialista como era la industria de Hollywood se enmarcan en esta época dentro del contexto de justificación del colonialismo. No hay más que recordar que uno de los próceres de la naciente industria, David Wark Griffith, elaboró en 1915 el mayor (y más conseguido) alegato en favor del Ku Klux Klan del siglo XX, la película *The Birth of a Nation*. Entre los discursos legitimadores o excesivamente racistas que la labor de los censores posiblemente suavizara, trataremos el caso de *Tarzan the Ape Man* (1932) y *Tarzan and His Mate* (1934), estando la segunda en el límite de la implantación del código, y haciendo gala de discurso colonialista y racista implícito algo más suave que la primera. En el caso de los discursos anticolonialistas, analizaremos escenas de películas previas al código que no volverían a repetirse hasta finales de los años sesenta (como mínimo), como la secuencia de los zombis esclavos en *White Zombie* (1932) o la revuelta de los subhumanos en *Island of Lost Souls* (1932).

TARZÁN: EL GUARDIÁN DE LAS COLONIAS AFRICANAS.

Dentro de la corriente en favor del colonialismo, el ejemplo más extremo es sin duda *Tarzan the Ape Man* (W.S. Van Dyke, 1932), seguido de su primera secuela *Tarzan and His Mate* (Cedric Gibbons, 1934). Ambas son, desde mi punto de vista y en varios aspectos, grandes películas. Su tema aparente es una historia de amor en un contexto de aventuras, su tema soterrado pero evidente son las relaciones sexuales entre Tarzán y Jane, iconos de belleza y atraídos mutuamente sin remedio. Son películas como éstas (hay innumerables ejemplos) las que justifican que el tema racial se trate en el Código Hays dentro del apartado dedicado al sexo.

Si obviamos la historia de amor y sexo elíptico entre la pareja protagonista y nos centramos en el tema que aquí nos interesa, el resultado es que el enigmático Tarzán acaba convertido en vigilante de las colonias inglesas en África. El final de la primera película, cuando Jane, tras morir su padre, decide quedarse con Tarzán y se despidе del enamorado explorador Harry Holt, es clarificador en este sentido:

JANE: Volverás, Harry. Veo un multitudinario safari contigo a la cabeza, cargado de marfil y dirigiéndose hacia el puerto. Sólo que esta vez no habrá peligro, porque nosotros estaremos protegiéndote en cada paso del camino.

Y efectivamente, *Tarzan and His Mate* comienza con una escena de hombres africanos cargando colmillos de elefante en el puerto. Harry está decidido a regresar al cementerio de elefantes en que murió el padre de Jane, y volver cargado con los valiosos restos de marfil, «un millón de libras para el hombre que lo encuentre», además de convencer a Jane para que vuelva a la civilización. Le acompaña un antiguo e inmoral amigo, Martin Arlington, que intentará asesinar a Tarzán cuando éste se niegue a dejarles llevarse el marfil.

Como decimos, esta segunda película suaviza el tono de la primera con respecto al tratamiento recibido por las tribus africanas colonizadas y no colonizadas.

En la primera, los miembros de las tribus colonizadas son o bien esclavos o bien fuentes de información sobre la riqueza natural del entorno. Para una mujer blanca como Jane Parker son curiosos y exóticos elementos no individualizados del paisaje africano. Las tribus no colonizadas son un peligro inherente a la selva, al mismo nivel que los cocodrilos, los rinocerontes o los felinos. En ningún caso alcanzan la categoría de ser humano. Son animales de carga cuando han sido sometidos con el látigo, o animales peligrosos en caso contrario. Aunque hay varias escenas que refuerzan esta perspectiva, describiré por cuestiones de espacio sólo una, la que a mi juicio es la fundamental: cuando la expedición atraviesa un desfiladero, uno de los portadores, como era de prever, cae al vacío, y mientras Jane reacciona gritando, Harry pregunta a James Parker sobre el contenido de la carga que llevaba el muerto. «Medicinas, mercancías», responde el padre de Jane. Sólo entonces pronuncia Harry la medianamente compasiva frase: «Pobre diablo». Es decir, primero se preocupa de la carga, luego del animal. En honor a la verdad hay que decir que en otra ocasión, cuando la expedición es atacada por unos hipopótamos mientras cruza un río, Harry ayuda a uno de los portadores a subir a la barca, antes incluso de haber subido él. Su carácter compasivo con los «pobres diablos» es resaltado en *Tarzan and His Mate*, cuando prima el descanso de los portadores sobre sus propios intereses (acompañar a Jane). Su actitud contrastará con la de su amigo Martin, que no duda en asesinar a un esclavo de un disparo para forzar al resto a seguir caminando. Harry le muestra su desagrado:

HARRY: El látigo hubiese funcionado igual.

MARTIN: Quizás tengas razón. Podía haber cargado 150 libras de marfil.

Martin, como Harry en la película anterior, sólo se preocupa por la carga del animal, no por el animal mismo. Más adelante procurará que Jane convenza a Tarzán para usar a los elefantes salvajes como animales de carga, pero el noble salvaje se niega incluso a que se lleven los colmillos.

La conclusión es que el único punto de vista retratado en ambas películas es el de la potencia colonizadora, para la cual los nativos de África son exclusivamente un recurso natural transformable en dinero, y considerados en un nivel de importancia más bajo que las mercancías. En el segundo título, sin embargo, el tratamiento dado a los esclavos es levemente suavizado, en tanto que el personaje que los mata a sangre fría es el malo de la película. El buen colonizador se contenta con usar el látigo a la hora de tratarlos. Descubrimos también en *Tarzan and His Mate* otros dos comerciantes que buscan el cementerio de elefantes, que roban el mapa a Harry, y que acaban muertos por la tribu de los Gaboní. Es decir que aparecen varios tipos de mercaderes colonizadores (un dato interesante que desarrollaremos más adelante), aunque el único que queda vivo es Harry Holt, el protegido de Tarzán, que de nuevo pierde su millón de libras por la negativa de rey de la selva de expoliar el cementerio de elefantes.

EL PELIGRO DE LA CONDESCENDENCIA CON LOS COLONIZADOS EN *BLACK MOON*.

Black Moon (Roy William Neill, 1934) narra la historia de una mujer blanca que vuelve desde Nueva York a la plantación haitiana donde nació, y donde sus padres

murieron cuando ella era una chiquilla. Juanita Pérez, ahora casada y con una hija de unos cinco años, siente que su verdadera casa está en esa isla, y se lleva a su hija con ella. Su tío, que regenta la plantación, intenta que Juanita esté el menor tiempo posible, porque teme lo que en efecto sucede: influenciada por su antigua niñera, que plantó en ella la semilla de la magia vudú, Juanita se convierte en una especie de sacerdotisa blanca en los ritos y sacrificios de los nativos. Su marido, Stephen Lane, llega a la isla para convencerla de que vuelva pero sin éxito. Juanita se ha puesto de parte de los nativos, y se identifica tanto con ellos que reprocha a su tío los latigazos, las muertes y el sufrimiento que ha provocado. Su locura (o su interiorización del vudú) es tal que llega a matar a una adolescente en un ritual sacrificial, y finalmente se encuentra dispuesta a sacrificar a su propia hija, algo que evita su marido en el último momento de un disparo.

Lo relevante desde nuestro punto de vista es que la película no soslaya el discurso colonialista, como en Tarzán, sino que en gran medida lo legitima. En la primera escena, en su despacho de Nueva York, Stephen aclara la situación de la Isla de San Cristóbal: «Hay dos blancos allí, su tío y un capataz... y unos dos mil negros». Sin embargo el Dr. Raymond Pérez, tío de Juanita, está bien preparado: cuando Stephen llega a la isla le enseña una pequeña torre fortificada dentro de la hacienda y un armero oculto lleno de rifles.

Dr. PÉREZ: Ha habido otros levantamientos de los nativos anteriormente. Por eso construimos esta torre. ¿Le gustaría echar un vistazo? Ningún nativo ha traspasado jamás esta puerta.

Enseña los rifles a Stephen.

STEPHEN: Veo que está usted preparado.

Dr. PÉREZ: Llevamos preparados los últimos 100 años. Los negros han intentado aniquilarnos en seis ocasiones. [...] Mi familia ha estado aquí desde hace 200 años. Muchos han muerto, pero ninguno ha huido jamás.

Precisamente en uno de estos levantamientos fueron asesinados los padres de Juanita, cuando intentaban escapar con su hija de dos años. El Dr. Pérez la salvó en el último momento, matando al sumo sacerdote, ya que por lo visto, una vez muerto, el resto de nativos pierde el interés por la revuelta. Es decir, que salvo el hechicero, ningún nativo tiene voluntad propia, como los zombies. Juanita fue entonces criada por la nativa Ruva, que le enseñó la magia negra y la llevó a sacrificios nocturnos, «donde llegó a probar la sangre». Juanita, junto con el hechicero, será la que conduzca este nuevo asedio a la torre, y la que jura matar a su tío cuando caiga en sus manos, por haber «oprimido a mis pobres nativos». La identificación de Juanita con el hechicero es tal que cuando ella muere, muere la revuelta, y los mismos nativos que habían intentado matar a los blancos, asisten ahora al funeral junto a ellos, en un periodo de paz renovada, aunque todos sabemos que momentánea.

Si las películas de Tarzán diferenciaban claramente entre las tribus colonizadas y sometidas por el látigo, y las no colonizadas y peligrosas, en *Black Moon* las dos

visiones se mezclan. La población de San Cristóbal está sometida pero sigue siendo peligrosa, supone una continua amenaza contra los pocos blancos de la isla. Esta amenaza está particularizada, en cualquier caso, en las figuras del hechicero, de Ruva y de la propia Juanita. El primero parece una fuerza espiritual o ideológica que llama a la revuelta, la segunda la educación silenciosa, y la tercera parece encarnar una peligrosa empatía hacia los nativos. Una empatía, un ponerse en el lugar del otro, que le lleva a convertirse en una salvaje capaz de ordenar la muerte de su tío por el daño provocado a los suyos, y de sacrificar a su hija con sus propias manos.

Fotograma 1: *Ruva, la niña*



Fotograma 2: *Juanita y el hechicero en un ritual nocturno*



Los nativos de San Cristóbal son todos, sin excepción, una amenaza para los colonizadores. Son retratados como unos salvajes que asesinan a sus niñas, tan absolutamente estúpidos que si no hay hechicero al que obedecer se convierten en autómatas (o zombis) carentes voluntad propia. Las frases en defensa de los nativos que pronuncia Juanita quedan totalmente desacreditadas, pues quien las formula

es una psicópata asesina de una adolescente negra que también intenta matar a su hija blanca. Una persona deshumanizada por su contacto con los nativos.

Existe un personaje negro que ayuda a los blancos, pero no es un nativo, es un barquero de Georgia, EEUU, de nombre «Lunch» McClaren. Un estadounidense de pura cepa en el ahistórico universo hollywoodiense, que enseguida se distancia de los nativos denominándolos «cazadores de monos» (monkey-chasers).

McCLAREN: Es el apodo que se le da aquí a los negratos (niggers). A los nativos les gustan los cocos, igual que a los monos, así que persiguen a los monos para quedarse con los cocos, lo que los convierte en cazadores/perseguidores de monos¹.

«Lunch» McClaren migró de Georgia porque se le «quedó pequeña», es dueño de una barca y le gusta su trabajo, según cuenta a Stephen. Parece que la película quiere remarcar las distancias entre las colonias españolas y los estados libres estadounidenses, recurriendo precisamente a uno de los estados de mayor tradición esclavista, y extremadamente segregacionista en el momento de producción de la película y hasta que las leyes de Derechos Civiles (1964) y de Derecho al Voto (1965) acabaron con esa práctica legal conocida como las leyes de Jim Crow.

WHITE ZOMBIE: CONFLICTO ENTRE COLONIZADORES.

White Zombie (Victor Halperin, 1932) es sin duda la película sobre la que más se ha escrito de las que tratamos en este artículo, por encima incluso de la también excelente *Island of Lost Souls* (Erle C. Kenton, 1932), inspirada en el relato de H. G. Wells sobre los horribles experimentos del Dr. Moreau. Quizás el dato más resaltado sobre *White Zombie*, sobre todo a partir de la *mainstreamización* del género en el siglo XXI, es que es la primera película de zombis de la historia del cine. Si añadimos otros factores, como su calidad cinematográfica, la presencia de Bela Lugosi, o las variadas lecturas que ofrece desde los puntos de vista estético, histórico, ideológico y simbólico, no es de extrañar la atención que ha recibido.

Gary Don Rhodes editó en 2001 el libro monográfico *White Zombie: Anatomy of a Horror Film*, el texto más completo sobre la misma hasta la fecha. *White Zombie* es también uno de los títulos centrales en el más reciente libro *Race, Oppression and the Zombie: Essays on Cross-Cultural Appropriations of the Caribbean Tradition* (Moreman y Rushton, 2011).

El relato sigue la línea del terror gótico de la época: la bella Madeline Short viaja de Nueva York a Haití para contraer matrimonio con el apuesto Neil Parker. En el barco conoce al magnate Charles Beaumont, quien convence a la joven para que se case en su castillo, ofreciéndole un trabajo para Neil en Estados Unidos. Beaumont intenta sin embargo evitar el matrimonio pues se ha enamorado de Madeline, y al no conseguirlo se deja llevar por los consejos del tétrico y enigmático Dr. Legendre (Bela Lugosi), y convierte a la joven en una muerta viviente. El procedimiento es el siguiente: le da a oler una flor que aparentemente la mata, se oficia el entierro, y

¹ En realidad, monkey-chasers es aún más despectivo que monkey-hunters. Podemos imaginar a los nativos persiguiendo estúpidamente a los monos para quitarles los cocos, en vez de cazándolos con la dignidad que dan los arcos y flechas.

luego recupera el cuerpo, que vuelve a la vida aunque sin voluntad propia. Un habitante de la isla, el Dr. Bruner, hace dudar a Neil de la muerte de Madeline, y ambos van a buscarla al castillo de Beaumont, donde éste se ha arrepentido de su acto ya que su amada ha quedado convertida en una obediente muerta en vida, sin luz en la mirada. Cuando Neil y el Dr. Bruner llegan al castillo, Legendre ha convertido en zombi al arrepentido Beaumont, y ordena a su guardia pretoriana de zombis que maten a Neil, algo que estaban a punto de hacer cuando interviene Bremer. Luego Beaumont recupera por un instante su voluntad sometida y empuja a Legendre por el mismo acantilado por el que han caído sus zombis. Madeline vuelve a ser la misma una vez ha desaparecido la oscura fuerza que la sometía. Fin.

No es la trama principal, a pesar de ser interesante y estar muy bien llevada, lo que ha convertido la película en un singular objeto de estudio. El mayor interés, y fuente de distintas interpretaciones, pertenece a dos secuencias protagonizadas por el tenebroso Legendre. En la primera de ellas, el hechicero entra con Beaumont en un molino cuyos trabajadores son zombis, los negros haciendo el trabajo más duro y los mulatos supervisando con látigos en las manos. Legendre se disculpa con Beaumont por su retraso porque ha estado fuera «buscando trabajadores para sus molinos», es decir que ha estado profanando tumbas para recuperar los cuerpos y hacerlos trabajar sin descanso. Legendre resalta la idoneidad de estos hombres «que trabajan fielmente y no se preocupan por las horas extra». De hecho trabajan sin que nada les perturbe: Beaumont ha observado cómo uno de ellos tropezó y cayó dentro del molino y el resto siguió trabajando sin inmutarse, triturando al desgraciado que no profirió un solo grito. Trabajadores ideales para Legendre, que recomienda al rico hacendado se haga con algunos de ellos. El otro sin embargo está más interesado en Madeline que en trabajadores incansables y obedientes.

La segunda secuencia, o el segundo detalle que más atención ha suscitado, es la composición de la corte de zombis de «Murder» Legendre. Aparecen tras él en el comienzo de la película, y más adelante, en el cementerio, se los presenta a Beaumont:

LEGENDRE: Sí, son mis sirvientes. ¿Crees que podríamos hacerlo [sacar a Madeline de su tumba] solos? En vida fueron mis enemigos. Ledot, el brujo que una vez fue mi maestro. Le extraje sus secretos torturándole. Von Gelder, el villano henchido de riquezas. Peleó contra mis hechizos hasta el final. Tengo en él a un tipo luchador. Su excelencia, Ricard, antiguo ministro de interior. Scarpia, jefe de los bandoleros. Marquis, capitán de la Gendarmería. Y este... este es Chauvin. El verdugo supremo, ¡que casi me ejecuta! Me hice con ellos igual que ahora nos haremos con ella [Madeline].

Como es lógico, las interpretaciones históricas e ideológicas de *White Zombie* han estado basadas principalmente, aunque no únicamente, en estas dos situaciones. ¿Es la primera una crítica al esclavismo, a la explotación, al capitalismo, una respuesta a la crisis de 1929? ¿A quiénes representan estos zombis que Legendre presenta? ¿Existe un significado simbólico tras ellos? Y, nos preguntamos nosotros, ¿están las secuencias relacionadas de alguna forma con el discurso sobre el colonialismo?

Fotograma 3: Legendre presentado sus zombis a Beaumont.



En su tesis doctoral *El eterno retorno del no-muerto como arquetipo fílmico: Una aproximación a la figura del zombi en la cultura popular contemporánea* (2012), Alex del Olmo ofrece una interesante lectura sobre el discurso relativo al colonialismo presente en la película. En primer lugar repasa distintas opiniones sobre el personaje de Legendre. Kyle Bishop resalta los aspectos raciales de la película, concluyendo que el hechicero representa el temor colonialista a la revuelta de los sometidos, Jennifer Fay interpreta que Legendre encarna un temor muy presente tras la crisis de 1929: la explotación de la mano de obra blanca al mismo nivel que los esclavos negros unas décadas antes. Para Gary Rhodes la genealogía del malvado Legendre se encuentra en la tradición gótica europea. La opinión de Del Olmo es que «Legendre es el terror postcolonial», una figura que encarna un temido mestizaje en la época.

Nuestra interpretación es más histórica y política que racial, cercana a la que Tony Williams expresa en su artículo «White Zombie. Haitian Horror» (1983). Williams parte de una premisa básica: «White Zombie has a contemporary relevance. It addresses itself to a concrete case of U.S. imperialism». Una opinión compartida por Elizabeth Neail, en «The Signification of the Zombie» (2*): «The zombie seen in the films of the 1930s, such as Victor Halperin's *White Zombie* (1932), carry a signification of racism and colonialism (especially in regards to the occupation of Haiti by the United States)». Alejandra Schroeder (2010) también comparte esta visión.

Como el resto de autores, Williams plantea un contexto histórico pertinente, en el que recuerda que Haití, antigua colonia francesa, fue ocupada por Estados Unidos entre 1915 y 1934, dos años después del estreno de *White Zombie*. Sobre este contexto elabora una interpretación en la que la película sería una crítica «consciente o inconsciente» de la ocupación estadounidense de la isla. Así, tanto Legendre como Beaumont o Neil Parker representarían

2 *El texto, accesible desde página web de la Universidad de Hawai, no aparece fechado. El *terminus post quem* es diciembre de 2011.

distintos aspectos de la ocupación, que van desde el patente racismo de Neil («[Dr. Bruner], ¿quiere usted decir que Madeline sigue viva? ¿En manos de los nativos? ¡No, Dios mío! ¡Mejor muerta que eso!»), hasta la maldad manipuladora y esclavista de Legendre, pasando por la decadencia moral y personal de Beaumont.

El discurso de *White Zombie* sería así netamente anticolonialista, una opinión que no puedo compartir del todo. Mi interpretación es que la película denuncia, de una forma más consciente que inconsciente, el colonialismo europeo. Sucede que, al no ofrecer una alternativa estadounidense al maltrato sufrido por Haití en manos europeas, la crítica particular se convierte en crítica general. Esta situación vuelve a repetirse, como veremos y según mi perspectiva, en *Island of Lost Souls*.

Tras el certero acercamiento histórico, Williams se equivoca en mi opinión a la hora de identificar las connotaciones de cada personaje, y en concreto a la hora de adscribirles nacionalidades de origen, un detalle de especial relevancia si el tema que se debate es el imperialismo o el colonialismo. Para Williams, Parker, Beaumont, Brenner y Legendre (que representa «a distorted embodiment of U.S. guilt feelings concerning the occupation») son estadounidenses, mientras que la cohorte de zombis principales serían franceses y mulatos. El autor ofrece sin embargo en su artículo algunas claves para una interpretación más afinada. Analicemos la caracterización de cada personaje, comenzando por los zombis.

Ledot, el hechicero («the witch doctor»), antiguo maestro de Legendre, posee un cabellera y una barba blanca, y viste una túnica marrón con varios símbolos de color blanco en ella. Los símbolos evocan tanto a los alfabetos griego y cirílico como a una posible escritura haitiana.

Von Gelder, al que Legendre describe como «el villano (“swine”, que también significa cerdo) henchido de riquezas», es para Williams un representante de la clase adinerada francesa: «This figure obviously represents the rich French-cultured mulatto element within Haitian society». Mi opinión, en cambio, es que Von Gelder representa a la clase adinerada alemana que Williams ha mencionado anteriormente, cuando contextualizaba históricamente la película: «German businessmen resident in Haiti did not form such numbers as to justify U.S. claims of large-scale espionage, and though a clause in Haiti's Constitution forbade foreigners to own land, some Germans had married Haitian citizens to bypass it». Su aspecto es teutón, su nombre germánico, era rico, se le define con una palabra de triple sentido («swine»: villano o cerdo en inglés, y de pronunciación semejante a «Schwein», un insulto tradicional en alemán), pero lo más significativo es que porta en su pecho descubierto una ostentosa cruz de hierro que aclara cualquier duda sobre su nacionalidad de origen. Lorenzo Carcavilla (2013b: 135) señala el detalle y lo relaciona con la extensión de la ideología nazi y el inmediato ascenso de Hitler al poder en Alemania. Apunta que el protagonista homónimo de las películas de Fritz Lang *Dr. Mabuse, der Spieler* (1922) y *Das Testament des Dr. Mabuse* (1933), hipnotizador y criminal como Legendre, lleva la misma cruz. No estoy muy seguro de que la cruz de Von Gelder esté relacionada con el nazismo. Al fin y al cabo la Cruz de Hierro era un símbolo, una condecoración, alemana antes que nazi, y prusiana antes que alemana (data de comienzos del siglo XIX), aunque desde la Segunda Guerra Mundial la cruz y el

nazismo nos parezcan indisolublemente unidos. En cualquier caso, las enigmáticas palabras de Legendre sobre Von Gelder permiten interpretaciones variadas: «Peleó contra mis hechizos hasta el final. Tengo en él a un tipo luchador». Quizás sea una referencia a la Primera Guerra Mundial, o quizás las palabras cuadren con las luchas políticas y económicas que tuvieron que sostener los ocupantes estadounidenses de Haití con los ricos hacendados alemanes, especialmente desde que los invasores cambiaran la Constitución en 1918 para permitir la propiedad de la tierra a extranjeros. Tierras que en algunos casos, según nos ha informado Williams, pertenecerían a las mujeres nativas de los empresarios alemanes. O quizás ambas referencias estén estrechamente relacionadas, al fin y al cabo Estados Unidos ocupó Haití en 1915, justo cuando las potencias colonizadoras europeas se encontraban en guerra entre ellas. (Estados Unidos entró en la guerra en 1917).

Fotograma 4: *Ledot el brujo*



Fotograma 5: *La Cruz de Hierro de Von Gelder*



Los siguientes zombis que presenta Legendre son el antiguo Primer Ministro Ricard y el jefe de los bandoleros, Scarpia. Luego presenta a Marcquis, capitán de la Gendarmería, y finalmente a Chauvin, el verdugo.

Para Williams estos zombis representan los distintos poderes sometidos a la colonización estadounidense desde 1915. Desde los poderes fácticos como el Primer Ministro, el capitán de gendarmes, los ricos hacendados y el verdugo, hasta los cabecillas de las revueltas como Ledot, el sacerdote vudú, y Scarpia, el jefe de los bandoleros en términos económicos, jefe de la guerrilla anticolonial en términos políticos.

Esta interpretación, y el carácter por lo tanto radicalmente crítico de la película (una película estadounidense que criticaría frontalmente el colonialismo de su país), se basa en la identificación de los personajes malvados (Legendre y Beaumont) con los colonizadores del norte de América. Pero de nuevo disenti-mos aquí con Williams. Resalta por ejemplo el autor que Beaumont viste como un inglés y tiene un mayordomo absolutamente reconocible como británico, pero aún así sigue siendo estadounidense: «Yet, despite these signs of decadence [su obsesión por Madeline, su entorno feudal], the character Beaumont is still North American; the film cannot escape this». Legendre, como hemos citado anteriormente, representaría los sentimientos de culpa de los Estados Unidos concernientes a la ocupación.

Desde mi punto de vista, ambos personajes están más cercanos a Europa que a Estados Unidos. El mismo nombre, Charles Beaumont, es inequívocamente francés (Charles es nombre de pila en Francia e Inglaterra), y ya hemos comentado que su mayordomo, Silver, es claramente británico. Francia sobre todo, pero también Inglaterra, han tenido una presencia colonial histórica en Haití. ¿No es más probable que, si tienen que representar a alguien, sea a sus respectivos países de origen?

Con Legendre resulta más complicado el intento de adscripción a una nacionalidad. Años más tarde no habrá duda de que Bela Lugosi encarna, desde el punto de vista del espectador estadounidense, algún lugar recóndito y misterioso de Europa del Este. El acento de sus dos sirvientas parece reforzar una asunción de este tipo. Quizás aquí encarne simplemente, si es que tiene que encarnar algo, la decadente Europa en su conjunto, enfrentada a la joven e inocente pareja Neil Parker & Madeline Short y al experimentado Dr. Bruner, parece que, estos sí, los únicos estadounidenses de pura cepa.

Reducir, sin embargo, a Legendre, o a cualquier otro personaje, a la unidimensionalidad, carece de sentido y de utilidad hermenéutica: la secuencia que abre la película, en la que espera al carro de la pareja protagonista y quita a Madeline su fular, está basada en la primera escena de *Der müde Tod* (Fritz Lang, 1921), en la que el personaje que encarna a la muerte detiene un carro y hace bajar a una anciana a la que ha llegado la hora, ante las miradas aterradas de la joven pareja de enamorados que protagoniza la historia. La muerte y Legendre comparten la oscura figura y el tocado, en la forma de un sombrero negro de ala ancha y redonda.

Fotograma 6.



Fotograma 7.



Fotograma 8.



Fotograma 9.



Fotograma 10.



Fotograma 11.



El juego de las nacionalidades que encarna cada personaje es mucho más evidente en lo que cuatro años después se intentó presentar como la secuela de *White Zombie*, también dirigida por Victor Halperin.

LOS ZOMBIS SE REBELAN CONTRA EL COLONIALISMO... FRANCÉS.

Revolt of the Zombies (1936) fue también producida y dirigida por los hermanos Halperin. Más allá de este dato, y a pesar de ser una película pésima, *Revolt of the Zombies* repite la estructura narrativa y aclara algunos de los aspectos referentes al colonialismo que quedaron apuntados en su predecesora. Esta es la razón de nuestro interés sobre ella, y de que la incluyamos en nuestro análisis a pesar de ser una película post-Code. Mi impresión es que fue una obra de propaganda narrativa audiovisual por encargo, dado el escaso interés que los Halperin pusieron en un guión que no tiene firma, el contexto histórico que evoca, y el remarcado origen nacional de cada uno de los personajes. El relato es, en líneas generales, como sigue.

Durante la Primera Guerra Mundial, un regimiento de soldados camboyanos (colonia francesa) es enviado al frente «franco-austríaco», y se descubre que los soldados, de mirada perdida, siguen luchando a pesar de recibir disparos mortales. Una vez terminada la guerra, el general alemán von Schelling se queja ante los generales representantes de las naciones vencedoras (Francia, Inglaterra, Estados Unidos y Rusia) del uso de estos «soldados robots», y les conmina abandonar sus experimentos pues suponen una amenaza no sólo para Europa central si no para toda la «raza blanca». El general francés Duval responde a von Schelling que los Aliados desconocen esos experimentos, y señala como responsable del regimiento de «hombres sin alma o superhombres» a un sacerdote camboyano que mantiene bajo custodia, y que está dispuesto a revelar el lugar donde se encuentra la fórmula para convertir a las personas en zombis. El objetivo es destruir la fórmula. Sin embargo, el general Mazovia del ejército ruso, caracterizado inequívocamente como malvado, asesina al sacerdote camboyano para robarle el mapa y hacerse en exclusiva con el secreto. (Comete el crimen, por cierto, en una escena en que la imagen de su rostro se funde con la imagen del rostro de la estatua de Buda ante la que reza el sacerdote. Una asociación entre la maldad y las culturas orientales que volverá a repetirse en el serial *Batman* (1943), sólo que esta vez el malvado es el Dr. Daka, príncipe del ejército japonés residente en Nueva York. Este serial es claramente otro encargo propagandístico del gobierno estadounidense en plena Segunda Guerra Mundial).

Fotograma 12.



Fotograma 13.



Fotograma 14.



Fotograma 15.



Fotograma 16: El malvado Dr. Daka, Batman, 1943



Aunque sin el mapa, la expedición se pone en marcha, compuesta por el Dr. Trevisant, el arqueólogo MacDonald, el traductor y exoficial del ejército francés Armand Louque, el general Duval y su hija, y el exoficial del ejército estadounidense Clifford Grayson. Claire Duval se interesa inmediatamente por Clifford, pero llevada por una lógica un tanto curiosa, decide comprometerse con Armand para darle celos al otro. La expedición sufre sospechosos «accidentes» causados por Mazovia, que ha viajado con el mapa por su cuenta. Claire deshace su compromiso con Armand, que entretanto encuentra la fórmula y la prueba con un sirviente camboyano. Mazovia sabe que Armand ha encontrado la fórmula, así que le conmina a compartirla con él, pero Armand ordena a su sirviente zombi que mate al ruso. Luego crea un ejército de zombis camboyanos cuyo saludo militar es pegar el puño cerrado de la mano derecha en el hombro/pecho izquierdo, zombifica al general Duval, y cuando es despedido por Claire, que finalmente entabla una relación con Clifford, zombifica a éste. Armand fuerza a Claire a seguir adelante con sus planes de boda, aun sabiendo que ella no le corresponde.

Antes de la noche de bodas recibe la visita de su antiguo jefe MacDonald (una figura de autoridad que por su edad, su aspecto y por la silla de ruedas en que se maneja, recuerda al presidente Franklin Roosevelt), que le convence de que jamás conseguirá el amor de Claire. Entonces Armand prueba su amor a Claire liberando de su influencia a todas las personas que había zombificado, incluyendo su ejército de soldados camboyanos. Sin el poder de Armand sobre ellos, estalla la revuelta y los antiguos zombis asaltan el edificio y fusilan a Armand en presencia de Claire, retirándose después. Llegan Clifford, que abraza a Claire, y MacDonald con otros hombres. Éste se lleva la última escena, con frase lapidaria incluida («Who the gods destroy, they first make mad»), observando el cuerpo de Armand.

El juego de las nacionalidades es bastante más evidente y premeditado en esta película que en su predecesora. El contexto sigue siendo el del retroceso del colonialismo francés y el empuje del imperialismo estadounidense, cuyo texto paradigmático tardaría aún veinte años en llegar: la novela de Graham Greene *The Quiet American*, publicada en 1955.

En este caso, la revuelta de los zombis camboyanos parece provocada por el infantilismo y la falta de seguridad en sí mismo del personaje francés, que contrasta con los rasgos opuestos del personaje estadounidense, según el guión se encarga de resaltar. Armand admira la seguridad en sí mismo de Cliff: «I wish I had your assurance, your faculty of knowing your objective and driving straight at it». De nuevo nos encontramos con que el personaje estadounidense (Neil/Cliff), sin intervenir de forma activa en la trama, y apoyado de una forma u otra por una figura de autoridad (Dr. Bremer/MacDonald), acaba llevándose a la chica (Madeline/Claire), triunfando sobre el débil de carácter, obsesionado y moralmente decadente francés (Beaumont/Armand). El personaje que correspondería a Legendre es el general Mazovia, cuyo parecido físico y gestual es más que evidente. Sólo que en este caso, Armand mata a Mazovia antes del clímax de la película, y no es por su influencia por lo que ha recorrido la senda del mal que le lleva a su propia destrucción. Si bien Legendre evocaba una difusa y decadente Europa (del Este), Mazovia es un oficial del ejército ruso.

Desde el punto de vista político-militar que imbuye la película, la revuelta de los zombis, que es en realidad una revuelta del pueblo camboyano liberado de la zombificación, no puede leerse como un alegato en contra del colonialismo en general, sino como una crítica al «protectorado» francés, que se destruye a sí mismo ante la mirada del impasible estadounidense. Es decir que sería una crítica a un colonialismo concreto, realizada siempre dentro de un contexto discursivo que legitima el colonialismo occidental sobre un pueblo nativo atrasado. Un pueblo que no llega a ser sujeto de su propio destino en ninguna de las películas que hemos revisado, que carece de fuerza, deseos e intereses propios, y que carece de representación individualizada en las películas de la época, más allá del sirviente obediente que se sacrifica por sus amos (Saidi en *Tarzan and His Mate*), o que se acaban vengando de ellos (Buna en *Revolt of the Zombies*).

¿ACASO NO SOMOS HUMANOS?

Island of Lost Souls (Erle C. Kenton, 1932) está basada en la novela de H. G. Wells (The Island of Dr. Moreau, 1896), y es sin duda la película de la década que mayor preocupación generó por su posible lectura anticolonialista. En Australia la película recibió la calificación especial «N.E.N.». Es decir, que no debía ser mostrada a los aborígenes: «Not

to be Exhibed to Natives» (Doherty, 1993: 311). Como veremos, esta preocupación de las potencias coloniales estaba, esta vez sí, plenamente justificada.

Edward Parker, náufrago del barco *The Lady Vain*, pasa varios días a la deriva en un bote hasta que es rescatado por el mercante *Covena*, que viaja en dirección a Apia, capital de Samoa. Cuando vuelve en sí, Parker pide al Dr. Montgomery que telegrafee a su prometida, Ruth Thomas, y le avise de su llegada a Apia. Dos días después, el capitán del barco, Davies, despierta de su borrachera y tiene un encontronazo con Parker a cuenta del trato violento que da a uno de los sirvientes, la persona encargada de alimentar a los animales que componen la carga del barco. Antes de llegar a Apia, el *Covena* recalca en una misteriosa isla que no sale en las cartas de navegación, donde descarga a los animales, al Dr. Montgomery... y a Parker, que es lanzado por la borda por el rencoroso capitán Davies. Allí conoce al Dr. Moreau, un siniestro personaje interpretado por Charles Laughton, y a varios nativos de aspecto peludo y extraño.

Poco a poco vamos intuyendo que los nativos no son tales, sino que en realidad son el resultado de los experimentos de Moreau, en su intento de convertir animales en humanos a fuerza de experimentación genética y operaciones quirúrgicas. La nueva y maléfica, a la par que atractiva y sugerente idea que tiene en mente Moreau es comprobar si su mejor creación, Lota, la mujer pantera, tiene el deseo y la capacidad de aparearse con Parker. El interés de Moreau es meramente científico: quiere saber si Lota ha perdido sus instintos de pantera y es una mujer completa, capaz de engendrar de un humano. Es decir, Moreau quiere comprobar si ha conseguido superar la distancia entre especies, marcada por la capacidad de engendrar. Parker descubre los extraños experimentos e intenta huir con Lota, pero los nativos les encuentran, y sabe Dios cuál hubiese sido el destino de Lota, la única hembra de la isla («one is not man» la llaman los balbuceantes subhumanos), a la que todos miran con ojos lascivos, si no hubiese intervenido Moreau. El Dr., látigo en mano, pregunta a los nativos sobre «las tres leyes», y todos responden: no andar a cuatro patas, no comer carne y no derramar sangre. «Are we not men?», preguntan retóricamente entre frase y frase, como parte de ritual de dominio que periódicamente ejecuta Moreau sobre ellos. De vuelta al castillo le muestra a Parker sus experimentos: no está torturando humanos, está creándolos a partir de animales.

Fotograma 17: Bela Lugosi, «sayer of the law»



Fotograma 18: El Dr. Moreau y su látigo



Fotograma 19: Los subhumanos sometidos



Finalmente la atracción entre Lota y Parker les lleva a besarse, pero él descubre las uñas de pantera en las manos de ella y la rechaza. Entre tanto, Ruth, que esperaba a su prometido en el *Coveña*, se entera por el capitán Davies que Edward se quedó en la misteriosa isla. Davies no quiere decirle dónde está la isla hasta que es forzado por el cónsul estadounidense. Ruth viaja entonces acompañada por el capitán Donahue y llega hasta la isla, donde son convencidos por Moreau para pasar la noche. Parker accede ante la amenaza de volver a encontrarse con los subhumanos.

Moreau tiene otra pérfida idea en mente: ya que el experimento Lota/Edward no ha funcionado, ordena a uno de sus sirvientes, Ouran (su nombre y su aspecto nos indica claramente qué animal era antes de la transformación), que asalte a Ruth en su dormitorio, pero Edward interviene antes de que Ouran cumpla sus lascivos deseos. El Dr. Montgomery, ayudante de Moreau, piensa entonces que éste ha llegado demasiado lejos y planea escapar con Donahue, Ruth y Edward. Moreau ordena a Ouran que mate a Donahue, y el antiguo orangután obedece, pero Moreau no ha

calculado las consecuencias. Cuando Ouran le cuenta al resto que ha derramado sangre por orden de Moreau, rechazan las tres leyes. El que creían dios se ha convertido en hombre, contraviniendo una de sus supuestas leyes inquebrantables, así que los anteriormente obedientes semihumanos recuerdan el sufrimiento infligido por su creador y acaban con su vida en la mesa de operaciones. Montgomery, Ruth y Edward escapan en un bote mientras de fondo arde la isla.

Moreau, a pesar de su nombre francés, es en la película un inglés que pasó parte de su infancia en Australia, donde aprendió a usar el látigo. Montgomery es inglés, estudiaba medicina en Londres hasta que tuvo un problema con la ley y decidió acompañar a Moreau a su isla. Ruth y Edward son estadounidenses. De nuevo parece que es el colonialismo europeo el que se problematiza, y de nuevo parece que los estadounidenses son espectadores impasibles.

Pero este caso es diferente, a pesar del juego de las nacionalidades. El empeño de Moreau por convertir a los animales en humanos, la pregunta retórica ¿acaso no somos hombres?, la desobediencia de las leyes que parecían emanadas de un dios que es en realidad tan humano como ellos, superan cualquier contexto colonialista concreto, y se alzan como una auténtica y demoledora crítica: «Are we not men?» ¿Acaso no somos todos iguales?

Paradójicamente, los subhumanos creados por Moreau a partir de animales son los «nativos» más humanos del conjunto de títulos que hemos tratado. Son seres sintientes y anhelantes que se rebelan, con toda la razón y la lógica, contra las leyes humana y natural instauradas por el colonizador legislador que se atribuye el papel de un dios.

CONCLUSIONES.

Como se apuntó en la introducción, no es una gran sorpresa encontrar que el discurso hegemónico sobre el colonialismo de la industria de Hollywood de los primeros años 30 sea la legitimación del mismo. Existe sin embargo cierta gradación en la representación de este tipo de situaciones. Desde las posturas más deshumanizadoras del sujeto colonizado en *Tarzan* y *Black Moon*, hasta la leve crítica a potencias colonizadoras decadentes y «no benéficas», especialmente Francia e Inglaterra, en *White Zombie* y *Revolt of the Zombies*. Que estas críticas concretas se hayan interpretado como una crítica general a la práctica colonialista es en mi opinión un tanto aventurado, como demuestran lo que hemos denominado el «juego de las nacionalidades», y la casi absoluta inexistencia del individuo o pueblo colonizado como sujeto autónomo, más allá de la animalidad, la estupidez, la falta de voluntad propia, los rituales sangrientos, y en el mejor de los casos, el servilismo.

Las películas que contradicen el discurso hegemónico son una *rara avis* en Hollywood, y es el caso de *Island of Lost Souls*. Su condición de película pre-Code y el hecho de que esté basada en una novela a la que sigue con bastante fidelidad son factores clave en este sentido, ya que en el ámbito literario los discursos estaban mucho menos restringidos que en el cine, como los mismos redactores del Código Hays se encargan de señalar. Otro elemento de la película que facilitó la representación de una exitosa rebelión contra la autoridad en un contexto colonial es el carácter subhumano del «pueblo» sometido. En cualquier caso, ya hemos comentado que el visionado de la película estaba desaconsejado para pueblos colonizados/

sometidos. Dos años después de su estreno, cuando Joseph Breen se hizo cargo de la Production Code Administration, la censura previa cortó de raíz las alas de estas *rarae aves* que no se plegaban al discurso del poder. Como el resto de discursos que criticaban las instituciones del poder, el debate sobre la injusticia de las prácticas imperialistas desapareció de las pantallas estadounidenses antes incluso de haberse formulado. *Island of Lost Souls* contiene el germen de éste y otros debates, como una crítica de la ciencia, de la cultura, de la religión y de las leyes, en tanto que frecuentes acompañantes de la opresión y violencia contra pueblos y continentes enteros.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Carcavilla Puey, L. (2013a). «Genealogía hipnótica del mito del zombi: The Magic Island (1929)», *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, 65 (1). <http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2013.03>
- Carcavilla Puey, L. (2013b). «Genealogía hipnótica del mito del zombi: White zombie (1932)». *Escritura e imagen* Vol. 9, pp. 127-154. http://dx.doi.org/10.5209/rev_ESIM.2013.v9.43541
- Chaparro Domínguez, M. A. (2011). «La huella de la sociedad victoriana en *The Island of Doctor Moreau* (1896) y *The Island of Lost Souls* (1932)». *Espéculo*, 48.
- Del Olmo Ramon, A. (2012). *El eterno retorno del no-muerto como arquetipo fílmico: Una aproximación a la figura del zombi en la cultura popular contemporánea*. Tesis doctoral, Universidad Ramon Llull.
- Doherty, T. (1999). *Pre-Code Hollywood. Sex, Immorality, and Insurrection in American Cinema 1930-1934*. Columbia University Press, Nueva York.
- Ferrero, A; Roas, S. (2011). «El 'zombi' como metáfora (contra)cultural». *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, 32. http://dx.doi.org/10.5209/rev_NOMA.2011.v32.n4.38076
- Gonzalez-Fernandez, P. (2014). «Communicating fear in film music: a sociophobic analysis of zombie film soundtracks». School of the University of Maryland, College Park.
- Moreman, C. M.; Rushton, C. (2011). *Race, Oppression and the Zombie: Essays on Cross-Cultural Appropriations of the Caribbean Tradition*. McFarland, Jefferson, Carolina del Norte.
- Neail, E. (sin fecha). «The Signification of the Zombie». Pennsylvania State University-Harrisburg.
- Rhodes, G. D. (2001). *White zombie: Anatomy of a horror film*. McFarland, Jefferson, Carolina del Norte.
- Rodríguez de Austria, A. M. (2015). «El Código de Producción de Hollywood (1930-1966): Censura, Marcos (Frames) y Hegemonía». *Revista ZER*, 39, vol. 20, pp. 177-193.
- Rodríguez de Austria, A. M. (2017). *Análisis Crítico del Discurso en la narrativa audiovisual. Metodología y estudio de caso: La trilogía Batman De C. Nolan*. Tesis doctoral, Universidad de Sevilla.
- Schroeder, A. (2010). «Black Magic & White Colonialism: Race in Early Zombie Films».
- Vaccaro, J. (2012). «Modernity's Automatization of Man: Biopower and the Early Zombie Film». *Scope: An Online Journal of Film and Television Studies*, 22.
- Weston, G.; Lawrence, F.; Mae, L. (1932). *White Zombie*. (Guión)
- Williams, T. (1983). «White Zombie. Haitian horror». *Jump Cut: A Review of Contemporary Media*, 28, pp. 18-20.

TELEVISÃO E IMPÉRIO: SOBRE A INEXISTÊNCIA DE EMISSIONES DA RTP NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESAS

TELEVISION AND EMPIRE: ON THE ABSENCE OF EMISSIONS OF THE PORTUGUESE TELEVISION STATION IN THE OVERSEAS PROVINCES

FRANCISCO RUI CÁDIMA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA/ FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS/

CIC.DIGITAL E DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

1069-061 LISBOA - PORTUGAL

FRCADIMA@GMAIL.COM

RESUMO

Neste texto vamos procurar entender algumas das razões fundamentais que explicam o facto de a televisão nunca ter chegado às colónias portuguesas, quer durante a governação de Salazar, quer inclusivamente com Marcello Caetano, apesar de ter sido ele o impulsionador da televisão em Portugal. Da análise do contexto político nacional e internacional e do confronto com a própria experiência sul-africana, mais determinada na sua "iconoclastia" catódica, algumas das conclusões que retiramos conduzem-nos a uma pergunta para a qual a própria experiência política e mediática do *apartheid* parece sugerir uma resposta. E que tem a ver com os impactos possíveis de uma outra estratégia propagandística televisiva em contexto colonial. Que consequências diversas poderia ter tido? Deixemos que seja aqui o próprio leitor a retirar as suas conclusões.

PALAVRAS-CHAVE

Televisão, Salazarismo, Ditadura, Colónias

ABSTRACT

In this text we will try to understand some of the fundamental reasons for the fact that television never reached the Portuguese colonies, either during the government of Salazar or even with Marcello Caetano, although he was the promoter of television in Portugal. The analysis of national and international political context and the confrontation with the South African own experience, more determined in its "cathodic iconoclasm", some of the conclusions we draw lead us to a question that the very political and media experience of *apartheid* seems to suggest an answer. And that has to do with the possible impacts of another television propaganda strategy in the colonial context. What diverse consequences could that have had? Let the reader be here him or herself to withdraw its conclusions.

KEYWORDS

Television, Salazarism, Dictatorship, Colonies

INTRODUÇÃO

Os estudos no âmbito da história dos média em Portugal têm vindo a desenvolver-se de forma consistente nas últimas décadas, notando-se agora um renovado interesse por uma área menos investigada, justamente em torno da questão dos média e da experiência colonial, de que, aliás, este volume é prova. A nossa opção para esta breve investigação incide sobre um aspeto muito particular, que, porventura pelo facto de se tratar, de alguma forma, de um “não-acontecimento” no contexto das relações do regime com as suas colónias, não tem sido praticamente referido nos estudos da área.

Trata-se, então, de procurar contextualizar o facto do salazar-caetanismo e das políticas do regime para o sector dos média terem, desde o final dos anos 50, várias vezes pensado em instalar as emissões televisivas regulares nas ditas províncias ultramarinas, sem nunca o terem conseguido efetivamente concretizar. É então sobre todo este percurso, sobre a genealogia e as razões desse mesmo “não-acontecimento” – que aliás acompanha praticamente toda a própria história da televisão em Portugal – que incide esta investigação.

Com exceção da complexa dinâmica propagandística criada na RTP na sequência do início das hostilidades em Angola, em 1961, dando-se assim origem à Guerra Colonial, a relação do regime do Estado Novo com o “império”, mais propriamente com as suas províncias ultramarinas “integradas” no todo nacional desde a revisão constitucional de 1951, foi, por assim dizer, um sinal de que, sobretudo Salazar, nunca esteve suficientemente convencido de que o elevado investimento financeiro e tecnológico numa rede de distribuição de televisão em África se justificaria verdadeiramente.

Isto porque, certamente, o regime salazarista não tinha essa convicção profunda de que à então África portuguesa sucederia o contrário daquilo que nos inícios dos anos 60 tinha ocorrido com todas as colónias africanas das potências europeias – a sua autonomia e/ou independência. Esta talvez possa ser uma das explicações mais prováveis, forçada pelas próprias circunstâncias políticas – sobretudo pela questão do esforço de guerra – e económico-financeiras do regime, para o facto de a televisão da metrópole – a RTP – não ter chegado nunca às províncias ultramarinas.

RESISTÊNCIAS AO NOVO MEIO TELEVISIVO

Digamos que podemos identificar essa razão “política”, por assim dizer, mas não podemos evitar discutir uma outra razão complementar desta. Concretamente, no plano comunicacional, a questão do receio do impacto da imagem televisiva num contexto de forte controlo político e mediático por parte da potência colonial. Contexto que, no plano da política internacional era absolutamente desfavorável ao salazarismo. E isto tanto no plano externo, com as grandes nações europeias a abdicarem das suas colónias africanas e as organizações internacionais a pressionarem o governo português a fazer o mesmo, como no plano interno, com a cada vez maior oposição ao regime na metrópole e o arranque dos conflitos bélicos nas diversas províncias ultramarinas.

De facto, esse receio por um muito provável descontrolo sobre as imagens televisivas num contexto de opressão colonial, ainda que nunca tenha sido enunciado enquanto tal pelos responsáveis do regime, teria seguramente sido ponderado. Sa-

bemos, efetivamente, que Salazar sempre havia mostrado a maior das relutâncias em relação à introdução da televisão em Portugal, que nunca se serviu realmente da televisão como um instrumento pessoal de propaganda, bem pelo contrário, e que, portanto, nunca seria, sem uma mudança radical da sua percepção sobre o fenómeno televisivo, que ele soçobriaria ao seu convencimento profundo de que os meios de comunicação de excelência sempre seriam, para si, a imprensa e a rádio. E esses eram – e sempre foram –, mesmo com Marcelo Caetano, os meios dominantes na África portuguesa até 1974. Tal como, aliás, viria a suceder curiosamente no caso da África do Sul, nos anos 60, como veremos de seguida.

O caso português, em matéria de resistência e impedimento político ao avanço comunicacional e tecnológico só tinha de facto equiparação, na altura, ao caso sul-africano. Veja-se como termo de comparação o que sucedia na altura no regime do *apartheid*. Este caso é, aliás, paradigmático no âmbito da história dos média e dos estudos televisivos. Ao longo dos anos 60, havia, aliás, uma percepção evidente, por parte das forças nacionalistas – e neste caso claramente enunciada – de que o início das emissões regulares de televisão na África do Sul conduziria rapidamente ao declínio do poder branco nesse país, tendo o novo meio de comunicação sido transformado no verdadeiro “arqui-inimigo” dos interesses *Afrikaner* e da sua política ultra-conservadora. Para além do mais, na perspetiva do regime do *apartheid*, mesmo a programação ocidental podia ser extremamente negativa para os interesses nacionalistas:

British and American programmes were not advisable, particularly at the time of the Civil Rights movement in the USA. It would not be a good thing to see all those Blacks rioting and confronting police forces on the streets of Little Rock, Arkansas, and Birmingham, Alabama, when South Africa's government was advocating co-operation and peaceful separate development of races. (Cros, 1996: 121)

A ideologia da extrema-direita sul-africana, ultra-nacionalista e calvinista, procurava teorizar sobre o tema dos perigos da televisão e sobre as consequências imprevisíveis da sua adoção. No início dos anos 60, um dos principais argumentos utilizados era o facto de a TV poder afastar as pessoas da igreja, o que poria em perigo a sobrevivência da tradição *afrikaner*, desviando a atenção dos seus membros para outras referências culturais que lhes seriam estranhas. Pelo contrário, a rádio era considerada ajustada ao modelo vigente de uma sociedade de *apartheid*. A televisão era vista também como um perigo moral para a família e a juventude. Também era utilizado o argumento do “efeito hipnótico” sobre o público. Mas a obsessão ultra-conservadora atingia as raías do paroxismo quando pretendia que a influência liberal americana ou europeia poderia ter efeitos tão perversos na velha cultura *afrikaner* quanto o próprio “imperialismo comunista”, ou poderia inclusive conduzir ao fim do domínio branco:

TV would bring political integration which would, in turn, bring ‘the end of the Western civilisation in South Africa, the political eclipse of Whites and everything they have built up over a period of more than 300 years (Giliomee, 1990:42, apud Cros 1996:124).

Realmente, a África do Sul só em janeiro de 1976 viria a iniciar as emissões regulares de televisão, sendo que a transição para uma informação aberta e plural não se fez sem muitas hesitações e continuados receios ao longo dos anos 80 (Cádima, 1995), como aliás se pode ver através do caso Nelson Mandela (Tomaselli, 1993 e 2003), que só viria a ser libertado pelas autoridades sul-africanas em 1990. No caso sul-africano, são os próprios líderes políticos da altura, nomeadamente o primeiro-ministro Hendrik Verwoerd, que fazia comparações dramáticas considerando que a televisão teria efeitos nefastos na sociedade sul-africana e que seria pior que a bomba atômica, invocando aqui a célebre “boutade” de John Appleton, responsável em meados dos anos 50 pelos programas para crianças na Australian Broadcasting Commission. Ou o ministro das telecomunicações, Albert Hertzog (conhecido então como Dr. No), que postulava que a TV era algo incontrollável e que se alguém pretendesse introduzir a televisão na África do Sul, só mesmo por cima do seu cadáver isso seria possível... No fundo, tudo se resumia a ver o pequeno écran como uma “devil’s own box, for disseminating communism and immorality”.¹

TENTATIVAS ABORTADAS

Voltando ao caso português, refira-se que não sendo conhecidos documentos escritos em que o regime se tenha colocado o mesmo tipo de questões e argumentos que os conservadores sul-africanos esgrimiam por essa altura, a verdade é que, na prática, e certamente, em teoria, por algumas das mesmas razões em ambos os casos, os resultados foram os mesmos, isto é, a televisão só chegaria aos países africanos de expressão portuguesa após as independências concedidas por Portugal no pós-25 de Abril.

A resistência do regime ao investimento na tecnologia televisiva para as províncias ultramarinas tinha aliás uma outra face no plano do consumo interno. E essa manifestava-se, concretamente, em termos de programação e de informação na RTP, a televisão entretanto surgida em Portugal em 1957, após, como referimos, Salazar ter resistido ainda por alguns anos à sua instalação no país (Cádima, 1996). Mas do que se tratava era essencialmente de uma quase ausência absoluta da imagem das províncias ultramarinas, em particular nos serviços noticiosos. Onde o “bilhete-postal” turístico poderia coexistir com a agenda protocolar governamental na metrópole, ou um mercado popular, ou uma festa de folclore local, poderiam ser mostradas no final do alinhamento de um qualquer telejornal.

Temos, portanto, uma dupla situação, convergente com um mesmo tipo de ação política relativamente às colónias: por um lado, a ausência demasiado ostensiva de uma imagem televisiva do império e das colónias, designadamente no que reporta ao essencial das práticas informativas: nem cobertura regular dos principais acontecimentos nas diferentes províncias, nem correspondentes locais enviando notícias e reportagens para Lisboa, nem em geral o contrário, o envio de repórteres da metrópole para cobrir eventos locais, fazer reportagem ou documentários sobre

1 “From devil’s box to diversity: 30 years of SABC television” (2007). Mybroadband, January 7, 2007. <http://mybroadband.co.za/nephp/5299.html>. Acedido a 13 de junho de 2016.

a realidade das colónias; por outro lado, o adiamento da instalação da televisão nas províncias ultramarinas, o que se viria a eternizar ao longo do tempo, tendo o regime caído sem ter conseguido dar esse passo. E isto, não porque os ideólogos do regime não tivessem a noção da importância da comunicação e da necessidade de uma estratégia mediática que acompanhasse efetivamente o modelo integrador e pluricontinental do regime. Veja-se, por exemplo, sobre esse aspeto, Clemente Rogeiro (1971: 60): "(...) Urge repensar toda a estrutura das nossas telecomunicações, conscientes de que, na era da eletrónica já iniciada, dispomos de meios para superar a descontinuidade territorial em que vivemos e para sermos, finalmente, a nação una e indivisível a que aspiramos".

Refira-se, por exemplo, que pouco após o arranque das emissões televisivas da RTP, há uma primeira decisão sobre a estratégia de implantação do serviço de televisão nas colónias. Em 1959, numa altura em que a instalação da rede de distribuição em Portugal não estava ainda concluída, havendo ainda poucos recetores registados, não havendo sequer rede na Madeira e nos Açores, são dados os primeiros passos para a instalação da televisão em Angola e Moçambique (Cádima, 1996), conforme é dito também no Relatório e Contas da RTP de 1959:

Mais do que nunca a ideia de estender a nossa atividade às Províncias Ultramarinas parece impor-se como uma necessidade da maior importância e, pela nossa parte, temos o problema estudado. As participações necessárias encontram-se, na sua maioria, asseguradas e a fórmula encontrada é muito pouco dispendiosa em relação às vantagens que proporciona.²

O que é interessante verificar é que essa primeira manifestação de interesse no final dos anos 50, tão claramente afirmativa, garantindo inclusive o financiamento da operação, passa rapidamente ao esquecimento, e durante a década de 60 pouco mais será dito sobre o assunto. Veja-se que no início da década de 70, o regime está a braços sobretudo com o lançamento da televisão na Madeira e Açores. No caso da Madeira, a inauguração das emissões aconteceria somente a 6 de agosto de 1972. Dizia-se na altura que se iniciava deste modo um "objetivo expansionista" tratando-se agora apenas do primeiro serviço que se implantava "fora de território metropolitano e que poderá muito bem ser (...) o ponto de partida para a interligação do espaço português sob o signo da TV (...)" (Teves e Lopes da Silva, 1971: 186).

Estranhamente, no caso dos Açores, só a 10 de agosto de 1975, já em plena democracia, iriam para o ar as primeiras emissões de televisão naquele arquipélago. Apesar do atraso de três anos em relação à Madeira, a televisão chegou aos Açores mais cedo do que se previa e sobretudo porque Ramalho Eanes, na altura Presidente da RTP, no final de 1974, muito se empenhou pessoalmente (Teves, 2007: 127) em resolver esse imbróglio.

Mais estranhamente ainda, não estava sequer resolvido o problema das emissões regulares de televisão nos Açores e já se faziam promessas para Angola... O que veio criar uma situação particularmente desagradável, sobretudo para os

2 Relatório e Contas da RTP de 1959, pp. 5-6.

açorianos que se viam assim discriminados relativamente à pressão que vinha de determinados estratos da sociedade angolana, onde os meios de comunicação, sobretudo a Rádio, tinham um leque de profissionais que acabaram por fazer escola nos media em Portugal no pós-25 de Abril. E entre os açorianos estava o próprio presidente da RTP, Ramiro Valadão... No fundo, era claro que o regime não tinha capacidade financeira para acudir a tantas solicitações. Isso aliás já havia sido bem enunciado nos anos 60 por um Diretor-Geral da RTP, Barradas de Carvalho (1963: 194), que não podia ser mais claro: “Uma organização de televisão como a RTP, modestíssima até à miséria em alguns sectores, mesmo defendida das despesas inúteis que as próprias limitações determinam (...)”, não poderia certamente “expandir-se”, e a prova disso foi exatamente o atraso do arranque da televisão na Madeira e Açores, e, claro, o sempre adiado começo nas colónias. Queixa que Ramiro Valadão (1971: 81-82) secundaria mais tarde, embora de forma mais discreta, considerando ser necessário um “esforço que ultrapasse a nossa dimensão para nos colocar na que resulta da nossa responsabilidade pluricontinental”, sendo que “para quem, como nós, importa defender Portugal em vários continentes, temos de ter ao nosso dispor meios mais potentes que os demais”.

UMA DECISÃO DEMASIADO TARDIA

É justamente já em pleno declínio do regime, em 1973, que vamos ter novidades sobre o tema, antecipadas agora pelo Ministério do Ultramar. Em 27 de junho de 1973 é publicado pelo ministro do Ultramar, Silva Cunha, o Decreto-Lei nº 319/73 que vem permitir ao Governo promover “a constituição de empresas para a concessão do serviço público de televisão nos territórios de cada uma das províncias ultramarinas”. Diz-se que ouvidos os governos das províncias ultramarinas, a RTP deverá promover a constituição de sociedades anónimas com as quais contratará a concessão do serviço público de televisão nos respetivos territórios, podendo mesmo ser a própria RTP a assumir a exploração do serviço, sendo que a percentagem do capital a repartir entre o Governo da correspondente província e a RTP nunca seria inferior a 51%, sendo o restante distribuído pela radiodifusão local e pelo público, em proporção a determinar em cada contrato de concessão. A detenção de aparelhos recetores de televisão obrigava ao pagamento da taxa de televisão.

Nas Bases de concessão, era referido que a concessionária era obrigada a instalar de acordo com os planos e prazos aprovados pelo governador da província, os respetivos centros de emissão e/ou de distribuição nas regiões de “maior interesse”, tendo também em vista “o interesse manifestado pelo público”. A concessão era dada por um período de dez anos. Na Base VII salvaguardava-se a ligação à RTP no sentido do estabelecimento de acordos de colaboração e interdependência com vista a assegurar a obtenção das “maiores economias de escala”. Finalmente a Base X conferia o direito de suspensão do serviço: “sempre que as circunstâncias assim o aconselhem, designadamente em caso de guerra ou de emergência grave, (o governo) reserva-se o direito de suspender, por tempo indeterminado, o serviço concedido” e a Base XIV prescrevia que a “fiscalização em relação aos serviços concedidos será exercida por um delegado do Governo”, ou seja, “quanto a programas”, serão os serviços designados para o efeito pelo Governador da província que zelarão

pelo seu adequado cumprimento. Em caso limite – Base XVI, poderia o Governador da província, mediante autorização do ministro do Ultramar, substituir-se temporariamente à concessionária, “declarando a concessão em estado de sequestro”.

De referir ainda um outro diploma sobre o tema, o Decreto-Lei nº 381/73, de 26 de julho, também do Ministério do Ultramar, que vem aprovar as normas técnicas “a que deveriam obedecer as instalações do serviço público de televisão a preto e branco” (Artigo 1.º) nas províncias ultramarinas, de acordo com o estabelecido na Conferência Africana de Radiodifusão (Genebra-1963) que atribuiu às províncias ultramarinas portuguesas o sistema «I» (bandas I, III, IV e V) para as respetivas redes de televisão. No Artigo 2.º deste decreto promulgado por Américo Thomaz em 9 de julho de 1973, era ainda referido que as normas para as “províncias ultramarinas portuguesas da Ásia e da Oceânia e as normas técnicas a que deverão obedecer as instalações do serviço público de televisão a cores em todos os territórios portugueses do ultramar” seriam oportunamente aprovadas.

Por fim, já após o 25 de Abril, referência ainda para um outro Decreto-Lei, o 677/74, de 29 de novembro, que aprova as bases relativas à concessão do serviço público de televisão em Angola. No preâmbulo remete-se para o Decreto-Lei 319/73 (revogando este, na parte aplicável a Angola), que autorizava o Governo a promover com a RTP a constituição de sociedades anónimas para a exploração do serviço público de televisão. Constatava o governo de Vasco Gonçalves, através do ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, que o referido decreto-lei se revestia “de uma feição demasiado centralizadora, nomeadamente no que se refere à vinculação obrigatória à RTP” pelo que havia que publicar novo diploma em concordância com as normas previstas para o futuro estatuto político de Angola. Assim, o Governo Provisório usando a faculdade conferida pela Lei Constitucional 3/74, decretava “para valer como lei no ultramar” o seguinte (Artigo 1.º): “O Governo de Angola (...) promoverá a constituição de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada com a qual contratará a concessão do serviço público de televisão em Angola, nos termos das bases anexas a este diploma”, sendo que o capital da sociedade será distribuído de forma a que uma percentagem não inferior a 51% pertença ao Governo de Angola. O Artigo 3.º prescrevia, no entanto, que “os corpos gerentes da sociedade concessionária do serviço público considerada neste diploma serão constituídos, exclusivamente, por cidadãos portugueses originários ou naturalizados há mais de dez anos”. As questões do foro jurídico remetiam, no entanto, para um tribunal arbitral no âmbito do Tribunal da Relação de Luanda.

No caso angolano, curiosamente, são referidas por algumas fontes breves tentativas experimentais de lançamento de emissões televisivas, embora num plano muito rudimentar e, naturalmente, à revelia da própria administração colonial. São comumente referidos os casos das emissões no Rádio Clube de Huambo, em 1962, no Rádio Clube de Benguela em 1964, na discoteca Tamar, em Luanda, em junho de 1970, e da TVA, em Luanda, em 1973, projeto independente onde pontificavam inclusivamente antigos colaboradores da própria RTP, e que terá sido responsável pela aprovação urgente, por parte do governo de Marcello Caetano, do já referido decreto-lei 319/73.

Após, portanto, em 1973, o Governo português ter lançado com este decreto as bases daquela que seria a concessionária da radiotelevisão de Angola, é constituída

em fevereiro de 1974, a RPA - Radiotelevisão Portuguesa de Angola, tendo como acionistas majoritários o Estado de Angola, o Instituto de Crédito de Angola, a RTP e várias estações de rádios locais que repartiam entre si 25% do capital (Teves, 2007a). No entanto, face ao novo regime de transição política entretanto criado, o governo português vê necessidade de revogar o decreto de 1973, o que sucede com o 677/74 a 29 de novembro de 1974, precisamente no sentido de permitir um serviço público de televisão em Angola mais autonomizado, não dependente da RTP. É assim que o governo de transição em Angola lança as emissões regulares de televisão a 18 de outubro de 1975. Após a independência, concretizada em 11 de novembro de 1975, o governo do MPLA nacionaliza a concessionária em junho de 1976 e introduz a alteração na sua designação passando esta a chamar-se TPA - Televisão Popular de Angola. Mais tarde, em setembro de 1997, alterada, por sua vez, para empresa pública, agora designada Televisão Pública de Angola.

CONCLUSÕES

Em conclusão, é então possível constatar que existem, à partida, várias causas que poderemos identificar como tendo estado na origem deste “não-acontecimento” no contexto da experiência mediática das colónias portuguesas. Desde logo, uma razão de ordem económica-financeira, invocada, em diversos momentos, por responsáveis máximos da RTP, questão que terá tido um papel importante no adiar da experiência televisiva e da implementação desta tecnologia nas colónias. Há, depois, uma razão política e, digamos, também mediática, comunicacional, que é fundamentalmente identificada através dos escassos conteúdos emitidos (notícias, reportagens, breves documentários) relativos às províncias ultramarinas, e que, sobretudo no período que decorre entre o início das emissões regulares e o início da Guerra Colonial, não apresentavam qualquer consistência narrativa, nem no plano jornalístico, nem tão pouco no plano propagandístico, demonstrando assim a inépcia do regime em matéria de instrumentalização da televisão para os seus objetivos políticos.

A acrescentar à falta de motivação propagandística, instrumental e política no início das emissões televisivas da RTP, até ao começo da Guerra Colonial – explicadas nas fobias do ditador em relação ao novo *media* mas que significava também um desconhecimento das virtualidades do próprio meio em si, há ainda a considerar a questão do “destino das grandes províncias africanas de Angola e Moçambique”, ou seja, as hesitações autonomistas e federalistas que por essa altura inquietariam tanto Salazar como Marcello Caetano (1977:516), então seu ministro da presidência, mas que rapidamente levariam o ditador à obsessão pela política de integração. O próprio início da Guerra Colonial, a mobilização do regime na manutenção do “todo pluricontinental” e o esforço financeiro e de guerra num conflito de longa duração que se desenvolvia em múltiplas frentes, também vieram colocar a questão das emissões televisivas nas colónias fora da agenda do regime. E assim permaneceriam até final. Com alguma ironia da história, o próprio “fundador” da RTP, Marcello Caetano, apesar da sua forte convicção nas capacidades instrumentais da televisão, não conseguiu muito mais do que apenas elaborar o decreto-lei (319/73, de 27 de junho) com vista à concessão do serviço público de televisão nas colónias. E, mesmo assim, sem consequências.

BIBLIOGRAFIA

- Barradas da Silva (1963). "O jornalismo e os modernos meios audiovisuais", *Revista de Ciências Políticas e Sociais*, Junta de Investigações do Ultramar, nº 60, pp. 177-199.
- Caetano, Marcello (1977). *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- Cros, Bernard (1996) "Why South Africa's Television is only Twenty Years Old: Debating Civilisation", 1958-1969. *Alizés, Revue Angliciste de la Réunion*, nº 12, "Taboos", October 1996, pp. 117-130. <http://oracle-reunion.pagesperso-orange.fr/documents/217.html>.
- Cádima, F. Rui (1995). *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Cádima, F. Rui (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Presença.
- Decreto-Lei nº 319/73, de 27 de junho. Ministério do Ultramar - Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações. Diário do Governo n.º 149/1973, Série I de 1973-06-27.
- Decreto-Lei nº 381/73, de 26 de julho. Ministério do Ultramar - Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações. Diário do Governo n.º 174/1973, Série I de 1973-07-26.
- Decreto-Lei nº 677/74, de 29 de novembro. Ministério da Coordenação Interterritorial. Diário do Governo n.º 278/1974, 1º Suplemento, Série I de 1974-11-29.
- "From devil's box to diversity: 30 years of SABC television" (2007). *Mybroadband*, January 7, 2007. <http://mybroadband.co.za/nephp/5299.html>. Acedido a 13 de junho de 2016.
- Giliomee, H. e Lawrence (1990). *From Apartheid to Nation-Building*. 2nd ed. (Cape Town: Oxford UP, 1990).
- "Início da Televisão em Angola" (s/d). Radiodifusão em Angola (1937/1975). <http://angolaradio.webs.com/>. Acedido em 14 de junho de 2016.
- Relatório e Contas da RTP (1959). Lisboa: RTP.
- Rogeiro, Clemente (1971). "A Rádio, factor de unidade nacional". AAVV, *Problemática Nacional da Informação*. Textos das conferências proferidas no Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa, 1971, pp. 37-69.
- Teves, Vasco (2007). *RTP – 50 anos de história*. Lisboa: RTP.
- Teves, Vasco (2007a). *RTP – 50 anos de história* (versão integral em CD) Lisboa: RTP.
- Teves, Vasco e Lopes da Silva, M. J. (1971). *Vamos falar de Televisão*. Lisboa: Livros RTP.
- Tomaselli, Keyan & Boster, Bob (1993). "Mandela, MTV, Television and apartheid", *Popular Music and Society*, Volume 17, Issue 2, 1993, pages 1-19. DOI:10.1080/03007769308591510.
- Tomaselli, Keyan & Tomaselli, Ruth (2003) "The Media and Mandela", *Safundi: The Journal of South African and American Studies*, 4:2, 1-10, DOI: 10.1080/17533170300404204
- Torres, Sílvia (2016) (Org.). *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Valadão, Ramiro (1971). "Problemática da Televisão". AAVV, *Problemática Nacional da Informação*. Textos das conferências proferidas no Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa, 1971, pp. 71-83.

"THE BLACKS OF INDONESIA": THE ARTICULATION OF PAPUAN ETHNIC IDENTITY ON SOCIAL MEDIA

YUYUN W.I SURYA¹

UNIVERSITAS AIRLANGGA SURABAYA/ FACULTY OF SOCIAL AND
POLITICAL SCIENCES /COMMUNICATION DEPARTMENT

SURABAYA, JAWA TIMUR

INDONESIA 60286

YUYUNWSURYA@YAHOO.COM

ABSTRACT

This study aims to explore how Indonesian ethnic minorities construct their identity online. It will focus on the way Papuans articulate their ethnic identity online particularly on Facebook. It looks for the way in which Papuans present and express themselves through posted and shared messages. The articulation of Papuan identity from the Papuans' view is significant due to the fact that Papuans were denied the freedom to express their ethnic identity. Multimodal discourse analysis is chosen as the method. This method offers a tool to collect and analyse data that is appropriate to study texts in social media. This study will provide analysis on the way Papuans articulate their "Papuanness", through the posted messages within the *Orang Papua* group. It reveals that through social media, Papuans are strengthening their identity by raising their distinctive ethnic consciousness. Papuans are emphasising their affiliation to Melanesian race to show their ethnic distinctiveness and to contrast with Indonesians, creating the notion of ethnic authenticity to redefine their ethnic identity, contesting the negative stereotype previously attached to them to empower themselves. Papuans' marginalisation, oppression and economic exploitation along with being recognised by their black skin and curly hair, have made Papuans "the Blacks of Indonesia". Papuan ethnic consciousness is facilitated by Facebook platform which allow them to choose and post messages to support their preferred online identity. Through social media, members of the *Orang Papua* group have shown attempts for power struggle by constructing identity according to their values and interests.

KEYWORDS

Ethnic identity, Authenticity, Strategic essentialism, Papuanness, Social media

¹ Yuyun W.I. Surya is a lecturer at Communication Department, Universitas Airlangga Surabaya, Indonesia. Currently a PhD candidate at the University of Auckland, New Zealand. She got her master degree at Monash University, Australia. Her research interests are online media, multiculturalism and identity. e-mail:yuyunwsurya@yahoo.com or ysur846@aucklanduni.ac.nz

1. INTRODUCTION

The history of Indonesia witnessed ethnic-based movements aimed to separate from the unitary state. Magenda (1990 in Gayatri, 2010) noted that the primary cause of these ethnic-based movements was the dominant control of the central government followed by cultural hegemony and cultural uniformity that marginalised particular ethnic identities. Papuans were denied the freedom to express their ethnic identity and their cultural expression was viewed with suspicion and usually interpreted as a manifestation of Papuan nationalism (Bertrand, 2004: 151). The lack of democratic space in Papua resulted in rising ethnic tensions and separatist activities. In this regard, Papuans felt that they were being colonised. Bertrand argues that the Indonesian government ruled the province in a way that was reminiscent of colonialism (2004: 150). Papuans received few benefits from the economic development of their province after the discovery of copper and gold explored by PT Freeport—a US-based mining company. Few of them were hired at the mine and if they were, obtained only low-skilled jobs. The economic disadvantage along with unequal treatment has made Papuans demand to become a separate nation from Indonesia.

For Papuans, a major role in strengthening ethnic sentiment in Papua are ethnic distinctiveness, along with the dispute of the historical grievance, extensive use of coercion and violence by central government and the exploitation of natural resources that caused economic inequality. The Papuan identity became a form of opposition to Indonesians, who are known among Papuans as “*amberi*” (foreigners). They looked upon the West Papuans as primitive and uncivilised, an attitude still dominant among Indonesians today. Papuan nationalists believe that “depapuanisation” is what the Indonesian government has been trying to do since 1963. This attempt includes banning traditional Papuan apparel and hampering traditional governance, as well as restricting cultural practices and symbols (Trajano, 2010). Along with “depapuanisation” is the process of “indonesianisation” through the spreading of Javanese culture, of Islam (by building mosques in Christian-dominated Papuan villages), and of the history of Indonesian revolution.

In the 1970s and 1980s, the Indonesian government accelerated its transmigration program, under which tens of thousands of Javanese migrants were resettled in Papua. The current government has reintroduced this program. This has made indigenous Papuans into a minority in their own region. From the government’s perspective, the “transfer of ethnic groups” is advantageous for migrants, who are able to access land, as well as for the indigenous people, who can benefit from “modernising influences” of Javanese culture (Aragon, 1994). By 2000, Indonesian settlers constituted 66% of the urban populations. This demographic transformation along with Indonesian dominance of the local economy and administration only reconfirmed local perceptions of Papuan exploitation.

In the political history of Indonesia, the internet had acted as “cyber-civic space” in which individuals and groups encourage collective activism online and translate it into movement offline (Lim, 2013: 639). The internet has become a space of resistance for Indonesians, particularly during the reformation struggle against the new order regime in late 1990s. With a remarkable growth in social media usage, with 90% of online activities devoted to browsing social network sites (Galih and Ngazis, 2012 in Lim, 2013) along with the restrictions on mainstream media, and the lack of

control mechanism on social media contents, some might expect social media to be utilised greatly for political and social events. Previous studies (Lim, 2013; Nugroho and Syarif, 2012; Sen & Hill, 2000), indeed, demonstrate that the internet, and social media in particular, has had some major in political roles in Indonesian society.

2. LITERATURE REVIEW

Social media like Facebook offers wider opportunities for identity to be explored. It gives “a moral encompassment within which we have a sense not only of who we are but also who we ought to be” (Miller, 2011: 180). Facebook provides users the ability to perform activities such as status updates, to express preferences and to connect with others. Zhao *et al* (2008) noted that social media such as Facebook had provided an opportunity for users to claim their identity implicitly rather than explicitly “show rather than tell”. In addition, Mehdizadeh (2010) stated that social media provides an ideal environment for the expression of the “hoped-for possible self” a realistic, socially desirable identity an individual would like to establish given the right circumstances. While the previous studies concentrate on the conception of identity, grounded only in user profiles and lack of analysis in the interactions users made in social media, my study will focus more on interactions users made through posted messages as well comments, “liking” and “sharing”, as they will provide evidence of a more dynamic conception of constructing ethnic identity in social media. Studies by Zhang, *et al* (2010) and Frazier and Zhang (2014) underline the importance of the construction social identities that are embedded in social interaction in social media sites.

2.1 Ethnic Identity in Online Media

Identity is the central building block of social media (Kietzmann, *et al*, 2011). Social media activities are defined by the extent to which they focus on seven functional blocks: identity, conversation, sharing, presence, relationships, reputation and groups. Eisenlauer (2013: 18) states that “social network sites are application systems that offer users functionalities for identity management (i.e the representation of the own person in the form of profile).” Thus, the characteristics of social media may affect the way users construct their ethnic identity. It facilitates “organic content, distributed processing and interaction and converging media format” (Andreas in Lim, 2013: 638). Social media users may develop a narrative of identity that is different from other online forms.

This study chooses to use ethnic identity because this term focuses on Papuans as one of the ethnic minorities in Indonesia who experience marginalisation. Leung (2005: 12) argues that ethnic identity is a term of marginalisation since “everyone has an ethnicity yet it only seems to be applied to minorities, anyone who is ‘ethnic’ either does not quite belong, or belongs elsewhere or on the peripheries”.

According to Phinney (2003), ethnic identity refers to how individuals interpret and understand their ethnicity (in Xu, 2014). Further, Nagel (1994) argued that ethnic identity is determined by the individual’s perception of its meaning within a specific social context. Zhao, *et al* (2008) stated that identity construction is a process that involves both “identity announcement” made by the individual claiming the identity and “identity placement” made by others who endorse the claimed identity. One

important aspect of these definitions is that ethnic identity can be best understood as both depending on individual interpretation and on the results of social construction. This perspective is useful since my study focuses on the construction of ethnic identity as the result of interactions. The dual aspect of the ethnic identity construction process is quite often neglected in approaches that stress the role of social representation of identity (Verkuyten, 2005). The identity construction process thus requires an individual who declares an identity and a society that endorses the asserted identity. This statement suggests that if a society does not endorse the chosen identity, a person may feel anxious and experience an *anomie* (a feeling of being alienated and unaccepted). As the issues concern both personal interpretation and social construction, this suggests the centrality of “personal self-recognition” (Calhoun, 1994: 20) as well as recognition by others, in ethnic identity.

2.2 Hybridity, Authenticity and Strategic Essentialism in Ethnic Identity

There are diverse ways in which ethnic groups or individuals negotiate and work at asserting their ethnic identities. Kellner (1995: 232) noted that “in modernity, identity becomes more mobile, multiple, personal, self-reflexive, and subject to change and innovation”. This leads to Homi Bhabha’s (1994) notion of mixture or hybridity in ethnic identity. Bhabha argues that hybridity arose out of the culturally internalised interactions between “colonisers” and “the colonised” (in Yazdih, 2010: 31). Leung (2005, p.23) posits that ethnic identity can refer to identities in a dynamic states of hybridity. Verkuyten (2005: 151) noted “theories of hybridity emphasise the mixing and fusion of meanings and reject the notion of homogeneous, uniform identities. Increasingly the notions of heterogeneity and multiple identities are being advanced.”

The term ethnic implies a sense of place and belonging and therefore links closely with a concept of a nation and its natives (Hall, 1992 in Leung, 2005: 24). It is being used by a community as the vehicle for claiming singular and homogenous ethnic group by formulating an identity that only emphasises a certain attribute of a community. In this regard, authenticity is privileged over the complexity of difference. Generally, construction of authenticity involves successful signification of what is accepted as “real” or “true” for individuals’ identities.

The idea of authenticity gains its force from essentialism. Bucholtz (2003: 400) describes essentialism as the position from which the attributes and behaviours of socially defined groups can be determined and explained by reference to biological and/or cultural characteristics believed to be inherent to the group. Essentialism assumes that groups can be clearly delimited and group members are more or less alike. In this sense, it is extracting a core element of a group and emphasizing them with the aim of creating solidarity and strengthening their presence in society. Further, it can also be used for political mobilisation. Spivak (1988) coined the term “strategic essentialism” to explain a political tactic employed by a minority group acting on the basis of a shared identity in the public arena in the interests of unity during a struggle for equal rights. Dourish (2008) posits that strategic essentialism is the means by which subordinate or marginalized social groups may temporarily put aside local differences in order to forge a sense of collective identity through which they band together in political movements. As a result, strategic

essentialism would at some point exclude certain voices and ignore differences. Thus, even though there are no fixed truths to be found about identity categories, strategic essentialism argues that we can act as if the identity was a stable entity for specific political and practical purposes.

3. METHODOLOGY

This study aims to explore, and critically analyse, the way Papuans construct their ethnic identity on a Facebook group called *Orang Papua* (People of Papua/ Papuans). Facebook is selected because of its interactive, multimodal and user-centred nature. It facilitates the construction and representation of a variety of identities (Kahn and Kellner, 2004 in KhosraviniK and Unger, 2016, p. 211). The ubiquity of Facebook, coupled with the ease with which a group can be formed, makes it a convenient form of political expression (Marichal, 2013). *Orang Papua* group is selected due to the largest number of members comparing to other similar social media groups. There are no available of avenues for Papuans to articulate their views and interests, and activists are not allowed to have peaceful rallies, books that discuss human rights violation and Indonesian military occupation in Papuan are banned (Trajano, 2010: 280). Moreover, the outlawing of public display of symbols of Papuan identity, along with the importance of ethnic identity that have given rise to Papuan political resistance and the absence of Indonesian government control of social media bring to the fore the issue of how Papuans are articulating themselves through social media.

In order to answer the questions of the construction of Papuans' ethnic identity on the Facebook group *Orang Papua* (People of Papua/Papuans), I will use a qualitative textual analysis approach. Multimodal discourse analysis is chosen as the method, which offers a tool to collect and analyse social media multimodal text that is information conveyed in various modes, which include visual, audio, and moving images (Eisenlauer, 2013: 309). KhosraviNik and Zia (2014) posit that social network sites have pushed multimodality analysis much more to the centre of discourse analysis. This research will select and analyse multimodal texts from posts and comments containing Papuan ethnic identity. Jager (2001) explains that a text or part of a text can address certain themes. Texts containing ethnic identity theme can be identified through their discourse fragments (in Wodak, 2002: 47) in the form of words, layout, colour and sound. The discourse fragments of ethnic identity texts refer to the components of ethnic identity, such as: self-identification/label, a feeling of belonging, and attitudes toward other groups (Phinney, 1992: 158-161).

4. ANALYSIS AND FINDINGS

4.1. The *Orang Papua* Group

This group was created on 7 March 2010. As written in the group description, this group provides a place for Papuans, include Papuans who live outside Papua, to interact to one another and to discuss "Papuans' basic rights" along with developments in regencies and provinces in Papua. According to the group description, the importance to discuss the Papuans' basic rights and development are further explained within the context of the conflict in Papua. The never-ending Papua-Indonesia conflict

has made Papuans' basic rights are violated and neglected. Furthermore, the civilians being shot (by Indonesian armed forces), and labelled as separatists, the impact of transmigration program for community in Papua, the natural resources' exploitation that give no benefits to Papuans and the failure of the development in Papua due to local government's corruption toward a grant provided through special autonomy program are descriptions of the omission of the Papuans' basic rights. Thus, instead of explicitly claim to support Papuan's political struggle for independence, this group demand a change (*Perubahan*) for Papuan's welfare. This demand has been written in capital letters in group description indicate the emphasis of the group's purpose.

Another emphasis is given in the last part of the group description. It is written that Papuan should become a warrior of thoughts and a thoughtful warrior (*Pejuang Pemikir & Pemikir Pejuang*). The term *Pejuang Pemikir & Pemikir Pejuang* implies that the fight against the unjust situation in Papua requires Papuans who have both intellectual capacity and ability to execute and take action. The use of the term warrior (*pejuang*) indicates the creator of the group's view of Papuans who need to fight against discrimination and repression. A warrior of thoughts and a thoughtful warrior can be achieved through the use of social media group where Papuans can exchange information to develop discourses aimed to deliver awareness of current situation in and of future for Papua. This motto can also be seen as an indication to the need of a different mode of resistance for Papuans since previously Papuans, particularly Free Papua Movement (OPM), were famous for their guerrilla form of resistance. Moreover, this motto has also brought the importance role of online media, especially social media in Papuan's political resistance.

As of February 2016, there are over 63 thousand members joined in this group. Its membership is through group admin approval, yet once an individual has joined the group, he/she can individually invite friends to join this group. This group was initially an open group. It became a closed group in 2015. Although there are no further explanations on the reason provided within the group, it can be assumed that it is due to the request of some members who observe that this group became a place to condemn Papuans who express their anger to Indonesian government by non-Papuans members or by Indonesian supporters.

The articulation of Papuan identity from the Papuans' view is significant due to the fact that Papuans were denied the freedom to express their ethnic identity. In this sense, the expression of Papuan identity (Papuanness) became the core of their political struggle to form a nation separate from Indonesia. Through Facebook, Papuans have the freedom to choose how they wish to present themselves and also how they express their political resistance. In this regard, the articulation of Papuan identity online plays a pivotal role in and is a part of their online activism.

The challenge to construct Papuan identity has taken place within the context of Indonesianisation for almost fifty years. As noted by Gietzelt (1989), Papuans "learned to be Indonesians" through the education system, the media, economic development and transmigration. These systematic programmes aimed to incorporate the Papuan population into the Indonesian nation-state. Online media became the only means for Papuans to articulate freely their identity since mainstream media, education and economic sectors are dominated by Indonesia and are still under the government's control. In social media, Papuans can post links,

add comments, and likes as well as spreading and sharing messages to develop the narrative of their identity.

Through social media, Papuans are strengthening their identity by raising their distinctive ethnic consciousness. Papuans are emphasising their affiliation to Melanesian race to show their ethnic distinctiveness and to contrast with Indonesians, creating the notion of ethnic authenticity to redefine their ethnic identity, contesting the negative stereotype previously attached to them to empower themselves. The strengthening of Papuan identity is indeed very crucial for the rest of the Papuans to come together and be united in liberating their homeland. Papuan ethnic consciousness is facilitated by Facebook platform which allow them to choose and post visual images and messages to support their preferred online identity. This preferred online identity reflects Papuans' desire to form their Papuanness.

Even though there is a contestation of the notion of Papuanness, members of the *Orang Papua* group employed strategic essentialism as they tried to put aside differences for the sake of a political goal. The narrative to reject Indonesian domination in Papua and which has made Papuanness, does not encompass the wide range of differences which migration has produced such as mixed-race communities and a variety of religions, and does not accommodate different ethnic groups in Papua which have various cultures, languages and a slightly different physical appearance. The use of physical characteristics showing ethnic distinctiveness to articulate identity in social media, according to Miller (2011) is because "Facebook is a virtual place where you discover who you are by seeing a manifestation of yourself. Facebook has given an encompassment within which we have a sense of not only who we are but of who we ought to be" (Miller, 2011: 179-180).

Through Facebook, members of the *Orang Papua* group have shown attempts for power struggle by constructing identity according to their values and interests. According to Castells (2015: 5) power is exercised not only by means of coercion but also by the construction of meaning in people's minds. For society at large, the key source of the social production of meaning is the process of communication by which there is the process of sharing of meaning through the exchange of information. Within the context of social media, the process of constructing meaning is characterised by and is dependent on the messages and frames created, formatted and diffused in multimedia communication networks. Castells (2015: 6) suggests that the transformation of the communication environment directly affects the forms of meaning construction, and therefore the production of power relationships. Castells further argues that "people can only challenge domination by connecting with each other, by sharing outrage, by feeling togetherness, and by constructing alternative projects for themselves and for society at large" (2015: 257).

4.2 Self identification/Label: Papuans' Melanesian Race

Race refers to human groupings whose members possess common physical characteristics. From this viewpoint, the only properties that count are the immediately visible ones: skin colour, body, hair and facial configuration. These physiological characteristics were used to justify a dichotomy between the superiority and inferiority of a particular race. Race is a problematic term because it utilises symbolic markers of the body to make a socially constructed difference into a supposedly

natural one. The concept of race emerges in a particular social and historical context. Leung (2005: 25) argues that the use of race as a category for describing difference was prevalent in the imperialism context along with the ideas of biological determinism. The invention of Oriental/the East as opposed to European/the West, in which the West was defined as everything that the East was not, is parallel to the dichotomy of race. Race as a social construction and not a universal or essential category of biology becomes the basic argument for the idea of race formation or racialisation. According to Barker (2004) racialization is “the process by which a group is ‘turned into’ a race through racial classifications constituted by power”.

Van der Kroef (1975) stresses that “by Papuan ethnicity is meant a sense of cultural distinctiveness, suffused by racial self-perceptions and sharpened by the presence of Indonesian ethnic groups (in Gietzelt, 1989: 209). While the dichotomy of race has been widely criticised for being scientifically invalid, it persists in the discourse of difference. Thus, this study acknowledges that any notion of race premised on biological or physiological characteristics is fundamentally flawed, but uses the term to refer to strategies for representing difference. Leung (2005: 25) states that race remains in widespread use to delineate difference. The use of the term is particularly related to the fact that Papuan ethnic distinctiveness is determined by racial affiliation to Melanesia as an attempt to differentiate themselves from Indonesians.

Members of the *Orang Papua* group frequently label themselves as having “black skin and curly hair”. As shown in their posted-images, Papuans have made their distinct skin and hair visually prominent. This indicates how black skin and curly hair is attributed to Papuans and becomes an “idealised Papuans”. The emphasis on physical appearances is also displayed through the use of images depicting physical characteristics along with explicit verbal messages, such as “I am Papuan. I have black skin and curly hair”. It functions as a declaration of affiliation to Melanesian as well as a differentiation from the majority of Indonesians who belongs to the Malay race. Furthermore, the visual image depicting distinct physical characteristics of Papuans along with the explicit verbal message are not only used as evidence of their identity, but also as an assertion of their capability to articulate their distinct identity confidently. This self-confidence is important due to historical relations with Indonesians whose patronising attitudes toward Papuans undermined their identity and dignity (Trajano, 2010: 18).

The affiliation to the Melanesian race becomes politicised when discussed in relations to Papuan identity. Since Papuans took black skin and curly hair as the symbolic markers of their identity, the concept of race is also used to indicate political unity rather than only to describe distinct physical characteristics. Gietzelt (1989: 210) argued that this identification with blacks has political motivations in that “it is used to arouse sympathy for, and indeed empathy with, the Papuan cause among black minorities elsewhere, who may be sensitive to charges of lingering colonialism”. Thus, the black skin and curly hair is not only a label for Papuan ethnic identity but also a symbol of resistance. Papuans’ marginalisation, oppression and economic exploitation along with being recognised by their black skin and curly hair, have made Papuans “the Blacks of Indonesia”. Silk (1990) and Ross (1996) argue that black refers to those who have been subject to slavery, segregation, discrimination and economic exploitation (in Leung, 2005: 26). Within the historical

context of western countries, black is a symbol of oppression and resistance and is intended as a sign of solidarity for those who have been discriminated against for their non-whiteness.

Connectivity is one of the prominent platforms of social media. Van Dijck (2013: 202) posits key terms such as 'friending', 'liking', 'sharing' and 'following' are signifying activities in social media such as Facebook. Further he states that 'liking' is a gesture generating information about people's desires and preference and 'following' indicates people's interests and allows for the detection of trends. In this study, posted messages contain black skin and curly hair received likes as well as comments from other members of the group. While the number of like is surprisingly insignificant (most of the posted messages received less than 100 likes) compare to the total members of the group (over 56 thousand members by December 2015), it is still an indication and a form of wordless support and the easiest detection of an approval of the information conveyed. According to Facebook the like button, which was added to in February 2009, is a way to give positive feedback or to connect with things users care about on Facebook. Facebook like can also be interpreted as an easy form of self-presentation attach to meaningful engagement (Mehdizadeh, 2010). Furthermore, previous research by Enjolras, *et al* (2012) has showed that liking practices on Facebook are part of a new and emerging type of online civic engagement and social mobilisation (in Brandtzaeg and Haugstveit, 2013: 2).

A more explicit engagement on Facebook is indicated by comment since users can express and articulate their opinion verbally as well as visually. Unlike the like function, comment is an obvious response to the posted messages which is more conversational. Moreover, comment function offers users to express both agreement and disagreement and thus to create wider opportunity for debate and discussion. In this study, posted messages contain black skin and curly hair received supportive comments such as "awesome", "I am Papuan, too" or "Papuan Melanesian is great." In this sense comment function lets members of the group develop the narrative of Papuan identity. In fact, Facebook's mechanism supports the narrative users intend to develop since it allows users to remove unwanted comments.

However, there has been rejection of the notion of black skinned and curly haired Papuans. Nakamura and Chow-White (2012) argues people can cultivate and use online media to construct and promote both dominant and resistant ideas. This uniformly defined Papuan identity is contested by the mixed-race members of the *Orang Papua* group. The mixed-race/hybrid individuals have the physical characteristic that their skin and hair is sometimes neither black nor curly. The contestation in defining who is and what is Papuan in this group indicates the struggle over the meaning of Papuanness. Furthermore, it is also an indication that this group offers a discursive site of contestation regarding Papuan identity. Thus this proves the fact that there is no fixed and stable meaning of identity. This rejection is expressed through posted visual and verbal messages as well as through thread of comments.

Viartasiwi (2013: 863) argued that the group outside the mainstream category of Papuan is "never enough to be Papuan". The mixed-race communities exist as a result of migrants coming to Papua. Viartasiwi (2013) states that Papua in the 21st century is also the home of mixed-race communities and individuals, mainly due to massive transmigration since 1970s from more populous islands in Indonesia, es-

pecially from Java to Papua. Some members of the group have expressed their differences visually and verbally in their posts. Members of the group who are mixed-race Papuans tend to provide argumentation to show that they are part of Papuan, and that they want to be Papuan, and that they should be recognised as Papuan. Thus, they put more effort into being acknowledged as Papuan. They are calling for greater expansion of what it means to be Papuans beyond the dominant discourse of the black skin and curly hair category.

The non black-skinned and curly-haired Papuans also expressed themselves in the group. Some posters are needed to explain that they are Papuans although they do not have such typical physical characteristics. A young man explains that he considers himself Papuan although he has light skin as the result of a mixed-race marriage. A Papuan woman posted her picture with her darker-skinned friend aimed at showing that she, too, is Papuan. She wrote that “the Papuan is based on what is inside and cannot be defined by their skin. Papuan is (defined) by heart and not by skin”. These posted messages received likes and comments from members of the group although lesser compare to the black skin and curly hair posted messages. Unlike comments on the black skin and curly hair messages, which are mostly expressing supports, there are less supportive and even discouraging comments on the mixed-race/hybrid Papuans messages. Assertions of discouragement for the mixed-race Papuan show in the comment posted by one of the members who wrote “for those who are only born in Papua, prove your love for Papua”. The use of the words “only born in Papua” refers to the individuals who are not belongs to Melanesian race. This statement also reflects that there is a hierarchy of the Papuans, that the mixed-race Papuans are lower than Melanesian race Papuans and thus must demonstrate their intention to be Papuans. The mixed-race/hybrid Papuans posted messages indicate an attempt to contest the notion of Papuanness. However, the comments received shows that there is a rejection to this attempt. In this sense, the hybridity discourse is in the minority against the essentialist discourse.

The domination of essentialist discourse in the notion of Papuan identity proves the fact that members of *Orang Papua* group employ strategic essentialism in the articulating their identity. They act as if their identity is a stable identity by ignoring mixed-race Papuans and at the same time put the black skin and curly hair as the only marker for their identity.

4.3.A feeling of belonging: Authenticity in Papuan identity

The issue of black skin and curly hair as an idealised Papuan as well as the existence of a group outside this category, have brought the discourse of authenticity in Papuan identity. Papuans use the term *OAP/Orang Asli Papua* (“true Papuan or authentic Papuan”) to refer to the notion of Papuans’ authenticity. Bucholtz (2003: 401) argues that the concern with authenticity emerged from the socio-political conditions. I argue that the notion of the authentic Papuan aims to frame Papuan identity based on racial/ethnic heritage and to contrast the notion of *amberi* (“foreigner” in Papuan language), a term that refers to Indonesians. The notion of the authentic Papuan is constructed within the discourse of physical appearance, nativity, and indigeneity shaped by Papuan-Indonesian’s historical relations.

Discourse over the definition of authentic Papuan or truly Papuan (*Orang Asli Papua*) is lively in Papua (Viartasiwi, 2013: 869). According to the Special Autonomy Law of Papua, the power to grant Papuan legitimacy is in the hands of the Papuan Council (*MRP/Majelis Rakyat Papua*). The definition of Papuan, according to this body, is one who has Melanesian descent and mixed-race communities are excluded. This definition can be interpreted as rejection of the existence of the non-Papuan born Papuan. The definition can also be read as an attempt to develop Papuans as more distinct from Indonesians and thus become a foundation to justify the struggle towards an independent nation. The *MRP's* definition provides a general and simplistic notion of who and what is considered as *Orang Asli Papua* since it only includes Papuans of Melanesian descent. The existence of the *MRP's* authority to define *Orang Asli Papua* indicates that essentialised identity is not only being internally formulated, but being imposed upon communities as well.

While there are no further explanations of the definition provided by *MRP*, this conservative claim of the authentic Papuan has opened up debates and contestation of the meaning of *Orang Asli Papua* among Papuans. Even though it is argued that the effort to impose a definition of authentic Papuans is helping and empowering Papuans to take on broader roles in the community's development, the benefit of imposing the *MRP's* definition of indigenous Papuans is still debatable. Some observers argue that the issue of *Orang Asli Papua* is an indication of the recognition of Papuans' rights given by the Indonesian government. Others contend that it is only a strategy of diversion from the Papuan political struggle to demand independence. The notion of *Orang Asli Papua* tends to be the political rhetoric of Indonesian government to counter negative images due to a long history of human rights violation and a military approach in Papua and to serve the interests of elite Papuans instead of a bottom-up discourse from grass roots Papuans. I contend that through social media, Papuans are contesting claims about the authentic Papuan. Members of the *Orang Papua* group came up with a narrative of who is considered as the authentic Papuans or *Orang Asli Papua*. Within this narrative, the notion of *Anak Adat* ("the son of the custom/tribe") and *Orang Asli Papua* is created and reproduced by members of the group as part of the group's identity even though there seem to be different interpretation of the definition of *Orang Asli Papua* among members of the group. This is due to the fact that Papuans tend to be essentialist in defining their identity. The more Papuans employ strategic essentialism to articulate their identity, the more they will question the authentic Papuan identity.

The social media's designated interfaces enable users to share information and connect with others purposefully. Brandtzaeg & Haugstveit (2013: 5) argues that "Facebook liking behaviour appears to have become a vehicle for those who wish to inform others of what they perceive as desirable activities and to call forth a preferred presentation of the self. This type of action is possible because social media enables a large number of ordinary people to become linked to and recognised by a large number of other people". With the Facebook's ideology of sharing (van Dijck, 2013) especially the like and comment functions, Facebook have involved in the process of the Papuan identity paradox, where authenticity is called into question as members of the group employ strategic essentialism.

Social media allows users to create a single axis of identity—that is emphasising one aspect in representing the self. It allows users to create profile contains both visual and verbal messages. When members of *Orang Papua* group post messages along with visual images of their selected identity emphasised on physical characters, on their wall and receive likes, this response may put pressure on other members of the group, particularly when the received likes are significant in quantities. They tend to identify that axis as their defining feature. This selected identity thus functions as not just describing but also dictating the identity that the members of the group should have. It is somewhat imposing the vision of Papuan identity onto all members of the group. On the other hand, social media like Facebook allows members of this group who are excluded from the definition of *Orang Asli Papua* to appear with their contested arguments through comments, since Facebook does not provide the not-like button. The unavailability of not-like button to show the instant disapproval of specific idea or item has given users chances to express further disagreement through comment button. By commenting users may develop connections with others and involve in more lively debates. In this sense, Facebook offers opportunity for members of *Orang Papua* group to construct Papuan identity and at the same time to challenge the notion of *Orang Asli Papua*.

From this point, it can be said that the notion of authentic Papuan identity refers to indigenous Papuans who do not change any of the distinct physical characters which they have, namely, their black skin and curly hair. Indigeneity is often defined either in criterial terms such as being the first inhabitants of a territory, or having a particular relationship with the land, or in relational terms such as the power dynamics between colonisers and indigenous communities, or between indigenous groups and the state. Thus, it emphasises the relationships of domination and exploitation imposed on indigenous communities by colonial powers. Furthermore, Timperley (2014: 19) suggests that, in defining indigeneity, we need to reconsider more recognition of the unique experience, history and culture of indigenous peoples. The notion of indigeneity for Papuans is shaped by the Indonesian historical domination over them, resulting in the consciousness of their ethnic distinctiveness.

The notion of the authentic Papuan, according to members of the group, is also determined by nativity. There is a posted-message shows a portrait of *mama* (a Papuan woman) Yosepha Alomang. She was awarded the Yap Thiam Hien prize in 1999 (the Indonesian version of Nobel prize) for her activity in conflict resolution and human rights in Papua. The posted message underlines Yosepha Alomang's statement during the rally when there was an official visit of foreign ministers from MSG (Melanesian Spearhead Group) to Papua in January 2014. Yosepha claimed that the reason why she joined the rally was that "I was just protecting Papuans who are born from a woman like me". The emphasis given by the poster to Yosepha's statement indicates the importance of avoiding mixed-race marriage especially for Papuan men since the authenticity of Papuans is determined by maternal lineage. In contrast, maternal lineage is not considered as one of the determinants in defining *Orang Asli Papua* according to the *Raperdassus* (Rancangan Peraturan Daerah Khusus/ the draft of the special local regulation) regarding the mechanism produced by the *MRP* for deciding the head of province in Papua's election. The draft considers paternal lineage as one of the determinants along with Papuans whose parents are both of

Melanesian descent as the main determinant for *Orang Asli Papua*. According to Yossias Saroy, the deputy head of Papua's regional regulatory body, Papuans, who have only Melanesian race from maternal lineage cannot be considered as *Orang Asli Papua*.(www.cahayapapua.com, 4 May 2015).

5. ATTITUDES TOWARD OTHER GROUPS: THE STEREOTYPES OF PAPUAN

The historical contestation between Papuan and Indonesian identity has made Papuans place their identity distinct and in opposition to Indonesian. This binary opposition creates boundaries and leads to prejudice and discrimination, as one of the two opposites assumes on a role to be dominant over the other. Bodenhause and Richeson (2010) argue that stereotypes, prejudice and discrimination is an interlocking phenomena. Bodenhause and Richeson (2010: 346) states that, "one view holds that stereotypes give rise to prejudice (people develop antipathy toward a group based on characteristics the group is assumed to possess) and in turn prejudice gives rise to discrimination (people treat group members disadvantageously because of the antipathy or disdain they feel toward the group)." Further, Verkuyten (2005) posits that attempt to define identity by ethnic minority group is a response to status and power differences and the predicaments resulting from negative stereotypes and discrimination. Whilst Indonesians used to treat Papuans as inferior and uncivilised, I argue that members of the *Orang Papua* group have taken to social media to articulate their identity which presents argumentation that the previous stereotype was wrong as well as to reject the submissive role. Members of the *Orang Papua* group have utilised the primitive stereotype as a mode of resistance. The use of the notion of primitive Papuans is aimed to perpetuate the view that they have been colonised by Indonesian government. Moreover, the visual image depicting the primitive Papuan is used to support strategic essentialism in defining Papuan identity.

The negative stereotype attached to Papuans is shaped by the unequal relations between Indonesians and Papuans. The Indonesian government ruled the region in a way that was reminiscent of colonialism (Bertrand, 2004: 150). Hechter (1975) coins the notion of internal colonialism. He describes the concept of internal colonialism as the process by which the core (Indonesian government) dominates the periphery (Papua) politically and exploits it economically. Resources and power are distributed unequally between the dominant ethnic group (the core) and the ethnic minorities. Substantial economic inequalities along with unjust and illegitimate situations are conditions for the emergence of ethnic minorities' solidarity and nationalism. Papuans have experienced marginalisation, oppression and economic exploitation (Trajano, 2010: 18). The Indonesian government has sought to civilise Papuans to make them think, act and look like Indonesians by banning traditional Papuan apparel, hampering traditional governance, as well as restricting cultural practices and symbols. Within this context, members of the *Orang Papua* group express the feeling of being marginalised, oppressed and discriminated.

The discrimination experienced by Papuans is articulated in the posted-message through the sentences "humans usually see others through eyes and not through heart, although you are wearing clothes, in God's eyes you are wearing nothing. Your skin is light, yet your heart is even darker than our skin". These statements imply the author of the post's view of the unequal relations between Papuans and

Indonesians. The image depicting the Papuan with traditional apparel perpetuates the idea that the inequality is due to Papuans' distinct physical appearances. The concern with inequality is related to status and power differences that lead to a dichotomy model. There is a clear dichotomy between the primitive and the civilised. In the case of Papuans, the attempt to civilise them has brought about the notion of the primitive Papuans. Instead of using verbal message that is explicitly mention the word "primitive", this posted message is using visual image depicting prominent physical characters to represent "the primitive". In this sense, it indicates that instead of resisting the primitive stereotype, members of *Orang Papua* group adopt this stereotype to support strategic essentialism in defining their identity. Furthermore, the notion of primitive Papuans is being utilised to perpetuate the view of Indonesian government as coloniser.

Due to the negative stereotypes that are still attached to Papuans up till now, members of *Orang Papua* group make equality the salient issue. Van der Kroef (1976) argued that the issue of racial distinctiveness is not only a matter of the fact that "significant racial differences actually exist, but whether they are perceived as existing"(in Gietzelt, 1998: 210). For Papuans, racial difference is perceived as status and power difference. Papuans have always viewed themselves as powerless. Members of the group showed an attempt to reject Papuan's submissive role as well as negative stereotypes by developing the narrative of successful Papuans. It implies that Papuans have similar capability with Indonesians. Pictures of young male and female Papuans who successfully became pilots along with the message, emphasise that Papuans can and do have the ability to be anything they want to be. One of the photos depicts Papuan mothers who are very proud of their sons joining the Indonesian armed forces, as well as the pictures of Lenis Koyoga and Yohana Yambise who have been appointed as Indonesian presidential special staff member and minister of woman empowerment. While previously Papuans were depicted in native clothes and in native settings such as rural areas (Nakamura, 2002: 19), there are pictures depicting Papuans without their native apparels indicate that Papuans are civilised and are able to compete with others. These posted messages are also an attempt to negate previous Papuans' incompetent stereotype.

6. CONCLUSION

Hall (1990) argues that identities are "subject to the continuous 'play' of history, culture and power. They are the name we give to the different ways we are positioned by, and position ourselves within, the narrative of the past." This paper suggests that the notion of Papuanness is defined as simply being in contrast to Indonesians. It is due to Papuans' "colonial experience" (Hall, 1990 in Ashcroft, *et al*, 2006: 435) since the region was integrated into Indonesia and Indonesians were regarded as colonising Papuans. The "black skin and curly hair" which has been selected as the symbolic marker of Papuan identity played as the idealised as well as "imaginary" Papuan. Zizek (1989 in Mishra, 1996: 448) defines the imaginary as the state of "identification with the image in which we appear likeable to ourselves, with the image representing what we would like to be."

It is evident in this study that the more Papuans insist on employing identity essentialism the more they will question the authentic Papuan identity. The Papuan

identity essentialism organises itself for the purpose of challenging orders of domination and oppression, yet in so doing represses and erases the complexities of its own constituency, committing a similar form of violent dominance.

Authenticity is being discursively contested on *Orang Papua* group. There were arguments take place between ones who clearly asserted the notion of authenticity is determined by indigeneity and ones who believe that it has been created for political interests. The narrative of successful Papuans is not only an attempt to negate negative stereotypes attached to Papuans but also play as the projection of civilised Papuan society at large that has the potential to be an independent nation. As argued by Castells (2015: 251) people can only challenge domination by connecting with each other, by sharing outrage, by feeling togetherness, and by constructing alternative projects for themselves and for the society at large. Therefore, the articulation of Papuan identity in the *Orang Papua* group becomes part of the Papuan political movement's narrative to reject Indonesian domination in Papua. Members of the *Orang Papua* group have made and created this group as a symbolic public space, that is, a space for sovereign assemblies to meet and to recover their rights of representation. In this sense, this group ultimately becomes a political space.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Aragon, L. (1994). *Multiculturalism: Some Lessons from Indonesia* Accessed 4 September 2014 from <https://www.culturalsurvival.org/publications/cultural-survival-quarterly/indonesia/multiculturalism-some-lessons-indonesia>
- Bertrand, J. (2004) *Nationalism and Ethnic Conflict in Indonesia*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Bodenhausen, G. & Richeson, J. (2010) "Prejudice, Stereotyping, and Discrimination" in Baumeister, R. & Finkel, E. (ed) *Advanced Social Psychology: the State of the Science*, London: Oxford University Press Accessed 20 November 2015 from <http://faculty.wcas.northwestern.edu/bodenhausen/BRAAdvanced.pdf>
- Bondi, L. (1993). "Locating Political Identity" in Keith. M. & Pile, S (eds) (1993). *Place and Politics of Identity*, London: Routledge
- Brandtzaeg, P. & Haugstveit, I. (2013) *Facebook Likes: A Study of Liking Practices for Humanitarian Causes* Accessed 23 December 2015 from https://www.researchgate.net/profile/Petter_Brandtzaeg/publication/264816197_Facebook_likes_a_study_of_liking_practices_for_humanitarian_causes/links/00b7d53b25e297962c000000.pdf
- Bucholtz, M (2003) "Sociolinguistic Nostalgia and the Authentication of Identity" in *Journal of Sociolinguistics* Volume 7, Issue 3 August 2003 Accessed 15 September 2015 from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9481.00232/epdf>
- Budiardjo, C. & Liong, L. (1988). *West Papua: The Obliteration of a People (3rd edition)*, Surrey, UK: Tapol.
- Calhoun, C. (ed) (1994). *Social Theory and the Politics of Identity*, Cambridge: Blackwell Publishers.
- Castells, M. (2004) *The Power of Identity*, Carlton-Victoria, Australia: Blackwell Publishing.
- Chauvel, R. (2005). *Constructing Papuan Nationalism: History, Ethnicity, and Adaptation*, Washington: East-West Center.

- Ford, R.T. (2005). *Political Identity as Identity Politics* Accessed 22 December 2015 from <http://legalleft.org/wp-content/uploads/2015/09/1UNB053-Ford.pdf>
- Frazier, R. & Zhang, L (2014) "Ethnic identity and racial contestation in cyberspace: Deconstructing the Chineseness of Lou Jing" in *China Information* vol. 28 (2), 2014 Accessed 16 November 2016 from <http://cin.sagepub.com/content/early/2014/05/18/0920203X14532224>
- Gayatri, I. (2010). "Nationalism, Democratisation and Primordial Sentiment in Indonesia: Problems of Ethnicity versus Indonesian-ness (the cases of Aceh, Riau, Papua and Bali)" in *Journal of Indonesian Social Sciences and Humanities* Vol. 3, 2010 Accessed 8 January 2015 from <http://www.kitlv-journals.nl/index.php/jissh/index>
- Gietzelt, D. (1989). "The Indonesianization of West Papua" in *Oceania*, Vol. 59, No. 3 (Mar 1989) Accessed 2 July 2015 from <http://www.jstor.org/stable/40331090>
- Hall, S. (1990) "Cultural Identity and Diaspora" in Ashcroft, B. et al (ed) (2006) *The Post-Colonial Studies Reader*, London: Routledge.
- Hands, J. (2011). *@ for activism: Dissent, Resistance and Rebellion in a Digital Culture*, New York: Pluto.
- Harlow, S. (2011). "Social media and social movements: Facebook and an online Guatemalan justice movement that moved offline" in *New Media and Society* vol 14 (2), 2011 Accessed 31 March 2014 from <http://nms.sagepub.com/content/14/2/225.full.pdf+html>
- KhosraviNik, M. & Unger, J.W. (2016) "Critical Discourse Studies and Social Media: Power, Resistance and Critique in Changing Media Ecologies" in Wodak, R. & Meyer, M. (ed) *Methods of Critical Discourse Studies 3rd edition*, London: Sage Publications Ltd.
- KhosraviNik, M. & Zia, M. (2014) "Persian Nationalism, Identity and Anti-Arab Sentiments in Iranian Facebook Discourses: Critical Discourse Analysis and Social Media Communication" *Journal of Language and Politics* 13:4 (2014) Accessed 30 June 2016 from <http://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/jlp.13.4.08kho> (
- Kietzmann, J.H. et. al (2011). "Social Media? Get Serious! Understanding the Functional Building Blocks of Social Media" in *Business Horizon* (2011) 54: 241-251 Accessed 20 April 2015 from <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007681311000061>
- Kingsbury, D. (2003). "Diversity in Unity" in Kingsbury, D & Aveling, H. (ed) (2003). *Autonomy and Disintegration in Indonesia*, London: Routledge Curzon.
- Leung, L. (2005). *Virtual Ethnicity: Race, Resistance and the World Wide Web*, England: Ashgate.
- Lim, M. (2005). *@chipelago online: The Internet and Political Activism in Indonesia*, Enschede: University of Twente Accessed 20 February 2015 from http://doc.utwente.nl/50787/1/Lim_thesis.pdf
- Lim, M. (2013). "Many Clicks but Little Sticks: Social Media Activism in Indonesia" in *Journal of Contemporary Asia* Vol.43 no 4 Accessed 3 January 2015 from <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00472336.2013.769386>
- Marichal, J. (2013) "Political Facebook groups; Micro-activism and the digital front stage" *First Monday*, volume 18, number 12-2 December 2013. Accessed 30 June 2016 from <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/rt/prINTERfriendly/4653/3800>
- Mehdizadeh, S. (2010) "Self-Presentation 2.0: Narcissism and Self-Esteem on Facebook" in *Cyberpsychology, Behavior and Social Networking* Volume 13, Number 4, 2010 Acces-

- sed 3 January 2015 from <http://online.liebertpub.com/doi/pdf/10.1089/cyber.2009.0257> (retrieved Miller, D. (2011). *Tales from Facebook*, Cambridge: Polity Press.
- Mishra, V. (1996) "The Diasporic Imaginary Theorizing the Indian diaspora" in Ashcroft, B. et al (ed) (2006) *The Post-Colonial Studies Reader*, London: Routledge.
- Nagel, J. (1994). "Constructing Ethnicity: Creating and Recreating Ethnic Identity and Culture" *Social Problems* Vol. 41, No. 1, Special Issue on Immigration, Race, and Ethnicity in America (Feb., 1994) Accessed 17 November 2014 from <http://www.jstor.org/stable/3096847?seq=2>
- Nakamura, L. (2002). *Cybertypes: Race, Ethnicity, and Identity on the Internet*, New York: Routledge.
- Nakamura, L. & Chow-White, P. (eds) (2012) *Race after the Internet*, New York: Routledge.
- Nishime, L. (2014) *Asian American Experience Undercover Asian: Multiracial Asian Americans in Visual Culture*, Urbana, Illinois: University of Illinois Press.
- Phinney, J. (1992) "The Multigroup Ethnic Identity Measure A New Scale for Use with Diverse Groups" in *Journal of Adolescent Research* Vol. 7, No.2 April 1992. Accessed 30 June 2016 from <http://jar.sagepub.com/content/7/2/156.full.pdf+html>
- Rumbiak, J. (2011). "West Papuan Independence Policies: Tension in the Transition" in King, P., Elsmilie, J., Webb-Gannon, C. (eds) (2011). *Comprehending West Papua* in http://sydney.edu.au/arts/peace_conflict/practice/Comprehending%20West%20Papua.pdf (retrieved 1 October 2014).
- Saunders, R. (2011). *Ethnopolitics in Cyberspace: The Internet, Minority Nationalism, and the Web Identity*, Maryland: Lexington Books.
- Timpereley, C (2014) *Constellations of Indigeneity: The Power of Definition* Accessed 18 November 2015 from http://politics.virginia.edu/sites/politics.virginia.edu/files/Timperley_PTColloquium.pdf
- Trajano, J (2010). "Ethnic Nationalism and Separatism in West Papua, Indonesia" in *Journal of Peace, Conflict and Development Issue 16 November 2010* in <http://www.brad.ac.uk/ssis/peace-conflict-and-development/issue-16/ethnicpapua.pdf> (retrieved 8 January 2015).
- Van Dijk, J. (2013) "You have one identity: performing the self on Facebook and LinkedIn in *Media, Culture and Society*, 35 (2) Accessed 21 December 2015 from <http://mcs.sagepub.com.ezproxy.auckland.ac.nz/content/35/2/199.full.pdf+html>
- Van Dijk, J. (2013) *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media* Accessed 28 December 2015 from <http://www.oxfordscholarship.com.ezproxy.auckland.ac.nz/view/10.1093/acprof:oso/9780199970773.001.0001/acprof-9780199970773-chapter-3>
- Vegh, S. (2003). "Classifying Forms of Online Activism: The Case of Cyberprotests against the World Bank" in McCaughey, M. & Ayers, M.D. (eds) (2003). *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice*, New York: Routledge.
- Verkuyten, M. (2005). *The Social Psychology of Ethnic Identity*, New York: Psychology Press.
- Viartasiwi, N. (2013). "Holding on a thin rope: Muslim Papuan communities as the agent of peace in Papua conflict" in *Procedia Environmental Sciences* 17 (2013) Accessed 7 July 2015 from <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1878029613001060> (
- Wardhani, BLS (2012) *Papua on the Net: Perjuangan Pemisahan Diri Papua* Accessed 1 July 2014 from www.academia.edu/971617/Papua_On_the_Net

- Wodak, R. et al. (1999). *The Discursive Construction of National Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Xu, Y, et al. (2014) "Ethnic identity and self-esteem among Asian and European Americans: When a minority is the majority and the majority is a minority" in *European Journal of Social Psychology* Accessed 2 September 2014 from www.wileyonlinelibrary.com
- Yazdiha, H. (2010) "Conceptualizing Hybridity: Deconstructing Boundaries through the Hybrid" in *Formations* Vol.1 No.1 2010 Accessed 6 March 2015 from <https://thefourthspace.wordpress.com/2013/02/08/notion-of-cultural-hybridity/>
- Zhang, S, et al (2010) "Social Identity in Facebook Community Life" in *International Journal of Virtual Communities and Social Networking* 2 (4), October-December 2010 Accessed 17 February 2016 from <https://writingin.community.uaf.edu/files/2014/09/social-id-facebook.pdf>
- Zhao, S., et al (2008). "Identity Construction on Facebook: Digital Empowerment in Anchored Relationships" in *Computers in Human Behavior* 24 (2008) Accessed 2 December 2014 from <http://www.elsevier.com/locate/comphumbeh>

LOS MACHETEROS Y EL ROL DE LA PRENSA EN LA LUCHA DE LIBERACIÓN NACIONAL EN PUERTO RICO

THE MACHETEROS AND THE ROLE OF THE PRESS IN THE NATIONAL LIBERATION STRUGGLE IN PUERTO RICO

FRANCISCO J. PESANTE GONZÁLEZ

UNIVERSITY OF PHOENIX-PUERTO RICO CAMPUS, ESTUDIANTE DOCTORAL: CENTRO

DE ESTUDIOS DE PUERTO RICO Y EL CARAIBE SAN JUAN, PUERTO RICO

GUAYNABO, PR00968, PUERTO RICO

FRANCISCOPESANTE@YAH00.COM

RESUMEN:

El siguiente artículo recapitula parte la cobertura de prensa de la detención, el encarcelamiento y el procesamiento de los miembros de la organización separatista clandestina puertorriqueña Los Macheteros. Con la intención de acentuar la importancia de la prensa independiente y los organismos de solidaridad política para romper el cerco informático por parte de las autoridades o sectores de la prensa comercial (*mass media*) que reproducen los discursos hegemónicos del estado. Además de reconocer su valor como fuente histórica. También se reseña algunos acontecimientos en los que las autoridades coloniales interfirieron con el derecho a la libertad de prensa, al interferir con algunos periodistas que trabajaron de cerca las historias relacionadas a Los Macheteros. Eventos que permiten reflexionar sobre la reproducción o desafíos de las posturas oficiales articuladas por las autoridades contra los miembros de la organización clandestina y la cobertura de los acontecimientos por la prensa.

PALABRAS CLAVES

Puerto Rico, colonialismo, independencia, robo a la Wells Fargo, Daisy Sánchez, libertad de prensa, Filiberto Ojeda Ríos, Movimientos de liberación nacional

ABSTRACT:

The following paper reviews the press coverage of the arrest, detention and prosecution of members of the clandestine Puerto Rican separatist group Los Macheteros. We emphasize the relevance of the independent press and political solidarity groups' defiance of the official stance against the anticolonial armed movement and the mass media reproduction of the hegemonic discourse. Pointing the authorities' interference with the right to freedom of the press. As well as pointing out the writer press value as a rich historical research reference.

KEYWORDS

Puerto Rico, Colonialism, Independence, Wells Fargo Robbery, Daisy Sánchez, Freedom of the Press, Filiberto Ojeda Ríos, National liberation movements

INTRODUCCIÓN

A lo largo del siglo veinte, la isla de Puerto Rico tuvo varios episodios de luchas políticas por lograr la independencia política de Estados Unidos. Estados Unidos adquirió la isla de Puerto Rico como colonia bajo el Tratado de París de 1898, el cual formalizó su pacto con España tras la conclusión de la Guerra Hispanoamericana. Uno de los últimos episodios de las luchas separatistas de Puerto Rico contra los Estados Unidos se llevó a cabo en el contexto de la proliferación de los movimientos de liberación nacional en África y el mediano Oriente. En el caso de Puerto Rico, esta secuela de luchas alcanzó su apogeo entre las décadas de 1970 y 1980, tanto en la isla como en los Estados Unidos continentales, por miembros de la diáspora puertorriqueña.

En el caso bajo estudio se utilizó, entre otras fuentes, la prensa escrita para la reconstrucción de eventos en torno a la operación de una organización de liberación nacional Los Macheteros, se analizó el rol de los medios de prensa independientes (fuera de los circuitos de la prensa comercial), así como las campañas de excarcelación en los procesos legales y la lucha por legitimidad entre el Estado y los miembros de la organización clandestina separatista. En este ejercicio también se apuntó el rol de algunos reporteros que, sin tomar bando en el asunto político, en su rol periodístico fueron sujetos a los aparatos represivos del estado colonial. Afectando el derecho a la libertad de prensa cobijada tanto en la Constitución colonial como en la Carta Magna de la metrópoli estadounidense.

LOS RETOS DE ESTUDIAR LAS ORGANIZACIONES DE LIBERACIÓN NACIONAL

Por su naturaleza clandestina, el estudio de las organizaciones de liberación nacional es un reto que requiere mucha creatividad.

En mi experiencia, eventos como la detención, el encarcelamiento y procesamiento judicial de los miembros de estas organizaciones, captados en los documentos legales derivados del proceso, ha sido una forma de poder lograr una aproximación a conocer quiénes fueron los miembros de estas organizaciones, cuál fue su ideología, su base ideológica y características operacionales de la organización, así como los métodos usados por el Estado para manejar las investigaciones y procesamiento judicial de imputados a pertenecer a estas organizaciones.

Reconociendo los sesgos ideológicos que pueden encontrarse en las fuentes mencionadas en el párrafo anterior, otra fuente que conviene consultar para el conocimiento de las organizaciones de liberación nacional lo es la prensa. Esta recoge la crónica de los acontecimientos en torno a estas organizaciones que han reconocido el valor de estas plataformas mediáticas. Que en las modalidades de lucha adoptadas después de la Segunda Guerra Mundial han utilizado los comunicados de prensa para explicar sus motivos y la intensión de sus operativos. La prensa también ha cumplido una función de importancia en la reseña, no solamente de los operativos políticos conducidos por estas organizaciones. También en la reseña de acontecimientos como detención, el encarcelamiento y procesamiento de los miembros de estas organizaciones clandestinas. Bajo su muy bien conocidas líneas editoriales que hacen de la pretensión de objetividad en los eventos reseñados por la prensa, nada más que eso. Una pretensión.

Luego de 5 años de procesos judiciales, antecedido por 3 años de litigios sobre libertades condicionadas y detenciones preventivas, en 1992 el proceso judicial contra Los Macheteros parecía encontrar un fin al proceso iniciado en 1985.

Los Macheteros como organización surgió a mediados de 1976. Esta organización política clandestina luchaba por la independencia de Puerto Rico del poder imperial de los Estados Unidos y la construcción de un sistema político socialista. Entre 1976 y 1985 (en este último año cuando 15 de sus miembros fueron arrestados por las autoridades estadounidenses), la organización se había adjudicado varios operativos. Entre éstos se puede destacar el ataque armado de diciembre de 1979 a un autobús militar, matando dos militares estadounidenses. En enero de 1981, llevaron a cabo la destrucción de nueve aviones de la Guardia Nacional de Estados Unidos establecidos en la base aérea del municipio de Carolina, Puerto Rico. Este último, junto al robo de \$7 millones a la compañía Wells Fargo en Connecticut, Estados Unidos, fueron sus operativos más grandes (Fernández, 1993: 87-88, 345-347).

Luego de los arrestos por las autoridades federales estadounidenses de los miembros de Los Macheteros en agosto de 1985, los operativos político-militares en Puerto Rico y Estados Unidos por parte de organizaciones independentistas que patrocinaban la lucha armada para la liberación nacional, prácticamente desaparecieron.

Los arrestos realizados por las autoridades del gobierno federal de los Estados Unidos en 1985 contra los miembros de Los Macheteros se extendió a Puerto Rico, Texas y México. Todos involucrados al robo de \$7 millones en Hartford, Connecticut¹.

El robo habido en los depósitos de la compañía de acarreo de valores Wells Fargo en 1983, se había adjudicó originalmente al guardia de seguridad de la compañía Víctor Gerena. Sin embargo, un año después la organización radical independentista puertorriqueña Los Macheteros reclamó la autoría del delito, brindando pruebas al respecto (Fernández, 1993: 36-42)².

Esta revelación dio un giro a los acontecimientos. Lo que se había interpretado como un delito motivado por el lucro personal, fue redefinido por Los Macheteros como un acto político que se sumaba a una serie de ataques generados por la organización contra símbolos de los cuerpos de seguridad del Estado (tanto insular como estadounidense) en su lucha por adelantar la independencia política de Puerto Rico.³

Entre el comunicado de Los Macheteros adjudicándose la autoría del robo y el operativo de 1985, transcurrió casi un año. Ese fue el tiempo suficiente para que las autoridades federales se aseguraran de dar una respuesta fulminante a Los Macheteros.

1 Allanamientos y arrestos. *Claridad* (1985, septiembre 6). p. 2.; Delgado, A. La invasión del viernes 30. *Claridad* (1985, septiembre 6) p. 3.

2 Madden, R. L. Fiancée of \$7 Million Robbery Suspect is Arrested. *The New York Times* (1983, September 15). p. B 2; Madden, R.L. Wells Fargo Guard Acused of Stealing \$7 Million in Cash. *The New York Times* (1983, September 14) p. 1; Carrington, K., Guard Robs \$8 Million of Wells Fargo. *The Hartford Courant* (1983, September 13). p. 1-A.

3 US v. Gerena, No. H-85-50 (D. Conn. Sep. 18, 1985), p. 37-38. Retirado de: <http://www.latinamericanstudies.org/epb-macheteros.htm>

Los juicios habían sido precedidos por una larga lucha para la libertad bajo fianza, comenzada en septiembre de 1985, y extendiéndose hasta diciembre de 1986. Obteniendo una primera victoria en el caso de 13 de los 15 independentistas quienes lograron su libertad condicional. La excepción fueron Juan Segarra y Filiberto Ojeda quienes enfrentaron 31 y 34 meses respectivamente de detención preventiva.

Los litigios para la supresión de evidencia en general tuvieron un éxito limitado, teniendo como resultado la división del juicio en dos grupos, por iniciativa de la fiscalía. Esta iniciativa le permitió a la fiscalía separar a nueve de los acusados que no se veían afectados por la supresión de evidencia, para ser juzgados en un proceso posterior. Proceso que se extendió desde 1986 hasta fines de 1989.⁴

Eventualmente algunos acusados decidieron notificar mediante la prensa a los grupos de apoyo, la adopción de estrategias de defensa legal individual. Esto respondía a consideraciones muy prácticas. Cada acusado podía decidir: si aceptaba algún tipo de conocimiento, de simpatía o afiliación con Los Macheteros; plantear como teoría de la defensa haber participado de las actividades Probelitistas públicas de la organización, sin saber nada más allá; plantear que las acusaciones era una respuesta represiva del gobierno, exclusivamente por su ideología y afiliación independentista, entre otros argumentos.⁵

El Comité de Amigos y Familiares manifestó su parecer sobre la defensa individual de los acusados. Reconocía que las condiciones objetivas comunes de los acusados en la primera etapa (desde los arrestos hasta los procesos anteriores al juicio) facilitaban la adopción de posiciones unitarias. En este contexto las diferencias políticas quedaron en un segundo lugar, ante la necesidad de adquirir lo más pronto posible la libertad bajo fianza y denunciar la detención preventiva; las mociones para la supresión de evidencia; la impugnación de la composición del jurado y la promoción del traslado del caso judicial.

Según se fueron resolviendo los procesos iniciales antes de comienzo formal del juicio, se fueron acentuando las diferencias políticas entre los acusados. Los enfoques de los acusados sobre cómo encaminar la lucha por la independencia determinaron cómo se conduciría su defensa legal dentro de cada caso. Todo lo anterior incidió en la orientación de las campañas de apoyo existentes, así como en la participación y el consentimiento de los arrestados para ser representados por los distintos grupos de apoyo. A pesar de lo anterior, en el caso particular del Comité de Amigos y Familiares, así como posteriormente con Ofensiva '92, éstos demostraron su disponibilidad y completo respaldo a todos los presos políticos, siempre y cuando éstos no perjudicaran a sus colegas y aprovecharan el foro legal federal para denunciar la condición colonial de Puerto Rico⁶

Transcurridos casi siete años desde los arrestos de agosto de 1985 el resultado de los juicios contra los imputados por el robo de \$7 millones a la compañía de acarreo de valores Wells Fargo de Hartford, Connecticut fue el siguiente:

4 Anglada, R. 1988: ardua lucha legal en Hartford. *Claridad* (1988, diciembre 30). p. 4.

5 Anglada, R.. Hartford, segunda parte. *Claridad* (1989, enero 6) p.4.

6 Comité de Amigos y Familiares mantendrá respaldo, Parte 1. *Claridad* (1989, enero 6) p. 30; Comité de Amigos y Familiares mantendrá respaldo, Parte 2, final. *Claridad* (1989, enero 12). p. 30.

- Víctor Gerena, Norberto González Claudio y Avelino González Claudio – paradero desconocido (permanecían prófugos de la justicia).
- Juan Segarra Palmer – sentenciado a 55 años de prisión.
- Antonio Camacho Negrón – sentenciado a 15 años de prisión.
- Norman Ramírez Talavera, Roberto José Maldonado, Luz Berríos– sentenciado a 5 años de prisión.
- Carlos Ayes – absuelto.
- Ángel Díaz Ruiz y Elías Castro – le fueron retirados todos los cargos.
- Isaac Camacho – Sentenciado a tres años y ocho meses de prisión.
- Hilton Fernández Diamante y Orlando González Claudio – Enfrentaron sentencia de 5 años de prisión, una multa de 10 mil dólares y cinco años de probatoria.
- Jorge Farinacci –Sentenciado a tres años de prisión, una multa de 10 mil dólares y cinco años de probatoria.
- Ivonne Meléndez Carrión –tiempo servido (durante proceso de detención antes del proceso judicial) con servicio comunitario.
- Luis Colón Osorio – luego de 17 meses de arresto preventivo, dejó de comparecer al tribunal para retomar el clandestinaje. Arrestado en 1992, fue sentenciado a 1 año adicional de detención.
- Filiberto Ojeda Ríos – fue juzgado en ausencia, luego de violar las condiciones para su libertad bajo fianza. Sentenciado a 55 años.⁷

La prensa identificó como otra de las estrategias del gobierno de los Estados Unidos contra los independentistas su traslado a prisiones distantes de los familiares, a la vez de imponer una distancia considerable entre los mismos sentenciados, intensificando su aislamiento en las cárceles.⁸

Juan Segarra logró una reducción sustancial de su condena, luego del indulto del presidente William J. Clinton en 1999, por las presiones ejercidas por los grupos de solidaridad con los presos políticos. Siendo finalmente liberado en enero de 2004.⁹

En septiembre de 2005 Filiberto Ojeda Ríos, fue ejecutado por el Federal Bureau of Investigation (FBI), en su residencia de Puerto Rico. Al momento de su asesinato, se encontraba prófugo de la justicia (U.S. Attorney Office, 2010).

Por su parte, los hermanos Avelino y Norberto González Claudio fueron arrestados por el FBI en 2008 y 2011 respectivamente. Enfrentaron sentencias de 7 y 5 años. Esto por su vínculo con el robo de la Wells Fargo. (U.S. Attorney Office, 2012)

Al día de hoy, el paradero de Víctor Gerena sigue siendo desconocido

7 Pérez, M.. Han pasado 7 años... y la lucha sigue. *Claridad* (1992, abril 24) p. 5; *Libertad*. (1992, agosto 29). Tras siete años, caso “Wells Fargo” concluye con negociaciones y 2do juicio. Publicación del Comité Nacional Pro-Libertad Prisioneros Políticos y de Guerra Puertorriqueños. P.4.

8 Pérez, M. Sentenciado acusado en caso robo a Wells Fargo. *Claridad* (1992, junio 17) p. 19.

9 Mahony, E. Clinton Offer Includes Mastermind of 1983 Wells Fargo Robbery. *Hartford Courant* (1999, August 12) p. a.1.

LAS AUTORIDADES ESTADOUNIDENSES Y LA LIBERTAD DE PRENSA

Incidental al proceso de los independentistas en Hartford, la prensa puertorriqueña sufrió también los desmanes de las autoridades federales. En agosto de 1991, la periodista Daisy Sánchez, enfrentaba a las autoridades estadounidenses al ser citada so pena de desacato por un Gran Jurado Federal en Hartford, para que entregara los originales de audio y video de las entrevistas hechas a los prófugos de la justicia Filiberto Ojeda y Luis Colón. Ante la negativa a entregar los documentos solicitados por el gobierno, la periodista enfrentaba amenazas de penas de hasta 12 años de cárcel.

Como respuesta, la directora del noticiario para el que trabajaba, los directores de otros noticieros locales, la Asociación de Periodistas de Puerto Rico, la Organización Internacional de Periodistas, el Club Ultramarino de Prensa y la Federación Latinoamericana de Trabajadores de Prensa, así como otros sectores como el Colegio de Abogados, el Movimiento Ecuaménico Nacional de Puerto Rico, el Instituto Puertorriqueño de Derechos Civiles, organizaciones sindicales, senadores y los grupos de apoyo a los independentistas, entre otros, reiteraron su apoyo a la periodista.¹⁰

El abogado de Sánchez, Roberto Roldán logró una exitosa defensa del derecho de la prensa en el marco de la Primera Enmienda de la Constitución de los Estados Unidos, la cual garantiza la libertad de prensa y el principio ético de confidencialidad entre el periodista y su fuente. El juez federal estadounidense Emmet Clarie decidió relevar a Sánchez de su comparecencia ante el Gran Jurado.¹¹

Una experiencia diferente al caso de Daisy Sánchez se experimentó en Puerto Rico cuando la periodista Maggie Bobb del rotativo *El Mundo* colaboró con las autoridades federales al trasmitirle como evidencia toda información que Los Macheteros le hicieron llegar. A pesar de que sus declaraciones ni implicaban o identificaban a alguno de los acusados, el tribunal encontró que dicho testimonio era valioso para efectos de establecer la veracidad de la secuencia de los hechos. La defensa de los acusados le preguntó si acostumbraba a contar al FBI sus conversaciones con sus fuentes. Bobb se limitó a contestar que ella estaba en libertad de decir lo que fuera si sus fuentes no le pedían confidencialidad.¹²

LA PRENSA, LA PRENSA INDEPENDIENTE Y EL ROL DE LAS CAMPAÑAS DE APOYO

En el plano político, tanto los operativos para los arrestos de los acusados por el robo de Connecticut, como el proceso judicial se pueden interpretar como un castigo con un doble propósito: reprimir el ala radical del independentismo. Así como procurar la “seguridad” y el “orden” ante el público en general o los observadores del operativo y su proceso judicial (Garland, 1999: 49-50, 71, 80).

En su ejercicio de poder, además de adjudicar responsabilidades, el Estado buscó construir o recuperar una imagen pública sobre su autoridad. Con la intención de consolidar su monopolio sobre la violencia como medio para respaldar dicha autoridad. También buscó suprimir la violencia subversiva por medio de un acto contundente, dirigido a desalentar el uso de la violencia por agentes sociales o políticos no estatales. Reafirmando su monopolio del poder coercitivo. Un paso subsiguiente

10 Cotto, C.. Firme defensa de la libertad de prensa. *Claridad* (1991, septiembre 13) p. 5.

11 Aquino, A. Decisión favorece libertad de prensa. *Claridad* (1991, diciembre 13). p.4.

12 Pastrana, M. Periodista daba información al FBI. *Claridad* (1989, marzo 10) p. 4; Pastrana, M.. Por concluir juicio en Hartford. *Claridad* (1989, marzo 3) p.4.

te, se dio al retirar dicha violencia de la arena pública mediante los procesos en el tribunal o la cárcel, en donde la violencia se impartió de forma impersonal. Mediadas dirigidas a desalentar cualquier tipo de simpatía o empatía con los imputados.

A pesar de los logros por el Estado, los imputados lograron algunas victorias políticas cuando las barreras establecidas por el Estado, para disfrazar las prácticas violentas contra los imputados dentro de los tribunales y su reclusión en las cárceles, fueron combatidas por las campañas y publicaciones solidarias, apelando a combatir la indiferencia e inconciencia sobre la situación de los 15 independentistas. También al poder llamar la atención a la comunidad internacional sobre la situación política de Puerto Rico.

El procedimiento corriente de aislamiento de los presos del contacto público, y la limitación del conocimiento sobre las circunstancias de los arrestados, fue desafiado por la prensa independiente (específicamente el semanario *Claridad*) y los grupos de solidaridad con los presos políticos. Desafiando la influencia del Estado de los medios de información, o la reproducción del discurso “antiterrorista” del Estado. Por lo que la campaña de información por parte de estos grupos solidarios con los acusados, logró proveer medios alternos para incidir en la opinión pública mediada por el Estado.

Los logros en este renglón pueden ser difíciles de medir, cuando se utiliza como indicador o referencia lo que los principales medios de comunicación, como fuente de información histórica, reflejaron sobre la opinión pública. Sin embargo, los resultados del juicio de Filiberto Ojeda Ríos con su absolución por un jurado en Puerto Rico y el apoyo existente a las actividades y campañas de solidaridad demuestran la relevancia y las conquistas dentro de la dimensión política de los casos.

El despliegue de fuerza y los mensajes antiterrorista dirigida al público, tuvo diferentes efectos en Puerto Rico y en Connecticut. Manifiesto en los gestos de solidaridad con los imputados, y en las deliberaciones del jurado en los casos estudiados.

Tanto para el Estado como los acusados los logros o fracasos, dentro de la dimensión política del caso, fueron mixtos. El Estado tuvo que reconocer los motivos políticos de los delitos.

En cuanto a las imputaciones de terrorismo, las víctimas de Los Macheteros pertenecían a los cuerpos de seguridad del Estado. Los mismos cuerpos encargados de ejercer la violencia del Estado para procurar y preservar el orden público en la colonia. Los Macheteros lograron capturar la atención de los medios masivos de comunicación y hacer conocer al público los motivos políticos de sus acciones. Pero éstos enfrentaban el hecho de que defendían una ideología minoritaria dentro de una población políticamente dividida en la isla. Ante una población en los Estados Unidos continentales altamente perjudiciada e ideológicamente muy conservadora. Por lo que los alcances en la educación o simpatía política, se limitaba casi por exclusivo a los adeptos de antemano a la ideología y métodos de los perpetradores.

En el lento transcurso del proceso criminal de las autoridades contra los 15 independentistas, los imputados tuvieron finalmente que adoptar el fraccionamiento organizativo para enfrentar los diferentes cargos radicados, obligándole a establecer diferentes estrategias de defensa legal, así como participar de diferentes campañas de apoyo y de divulgación mediática.

El fraccionamiento experimentado dentro del grupo de imputados, se puede entender por un lado, como una de las primeras victorias del Estado. Al traer a los independentistas imputados a su “terreno de juego” el Estado obligaba a los imputados a asumir una actitud defensiva, teniendo que ampararse en las reglas de juego es-

tablecidas por las autoridades. El estado de derecho y los tribunales. Lo que trajo para los independentistas acusados en una pérdida considerable de terreno político.

Por otro lado, el fraccionamiento puede interpretarse como una estrategia o mera necesidad práctica de los imputados, para contrarrestar las ventajas del Estado en su arena.

Los medios físicos en los que desarrollaron Los Macheteros y el Estado sus acciones, fueron muy distantes. Sin embargo, es en los espacios donde fueron procesados legalmente y el espacio mediático desde donde se informó de los procesos legales, fueron los espacios públicos en que ambos actores llevaron a cabo su último combate: debatir la legalidad como la legitimidad de sus actividades ante la opinión pública.

Tomando el balance del duelo habido entre el Estado y los acusados en el caso de la Wells Fargo, en su mayoría los acusados alcanzaron ciertas victorias al obtener absoluciones; poder negociar las sentencias, lograr clemencias presidenciales, lograr el reconocimiento de los motivos políticos de sus delitos y no tener que dar cuenta por los \$7 millones. Ni dar cuenta sobre los demás operativos de Los Macheteros. Sin embargo, lo anterior encontró una dramática excepción con el asesinato de Filiberto Ojeda por el FBI, el 23 de septiembre de 2005 (Comisión de Derechos Civiles, 2011). En una nueva coyuntura de la guerra de los Estados Unidos contra el terrorismo, el Estado seguía reafirmando su capacidad coercitiva como medio de control social.

Comentarios finales

El rol de la prensa escrita en la cobertura de los acontecimientos de los operativos clandestinos de Los Macheteros, sus arrestos y procesamiento judicial, fue fundamental. No solamente en la forma en que se levantó una relación de los acontecimientos. Esencial en el ejercicio historiográfico de investigar lo acontecido en el caso de Los Macheteros. También en la forma en que el periodista se convirtió en protagonista de los procesos, cuando las autoridades intervinieron con su actividad periodística y estos tomaron posturas. Ceder ante los aparatos coercitivos del estado. O defender el derecho a la libertad de prensa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Comisión de Derechos Civiles. (2011). *Informe final sobre la investigación de los sucesos ocurridos en el Municipio de Hormigueros el 23 de septiembre de 2005 donde resultó muerto el ciudadano Filiberto Ojeda Ríos*.
- Fernández, R. (1993). *Los Macheteros: el robo a la Wells Fargo y la lucha armada por la independencia de Puerto Rico*. Río Piedras, PR: Editorial Edil.
- Garland, D. (1999). *Castigo y sociedad moderna. Un estudio de teoría social*. Argentina: Editores Siglo Veintiuno.
- U.S. Attorney's Office (2010, May 26) Avelino Gonzalez-Claudio Sentenced to Seven Years in Federal Prison for Role in 1983 Wells Fargo Robbery. Retirado de <https://www.fbi.gov/newhaven/press-releases/2010/nh052610c.htm>
- U.S. Attorney's Office (2012, November 14) Norberto Gonzalez-Claudio Sentenced for Role in 1983 Wells Fargo Robbery, Illegal Possession of Machine Gun. Retirado de <https://www.fbi.gov/newhaven/press-releases/2012/norberto-gonzalez-claudio-sentenced-for-role-in-1983-wells-fargo-robbery-illegal-possession-of-machine-gun>

DILATANDO A FÉ E O IMPÉRIO: A IMPRENSA NA GUINÉ NO COLONIALISMO (1880-1973)

ENLARGING THE FAITH AND THE EMPIRE: THE PRESS IN PORTUGUESE GUINEA THROUGHOUT COLONIALISM (1880-1973)

ISADORA DE ATAÍDE FONSECA¹

INVESTIGADORA INDEPENDENTE

2825-017 – CAPARICA, PORTUGAL

IATAIDE@HOTMAIL.COM

RESUMO

Analisar a trajetória do jornalismo e as relações entre a imprensa o império na Guiné ao longo do colonialismo são os objectivos do artigo. O estudo adopta uma perspectiva multidisciplinar de investigação e análise, na qual a imprensa é observada na sua interdependência às dimensões política, económica e social. Aplicam-se as teorias do jornalismo em regimes liberais e autoritários para se observar a imprensa. O tardio surgimento da imprensa oficial reflectiu a fragilidade da presença portuguesa durante a Monarquia Constitucional. Ao longo da República a imprensa independente não se afirmou como espaço de debate público. No Estado Novo a imprensa serviu à propaganda do regime autoritário. Ao longo do colonialismo a imprensa na Guiné desempenhou o papel de apoiar e defender o império.

PALAVRAS-CHAVE

Guiné Portuguesa; colonialismo; imprensa; jornalismo; regimes políticos.

ABSTRACT

The main goals of this article are to analyze the trajectory of journalism and the relationship between the press and the empire throughout colonialism in Portuguese Guinea. The study adopted a multidisciplinary perspective of research and analysis, in which the press is seen in their interdependence to the political, economic and social dimensions. To observe the journalistic performance this research applied the theories of journalism in liberal and authoritarian regimes. The late emergence of the official press reflected the fragility of the Portuguese presence during the Constitutional Monarchy. Along the Republic's the independent press did not asserted as a space for public debate. In the *Estado Novo* the press was used to the propaganda of the authoritarian regime. Throughout colonialism the press in Guinea played the role of supporting and defending the Portuguese Empire.

KEYWORDS

Portuguese Guinea; colonialism; press; journalism; political regimes.

1 A autora agradece os valiosos comentários do revisor anónimo, os quais enriqueceram este artigo.

A revolução liberal na década de 1820, a independência do Brasil e a crise econômica estão entre os factores que levaram as elites portuguesas a repensar e reforçar as suas políticas em África (Alexandre, 1998). Para estimular o desenvolvimento das suas colónias africanas o governo monárquico liberal publicou nova legislação em 1836, a qual incluía a publicação de boletins informativos, o que levou ao desembarque da imprensa na África portuguesa.

Analisar o desenvolvimento do jornalismo, reflectir sobre as relações entre o império e a imprensa e produzir uma síntese da trajectória da imprensa periódica na Guiné são os objectivos deste artigo. Da observação do percurso da imprensa na Guiné emerge o problema da incipiência da actividade jornalística no período colonial se comparada a outras colónias portuguesas em África. Deste modo, na procura de compreender os factores que levaram ao fraco protagonismo da imprensa na Guiné, o estudo adopta uma perspectiva comparada aos demais territórios portugueses em África.

A presente investigação contribui com a história da imprensa na Guiné, embora esta esteja por ser feita.² Porém, trata-se sobretudo de uma análise para a síntese das relações entre a imprensa e o império ao longo do colonialismo português, contribuindo para os estudos da imprensa nos contextos lusófonos e constituindo-se enquanto dimensão privilegiada da investigação colonial. Adoptou-se uma perspectiva de investigação multidisciplinar que incluiu as dimensões política, económica e social, seguindo-se o conselho de Porter (2011: 181). A pesquisa empírica seguiu princípios analíticos e metodológicos multidisciplinares e multicausais, valorizando os processos sociais “enquanto resultados de múltiplas redes sócio-espaciais interligadas e sobrepostas de poder económico, ideológico, militar e político”, como sugerido por Jerónimo (2011: 32-33).

O estudo abrange um período de 93 anos, entre o surgimento do boletim oficial, em 1880, e a independência da Guiné, em 1973. Tais marcos, além de abrangerem a trajectória da imprensa no período colonial, permitem a observação das rupturas e das continuidades entre as distintas etapas e regimes políticos do colonialismo português.

Na observação do desempenho da imprensa, procura-se superar uma análise “tradicional” — na qual o jornalismo desempenha os papéis de estabilizar e manter a ordem nos regimes autoritários e é o garante das liberdades nas democracias (Gunther e Mughan, 2000:3-4). Para tal, aplicam-se teorias do jornalismo e dos media em regimes liberais e autoritários. As teorias desenvolvidas por Christians *et al.* (2009: 30-31) que assinalam os papéis monitor, facilitador, radical e colaborador como característicos das democracias, são aplicadas neste estudo. Para se pensar sobre a imprensa em períodos autoritários aplicou-se a perspectiva de Siebert *et al.* (1963: 28) na qual “o primeiro dever da imprensa é o de evitar interferência com os objectivos do Estado”.³

2 A história da imprensa na Guiné ao longo do período colonial recebeu escassa atenção, o único estudo conhecido é o de José J. Gonçalves, *A Informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe (Achegas para o seu estudo)*, 1966. Sobre a imprensa na África portuguesa, incluindo um estudo de caso da Guiné Portuguesa, assinala-se a tese de doutoramento de Isadora de Ataíde Fonseca, *A Imprensa e o Império na África Portuguesa (1842-1974)*, 2014.

3 Todas as citações traduzidas são de responsabilidade da autora do artigo.

Para se analisar o sistema de imprensa, o trabalho tem como referência as dimensões desenvolvidas por Hallin e Mancini (2004: 21-44), bem como inclui as críticas e revisões deste campo teórico (Hallin e Mancini, 2012). Assim, a sistematização do legado do sistema de imprensa inclui as seguintes dimensões: 1) desempenho dos papéis jornalísticos; 2) estrutura de mercado; 3) profissionalismo; 4) paralelismo político e 5) intervenção do Estado.

Ao longo do artigo descrevem-se conteúdos seleccionados da imprensa periódica como estratégia para se demonstrar os papéis desempenhados pelo jornalismo e as características do sistema de imprensa, bem como para se salientar as relações entre a imprensa e o seu contexto sociopolítico colonial.

MONARQUIA E IMPRENSA OFICIAL

A situação portuguesa na Guiné no século XIX divide-se em dois períodos. O primeiro estendeu-se a 1859 e caracterizou-se pela interdição do tráfico de escravos a norte do Equador e pelas tentativas de reconversão económica do comércio negreiro. No segundo período procurou-se afirmar a soberania portuguesa, o que exigiu a construção de um aparelho de Estado, fase que se encerrou com as campanhas militares de 1912-15 (Silveira, 1998: 213).

Desde meados do século XV comerciantes portugueses e colonos cabo-verdianos estão instalados nas regiões costeiras da Guiné e miscigenados aos povos locais. A presença portuguesa e luso-africana caracterizou-se pela informalidade e pela iniciativa privada. Os luso-africanos controlaram o tráfico de escravos e o poder político até meados do século XIX, e o envolvimento das autoridades públicas nas actividades comerciais ajuda a explicar o fraco poder político do governo (Soares, 2000).

A desagregação dos impérios autóctones; os conflitos étnicos e a imposição do islamismo aos povos animistas; as tentativas de dominação europeia e as intrigas; a inexistência de uma língua franca e o destaque social dos crioulos caracterizaram a situação da colónia quando o governo metropolitano decidiu autonomizar a Guiné de Cabo Verde, em 1879, dando ao território governador e instituições próprios, com Bolama como capital (Silva, 2010: 22-23).

A Imprensa Nacional instalou-se em 1880 e com ela iniciou-se a publicação do boletim oficial no mesmo ano. Semanário e com quatro páginas, o *Boletim Oficial da Guiné (BO)* seguiu o padrão das demais colónias, dividido entre Parte Oficial e Não Oficial. A edição nº 26, de Julho de 1886, publicava o relatório da junta de saúde de Bissau, o qual garantia que “Os gentios da Guiné, com quanto selvagens, são susceptíveis de se converterem ao cristianismo”.

Na década de 1880 o problema dos limites territoriais com a França resolveu-se com o tratado assinado em 1886, no qual Portugal cedeu territórios mas obteve vantagens na sua pretensão de um ‘mapa cor-de-rosa’ em África. Quanto a economia, o cultivo do amendoim foi o foco da reconversão económica da colónia, e a produção e a exportação cresceram entre 1840-80 tendo sido acompanhadas pelo predomínio francês no negócio (Forrest, 1992: 16-17).

Ao longo dos anos o *Boletim Oficial* incluiu o relatório dos concelhos de Bolama e Bissau, e o nº 02 de 1891, de Janeiro, referia que a situação sanitária de Bissau era “sofível”, o estado comercial “pouco animado”, o sossego público “não foi alterado” e as obras municipais eram “nenhumas”.

Foi a partir da década de 1890 que os conflitos militares agravaram-se. Em Abril de 1891, os portugueses foram derrotados em Bissau e, entre 1892-95, a Guiné tornou-se um distrito militar. Pélissier (1989: 114-119) registou 21 acções militares portuguesas contra os africanos entre 1891-1908 e considerou que nesta etapa a conquista estava a “meio caminho”.

O *BO* retratava as acções políticas, económicas e militares da Guiné, bem como o quotidiano da colónia. Em 1905, nº 12 de Março, o *Boletim* noticiava as obras públicas em Bissau. Em 1907, nº 22 do *BO*, a repartição da fazenda do concelho de Cacheu reclamava que os contribuintes têm “deixado de cumprir em seu tempo com as obrigações”. A relação dos régulos e chefes de tabanca que foram cumprimentar o governador em Julho de 1909 foi publicada na edição nº 33, de Agosto, a qual relatava que cerca de trezentas lideranças africanas tinham ido a Bolama saudar o governador, que recebeu um dente de marfim de sete quilos e 200 cabeças de gado.

A AUSÊNCIA DA IMPRENSA NÃO-OFICIAL

Como se explica que na Guiné não tenha emergido uma imprensa periódica privada, não-oficial, ao longo da Monarquia? A inexistência de autoridade portuguesa sobre as populações nativas, o regime de administração indirecta e a multiplicidade de unidades políticas nativas, e a inexequibilidade das reformas administrativas são os factores que caracterizam o estatuto político da Guiné no século XIX e ajudam a compreender a ausência da imprensa noticiosa, generalista e independente (Silva, 2010: 24).

Após a implantação do boletim oficial nas colónias africanas seguiu-se a emergência da imprensa privada. Em geral, tal imprensa apoiava o projecto colonial e o governo metropolitano, ainda que fosse crítica das administrações locais. Ou seja, na sua primeira fase a imprensa caracterizou-se por traduzir os conflitos entre as elites europeias no espaço colonial. Em Cabo Verde o boletim foi implementado em 1842 e o primeiro jornal não-oficial, *O Independente*, surgiu em 1877. Em Angola, o boletim começou a ser impresso em 1845, e, em 1866, apareceu a imprensa independente com *A Civilização Portuguesa*.⁴ Em Moçambique, foi em 1854 que foi impresso o primeiro número do boletim e, em 1877, circulava a imprensa não-oficial, *O Africano*.⁵ Por fim, em São Tomé e Príncipe, saiu em 1857 o boletim oficial e, em 1869, publicava-se *O Equador*, primeiro jornal independente.

A emergência da imprensa não-oficial dependeu das elites europeias ou luso-africanas nos territórios. Entretanto, foi necessário a tais elites um conjunto de recursos para concretizar a imprensa, entre eles: a existência de tipografias; os meios financeiros para reproduzir os títulos; pessoas com formação e interesse para actuar como jornalistas; e uma elite intelectual interessada nos assuntos públicos conjuga-

4 *Aurora* foi o primeiro jornal não-oficial em Angola, contudo, visto seu carácter literário e sua efemeridade, considera-se como marco da imprensa independente *A Civilização Africana*. Sobre a imprensa em Angola ver Júlio C. Lopo, *Jornalismo de Angola, Subsídios para a sua História* (1964).

5 *O Progresso*, em 1868, é o primeiro jornal independente em Moçambique. Contudo, visto ter tido apenas uma edição, considera-se como marco da imprensa independente o jornal *O Africano*. Sobre a imprensa em Moçambique ver Ilídio Rocha, *A Imprensa de Moçambique* (2000).

da à existência de um espaço público de discussão - em geral, tais espaços foram meios e associações culturais, comerciais, profissionais e nativas.⁶

Dependentes do governo de Cabo Verde até 1880, as instituições da administração pública tardaram na Guiné e a sua implementação coincidiu com a decadência das elites luso-africanas. Seguiu-se o predomínio dos investimentos estrangeiros nas explorações agrícolas e comerciais. Ou seja, além da escassez de colonos portugueses na Guiné, estes eram fracos do ponto de vista económico, não tinham força política para defender os seus interesses nem recursos para promover o jornalismo. Assim, as dinâmicas políticas associadas aos aspectos económicos foram decisivas para inibir a emergência da imprensa privada na Guiné, nas demais colónias associadas às elites portuguesas.⁷

A afirmação das instituições governativas na Guiné coincide com o acirrar dos conflitos militares, o que levou ao predomínio de uma elite militar que tinha como prioridade a 'pacificação'. No caso da Guiné, a luta portuguesa pelo domínio do território e pela subjugação dos povos africanos parece ter reduzido os conflitos entre elites coloniais em relação ao governo, à administração e à economia. Logo, a existência da imprensa não era um imperativo para as elites e os seus recursos estavam voltados para o domínio do território.

Eram escassos os colonos portugueses e europeus, a maioria da população africana vivia fora do espaço urbano e não tinha acesso aos elementos e estruturas características da modernidade. Sobressai na Guiné a inexistência de uma elite intelectual articulada em espaços culturais e associativos. Tais factores contribuíram para a fraqueza do espaço público local, pois era reduzido o potencial público leitor, bem como os eventuais jornalistas ou empreendedores da imprensa.

Ao longo da Monarquia, o *Boletim Oficial* foi o único meio de informação na Guiné e exerceu sobretudo o papel colaborador. A colaboração refere-se à relação directa entre a imprensa e o governo e implica que a informação corrobore as políticas e práticas do regime para que as metas deste sejam atingidas (Christians *et al.*, 2009: 197).

REPÚBLICA: IMPRENSA EFÊMERA

A herança da Monarquia em África eram territórios 'atrasados' que enfrentavam a resistência da população autóctone. No entanto, o foco em civilizar, colonizar e produzir, princípios culturais e económicos da Monarquia, transitaram para a República. O regulamento de 1911 manteve o trabalho obrigatório e o recrutamento forçado para as obras públicas. A colecta de impostos era a forma mais directa de exploração do povo e os africanos continuaram a não ser cidadãos. Os indígenas

6 Por exemplo, em Cabo Verde as sociedades culturais precederam e alavancaram o surgimento da imprensa. Sobre a imprensa em Cabo Verde ver João N. de Oliveira, *A Imprensa Cabo-Verdiana* (1998). Em Moçambique, organizações operárias e indígenas foram proprietárias de jornais, ver José Capela, "A imprensa de Moçambique até à Independência" (1996).

7 Em São Tomé e Príncipe, o surgimento do *Equador*, em 1869, esteve associado aos interesses comerciais e agrícolas da colónia, ver José J. Gonçalves, *A Informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe...* Em Moçambique, o surgimento de *O Africano* esteve vinculado aos interesses agrícolas e aos conflitos políticos na Zambézia, ver Ilídio Rocha, *A Imprensa em Moçambique*. Em Angola, o surgimento de *A Civilização da África Portuguesa* esteve associado aos interesses económicos, mercantis e agrícolas, ver Júlio C. Lopo, *Jornalismo de Angola...*

eram considerados todos os indivíduos de cor naturais da província que não tivessem alcançado o uso pleno dos direitos civis e políticos conferidos aos cidadãos portugueses (Marques, 2001: 26). A libertação do modelo mercantilista e a fixação de colonos europeus eram as linhas mestras do governo republicano. Contudo, os défices coloniais e uma burguesia metropolitana que lucrava com as práticas mercantilistas inviabilizaram tal projecto (Proença, 2009).

A colonização europeia em África caracterizou-se pela dualidade e por uma governação bifurcada, na qual as administrações directas e indirectas foram complementares no controlo dos povos nativos. Em suma, “os poderes coloniais generalizaram um despotismo descentralizado como a sua principal resposta a questão nativa” (Mamdani, 1998: 18). O colonialismo português também foi bifurcado e dual, consagrou-se na divisão indígena e não-indígena, visava garantir a exploração dos territórios e manifestava-se nas relações sociais, na divisão do trabalho e na distribuição dos privilégios (Cabaço, 2010: 36).

Neste cenário, para além da resistência indígena à ocupação, a constituição da Liga Guineense, em 25 de Dezembro de 1910, surge como uma resposta às dualidades do poder colonial e assinala os conflitos entre europeus, Grumetes (descendentes de antigos escravos e de grupos africanos convertidos ao cristianismo) e africanos. A organização assumia a defesa dos seus membros, propunha-se a criar escolas e a trabalhar para o progresso e o desenvolvimento da Guiné. Não há registo de que a Liga tenha reivindicado a independência ou a autonomia do território e, se a associação criticava o governador, não punha em causa a sua legitimidade. No entanto, a Liga esteve filiada no Partido Republicano Democrático e atacou a corrupção e os abusos de autoridade. Embora alguns membros da Liga criticassem as acções militares contra os africanos, em geral a Liga Guineense apoiou o governador devido aos seus interesses económicos e ofereceu Grumetes para as lutas de pacificação e conquista até 1913 (Fonseca e Oliveira, 1911; Fonseca, 1912; Péli-sier, 1989; Mendy, 1994; Sousa, 2012). Deste modo, diferente do que se passou nas demais colónias portuguesas em África, na Guiné nem as elites africanas nem as organizações nativas desempenharam um papel forte de reivindicação e protesto.⁸

Nesta altura, o *Boletim Oficial* continuava como o único canal de informação impressa na Guiné e os conflitos entre africanos e portugueses agravavam-se. José Teixeira Pinto foi o chefe do Estado-Maior entre 1913-1915 e o responsável pela ‘pacificação’ da Guiné. “Achando-se há muito tempo em estado de rebelião os indígenas da Ilha de Bissau [...] É declarado o estado de sítio em toda a Ilha”, anunciou o suplemento ao *Boletim* nº 20, de Maio de 1915. Teixeira Pinto exigia que os Papéis (etnia africana da Guiné) entregassem suas armas e pagassem impostos. A Liga Guineense trabalhava no mesmo sentido e promoveu contactos com os régulos da ilha e com o governo e os militares, em Março de 1915, para evitar a guerra. Con-

8 Sobre as elites nativas e o proto-nacionalismo na África portuguesa, ver Mário P. de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano* (1998). Sobre as elites nativas em Angola, ver Marcelo Bittencourt, *Dos Jornais às Armas* (1999). Sobre as elites nativas em Moçambique, ver Aurélio Rocha, “O Pan-Africanismo em Moçambique (1900-1930)” (2000). Sobre as elites nativas cabo-verdianas, ver José C.G. dos Anjos, *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde - lutas pelas definições da identidade nacional* (2006). Sobre as elites nativas são-tomenses ver Augusto Nascimento, “A Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe (1910-1926)” (1999).

tudo, as negociações falharam e os portugueses avançaram contra os Papéis e os Grumetes. O conflito estendeu-se a 20 de Julho e, em 16 de Agosto de 1915, a Liga Guineense foi dissolvida pelo governador Oliveira Duque devido à ‘insubordinação’.

Apesar dos conflitos, os primeiros anos da República promoveram algum desenvolvimento na Guiné, com a melhoria das comunicações e o acréscimo de obras públicas. *O Ecos da Guiné, Quinzenário Independente Defensor dos Interesses da Província*, saiu em Bolama no dia 02 de Janeiro de 1920. Propriedade da empresa Ecos da Guiné, foi dirigido por José Joaquim Curvo Semedo e tinha como editor Carlos Valentim Mendes, também director da Imprensa Nacional. O jornal foi uma iniciativa de funcionários públicos europeus e era reproduzido na tipografia do Estado, porém, não sobreviveu ao primeiro trimestre de 1920. *A Voz da Guiné*, em 1922, escreverá que o *Ecos da Guiné* “quase que morreu a nascerça, porque a verdade é que, para viver, teria que se sujeitar a imposições do governo”.

“Levar longe o conhecimento do nosso mercado [...] inspecionar todos os ramos de administração pública para que as leis se cumpram integralmente como nelas se contêm, combater as infracções, defender a justiça e o direito”, eram os fins do jornal, assumidos no seu nº 01. A mesma edição garantia que as colunas do periódico estavam abertas a todas “às consciências limpas”, desde que houvesse “parcimónia, e nunca visando questões políticas”. O nº 04 do *Ecos da Guiné* sublinhava que “pusemos de parte todos os intuítos mercantilistas que acaso pudessem haver numa empresa jornalística”. Na edição nº 07, último número do jornal, o *Ecos da Guiné* dizia que estava a trabalhar em prol da colónia, porém, “não tem sido assim compreendido o nosso fim”.

“Porque isto não caminha” foi uma das rubricas de opinião do *Ecos da Guiné*, a qual foi crítica das políticas e acções metropolitanas em relação à colónia. Por exemplo, no nº 01, abordava o problema da instabilidade dos governadores como resultado da “trica” política. No nº 03, a coluna observava que “O Ministério das Colónias tem muitos afilhados que contentar [...] Para se mascarar um pouco essa padrinagem, mandam-nos prestar serviços nas colónias”. A edição nº 04 publicou uma carta ao ministro das colónias, apontando que o estado da Guiné não permite uma “categoria na escala da civilização”. O nº 06 voltava à carga, reclamando que o plano de fomento para a colónia “há largo tempo demora pelo Ministério das Colónias, certamente esquecido”. Na sua curta existência, o *Ecos da Guiné* tratou ainda de diversos temas sociais, entre eles: a situação dos funcionários públicos; a fome em Bolama; a falta de transporte marítimo; o regime de trabalho de oito horas; o custo das rendas e a falta de moradias em Bissau e Bolama.

Em 06 de Abril de 1922 saiu o nº 01 de *A Voz da Guiné, Quinzenário Republicano Independente*. O jornal tinha como editor Rui Carrington S. da Costa e como redactor principal José Lourenço da Conceição Leitão, presidente da comissão municipal de Bolama, e também foi reproduzido na Imprensa Nacional. Efémero, conhecem-se apenas 11 números. O nº 01 declarava que “Não nos movem intuítos polemistas nem nos apaixonam as lutas partidárias”.

O jornal foi fiel ao governador e o nº 05 sublinhava como “falsos” os ataques que lhe eram feitos: “Sua Exm^a não faz guerra aos pretos, nem aos caboverdianos [...] quer que nela [na província] se acentue, de vez, o domínio português que tão abalado está”. No nº 07, em Junho, quando das comemorações públicas do primeiro ano de governo de Velez Carogo, o jornal assumiu que “A Voz da Guiné defende, é

verdade, a política do governo, mas defende-a porque tem encontrado nessa política uma política honesta e com fim útil à província: o seu saneamento". Em mais uma declaração de apoio ao governo, o jornal saudava a retomada das eleições municipais no nº 11, "mais uma tradição inaugurada pelo governador".

Embora apoiasse o governo, *A Voz da Guiné* não deixou de apontar alguns dos problemas do território: a jornada de oito horas e o descanso semanal; as dificuldades estruturais de Bolama; a prostituição; o trabalho indígena; a educação; o custo de vida e o transporte.

Em 17 de Agosto de 1924, em Bissau, saiu o nº 01 do *Pró-Guiné, Órgão do Partido Republicano Democrático*, que tinha como proprietário, editor e redactor principal Francisco da Veiga. Reproduzido na Imprensa Nacional, propunha-se a quinzenário, porém editou apenas quatro números. O nº 01 explicava os objectivos do jornal e reconhecia o trabalho do governador:

defender os interesses da pátria e da república [...] Não faltará quem diga, porque os maldizentes são muitos, como já disseram de *A Voz da Guiné*, falsamente, que o *Pró-Guiné* será um caudatário do Palácio do Governo e receberá dali inspiração para se conduzir. Não seria desdouro para nós que assim sucedesse, actualmente, porque à testa da administração superior da Província está um homem honesto, digno e pundenoroso [Velez Carço].

O jornal afirmava estarem à frente das administrações municipais "homens de prestígio". O problema do transporte marítimo continuava na agenda, "mas o governador tem feito todos os esforços para resolver a situação". As crises alimentares de Cabo Verde e a falta de mantimentos na Guiné foram outro tema do *Pró-Guiné*, que acusava os cabo-verdianos de serem os responsáveis pelos altos preços dos alimentos (nº 02). A propósito de um artigo "anti-patriótico" publicado na *Gazeta das Colónias*, que circulava em Lisboa, o *Pró-Guiné* argumentava que a Guiné "é muito fértil e causa pena vê-la sem qualquer progresso agrícola [...] há concessões de terrenos mas estes não são explorados". A última edição conhecida do *Pró-Guiné* é de 25 de Dezembro de 1924, número dedicado ao IV centenário da morte de Vasco da Gama.

No fim da década de 1920, a Guiné tinha avançado na urbanização, embora os serviços sociais permanecessem mínimos. No campo económico, a agricultura e o comércio persistiam como dominantes, existiam poucas companhias de exploração europeias e todas sofriam dificuldades financeiras.

JORNALISMO COLABORADOR

Depois de 40 anos da implantação do *Boletim Oficial* apareceu na Guiné o primeiro jornal generalista e noticioso não-oficial, o *Ecos da Guiné*. Contudo, a imprensa não se consolidou e não surgiram títulos com distintas orientações políticas, como aconteceu nas demais colónias portuguesas em África. A fraqueza das elites na Guiné, o incipiente desenvolvimento económico e social da colónia e o prolongamento das guerras de 'pacificação' ao longo da República permaneceram como factores que inibiram o surgimento de uma imprensa política que representasse os grupos sociais em conflito.

A efemeridade e o apoio ao governo local são as características mais salientes da imprensa da época. Os três jornais foram iniciativas de funcionários públicos, pequenos comerciantes e políticos locais que dependiam da Imprensa Nacional para reproduzir os periódicos. Os vínculos profissionais, políticos e económicos que ligavam os fundadores dos jornais ao governo colonial explicam o suporte que os três títulos deram aos governadores, ainda que apontassem as deficiências no desenvolvimento da Guiné e reivindicassem maior protagonismo do governo metropolitano. Deste modo, o papel jornalístico colaborador continuou a preponderar, como tinha acontecido durante a Monarquia. Contudo, nota-se que *O Ecos da Guiné* procurou exercer o papel monitor, o qual implica um explorar do mundo, das suas condições e dos seus eventos aliado à interpretação dos factos com critérios de relevância pública (Christians *et al.*, 2009: 140). O jornal ensaiou a fiscalização e as críticas ao poder público e privado, contudo, como indicou *A Voz da Guiné*, tal levou ao seu fim precoce.

Ao longo da República também não apareceu na Guiné um jornal africano, que defendesse os interesses dos povos nativos, como aconteceu nas demais colónias portuguesas em África.⁹ As relações da Liga Guineense com o governo e a sua dissolução precoce dificultaram o protagonismo da organização. Na Guiné o desenvolvimento de uma elite africana foi incipiente, e foi este grupo - em geral educado, com postos na administração pública ou propriedades comerciais e agrícolas, e articulado em organizações africanas e republicanas - que promoveu os jornais africanos que desempenharam um papel jornalístico radical nas demais colónias na Monarquia e na República.¹⁰

A propriedade da imprensa esteve ligada apenas às elites portuguesas, mas estas não foram capazes de consolidar os seus jornais. Sublinhe-se que na Guiné não há indícios da existência da maçonaria no período monárquico ou republicano, e que esta organização foi importante na criação de jornais nas demais colónias portuguesas.¹¹

O Estado teve uma intervenção forte na imprensa e dele dependeu a impressão dos jornais. Quando a imprensa ensaiava a crítica à administração, os jornais deixavam de existir e os indicadores apontam para o controlo dos conteúdos pelo governador. É difícil aplicar a dimensão do paralelismo político na Guiné, porque não houve qualquer diversidade e pluralidade na imprensa, e este representou apenas os interesses dos governos da colónia. Quanto aos jornalistas, sabe-se que estes eram funcionários públicos, políticos e comerciantes; não dependiam de rendimentos financeiros da actividade jornalística e actuavam como advogados do governo local.

9 Sobre a imprensa nativa e africana em Cabo Verde, ver Manuel B. Semedo, *Cabo Verde: A Construção da Identidade Nacional, Análise da Imprensa entre 1877 e 1975* (2003). Entre os jornais defensores dos africanos em São Tomé e Príncipe, *A Verdade* (1911), *A Liberdade* (1920-1924) e *O Combate* (1925). Sobre a imprensa nativa e africana em Angola, ver Maria C. P. Ribeiro, *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c.-1910 c.): convergência e autonomia* (2012). Sobre a imprensa nativa e africana em Moçambique ver Vladimir D. Zamparoni, "A Imprensa Negra em Moçambique: A Trajetória de "O Africano" - 1908-1920" (1988).

10 Como exemplo o caso de Moçambique, ver Jeanne M. Penvenne, "João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique" (1996).

11 Sobre a história da Maçonaria em Portugal e na África Portuguesa ver A.H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal*, 1990.

A incapacidade da República em desenvolver uma política colonial coerente é apontada como um factor decisivo para o golpe militar de 28 de Maio de 1926 (Alexandre, 1993: 123-24). A partir de 1930, António de Oliveira Salazar assumiu o ministério das colónias para estender o equilíbrio financeiro alcançado na metrópole ao ultramar. No âmbito das novas políticas, o Acto Colonial, em Abril de 1930, que resguardou a soberania portuguesa em África e promoveu a reorganização administrativa.

Com as políticas centralizadoras do governo autoritário, os portugueses dominaram o comércio na Guiné, tendo à frente o Banco Nacional Ultramarino e a Casa Gouveia. As finanças da colónia dependeram dos recursos metropolitanos e dos aumentos dos impostos. O governador concentrou os poderes, com um conselho consultivo de seis membros, um secretariado permanente e 14 órgãos de serviços públicos. O regime do indigenato foi instituído em 1928 e distinguiu assimilados e africanos, embora desde 1917 já se diferenciasssem formalmente os civilizados dos não-civilizados.¹²

Em 1930, surgiu em Bissau a primeira tipografia privada e entre 1930-31 foram publicados 20 números do *Comércio da Guiné, órgão dos interesses económicos da colónia*.¹³ O jornal foi dirigido por Armando António Pereira, advogado nativo, militante da Liga Africana e representante da Guiné na organização nas décadas de 1910-20 (Andrade, 1998: 203).¹⁴ O último exemplar do jornal saiu em 18 de Abril e coincide com a eclosão de um movimento insurrecto na Guiné.¹⁵ Em 1941 a capital da Guiné mudou de Bolama para Bissau e houve uma reorganização da burocracia administrativa.

Arauto, Dilatando a fé e o império, foi um mensário que apareceu em Maio de 1943, dirigido pelo Padre Afonso Simões e reproduzido na Imprensa Nacional. O nº 01 declarava que “dilatando a fé, é nosso desejo, concomitantemente, dilatar o império também, interessando-nos por tudo o que diga respeito ao desenvolvimento e progresso desta colónia”. O nº 14, de Junho de 1944, garantia que “Portugal prossegue [...] a sua obra de reconstrução nacional que tem sido a preocupação dominante daqueles que dirigem os altos destinos da nação”.

Também atento as políticas locais, os nºs 41 e 42, de 1946, do *Arauto* relatavam a 1ª Conferência dos Administradores da Guiné, a qual identificou como principais problemas da colónia a dificuldade de colaboração dos cipaicos como elos entre au-

12 Sobre a cidadania nas colónias portuguesas ver Cristina N. da Silva, *Constitucionalismo e Império, A Cidadania no Ultramar Português* (2009).

13 Embora a Biblioteca Nacional de Portugal tenha alguns números do jornal na sua colecção, estes não estão disponíveis devido ao seu mau-estado.

14 Mário P. de Andrade refere que o jornal chamava-se *O Correio da Guiné*, porém, tal parece um equívoco visto que não há indícios da existência de tal título e que no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal Armando António Pereira consta como director de *Comércio da Guiné*. O título também aparece no trabalho de José J. Gonçalves, *A Informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe...*, 1966.

15 A 17 de Abril de 1931 um movimento ‘reviralhista’ (ligado à resistência na ilha da Madeira, conhecida como ‘Revolução Triunfante’) levantou-se em Bolama. O chefe do estado-maior, alguns oficiais e o governador foram presos e embarcados para Lisboa e formou-se uma junta governativa. No princípio de Maio, o movimento dilui-se e os seus chefes foram presos. Ver René Pélissier, *História da Guiné – portugueses e africanos na senegâmbia*, 1989.

toridades e indígenas; a obrigação dos nativos trabalharem; as irregularidades na cobrança do imposto da palhota e os problemas infra-estruturais.

Em Janeiro de 1947, o nº 45 trazia o discurso do governador Sarmento Rodrigues na abertura da exposição de Bissau: “Nesta terra portuguesa há união de almas e boas vontades, há trabalho, há sacrifício, há entranhado amor ao engrandecimento de Portugal”. O governo de Sarmento Rodrigues coincide com o apogeu do colonialismo na Guiné e priorizou o desenvolvimento da administração colonial, a participação dos assimilados e um tratamento paternalista para com os indígenas, e a construção de uma rede de infra-estruturas (Silva, 2008).

Entre 1950-54, a Secção Técnica de Estatística do governo publicou o mensário *Ecos da Guiné*. Foi um periódico oficial de divulgação das actividades do governo, com textos escritos pelos funcionários públicos e que exaltava a acção colonial na Guiné. Em 1950, o *Arauto* tornou-se diário e passou a ter como director o Padre José Maria da Cruz. As notícias da metrópole continuaram com destaque no diário, que no seu nº 1415, de Janeiro de 1952, relatava que foram presos os organizadores duma “conjura contra a segurança do Estado”. Na época as notícias internacionais não incluíam os territórios e países africanos e as informações locais eram escassas. Em Fevereiro de 1953, nº 1813, o *Arauto* assinalava a nomeação de Marcello Caetano como vice-presidente do Conselho Ultramarino. Seguindo uma linha de despolitização, o mundial de futebol e o dia das forças aéreas eram os destaques da edição nº 2297, de Julho de 1954, numa tendência que se manteve.

A Guiné recebeu “com delirante patriotismo e entusiástica vibração” o presidente da República em Maio de 1955, noticiava o *Arauto*. O jornal, que até então era reproduzido em duplicador, passava a circular em formato de imprensa e um texto apontava o *Arauto* como “Um jornal diário autêntico, com artigos de análise, com crítica e interesse público”.

O que o governo colonial e metropolitano não sabiam e o *Arauto* não noticiou foi a criação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado por Amílcar Cabral e Aristides Pereira em Setembro de 1956 (Pereira, 2002). Há indícios de que em Dezembro daquele ano foi publicado o primeiro número do jornal *Libertação*, do PAIGC. Despertar as consciências e formar os militantes seriam os objectivos do jornal, policopiado e com uma tiragem de cerca de 500 exemplares, tendo circulado até 1968.¹⁶ Porém, o ano de 1960 também é apontado como o da fundação do jornal, e o manuscrito do editorial do nº 5 do *Libertação*, escrito por Amílcar Cabral, é de Abril de 1961 (Mendy e Lobban, 2013: 467; Barros e Tchumá, 2015: 36).¹⁷ Assinala-se ainda, acompanhando Amado (2103), a importância dos panfletos, comunicados e brochuras, de forças sociais e políticas, que circularam na Guiné, para além da importância da radiodifusão, a exemplo da clandestina Rádio Liberdade, do PAIGC.

Entretanto, a partir de 1958, o jornal passou a designar-se “O” *Arauto*, e o nº 3483 publicava a primeira intervenção do deputado da Guiné, Teixeira Mota, na

16 Nos arquivos e bibliotecas de Portugal não se encontraram exemplares do jornal *Libertação*. A informação da sua publicação tem origem no trabalho de Carlos Lopes, “Dois estudos e uma reflexão sociológica” (1988), o qual não cita qualquer referência arquivística ou bibliográfica do jornal.

17 “Manuscrito do editorial do jornal *Libertação* n.º 5”, 1961, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41199 (2016-7-27)

Assembleia Nacional, a qual abordava o problema do ensino e da valorização econômica da província. Os colóquios sobre o II Plano de Fomento do Ultramar eram divulgados em Junho de 1959, nº 3905, e sublinhavam que a política de investimento deveria atender a “dualidade de economias”. Em 03 Agosto de 1959 trabalhadores africanos no porto de Bissau entraram em greve pelos baixos salários e más condições de trabalho. A reacção do governo ficou conhecida como o “massacre de Pidjiguiti”, no qual foram mortos 50 trabalhadores e dezenas ficaram feridos (PAIGC, 1974). O *Arauto* fez silêncio sobre a greve e as suas consequências.

A pressão internacional e as independências africanas preocupavam o regime autoritário em Portugal, o que se reflectia na imprensa das colónias, inclusive na Guiné. “No êxito de alguns movimentos [...] assentou um programa de ‘libertação’ que não serve nem respeita a paz dos que não querem ser ‘libertados’ [...] não existem nos territórios portugueses ultramarinos quaisquer indícios de ‘colonialismo’”, apontava *O Arauto* em Junho de 1960, nº 4197.

Apesar da sua orientação governamental e pró-colonial, a edição de 10 de Abril de 1960 de *O Arauto* foi proibida de circular pela delegação local da PIDE, o que se deveu ao artigo “Carta Aberta ao Governador Geral de Angola”, assinado por Ernesto Lara Filho, o qual foi “considerado prejudicial por razões de ordem políticas” (Sousa, 2010:130).

Em 1960 o estatuto indígena foi revogado e, em 1961, o trabalho forçado foi abolido.¹⁸ Contudo, na prática, pouco mudou para os africanos, em sua maioria camponeses. Apenas em 1963 foi implementado um conselho legislativo na Guiné, porém, o poder do governador manteve-se forte e dependente das decisões de Lisboa. Os serviços sociais na Guiné eram piores que nas demais colónias africanas e, em 1963, apenas 3,8% da população em idade escolar frequentava o ensino primário e o gasto *per capita* em saúde era de 1,1 dólares (Rudebeck, 1974: 26-27).

Após o 04 de Fevereiro de 1961 em Luanda, que assinala o princípio da luta armada na África portuguesa, *O Arauto* reforçou a defesa do império e o ataque aos “terroristas”. Em Setembro de 1962, o nº 4856 denunciava os comunistas: “É já conhecido o recente acordo [...] que prevê, praticamente, a entrega das províncias ultramarinas, com total independência, às organizações daqueles elementos comunistas e a criação na metrópole de uma república popular”. Os textos do jornal não eram assinados e a maior parte do noticiário provinha da agência Lusitânia.¹⁹

Em Janeiro de 1964, nº 5276, a manchete de *O Arauto* foi “De ladrões de gado a terroristas”. O texto notava que, se até 1962 o PAIGC tinha limitado suas acções à sabotagem de linhas férreas e telefónicas, passou a ter como alvos as forças armadas portuguesas em Fevereiro de 1963. A partir de então o jornal incluiu o Boletim Informativo das Forças Armadas da Guiné (BIFAG), o qual relatava na mesma edição a destruição de acampamentos e apreensão de material de guerra do PAIGC.

A intervenção do deputado Pinto Bull na Assembleia Nacional era destacada no nº 5519, de Fevereiro de 1965, e ressaltava “os esforços titânicos que se vem fazendo na Guiné nos campos militar, económico e social”. No aniversário de *O Ar-*

18 Sobre o trabalho forçado no império português ver Michel Cahen, “Indiginato Before race? Some proposals on Portuguese Forced Labour in Mozambique and The African Empire”, 2012.

19 A Agência Noticiosa Lusitânia foi criada em 1944 e dissolvida em 1974.

auto, em 05 de Julho de 1967, o jornal agradecia ao governador a concessão de 50 mil escudos. O texto sublinhava que em 1966 o défice do jornal era de 486 mil e questionava “se poderemos continuar a viver assim”. Na sua última fase, os conteúdos de *O Arauto* estiveram centrados no combate ao comunismo e em artigos sobre os países que apoiavam Portugal. A última edição do jornal saiu em 10 de Abril de 1968, nº 6444.

Apesar dos esforços da propaganda autoritária em construir um discurso de vitória na Guiné, em Julho de 1963 militares portugueses admitiam que o PAIGC controlava parte do território. Em Maio de 1968, António de Spínola tornou-se o chefe do Estado-maior e governador da Guiné. Spínola reforçou os trabalhos nas obras públicas e nos serviços sociais, no que pretendia ser uma abordagem “plural” da guerra, com acções políticas sociais e psicológicas. Entretanto, em 1970 o PAIGC tinha intensificado a guerra, o que acelerou as perdas portuguesas (MacQueen, 1997: 37-41).

Entre 1968-70, circulou o semanário oficial *Notícias da Guiné, Boletim do Centro de Informação e Turismo*. O nº 01, em 21 de Abril de 1968, anunciava os objectivos do jornal: “fazer o registo do dia a dia da vida da portuguesa Província da Guiné”. O BIFAG passou a ser divulgado através do *Notícias da Guiné*. Em Dezembro de 1968 o jornal, nº 45, anunciava as novas medidas do governo em Lisboa: aumento do salário mínimo, vencimentos fixos para os régulos, investimentos no campo social e a dispensa das dívidas. No nº 52, de Fevereiro de 1969, o semanário informava que “As populações da área de Bigene receberam com entusiásticas manifestações de alegria a notícia dos novos êxitos obtidos pelas Forças da Ordem”. A edição nº 99, de Janeiro de 1970, acusava a Europa:

A opinião pública mundial só compreenderá a razão que assiste aos portugueses em manterem intactas as suas províncias ultramarinas [...] quando compreender também o que estes territórios representam para a segurança de uma África livre.

O nº 108, em 22 de Março de 1970, foi a última edição do *Notícias da Guiné*.

Entre Janeiro de 1946 e Abril de 1973 o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (ligado à secção de estatística do governo da Guiné) publicou o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. O *Boletim* foi uma revista de carácter científico, com estudos de divulgação no campo da história, da etnografia, das artes e da literatura. O objectivo da publicação foi o “estudo sistemático da Colónia sob todos os aspectos - meio físico, meio biológico, meio humano”. O periódico oficial incluiu na maioria dos seus números uma crónica de exaltação da administração colonial, dados estatísticos e uma revista de imprensa. Amílcar Cabral, na década de 1950 a trabalhar como agrónomo na Guiné e líder do PAIGC, publicou dois artigos no *Boletim*, ambos sobre questões agrícolas, em 1954 (Vol. IX, nº 34) e 1958 (Vol. XIII, nº 51).

Note-se que ao longo do período colonial circularam ainda outras publicações impressas, editadas por grupos religiosos, por militares e por escolas, por exemplo. Os conteúdos de tais impressos estiveram ligados aos interesses destes sectores, os quais, em geral, não incluíram informações noticiosas e generalistas, para além de terem sido jornais efémeros e irregulares (Gonçalves, 1966). Em simultâneo, como noutras colónias portuguesas, também na Guiné circularam os periódicos publicados na metrópole e noutros territórios.

Em Abril de 1972 uma missão do comité de descolonização da Organização das Nações Unidas visitou as zonas libertadas e recomendou que o PAIGC fosse reconhecido como o único representante do povo da Guiné. Amílcar Cabral foi assassinado em 20 de Janeiro de 1973 e em Março os portugueses perderam o controlo aéreo do território. Em Agosto, Spínola deixou África e em 24 de Setembro de 1973, em Madina do Boé, foi declarada a independência da República da Guiné-Bissau, presidida por Luís Cabral. Em poucas semanas, a nova nação foi reconhecida por mais de 80 países e, em 17 de Setembro de 1974, as Nações Unidas admitiram como membro a República da Guiné-Bissau.

GUINÉ, A IMPRENSA A SERVIÇO DO IMPÉRIO

Durante o Estado Novo a perseguição e a censura à imprensa na Guiné foi incipiente, pois não existiu um jornalismo que questionasse, criticasse ou se opusesse às políticas autoritárias. Embora a censura à imprensa nas colónias africanas continue por estudar, e ainda que a comissão de censura controlasse os conteúdos dos jornais também na Guiné, foi rara a suspensão de títulos e a estratégia de comprar periódicos através de empresários apoiantes do regime e de capitais públicos, a exemplo do que se passou em Moçambique (Ilídio Rocha, 2000), não foi necessária na Guiné. Tal se explica pela ausência de uma imprensa que divergisse das directivas do regime autoritário e o confrontasse.

No caso do *Comércio da Guiné*, o movimento insurrecto de 1931 levou ao seu fim e o recrudescer do regime não foi propício à retomada do empreendimento. Por 13 anos a Guiné esteve sem um jornal, até que surgiu o *Arauto*, propriedade da Igreja, que sempre endossou as políticas do governo autoritário, na metrópole e na Guiné. Diferente do que se passou em Moçambique, onde o jornal da igreja desempenhou um papel de oposição ao Estado Novo (Capela, 1989), na Guiné a imprensa católica apoiou incondicionalmente o governo. Quando do fim do *Arauto*, em 1968, o governo criou o *Notícias da Guiné*, um jornal oficial ao qual cabia divulgar o regime e as suas políticas.

Tais títulos privilegiaram a propaganda ideológica do regime, o que implicou a parcialidade dos conteúdos e a divulgação de factos distorcidos, a exemplo dos Boletins das Forças Armadas e da campanha contra as forças que lutavam pela libertação da Guiné. Se a imprensa católica desempenhava uma colaboração 'voluntária' com o governo, a qual se explicava pela aliança da Igreja com o Estado Novo, com o início das guerras de libertação na África portuguesa a imprensa na Guiné passou a total instrumentalização, servindo exclusivamente ao regime autoritário, como assinalaram Siebert *et al.* (1953: 18): "Tais propósitos [do governo autoritário], inevitavelmente, controlam a sua atitude em relação aos aspectos culturais e políticos da comunicação. Aliás, a Constituição de 1933, de 11 de Abril, (no seu artigo 22º) tinha definido o papel do Estado em relação aos media: "A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum".

Não se sabe quem foram e quantos eram os jornalistas na Guiné, pois os textos dos jornais não eram assinados e os títulos não tinham fichas técnicas. Note-se que uma parcela significativa dos conteúdos da imprensa dependia da agência de notícias Lusitânia, instrumento do regime, o que indica um quadro mínimo de profissio-

nais da imprensa na Guiné. Sabe-se também que nos órgãos oficiais escreviam e colaboravam funcionários públicos alinhados ao regime ou por estes constrangidos. Não há registo de escolas de formação profissional na área da comunicação, de associações profissionais ou de normas deontológicas entre os jornalistas.

Aplicado o conceito de paralelismo político no contexto de um único jornal e de uma única força política, pode-se dizer que o paralelismo político na Guiné foi completo. Porém, havia forças sociais e interesses distintos dos do governo na Guiné e estes não tiveram qualquer expressão na imprensa. A intervenção do governo na imprensa foi forte: o governo publicou jornais e boletins de informação; subsidiou o *Arauto*; e controlou os conteúdos em seu favor.

O LEGADO DA IMPRENSA COLONIAL

Os processos de transição para a ordem política moderna foram graduais, e é como um regime liberal representativo numa sociedade pouco desenvolvida, nem autoritário nem democrático, que se caracteriza a Monarquia Constitucional portuguesa (Freire, 2011: 25-81). Se foi difícil ultrapassar os obstáculos à modernização em Portugal (Almeida, 1991: 25), a modernidade não se concretizou nas colónias portuguesas, inclusive porque é incompatível com a ausência de soberania, pressuposto do colonialismo.

Foi neste contexto sociopolítico - aliado aos imperativos da ocupação, do domínio do território e do desenvolvimento económico - que o império autonomizou a Guiné, deu-lhe instituições e criou o *Boletim Oficial*, ao qual cabia fomentar o programa colonial. Porém, não se seguiu a criação de uma imprensa noticiosa generalista e não-oficial, o que se deveu ao incipiente desenvolvimento económico da Guiné, à fraqueza das elites e à centralidade das campanhas de 'pacificação'.

Em Portugal, a revolução republicana originou-se na aliança entre o povo e a pequena burguesia (Rosas, 2009). A democratização política, a descentralização administrativa, a extensão do sistema de ensino, a modernização económica e social, a independência da tutela externa e a atenção aos territórios africanos eram as promessas dos republicanos (Serra, 2009). Porém, o regime não foi capaz de impulsionar o desenvolvimento de Portugal e dos territórios africanos e as reformas administrativas não tiveram sucesso. Os africanos continuaram a não ser cidadãos e mantiveram-se práticas que promoviam a dualidade social, política e económica.

A fraqueza das elites coloniais na Guiné associada à incipiência do desenvolvimento capitalista e do empreendimento colonial impediu a institucionalização da imprensa como plataforma do debate público. As elites africanas, desarticuladas e condicionadas por um regime opressor, também foram incipientes e não se apropriaram da imprensa para reivindicar direitos e propagar ideais africanistas de libertação, como aconteceu noutras partes da África portuguesa e noutros espaços coloniais.²⁰

A crise da economia colonial a partir da década de 1920, as pressões internacionais e o descontentamento entre as elites coloniais que desejavam autonomia estiveram entre as razões do fim da Primeira República. Salazar publicou entre 1930-34 a legislação fundamental do Estado Novo - a qual incluiu o Acto Colonial de 1930,

20 Sobre as relações entre elites crioulas, nacionalismo e imprensa ver Benedict Anderson, *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, 1993.

a Constituição de 1933 e o Estatuto Nacional do Trabalho. O “ethos” da legislação e da Constituição era “absolutamente antiliberal, antiparlamentar, antidemocrático” (Martins, 2006: 32).

O regime autoritário consolidou-se em 1939 com um partido fraco e pouco mobilizador e com um governo de elite civil composto por académicos. O corporativismo foi central no modelo institucional, na ideologia, na relação com os grupos de interesse e na intervenção económica do Estado. A igreja católica actuou como matriz e suporte ideológico. A polícia política foi transformada no pilar do sistema autoritário, que reprimia a oposição clandestina enquanto os serviços de propaganda controlavam a imprensa (Pinto, 1994 e 2012). Ao longo do Estado Novo a imprensa privada sempre colaborou com o governo e quando esta deixou de existir o regime criou e instrumentalizou o seu próprio jornal.

CONCLUSÃO

Portugal virou-se para o continente africano na expectativa de sobreviver enquanto império nos séculos XIX e XX e, para tal, estendeu o seu regime político e instituições. Neste contexto, a imprensa e o jornalismo em África emergiram como entidades implementadas pelo regime colonial com o intuito de contribuir na afirmação do império português. Como observou Barton (1979: 2), a imprensa colonial desenvolveu-se em paralelo à imprensa europeia e adoptou o seu modelo de jornalismo. No entanto, na Guiné a imprensa apareceu tardiamente e não se consolidou como espaço de debate público, servindo invariavelmente ao poder político e ao fortalecimento do império colonial português.

Para se compreender a trajectória e o protagonismo da imprensa na Guiné no período colonial é preciso analisá-la na sua interdependência às dinâmicas sociais. O desempenho da imprensa na Guiné articulou-se ao conjunto das dinâmicas socio-políticas coloniais, que lhe deram as seguintes características: 1) A imprensa privada desenvolveu-se tardiamente como reflexo da fragilidade do Estado colonial, da fraqueza das elites locais (europeias e africanas), e do prolongamento dos conflitos militares. A imprensa manteve um perfil político caracterizado pela propaganda dos governos e não pela promoção do debate no espaço público; 2) Nos três regimes políticos que perpassaram a Guiné, a imprensa sempre desempenhou um papel de colaboração. Durante o Estado Novo a imprensa desenvolveu papéis característicos dos regimes autoritários, sobretudo apoiando e propagando o regime; 3) Não houve processos de profissionalização e profissionalismo dos jornalistas; 4) Aplicado o conceito de paralelismo político, a imprensa esteve alinhada com o governo. No entanto, as distintas forças sociais não foram representadas pela imprensa; 5) A intervenção do Estado foi forte, através da propriedade, dos subsídios e do controlo dos conteúdos. O legado do colonialismo português para a imprensa na Guiné é o jornalismo enquanto actividade de suporte e apoio dos regimes e governos, e não enquanto espaço privilegiado do debate e da intervenção pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amado, Leopoldo (2013), *Guineidade & africanidade: estudos, crónicas, ensaios e outros textos*, Lisboa, Edições Vieira da Silva.

- Amado, Leopoldo (2011), *Guerra colonial & guerra de libertação nacional, 1950-1974: o caso da Guiné-Bissau*, Lisboa, IPAD.
- Alexandre, Valentim. (1998), "A questão colonial no Portugal oitocentista", in A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Valentim Alexandre e Jill Dias (coords.), *Volume XI, O Império Africano 1825-1890*, Lisboa: Editorial Estampa, 21-132.
- Alexandre, Valentim (1993), "Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo", *Análise Social*, vol 28 (123-124), 1117-1136.
- Almedida, Pedro T. de (1991), *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa: DIFEL.
- Anderson, Benedict (1983 [1986]), *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres: Verso.
- Andrade, Mário P. de (1998), *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Anjos, José Carlos G. dos (2006), *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde - lutas pelas definições da identidade nacional*, Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Barros, Miguel de, e Tchumá, Fátima (2015), "Rádios Comunitárias e processos de recriação de cidadania ativa na Guiné-Bissau: sentidos de pertença, direito à voz e a apropriação do espaço", in Luca Bussotti, Miguel de Barros e Tilo Grätz (eds.), *Media Freedom and Right to Information in Africa*, Lisboa, Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa, 31-44.
- Barton, Frank (1979), *The Press in Africa, Persecution and Perseverance*, Londres: The Macmillan Press.
- Bittencourt, Marcelo (1999), *Dos Jornais às Armas*, Lisboa: Vega.
- CasaComum.org. Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41199 (2016-7-27).
- Cabaço, José Luís (2010), *Moçambique – Identidades, Colonialismo e Libertação*, Maputo: Marimbique.
- Cahen, Michel (2012) "Indignato Before race? Some proposals on Portuguese Forced Labour in Mozambique and The African Empire (1926-1962)", in *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Fernando Bethencourt e A. Pearce (ed.), Oxford: British Academy, 149-171.
- Capela, José (1989), "Para a história do 'Diário de Moçambique'", *Revista Arquivo*(06), 177-180.
- Capela, José (1996), "A imprensa de Moçambique até à Independência", in Fátima Ribeiro e António Sopa (eds.), *140 Anos de Imprensa em Moçambique*, Maputo: Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, 11-27.
- Christians, Clifford G.; Glasser, Theodore L.; McQuail, Denis; Nordenstreng, Kaarle; White, Robert A. (2009), *Normative Theories of The Media, Journalism in Democratic Societies*, Chicago: University of Illinois Press.
- Fonseca, Valentim C. da (1912), *A Guiné a saque: documentos e factos para a história*, Lisboa, Imprensa Africana.
- Fonseca, Valentim C. da; Oliveira, Manuel A. (1911), *Explicação ao povo da Guiné: porque pedimos a demissão de vogaes da Comissão Municipal de Bissau*, Lisboa Imprensa Africana.

- Constituição de 1933, de 11 de Abril. Assembleia da República de Portugal, <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>, acesso em 13 de Novembro de 2015.
- Fonseca, Isadora de Ataíde (2014), *A Imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974*. Tese de Doutoramento em Sociologia da Cultura, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Forrest, Joshua B. (1992), *Guinea-Bissau, Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation*, Oxford: Westview Press.
- Freire, André (2011), “Eleições, sistemas eleitorais e democratização: o caso português em perspectiva histórica e comparativa”, in André Freire (coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português, Uma perspectiva Histórica e Comparativa*, Lisboa: Edições Colibri, 25-81.
- Gonçalves, José Júlio (1966), *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe (Acheegas para o seu estudo)*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa e Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Gunther, Richard; Mughan, Anthony (2000), “The Media in Democratic and Nondemocratic Regimes: A Multilevel Perspective”, in Richard Gunther and Anthony Mughan (eds.), *Democracy and the Media, A Comparative Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Hallin, Daniel C. e Mancini, Paolo (2004), *Comparing Media Systems, Three Models of Media and Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Hallin, Daniel C. e Mancini, Paolo (2012), *Comparing Media Systems Beyond the Western World*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Jerónimo, Miguel B. (2011), “A escrita plural dos impérios: economia, geopolítica e religião na obra de Andrew Porter”, in *O Imperialismo Europeu (1860-1914)*, Andrew Porter, Lisboa: Edições 70.
- Lopes, Carlos (1988), “Dois estudos e uma reflexão sociológica”, in *Para uma leitura Sociológica da Guiné Bissau*, Lisboa: Editorial Economia e Socialismo, 291-323.
- Lopo, Júlio C. (1964), *Jornalismo de Angola, Subsídios para a sua História*, Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.
- MacQueen, Norris (1997), *The Decolonization of Portuguese Africa*, Essex: Longmann.
- Mamdani, Mahmud (1996), *Citizen and Subject, Contemporary Africa and The Legacy of Late Colonialism*, Princeton: Princeton University Press.
- Marques, A. H. de Oliveira (2001), “Introdução”, in A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, A.H. de Oliveira Marques (coord.), *Volume XI, O Império Africano 1890-1930*, Lisboa: Editorial Estampa, 21-94.
- Marques, A.H. de Oliveira (1990), *História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Presença.
- Martins, Hermínio (2006 [1968]), *Classe, Status e Poder*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mendy, Peter K., e Lobban Jr., Richard A. (2013), *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 4.ª ed., Lanham, The Scarecrow Press.
- Mendy, Peter K. (1994), *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Nascimento, Augusto (1999), “A Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe (1910-1926)”, *Arquipélago História*, 2ª série, III (1999), 417-432.

- Oliveira, João N. de (1998), *A Imprensa Cabo-Verdiana*, Macau: Fundação Macau Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- PAIGC (1974), *A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde*, Porto: Afrontamento.
- Pélissier, Réne (1989), *História da Guiné – portugueses e africanos na senegâmbia, 1841-1936*, volume II, Lisboa: Imprensa Universitária.
- Penvenne, Jeanne (1996), “João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique”, *The Journal of African History* 37 (3), 419-464.
- Pereira, Aristides (2002), *Guiné-Bissau e Cabo Verde - Uma luta, um partido, dois países*, Praia: Editorial Notícias.
- Pinto, António C. (1994), *Os camisas azuis - Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa: Estampa.
- Pinto, António C. (2012), “O Estado Novo e o fascismo europeu”, in André Freire (org.), *O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI*, Lisboa: Almedina, 149-166.
- Porter, Andrew (1994 [2011]), *O Imperialismo Europeu (1860-1914)*, Lisboa: Edições 70.
- Proença, Maria C. (2009), “A questão colonial”, in Maria Fernanda Rollo and Fernando Rosas (coords.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 205-228.
- Reis, Célia (2001), “Guiné”, in A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, A.H. de Oliveira Marques (coord.), Volume X, *O Império Africano 1890-1930*, Lisboa: Editorial Estampa, 145-200.
- Ribeiro, Maria Cristina P. (2012), Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c.-1910 c.): convergência e autonomia. Tese de Mestrado em História de África. Faculdade de Letras, Departamento de História, Universidade de Lisboa.
- Rocha, Aurélio (2000), “O Pan-Africanismo em Moçambique (1900-1930)”, in *África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930)*, III Reunião Internacional de História de África (Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical).
- Rocha, Ilídio (2000), *A Imprensa de Moçambique*, Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Rosas, Fernando (2009), “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal”, in Maria F. Rollo e Fernando Rosas (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 15-26.
- Rudebeck, Lars (1974), *Guinea-Bissau, A Study of Political Mobilization*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies.
- Semedo, Manuel B. (2003), Cabo Verde: A Construção da Identidade Nacional, Análise da Imprensa entre 1877 e 1975. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Serra, J.B. (2009), “O 5 de Outubro”, in Maria Fernanda Rollo e Fernando Rosas (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 55-60.
- Siebert, Fred; Peterson, Theodore; Schramm, Wilbur (1963), *Four Theories of the Press*, Chicago: University of Illinois Press.
- Silva, António E. D. (2010), *Invenção e Construção da Guiné-Bissau*, Lisboa: Almedina.
- Silva, António E. D. (2008), “Sarmiento Rodrigues, a Guiné e o luso-tropicalismo”, *Cultura*, 25.
- Silva, Cristina N. da, 2009, *Constitucionalismo e Império, A Cidadania no Ultramar Português*, Lisboa: Almedina.

- Silveira, Joel F. (1998), “Guiné”, in A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Valentim Alexandre e Jill Dias (coords.), *Volume XI, O Império Africano 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 21-132.
- Soares, Maria João (2000), “Contradições e debilidades da política colonial guineense: o caso de Bissau”, in Maria Emília M. Santos (ed.), *África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930)*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.
- Sousa, Carlos T. de (2010), *Crónicas de Ernesto Lara (Filho): versão integral de “Roda gigante”*, Lisboa, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Sousa, Julião S. (2012), “As associações protonacionalistas guineenses durante a I República: o caso da Liga Guineenses e do Centro Escolar Republicano”, in *República e Colonialismo na África Portuguesa*, Fernando Pimenta (ed.), Porto: Afrontamento, 53-78.
- Zamparoni, Vladimir D. (1988), “A Imprensa Negra em Moçambique: A Trajetória de “O Africano” – 1908-1920”, *África, Revista do Centro de Estudos Africanos*, 11 (1), 73-86.

PERIÓDICOS DA GUINÉ PORTUGUESA

A Voz da Guiné, 1922.

Arauto, 1943-68.

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, 1946-1973.

Boletim Oficial da Guiné Portuguesa, 1884-1920.

Ecos da Guiné, 1920

Ecos da Guiné, 1950-54.

Pró-Guiné, 1924.

O IMAGINÁRIO COLONIAL PORTUGUÊS NA REVISTA *ANTENA* (1965-1968) DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

THE PORTUGUESE COLONIAL IMAGINARY IN THE MAGAZINE *ANTENA* (1965-1968) OF THE PORTUGUESE RADIO CLUB

CLÁUDIA HENRIQUES

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS,
PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, CIC.DIGITAL

1069-061 LISBOA, PORTUGAL

CLAUDIA.HENRIQUES@SAPO.PT

RESUMO

A *Antena*, revista do Rádio Clube Português (RCP), coincide no tempo com o desenrolar da guerra colonial. Entre 1965 e 1968, a revista *Antena* é, essencialmente, palco das histórias pessoais e profissionais das “estrelas” da música, teatro e cinema da época. Ainda assim, perpassam alguns ecos das situações de conflito em África. A partir da análise de todos os números da *Antena*, este artigo procura indagar que imaginário colonial é transmitido pela revista, sobretudo no que respeita aos conflitos nas três frentes africanas. Destacamos também as transformações vividas pelo RCP nesta década, tanto ao nível técnico como no campo da programação, e da emergência de um jornalismo radiofónico que tende para a afirmação de uma linguagem e identidade próprias.

PALAVRAS-CHAVE

Rádio Clube Português; Revista *Antena*; Imaginário Colonial; Guerra Colonial; Jornalismo Radiofónico; Anos 60

ABSTRACT

Antena, a magazine owned by the radio station *Rádio Clube Português* (RCP), coincides in time with the development of the Portuguese colonial war. Between 1965 and 1968, *Antena* is essentially a stage for the personal and professional stories of the music, theatre and cinema “stars” of the time. Still, some echoes of the conflicts in Africa seeped in. Starting from an analysis of all the issues of *Antena*, this article seeks to investigate which colonial imaginary is transmitted by the magazine, particularly with regard to conflicts in the three African fronts. We also highlight the changes experienced by the RCP station in this decade, both at the technical level and in the field of programming, as well as the emergence of a radio journalism that tends to affirm its own language and identity.

KEY WORDS

Rádio Clube Português; *Antena* Magazine; Colonial Imaginary; Colonial War; Radio Journalism; 60’s

A *Antena*, revista de actualidades do Rádio Clube Português (RCP), coincide no tempo com o desenrolar da guerra colonial nos teatros de operações africanos. Entre 1965 e 1968, a *Antena* é palco das histórias pessoais e profissionais de “estrelas” da música, teatro e cinema da época. É também o lugar privilegiado para a promoção das figuras e dos programas do RCP. Os grandes acontecimentos nacionais ocupam, nesta publicação, um espaço secundário, enquadrados pela ideologia do Estado Novo e ao serviço dos propósitos de propaganda da estação. É nesta dinâmica de parca e controlada informação que perpassam alguns ecos da vida quotidiana e das situações de conflito em África.

Este estudo analisa o imaginário colonial transmitido pela revista do RCP nos anos 1960, sobretudo no que respeita às três frentes do conflito. Numa perspectiva mais ampla, enquadra-se no contexto das transformações vividas pelo RCP naquela década, tanto ao nível técnico como no campo da programação e da emergência de um jornalismo radiofónico que tende para a afirmação de uma identidade própria.

A partir de uma leitura crítica, da análise quantitativa e qualitativa baseada na revista *Antena*, e das entrevistas por nós realizadas a jornalistas que exerceram funções no RCP, procuraremos responder a algumas questões: a *Antena* reflecte a realidade colonial portuguesa, designadamente a guerra? De que forma? Qual o papel do jornalismo radiofónico do RCP, se expresso na revista, na construção do imaginário colonial?

1. O RCP NOS ANOS 1960

1.1. Uma década “Sempre no Ar, Sempre Consigo”

Quando a revista *Antena* é lançada, a rádio em Portugal está a viver um tempo de mudanças. A década de 1960 é o momento cronológico e sócio-político que, em muitos aspectos, representa a ruptura com a rádio tradicional, reverencial, oficial e oficiosa, que se limita a ser caixa de ressonância do regime, e entretém inofensivo. A Emissora Nacional (EN) é disso paradigma. Paralelamente, aparecerão novos profissionais, uma linguagem menos formal e mais próxima do ouvinte, uma relação com a “rua” mais dinâmica, uma atitude de esclarecimento da opinião pública, mudanças técnicas que potenciarão outras experiências radiofónicas, e novas propostas estéticas, tanto para a programação como para a informação. Dina Cristo chama-lhe “a rádio nova” (2005: 26), pelo contraste notório com a rádio fechada em si, que se faz na cabina e dela não sai.

O RCP dos anos 1960 enquadra-se neste conceito de “rádio nova”. É em 1960 que a estação procede à mudança geográfica das instalações da Parede para a Rua Sampaio e Pina, em Lisboa. A partir de 1963 é introduzida a FM (frequência modulada), com maior qualidade sonora na propagação e programação autónoma face às ondas médias. É ainda neste ano que o RCP, no emissor da Parede, passa a emitir 24 horas diárias. A continuidade *non-stop* da emissão e o estreitamento da relação com os ouvintes deram origem a um *slogan*: “Sempre no Ar, Sempre Consigo” (Santos, 2014: 115-129).

A criação de um Serviço de Noticiários, enquanto estrutura orgânica dentro do RCP, com um espaço físico próprio, com um coordenador a quem foram dados poderes de definição do serviço, da estrutura e estilo dos noticiários, e com uma equipa de trabalho que lhe era exclusiva está intimamente ligada a estes novos ventos radiofónicos.

Figura 1 – Destaque em capa a uma das reportagens de João Paulo Guerra (*ANTENA* N.º 66, 1/12/1967)



1.2. O Serviço de Noticiários: da informação ao jornalismo radiofónico

Os anos 1960, ainda que em contexto de ditadura e censura, trouxeram espessura ao jornalismo em Portugal (Cabrera, 2006; Correia & Baptista, 2007), possibilitando outras formas de o pensar, novas dinâmicas de recomposição das redacções, do perfil dos seus actores e das suas práticas, naquilo a que Carla Baptista, referindo-se especificamente à imprensa, classificou de “um sopro de renovação do jornalismo” (2012: 206).

Apesar de a história do jornalismo radiofónico português apresentar lacunas que a bibliografia existente ainda não preenche totalmente, os contributos de autores sobre o jornalismo em contexto de rádio nos anos 1960-1970 (Cristo, 2005; Bonixe, 2009; Santos, 2014), permitem-nos aferir que também na informação em rádio foram operadas mudanças de estilo e de conteúdo, designadamente pelos noticiários do RCP.

Rompendo com o modelo cristalizado da informação radiofónica da EN, assente em notícias lidas ao microfone, depois de seleccionadas, recortadas e coladas, provenientes da imprensa e das estruturas de poder oficiais, o Serviço de Noticiários do RCP estabelece uma nova estrutura de apresentação, de narrativa e de adaptação da notícia ao ambiente sonoro. Este projecto jornalístico, segundo Dina Cristo, “constituiria uma

profunda transformação da concepção informativa radiofónica” em Portugal (2005: 36).

Em 1960 é da cúpula do RCP, por iniciativa de Júlio Botelho Moniz, presidente do Conselho de Administração, que Luís Filipe Costa é chamado a criar um serviço noticioso. O propósito era que “fosse diferente dos noticiários maçadores da Emissora Nacional, religiosamente à hora do almoço, durante uma eternidade, feitos de textos pastosos lidos ao microfone”¹, e que também permitisse obter “dividendos comerciais com publicidade a ser emitida antes e depois da transmissão dos noticiários”².

Com 17 noticiários por dia³, de curta duração – não mais de três minutos –, numa cadência informativa quase horária, inédita em Portugal, Filipe Costa tinha na sua equipa informativa cerca de dez profissionais, organizados por turnos, prática comum e identitária da continuidade informativa em rádio (Bonixe, 2012: 91). Também os noticiários cumpriam o lema da estação: *Sempre no Ar, Sempre Consigo*.

Pelos noticiários do RCP, ao longo dos anos 1960-1970, para além de Luís Filipe Costa, passaram profissionais como Adelino Gomes, João Paulo Guerra, Joaquim Letria, Manuel Bravo ou Paulo Fernando. Estes jornalistas, habitualmente designados “noticiaristas”⁴, já não vão ser apenas locutores que cortam e colam notícias da imprensa do dia anterior; são fazedores, eles próprios, dos textos transmitidos aos ouvintes (Cristo, 2005:35; Santos, 2014:189).

Progressivamente, a informação radiofónica vai-se libertando do peso formal dos textos escritos e chama a si frases curtas e sintéticas. As notícias agilizam-se, e ao microfone ultrapassam-se formas reverenciais de mencionar os cargos. Desenha-se uma outra hierarquia noticiosa, aproximada ao conceito de valores-notícia, que deitará por terra a velha hierarquia de acontecimentos ditada pelas figuras do Estado Novo e pela sua ordem de importância (Cristo, 2005: 33-40; Santos, 2014: 186-190).

2. ANTENA: UMA REVISTA AO SERVIÇO DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

O primeiro número da revista *Antena* surge a 1 de Março de 1965 e o último data de 15 de Outubro de 1968. Propriedade do RCP, esta publicação quinzenal tinha por director Botelho Moniz, e por editor Fernando Peres. É uma revista de médio formato, cujo número de páginas oscilou, ao longo dos anos, entre as 48 e as 74 páginas a preto e branco, com capas a cores. Em Novembro de 1968, a revista *Antena* funde-se com a revista *TV*, dando lugar a uma nova publicação – a *Nova Antena* –, fruto da sociedade entre o RCP, a Rádio Renascença (RR), e a Rádio Televisão Portuguesa (RTP).

No texto de apresentação, Júlio Botelho Moniz atribui à revista o objectivo e a faculdade de “concretizar, através da palavra escrita, aquilo que muitos ouvintes não se apercebem no decorrer das nossas emissões”⁵. E é também nesse texto primeiro da *Antena* que as palavras “jornalismo” e “jornalistas” aparecem nítidas:

1 Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 7 de Maio de 2014.

2 Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora em 20 de Outubro de 2014.

3 Cristo apud *Rádio & Televisão*, 09/08/1969, p. 33.

4 Até 1975, os jornalistas da rádio não dispunham de carteira-profissional de jornalista nem pertenciam ao Sindicato dos Jornalistas. Até alcançarem esse estatuto, estes profissionais eram designados “noticiaristas” e/ ou “redactores-locutores”.

5 *Antena*, n.º 1, 01/03/1965, p. 1.

Assim como jornalistas vieram para a Rádio, em muito boa hora, acrescentando-se, e nela são queridos e respeitados, surgem agora no jornalismo algumas pessoas que, até há pouco, o público conhecia apenas pela voz.⁶

Pelas palavras da figura tutelar da estação quase podemos pressentir que está a nascer uma revista com matizes sonoros, que trará palco a jornalistas que só tardiamente, relativamente a outros media – o texto é clarificador desse descompasso –, chegaram ao dispositivo radiofónico. Mas a leitura crítica da revista aponta para outros alvos mediáticos. São publicados 87 números e 5504 páginas⁷, dedicada, essencialmente, a actores e cantores, nacionais e estrangeiros, daquela época. “É o tempo dos grandes astros”, diz Adelino Gomes, “e não havendo revistas do coração como actualmente, estas revistas leves de actores e espectáculos entretinham as pessoas”⁸.

Logo no primeiro número, a fotografia de uma jovem Simone de Oliveira e a imagem de uma antena emissora de rádio parecem dar o tom sobre o que o RCP almejava com a publicação: publicitar e promover a rádio, sim, mas numa lógica de proximidade preferencial com o entretenimento. É uma revista de “estrelas”, por onde desfilam Raquel Welsh, Madalena Iglésias, Rita Pavone, Tony de Matos ou Charles Aznavour.

Não há lugar na revista para os grandes acontecimentos nacionais, como Rogério Santos sublinha. Nesta leitura plácida que a *Antena* proporciona, de capas coloridas e apelativas, com os “famosos” do momento como objecto principal, sempre sorridentes e bem-sucedidos, “é quase impossível descortinar as mudanças sociais, culturais e políticas que se operavam lentamente no país”. (Santos, 2012: 257)

Para além das histórias das “estrelas” da música, teatro e cinema, a revista apostava em artigos sobre as figuras e os programas do RCP (“Talismã”, “Em Órbita”, “Meia Noite”, “Sintonia 63”), promovendo-os, e na apresentação de uma grelha com os programas da estação. A *Antena* incluía também rubricas ou colunas fixas sobre vários assuntos, com destaque para conselhos femininos (“Agora e Sempre a Mulher”, de Carlota Álvares Guerra), culinária, tauromaquia, futebol (“Bancada Central”, de António Miguel), astrologia, transformações técnicas na rádio (Manuel Meneses), teatro (Fernando Curado Ribeiro), e música e programação de rádio (Matos Maia).

Os editoriais, da responsabilidade de Silva Pinto ou Fernando Peres, assim como os textos acesos de Diamantino Faria, são a marca ideológica mais visível em toda a revista, ao acrescentarem ao entretenimento leve a afirmação patriótica do RCP, “sempre dirigido aos mais altos interesses de Portugal”⁹. O RCP está acima de todas as emissoras, e é a rádio “no caminho certo, o único caminho considerado válido e digno da consciência e da independência dos homens que o dirigem: sempre ao serviço do público e do país.”¹⁰

Recuperando as palavras de Adelino Gomes, e tomando-as como ponto prévio: “que não hajam dúvidas, a *Antena* era uma revista de eminente propaganda!”¹¹

6 Idem.

7 *Antena*, n.º 87, 15/10/1968, p. 16.

8 Entrevista dada por Adelino Gomes à autora em 19 de Junho de 2015.

9 *Antena*, n.º 8, 15/06/1965, p. 1.

10 *Antena*, n.º 5, 01/05/1965, p. 1.

11 Entrevista dada por Adelino Gomes à autora em 19 de Junho de 2015.

Figura 2 – Uma das reportagens (folha de rosto) de João Paulo Guerra em Moçambique.
(*ANTENA* N.º 65, 15/11/1967)



3. O UNIVERSO COLONIAL NA *ANTENA*: ALGUNS DADOS QUANTITATIVOS

A nossa amostra compreende os 87 números publicados da *Antena*. Estabelecido o *corpus*, definimos um quadro sumário de categorias de análise, de modo a enquadrar os artigos que se referissem expressamente ao universo colonial, a saber: preponderância dos artigos sobre a questão colonial face à totalidade dos artigos; dimensão dos artigos; distribuição dos artigos por anos; autoria; temas; incidência geográfica dos temas tratados; predominância da imagem; capas que abordem a questão colonial.

No período analisado identificámos 18 revistas que abordam a questão colonial, o que representa um quinto do nosso universo. Numa leitura dos dados relativos ao número de páginas consagradas a esta temática, verificámos que menos de 1% do total de páginas das 87 edições da *Antena* aborda a realidade colonial. No entanto, cada artigo referente a esta temática tem em média duas páginas, havendo uma reportagem que atinge as cinco páginas. É, aliás, o elevado número de reportagens (40%) que explica o maior número de páginas dedicadas ao assunto.

Do cruzamento destes indicadores resulta um quase paradoxo: o tema é abordado de forma esporádica, globalmente é ínfimo o espaço em revista que lhe é

dedicado, porém os poucos artigos que existem têm alguma dimensão, fruto da escolha da reportagem como texto jornalístico que, de uma forma geral, dá profundidade aos temas que aborda.

Os artigos analisados distribuem-se de forma irregular ao longo dos quatro anos da publicação. Os anos de 1966 e 1968 são aqueles em que a *Antena* mais aborda as questões relacionadas com o universo colonial. O ano de 1966 coincide com o serviço militar prestado por dois funcionários do RCP que, estando em Angola, produzem quatro reportagens em contexto de guerra. O último ano da revista, 1968, é o que tem mais expressão, devido às visitas de Américo Tomás a Cabo Verde e Guiné, bem como ao acompanhamento que a revista faz de um concurso internacional, cujo vencedor em Portugal foi uma criança angolana.

Mais de metade dos artigos em análise não têm autoria identificada, o que se prende com o facto dos artigos e notícias da revista não serem geralmente assinados, exceptuando as colunas, rubricas fixas e algumas entrevistas. São, no entanto, vários (40%) os artigos assinados, muito devido às reportagens que três funcionários do RCP – dois noticiaristas e um técnico – fizeram em Angola e Moçambique, onde cumpriram serviço militar. Todas as reportagens foram assinadas e destacadas como “exclusivos” da revista.

Neste estudo considerámos as seguintes categorias de temas: guerra colonial; viagens presidenciais às “colónias”; perspectivas sobre o “colonizado”; a rádio nas “colónias”, e práticas radiofónicas relacionadas com a questão colonial. Os artigos que têm maior recorrência na *Antena* são os que se debruçam sobre a guerra colonial, fruto das reportagens que já referimos. Logo a seguir destacam-se os artigos que abordam a prática radiofónica em Angola, por via da perspectiva do entretenimento, uma vez que a revista do RCP estava orientada para os artistas e espectáculos. Seguem-se depois as notícias sobre as viagens presidenciais a Cabo Verde e à Guiné, em 1968, bem como aos artigos que nos oferecem, essencialmente, a perspectiva da revista sobre os povos colonizados. Entra nesta categoria temática os vários artigos feitos sobre José Chimunga, a criança angolana que, em 1968, ganhou o concurso “Operação Plus Ultra”.

Em termos geográficos, Angola lidera na atenção que a revista tem sobre o universo colonial. Seguem-se a Guiné e Cabo Verde, devido às notícias referentes às visitas de Américo Tomás. E, por fim, a situação em Moçambique, abordada por João Paulo Guerra quando, em 1966/1967, ali cumpre serviço militar¹².

Na sua maioria, os artigos recenseados contêm imagens a preto e branco. Há artigos com apenas uma imagem a preto e branco (30%), mas 40% têm quatro ou mais imagens. A maior profusão de imagens encontra-se nas reportagens que já referimos, feitas por funcionários do RCP em contexto de serviço militar. São fotografias que legem construtivamente uma situação de guerra, quase sempre retratando os militares na chamada “acção psicossocial” junto das populações indígenas. Ainda no que respeita à componente visual, apenas uma capa se refere ao universo colonial, fazendo uma chamada para uma das reportagens de João Paulo Guerra em Moçambique.

Em seguida, desenvolvemos algumas linhas, do ponto de vista qualitativo, sobre o conteúdo de alguns artigos publicados na revista *Antena* sobre o universo colonial na década de 1960 e a abordagem que dele fazem.

12 Cf. ponto 4 deste artigo.

4. REPORTAR EM TEATRO DE GUERRA: OS JORNALISTAS QUE SÃO SOLDADOS

Em 1966 e 1967, a *Antena* oferece aos leitores um olhar *in loco* sobre a guerra colonial. Fernando Peres, o editor, aproveita a ida de profissionais do RCP para as “colónias” em serviço militar e pede-lhes que escrevam sobre o que lhes parecer interessante¹³. Da estada de Macieira de Barros (noticiarista) e Óscar de Araújo (operador dos serviços técnicos) em Angola, em 1966, resultaram quatro artigos, genericamente intitulados “Nas fileiras de Angola”. Em 1967 será o noticiarista João Paulo Guerra, que, estando em Moçambique, escreve dois artigos sobre “Uma guerra sem frente”.

Estes artigos, que considerámos em termos operativos reportagens, são híbridos. Os artigos de Barros e Araújo são feitos com elementos de crónica e de reportagem. Os artigos de João Paulo Guerra são reportagens que também contemplam análise. Todos eles têm a indicação expressa de serem um “exclusivo” da revista. De todas as reportagens feitas em Angola e Moçambique, só uma, de João Paulo Guerra, foi chamada de capa.

A partir destes seis artigos, indagamos sobre a experiência de ser soldado nestes teatros de guerra, a visão dos “enviados” sobre as populações nativas, e que informações nos dão sobre a(s) guerra(s) em si.

4.1. Em Angola

Em 1966, Macieira de Barros está em Angola a cumprir serviço militar. Um dos artigos que envia para Portugal, a publicar na *Antena*, centra-se na descrição de uma acção psicossocial, nome dado àquela acção desenvolvida pelas forças militares que se destinava a influenciar as atitudes e o comportamento dos indivíduos em contexto de guerra subversiva. O objectivo era obter o apoio da população, desmoralizar e captar o inimigo, e fortalecer a moral das próprias forças. A acção psicossocial exercida sobre a população constituía um instrumento paralelo às armas convencionais. Procurava-se criar um ambiente favorável às tropas portuguesas, cativando os populares através da assistência sanitária, religiosa, educativa e económica¹⁴.

Barros integra uma coluna militar, algures em Angola. É no terreno que o repórter contacta com a população local e dá conta da interacção entre os soldados portugueses e os nativos. O soldado é visto pelo repórter como alguém altruísta e abnegado. As suas relações com os locais são afáveis, porque “contacta com as autoridades tradicionais e com as populações nativas, inteirando-se das suas dificuldades, dos seus problemas e das suas aspirações... sempre com uma palavra amiga ou a solução para o seu problema”¹⁵.

Por contraponto, Óscar Araújo reporta uma missão repressiva, de captura do inimigo. Aos soldados de Araújo falta a vertente humana e relacional. São, antes, elogiados como bem preparados e rotinados na sua missão. Junto do inimigo tanto

13 Foi o que aconteceu, pelo menos, com João Paulo Guerra, que, em entrevista, afirmou que Fernando Peres deve ter feito a mesma diligência junto dos colegas Macieira de Barros e Óscar de Araújo.

14 *Incentivos/Propaganda*. In: (<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=socguerr/#incpro>) (acedido em 11/06/2016).

15 *Antena*, n.º 32, 15/06/1966, p.41.

podem gerar medo ou alegria¹⁶. Cumprida a missão, para Araújo no rosto de cada soldado “brilha um sorriso de confiança e de satisfação da missão cumprida e dos resultados obtidos.”¹⁷ Na escrita do repórter, ir à guerra é um dever que garante amadurecimento físico e emocional. Araújo sintetiza as vantagens da guerra numa expressão: “Saíem [*sic*] homens feitos daqui!”¹⁸

No que respeita ao entendimento que fazem das populações nativas, ambos partilham a mesma visão paternalista. Macieira de Barros, por exemplo, descreve a chegada de uma patrulha a uma aldeia de uma forma gloriosa: “Hoje em dia é espectáculo de rotina assistir-se à entrada triunfal de uma patrulha militar numa aldeia nativa, com as crianças a rodearem as viaturas, saltando para o colo dos militares.”¹⁹ Estas populações são apresentadas como carenciadas, dependentes dos “braços válidos dos soldados”²⁰.

Nestes artigos nunca sabemos qual a localização ou data específica de permanência nos locais, muito provavelmente por imperativos de segurança. A guerra que sai destes artigos é uma guerra de vivos, na qual mortos e feridos não têm lugar. E é também uma guerra ganha: “poderemos dizer que, graças à acção eficaz das forças armadas, punhado de bravos guerreiros, movimentos desordenados não resultaram e cremos bem que nunca resultarão, enquanto esta determinação e este desejo de não largar o que é nosso se mantiverem inalteráveis, tanto em nós, militares, como em toda a população civil, também enorme deste enorme mas nobre sacrifício de continuar Portugal!”²¹

Tanto Macieira de Barros como Óscar Araújo emitem opinião nos artigos que escrevem. Araújo, que não era jornalista mas técnico, é o mais enfático e prolixo em adjectivos quando descreve a sua experiência. Macieira de Barros gere melhor a fronteira entre o que pensa e o fim a que se destina o artigo. Talvez fruto da sua experiência como noticiarista, o seu texto é mais narrativo do que doutrinário.

4.2. EM MOÇAMBIQUE

João Paulo Guerra, noticiarista do RCP, é chamado a cumprir serviço militar em Moçambique em 1966. O chefe de redacção, sabendo-o de partida para Moçambique, pede-lhe para que escreva algo sobre a situação que encontrar.

A dada altura, João Paulo Guerra é integrado no serviço de Informações da 2.^a Repartição, onde se procura documentar sobre a guerra em curso e o que gravita em torno dela, o que será um dos elementos diferenciadores nas duas reportagens face às que vimos anteriormente. Ao estudo, o noticiarista alia a observação dos factos no terreno. É o caso do acompanhamento que faz de uma companhia de caçadores na deslocação entre Vila Cabral e Olivença. Antes de desenvolver o relato desta incursão militar, João Paulo Guerra faz uma declaração de intenções.

16 *Antena*, n.º 42, 15/11/1966, p. 35

17 *Idem*.

18 *Antena*, n.º 41, 01/11/1966, p.38.

19 *Antena*, n.º 32, 15/06/1966, p. 41.

20 *Idem*.

21 *Antena*, n.º 41, 01/11/1966, p.38.

Afirma-se, simultaneamente, noticiarista e participante de uma operação militar, e compromete-se junto do leitor a cumprir valores que, embora não o diga desta forma, sustentam o jornalismo:

Tentarei dar aos leitores de Antena um aspecto concreto da guerra que se processa no Norte de Moçambique. Escolhi para tal esta operação, em que participei como alferes miliciano, atirador de infantaria e que tentei observar com a frieza e isenção de noticiarista.²²

Objectividade, isenção e rigor dão o mote ao trabalho a que João Paulo Guerra se propõe. Por oposição aos repórteres de Angola, Guerra apresenta mapas, dá referências geográficas, e fornece dados quantitativos. Pela primeira vez, é referido o contexto mais vasto no qual se esgrimem os conflitos coloniais. Não é um combate isolado, nesta ou naquela “colónia”, mas antes uma guerra mantida em três frentes²³. O rigor que João Paulo Guerra procura na escrita, passa também pelo planeamento. Cinquenta anos depois, o repórter recorda como estruturou estes dois artigos:

Pensei, vou fazer uma coisa com algum cuidado. Fazer um artigo de enquadramento, que explicasse o movimento mundial de guerrilhas naquela altura, porque Moçambique não era um caso isolado. Um primeiro artigo teria, assim, uma base mais teórica. Só depois faria um artigo sobre a deslocação de uma companhia inteira de 150 homens, mais uma divisão de engenharia, onde citava o relatório do capitão da companhia.²⁴

Nos artigos de Guerra o inimigo não é uma entidade difusa. São pessoas concretas, associadas a uma força política — a Frelimo —, e a um projecto de independência²⁵. Contrariando os outros registos paternalistas e de menorização do inimigo, João Paulo Guerra, especificamente no que respeita ao cenário de guerra moçambicano, considera que as forças do inimigo têm preparação técnica e beneficiam de apoio internacional²⁶.

A visão que João Paulo Guerra transmite ao leitor relativamente aos soldados portugueses em Moçambique difere em muito da glória e valentia de que está eivado o discurso colonial estado-novista (Ribeiro, 2004: 117-151). Na escrita do repórter existem palavras que conferem um outro matiz à realidade de quem combate por Portugal neste território. “Nervosismo”, “perigo”, “medo”, “angústia” e “exaustos”²⁷ são termos que contrariam os ditames de uma glória construída. O soldado, analisado por este prisma, contraria o mito do heroísmo português, na exacta medida em que ganha espessura humana:

22 *Antena*, n.º 66, 01/12/1967, p. 17.

23 *Antena*, n.º 65, 15/11/1967, p. 25.

24 Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 20 de Junho de 2016.

25 *Antena*, n.º 65, 15/11/1967, p. 23.

26 *Antena*, n.º 65, 15/11/1967, p. 24.

27 *Antena*, n.º 66, 01/12/1967, pp. 17 e 19.

No Norte de Moçambique, como em qualquer outro ponto do globo em que homens se batem com outros homens, há lugar para todos os sentimentos. Vive-se e consequentemente ama-se, sofre-se, espera-se, têm-se alegrias e tristezas, porque são homens que cá se encontram e é da condição humana amar, sofrer, ter esperança e ser alegre ou triste conforme as circunstâncias. No Norte de Moçambique encontram-se homens que, acima de tudo, sentem.²⁸

Quando falámos com João Paulo Guerra, colocámos uma pergunta fundamental: com esta abordagem dos conflitos em Moçambique, como foi possível que estes artigos passassem no crivo da censura? Guerra explica-nos que enviou ambos os artigos, por correio, em Março de 1967. Porém, quando regressa de Moçambique, em Outubro, os artigos ainda não haviam sido publicados. O chefe de redacção diz-lhe que as reportagens não passaram na censura. As duas tinham sido cortadas na totalidade, “talvez por conterem informações confidenciais sobre contingentes militares e localizações geográficas”²⁹. Guerra recorre ao então Coronel Pedro Cardoso, chefe da 2.^a Repartição do posto avançado em Moçambique, no distrito de Nampula, com quem tinha trabalhado, e conta-lhe da censura às duas reportagens. Só após esta conversa os artigos viriam a ser publicados na *Antena*, sem cortes, em Novembro do mesmo ano.

5. AS VIAGENS PRESIDENCIAIS À GUINÉ E A CABO VERDE: ONDE A GUERRA NÃO É NOTÍCIA

Em 1968, Américo Tomás faz uma viagem a Guiné e a Cabo Verde a bordo do paquete “Funchal”. Antes, já o Presidente da República (PR) se tinha deslocado a Angola (1963) e a Moçambique (1964), do mesmo modo que em 1970 fecharia o ciclo de visitas ao “Ultramar” com a ida a São Tomé e Príncipe.

A guerra colonial foi o pano de fundo e o motor destas visitas presidenciais. O objectivo era, como reflectem os diários e as crónicas das viagens de Américo Tomás³⁰, forjar um ambiente de “sentimentos nacionais e de unidade e fidelidade das parcelas além-mar à Mãe Pátria”³¹, tanto para aplacar o descontentamento popular e reforçar a propaganda do regime, como para dar resposta às pressões externas.

O cerco internacional era cada vez mais expressivo, com a ONU a contestar o regime e a guerra colonial, assim como a maioria dos países afro-asiáticos, vários países do Norte da Europa, o Brasil e até a Espanha de Franco (Rosas, 1998: 482-483). O regime sabia-se “em hora particularmente grave para a Nação”³², mesmo quando proclamava que as viagens presidenciais eram um “triunfo nacional na

28 *Antena*, n.º 66, 01/12/1967, pp. 19.

29 Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 20 de Junho de 2016.

30 As viagens presidenciais foram quase sempre acompanhados de um livro descrevendo a viagem e de um álbum com as fotografias mais importantes, da responsabilidade da Agência Geral das Colónias, depois designada Agência Geral do Ultramar.

31 *Diário da Viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe*, 1965, p. 7

32 *Idem*.

diversidade étnica e geográfica do Mundo Português.”³³ E defendia-se, escudando-se na incompreensão externa: “O Mundo, que nos detracta e nos cobiça, menosprezando a nossa resistência moral, esse, decerto terá saído mais desiludido e menos convicto das suas possibilidades de êxito.”³⁴

No dia 28 de Janeiro de 1968, Américo Tomás inicia a sua terceira viagem a África. Durante um mês percorre, primeiro, uma Guiné em guerra, que o discurso oficial suaviza. O ónus do problema estaria nos “inimigos de Portugal”, que diziam que a Guiné estava “ocupada pelos bandos terroristas em quatro quintos do território e onde – afirmavam eles – não se poderia dar um passo fora das cidades sem fortíssima escolta militar”³⁵. Depois segue para o pacífico Cabo Verde, “a primeira experiência plurirracial dos Portugueses no Mundo, (...) as ilhas habitadas por um povo crioulo apaixonadamente português”³⁶.

Com Américo Tomás embarcou uma extensa comitiva, constituída por representantes do Estado, como o ministro do Ultramar, Silva Cunha, o secretário nacional da Informação, Moreira Baptista, o chefe da Casa Militar, Henrique Tenreiro, e vários jornalistas. Entre eles, Fialho de Oliveira (*Diário de Notícias*), Luís Rosa Duarte (*O Século*), Mário Rocha (*Diário Popular*), Afonso Serra (*A Capital*), e Joaquim Letria (*Diário de Lisboa*). No que respeita à rádio, esteve presente a EN e o RCP. Da equipa do RCP faziam parte Manuel Bravo, Jaime da Silva Pinto e Mário Paiva de Sousa.³⁷

A *Antena* não deixa passar este “acontecimento de tão profundo significado nacional”³⁸ e, em duas notícias breves, anuncia a ida deste grupo de profissionais do RCP para fazer a cobertura da viagem. O primeiro artigo³⁹, escrito com a viagem em curso, apresenta a equipa que já referimos: Manuel Bravo, locutor e noticiarista⁴⁰; Jaime Silva Pinto, assistente de produção; e Mário Paiva, técnico. Elogiam-se as competências dos profissionais e as reportagens já realizadas, “onde se evidenciam o carinho e a vibração das populações nativas perante o mais alto magistrado da Nação.”⁴¹ A “emoldurar” a notícia está uma fotografia dos três, tirada antes da partida, frente ao paquete “Funchal”.

No segundo artigo⁴², escrito finda a viagem, é feito um breve balanço da viagem presidencial e da cobertura do acontecimento pelo RCP. Duas imagens fazem a legenda construtiva do texto. Numa, Manuel Bravo entrevista Henrique Tenreiro; noutra o entrevistado é Moreira Baptista e quem lhe estende o microfone é Sil-

33 Idem.

34 Idem.

35 *Crónica da Viagem do Presidente Américo Thomaz à Guiné e Cabo Verde*, 1968, p. 9.

36 Idem.

37 Idem, pp. 11-12.

38 *Antena*, n.º 71, 15/02/1968, p. 20.

39 Idem.

40 Nesta notícia, Manuel Bravo é apenas referido como locutor, mas sabemos que ele pertencia também à equipa de noticiários de Luís Filipe Costa.

41 *Antena*, n.º 71, 15/02/1968, p. 20.

42 *Antena*, n.º 72, 01/03/1968, p. 14.

va Pinto. Com microfones bem identificados, e entrevistados e repórteres bem visíveis, estas fotografias constituem a prova para os leitores da presença do RCP na viagem presidencial, e testemunham os “exclusivos” do RCP com estas figuras destacadas da *entourage* de Tomás. A cobertura terá sido transmitida diariamente, “ora com reportagens plena de interesse e oportunidade, ora em crónicas de perfeita actualidade.”⁴³ Para a *Antena*, o trabalho aturado dos profissionais do RCP na cobertura deste acto oficial é, uma vez mais, representativo do lema da emissora: “Sempre no Ar! Sempre consigo”.

Destas notícias breves resulta uma cobertura jornalística colada à agenda da viagem de Estado e à sua agenda ideológica, fixada nos actos oficiais dos visitantes e desligada da realidade dos povos visitados. Esta ideia é corroborada pela análise sumária dos registos sonoros do arquivo do RCP que dizem respeito à viagem de 1968⁴⁴. O material sonoro testemunha a viagem desde 30 de Janeiro, data da primeira gravação existente, até ao dia 11 de Fevereiro, dez dias antes da entrada da comitiva em Lisboa. Os registos áudio do RCP constituem, essencialmente, uma coleção de discursos oficiais, entre os quais: o discurso de Silva Cunha, a bordo do paquete “Funchal” (30/1); declarações de Henrique Tenreiro, a bordo do paquete, sobre a vocação marítima portuguesa (30/1); declarações de Moreira Baptista, a bordo do paquete, de elogio à comunicação social (01/02); discurso de boas vindas ao Presidente da República pelo presidente da Câmara Municipal de Bissau, e respectivo discurso de agradecimento de Américo Tomás (01/02); discurso na recepção da Câmara de Bissau pelo Governador Geral da Guiné, e respectivo discurso de agradecimento de Américo Tomás (01/02); discurso de boas vindas ao PR pelo presidente da Câmara Municipal da Praia, e respectivo discurso de agradecimento de Américo Tomás (09/02); e o discurso de boas vindas pelo Governador Geral de Cabo Verde, e respectivo discurso de agradecimento de Américo Tomás (09/02)⁴⁵.

As reportagens e crónicas feitas pela equipa do RCP durante esta viagem não parecem, assim, ultrapassar os limites rígidos e seguros da ressonância dos poderes do regime. O “interesse”, “oportunidade” e “actualidade” que as notícias exaltam não vão além dos limites do paquete “Funchal” e das cerimónias oficiais, com os seus discursos previsíveis e circulares. E muito menos são pretexto experimentado para relatar, pela observação e pelo contacto directo, a realidade dos povos africanos ou o conflito armado em curso.

6. JOSÉ CHIMUNGA: O “PEQUENO HERÓI QUE VEIO DO BIÉ”

Entre Agosto e Outubro de 1968, a *Antena* acompanha o percurso de José Chimunga, a criança de 12 anos eleita representante de Portugal na Operação Plus Ul-

43 Idem.

44 Embora não seja objecto deste estudo a análise dos registos sonoros do fundo documental do RCP, uma vez que o foco é a revista *Antena*, resolvemos, numa audição breve de reconhecimento, cruzar os dados da revista com o material que, do ponto de vista sonoro, atesta o trabalho da equipa jornalística do RCP que cobriu esta viagem presidencial.

45 Arquivo Audiovisual da RTP, Fundo RCP (cf. referências completas na bibliografia final). Ao todo são 19 os registos sonoros encontrados sobre a viagem de Américo Tomás de 1968.

tra, juntamente com crianças de Espanha, Itália, Alemanha, Jugoslávia e Bélgica. Esta “operação”, em curso desde 1963, com origem no programa radiofónico com o mesmo nome, da autoria de Joaquín Peláez, locutor na Rádio Madrid, era uma iniciativa da Sociedade Espanhola de Radiodifusão e da transportadora aérea Iberia, sendo coordenada em Portugal pelo RCP. O objectivo era construir uma “galeria dos pequenos heróis”, feita de crianças consideradas exemplares, a quem eram atribuídos “feitos heróicos”.

José Chimunga, natural de Angola, da aldeia de Chicundo, província do Bié, terá salvado das garras de um leão, com um machado, dois homens em risco. A narrativa da revista traça uma mitificação do acto heróico de José. Não bastava a sua descrição objectiva. É-lhe acrescentado o ritmo e o tom vívido do acontecimento, não presenciado pelo jornalista, que o amplia e cativa o leitor:

Uma flecha partiu. Um fio de sangue riscou-lhe a pelagem. A dor e o fracasso exasperaram o faminto leão que, num relance, avistou o atirador e, dum salto, derrubou-o e prendeu-o nas garras. (...) o pequeno Chimunga, empunhando um machado como única arma, correu sobre o leão e destemidamente, sem querer pensar no perigo de morte que também o ameaçava, vibrou no lombo da fera golpes tão fortes que lhe originaram diversas fracturas da coluna vertebral.”⁴⁶

Ao contrário de Regina dos Anjos, Nelson José ou Manuel Augusto, portugueses da “metrópole” que anteriormente tinham participado nesta iniciativa⁴⁷, a Operação Plus Ultra no ano de 1968 terá uma extensa cobertura. Em vez das poucas páginas que foram dedicadas aos anteriores participantes, José Chimunga convoca um interesse, do qual resultarão quatro artigos em quatro revistas, num total de sete páginas.

Para a revista do RCP, José Chimunga é o “rapazinho de Angola”⁴⁸, o “pequeno herói”, o “herói de Chicundo”⁴⁹. Chimunga é retratado como a criança exemplar que honra Portugal, a quem são atribuídas qualidades físicas e morais de excepção, como a valentia, a coragem, a simpatia⁵⁰, o sentimento de amor ao próximo⁵¹, a simplicidade e ausência de vaidade⁵², o espírito altruísta e a mística de herói⁵³. A criança do Bié é, enfim, “um belo exemplo de valor humano”⁵⁴.

46 *Antena*, n.º 83, 15/08/1968, p.7.

47 *Antena*, n.º 83, 15/08/1968, p.6.

48 *Idem*.

49 *Antena*, n.º 84, 1/9/1968, p.8.

50 *Antena*, n.º 84, 1/9/1968, p.9.

51 *Antena*, n.º 83, 15/08/1968, p.6.

52 *Antena*, n.º 84, 1/9/1968, p.8.

53 *Idem*.

54 *Antena*, n.º 83, 15/08/1968, p.6.

OPERAÇÃO PLUS ULTRA/68

É ESTE O

JOSÉ CHIMUNGA

HERÓI DE
CHICUNDO

entrevista de
ORLANDO DIAS AGUDO



— Chegou a Lisboa, na passada quinta-feira, o jovem José Chimunga, representante da Juventude portuguesa na maravilhosa iniciativa da Sociedade Espanhola de Radiodifusão e da Ibéria, representada em Portugal pelo Rádio Clube Português, que é a Operação Plus Ultra.

— Satisfeito, embora assombrado com a manifestação que ao próprio aeroporto lhe foi dispensada, o jovem José Chimunga confessou à nossa reportagem a surpresa desta sua eleição, bem como a alegria que sentiu ao tomar conhecimento da extraordinária viagem em que ia participar.

— Mais tarde, nos Serviços Centrais do Rádio Clube Português, o pequeno herói foi apresentado aos representantes de todos os órgãos da Informação, a todos respondendo com prontidão e segurança.

— Oribosamente envergando a bonita indumentária da Operação Plus Ultra, com o escudo de Portugal ao nível do coração, o José Chimunga, orgulhoso da sua nova condição, conquistada com espírito altruísta e mística de herói, mostrou-se sempre um rapaz simples, a quem os últimos acontecimentos, condizentes com a sua própria vida, não transformaram nem enveredaram.

— Na sua linguagem típica, foi respondendo às diversas perguntas que de todos os lados o matrilhavam:

— Estás satisfeito por ir nesta viagem?

— Sim, estou. Vai ser uma aventura maravilhosa.

— Sabes que vais ter, como companheiros, rapazes e raparigas de outros países?

— Sim, já me disseram.

— Conta lá como aquilo se passou...

— Então... eu vi o leão a atacar e fui-me logo a cje.

— ...e na tua ingenuidade, tornou a contar toda a sua odisséia. Quantas vezes contou ele a sua história? Denuncia delas, para este ou para aquele microfone, para sate ou para aquele repórter.

— Nos olhos, 'ham-se-lhes a satisfação de ser a estrela da reunião, e o prazer de, em breve, iniciar uma viagem de sonho. Uma viagem na companhia de rapazes e raparigas de outras nacionalidades, que como ele se tornaram conhecidos e admirados, por feitos grandiosos de alma e coração.

— Uma longa viagem roubará-lhe a frescura da fala. Mas, mesmo assim, ele deixou bem

O pequeno herói à chegada ao aeroporto

O valor facial do “herói de Chicundo” é tão ou mais importante quanto a sua figura e a narrativa que a envolve se transformam em apoio e legitimação da condição colonial de Portugal. Mais do que intrínsecas, as qualidades de Chimunga são apresentadas como fruto da unidade pluricontinental e plurirracial defendidas pelo regime. Na *Antena*, o jornalista promove a ideologia colonial do Estado Novo e participa dela, afirmando que o respeito pelo jovem angolano assenta na certeza de ver continuadas, “em terras angolanas, a valentia e a coragem que sempre sublinharam o sangue português”⁵⁵. Não é português quem pode, mas quem recebe “a graça” de pertencer a essa osmose, filha das políticas coloniais do Portugal em ditadura. Chimunga é o “negrito português (...) traído desde las selvas de Angola”⁵⁶, como refere o diário espanhol *ABC Sevilla*. É uma espécie de figura redentora, generosamente trazida para a Europa, longe das “selvas” africanas, cuja proveniência e cor da pele são indispensáveis à máquina da propaganda.

55 Idem.

56 *ABC Sevilla*, 12/09/1968.

Ao longo de cerca de um mês, Chimunga faz a “viagem de sonho”⁵⁷, prémio da sua participação na Operação Plus Ultra de 1968, juntamente com as restantes crianças. Chimunga parte para Madrid no dia 30 de Agosto, segue para Roma onde é recebido pelo Papa Paulo VI, e regressa a Espanha para visitar Barcelona, Palma de Maiorca, Valência, Sevilha, Gerez, Cadiz, Casablanca, Tenerife e Las Palmas e, novamente, Madrid, onde é recebido por Franco. O périplo termina com o regresso a Lisboa, e o posterior encontro com Américo Tomás⁵⁸, no princípio de Outubro.

É interessante analisar os excertos de duas entrevistas ao “pequeno herói”, contidas nos artigos. À chegada a Lisboa, Chimunga é recebido por alguns órgãos de comunicação social. O repórter da *Antena* afirma que Chimunga se expressa na sua “linguagem típica”, o que remete para uma ideia de pitoresco, associada aos povos colonizados. No entanto, ambas as entrevistas apresentam sinais, não de uma “linguagem típica”⁵⁹, mas de um discurso formatado e alinhado com o ideário colonial da época. Por exemplo, quando regressado de Espanha, José Chimunga, ter-se-á dirigido aos jornalistas, resolutivo:

Queria pedir-lhe o favor de mandar dizer, à minha família, e ao senhor Governador do Distrito do Bié, que estou de saúde, gostei imenso desta viagem. Todos me trataram bem, e espero o momento de novamente me poder encontrar com eles, para os abraçar fortemente. Isto, realmente é muito bonito, mas, para falar francamente, as saudades da minha terra, e dos meus amigos, já são muitas...⁶⁰

É notório que este discurso não é consentâneo com a idade nem com o contexto sócio-cultural de Chimunga. Do vocabulário utilizado e do conteúdo das respostas, fica-nos a ideia de que o texto, até nas entrevistas, é contruído com a intensão de colorir e ancorar a realidade colonial. Em detrimento da factualidade, assiste-se ao desvirtuar e à manipulação da mensagem; ao reforço da ideia de harmonia entre os povos de aquém e além-mar; ao exacerbar dos mitos do multirracismo e da missão “civilizadora” dos portugueses (Torgal, 2009: 493-497); e à afirmação do carácter dócil do “outro”. É, em síntese, a propaganda a cumprir a sua missão, particularmente urgente em tempo de guerra contra os movimentos pela independência de Angola, Moçambique e Guiné.

Este prémio que enquadrou o “pequeno-herói” do Bié, da responsabilidade do RCP em Portugal, instrumentalizou-o em função do quadro ideológico do regime. Pela primeira vez uma criança vinda das “colónias” fez parte da Operação Plus Ultra. A *Antena*, veículo escrito do RCP, acompanha a par e passo os acontecimentos, ilustra proficuamente os artigos com fotografias de Chimunga, nos mais variados momentos da sua estada “feliz” na Europa. É evidente a utilização da criança angolana pelo RCP como bandeira ideológica do regime e compromisso da emissora com ele, num contexto de guerra em Angola que nunca é mencionado. Da mesma maneira que não terá sido inócua a participação e vitória, no ano anterior, do angolano Eduardo Nascimento no Festival RTP da Canção, com a canção ironicamente intitulada “O vento mudou”.

57 *Antena*, n.º 85, 15/09/1968, p.20.

58 *Antena*, n.º 84, 1/9/1968, p.9.

59 *Antena*, n.º 84, 1/9/1968, p.8.

60 *Antena*, n.º 86, 1/10/1968, p.18.

7. NOTAS FINAIS: A GUERRA? QUAL GUERRA?

A leitura que a revista *Antena*, “braço escrito” do RCP, oferece (ou não) sobre a forma como o universo colonial português, e designadamente a guerra em África, são representados tem de ser filtrada por alguns constrangimentos internos e externos.

Primeiro que tudo, a lógica de propaganda da revista ao serviço da estação de rádio sua proprietária, mais interessada em usá-la como sua montra promocional e como registo leve da vida das “estrelas” — que certamente era factor capitalizador de leitores, sobretudo do sexo feminino —, do que como objecto de debate alargado sobre temas que exigem outra profundidade.

E depois, o contexto histórico e o edifício ideológico do país, absolutamente adversos a que um tema desta natureza fosse tratado. Num país despolitizado e em regime de censura, não há dinâmicas informativas que tornem ágil e possível o conhecimento da realidade. E, não nos esqueçamos, o RCP de vanguarda em termos técnicos e de estética radiofónica, o RCP que sempre pugnou pela independência e pela “profissionalização”, é o mesmo que Botelho Moniz criou em 1931, umbilicalmente ligado ao salazarismo, e que se colocou ao serviço de Franco. É essa a matriz político-ideológica do RCP.

No entanto, pelos artigos da *Antena*, mesmo que sob a égide da autopromoção da estação e da ingenuidade dos temas e das narrativas, encontramos fragmentos da “realidade” colonial, a partir da qual os leitores podem construir uma realidade inventada.

Vimos como o RCP, através da revista *Antena*, tomou a iniciativa de pedir a João Paulo Guerra, Macieira de Barros e Óscar Araújo que, uma vez a cumprirem o serviço militar nas “colónias”, aproveitassem para escrever alguns artigos sobre o que encontraram na África em guerra. É a guerra o motivo que leva estes homens a escrever, mas os “retratos” que enviam pelo correio, à excepção das reportagens de João Paulo Guerra, mais precisas e desapaixonadas, insistem na visão patriótica, nacionalista e paternalista sobre os soldados e as populações nativas.

É também a guerra a causa da viagem presidencial à Guiné e a Cabo Verde. Mas, nas notícias da *Antena*, a guerra não tem lugar. Não se vislumbra na descrição da viagem, assim como nada sabemos sobre os territórios visitados. Do ponto de vista do jornalismo radiofónico do RCP, só nos artigos da viagem este é referido. Vemos a promoção que é feita da equipa que acompanha Américo Tomás, através de fotografias, e sabemos que os jornalistas captaram os discursos proferidos ao longo da viagem. O que nos obriga a colocar uma questão: se o jornalismo radiofónico vive as transformações que referimos, estas foram essencialmente ao nível da forma, nos aspectos técnico e da linguagem, ou estenderam-se verdadeiramente ao conteúdo?

No caso de Chimunga, é também a guerra, indirectamente, que mobiliza a escrita dos artigos cândidos que exaltam as virtudes da criança-herói. Porque é esse exacerbar da pureza e da valentia de Chimunga, e da “viagem de sonho” proporcionada, que gera um discurso que eclipsa o dramatismo da guerra, a situação das forças em presença, e a realidade vivida, das sanzalas no mato à Baía de Luanda. É a guerra que faz com que a revista construa um país de ficção, onde a harmonia de aquém e de além-mar é lei.

Exceptuando as reportagens de João Paulo Guerra em Moçambique, a representação que a *Antena* nos oferece do mundo colonial português é a de um lugar de paz, mesmo quando a guerra é referida em alguns artigos. É um espaço imaginado dócil, virginal, único, e subserviente, mas também alegre e pitoresco. Na *Antena*, como noutras publicações, a guerra colonial nunca existiu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES

1.1. PERIÓDICOS

Antena (1965-1968)

1.2. Arquivo Audiovisual da RTP

AHD9122 – Visita do Presidente da República à Guiné e a Cabo Verde

1.3. Entrevistas

Adelino Gomes (19/06/2015);

João Paulo Guerra (07/05/2014; 20/06/2016)

Luís Filipe Costa (20/10/2014).

LIVROS E ARTIGOS

Baptista, Carla (2012). *A Política nos Jornais Portugueses. Do Século XIX ao Marcelismo*. Lisboa: Escritório Editora.

Bonixe, Luís (2009). *A Informação Radiofónica: Rotinas e Valores-notícia da Reprodução da Realidade na Rádio Portuguesa. A Internet como Cenário Emergente*. Dissertação de doutoramento apresentada na FCSH/ UNL.

Bonixe, Luís (2012). *A Informação Radiofónica. Rotinas e Valores-notícia da Reprodução da Realidade na Rádio Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cabrera, Ana (2006). *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Correia, Fernando, & Baptista, Carla (2007). *Jornalistas. Do Ofício à Profissão*. Lisboa: Caminho.

Cristo, Dina (2005). *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Crónica da Viagem do Presidente Américo Thomaz à Guiné e Cabo Verde. Agência Geral do Ultramar, 1968. In: (<http://memoria-africa.ua.pt/Library/VisitasPresidenciais.aspx>) (acedido 11/06/2016).

Diário da Viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe. Agência Geral do Ultramar, 1965. In: (<http://memoria-africa.ua.pt/Library/VisitasPresidenciais.aspx>) (acedido 11/06/2016).

Fontan, Eugenio. "Plus Ultra" - Una obra de union entre los hombres. *ABC Sevilla*. 12/09/1968. *Incentivos/Propaganda*. In: (<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=socguerr/#incpro>) (acedido em 11/06/2016)

Maia, José Matos (2009). *A Telefonía. Memórias da Rádio*. Lisboa: Âncora Editora.

Ribeiro, Margarida Calafate (2004). *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento.

Rosas, Fernando (1998). *História de Portugal*, vol 7 – *Estado Novo*, dir. José Mattoso. Lisboa: Estampa.

- Santos, Rogério (2012). A rádio portuguesa na década de 1960. A revista *Antena* (1965-1968) e a promoção da rádio. In: Ferin, Isabel et al (org.) *Pesquisa em Media e Jornalismo*. Covilhã: Labcom.
- Santos, Rogério (2014). *A Rádio em Portugal. “Sempre no Ar, Sempre Consigo” (1941-1968)*. Lisboa: Colibri.
- Torres, Sílvia (org.) (2016). *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estados Novos, Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

COLONIAL MEDIA AND POST INDEPENDENCE EXPERIENCE IN NORTH AFRICA

LAEEED ZAGHLAMI

ALGIERS UNIVERSITY 3, FACULTY OF INFORMATION AND COMMUNICATION,
MASS COMMUNICATION DEPARTMENT

EL BIAR, 16606, ALGERIA

LZAGHLAMI@GMAIL.COM

ABSTRACT

European colonialism had not only occupied many african countries, exploited their natural resources and deprived their inhabitants of basic rights, but also sought to establish its new political, social, economic and cultural system. However, in order to impose its new rules and values, it had used military forces as well as political and media means to convince and influence people minds and hearts. The press was one of the main arguments of seduction and dissimulation of the colonial culture and information.

This paper which focuses in its first part on French occupation of North Africa, describes how French colonial authority used and abused the media to perpetuate its presence and set up new forms of values and ideas aimed at destroying local culture and traditions. The second part describes how local populations had reacted to the colonial presence by adopting new forms of opposition and resistance. Again, the 'indigenous press' was a determining factor in promoting ideas of militantism, independence and sovereignty. The third part highlights the main phases of the media evolution and experience during the post independence period.

KEYWORDS:

Colonialism, occupation, militancy, independence, new order of information, state monopoly diversity and pluralism.

INTRODUCTION

French colonial forces were present in North African countries under the protectorate status, however, in the case of Algeria, it was a tough and cruel occupation. In fact, France invaded the country in 1830 and remained until 1962 – agreeing to independence after seven years of fighting and a deadly struggle against the colonisers. Although, North Africa region is often considered as a political and cultural homogenous bloc as it had been influenced by French occupation. However, in reality there are significant differences between countries of Arab Maghreb in terms of political system, economic model, culture and media policies. Thus, Morocco was erected as a kingdom with a liberal economic policy, Tunisia adopted a republican regime led by president Habib Bourguiba from 1956 until his removal in 1987. Its economy was liberal orientation in comparison to Algeria, which gained its independence in 1962, but adopted a unique party system and set up socialist regime until 1988 which ignited political changes to democracy and pluralism.

FIRST COLONIAL PAPERS

The very first paper in the region was a Spanish one called *African Liberal*, published in Morocco in 1820, followed by a French newspaper published in Algeria in 1830, called *l'Estafette de Sidi Ferrudj*. The *Al Moubashir* paper was introduced in North Africa in 1847(1). The press in the region was therefore first brought by the colonisers in the early part of the 19th century. Thus, during early years of occupation, the French colonisers extended their rule by publishing numerous papers in the region that were owned and controlled by them. Only a few papers belonged to the indigenous people, though they were also used to convince more indigenous people to explicitly admit the usefulness of the French presence. This press was dedicated to attracting sympathy and support from the local population, and acceptance of the French as the new rightful occupiers. Further, the press served the colonial presence by praising the French “positive contribution” to solving the local population’s problems.

THE BIRTH OF COLONIAL PRESS

Colonial press was considered as an instrument to introduce civilisation, culture, education and development to the local populations. It tried to forcefully perpetuate the French occupation. However, there was a series of acts of violence, uprisings, upheavals which culminated with an armed struggle in November 1954 in Algeria. It is necessary to recall that in 1881, the colonisers adopted a press law that considered Arabic language of local populations as a foreign language.

Printing in Arabic and importing Arabic papers were perceived as serious violations of the law and therefore were not allowed. But in order to contain and embrace more indigenous people into the French citizenship, the press law enabled holders of rights to have their own publications. However, local populations strongly reacted by rejecting the new rules (2). The 1930s marked the rise of the Muslim and nationalist press and started to advocate more reforms, democratic rights and independence. But, these demands were met by French occupation with fierce opposition, repression and severe measures, banning journalists and papers closures (3). As a consequence, many journalists changed their working conditions, worked in secrecy and in clandestinity until the 1950s, when a strong and deeply rooted movement of liberation began to fight for the advance of the cause of independence and the recovery of the national sovereignty.

MILITANT JOURNALISTS AND NATIONALISTIC MEDIA

The nationalist press in North Africa emerged in the 20th century as an alternative to defy and challenge the repressive rule of colonialism. In Morocco for instance, in 1944, two papers – *Al Alam* (The World) and *l'Opinion* (Errai), started publishing anti-colonial articles, advocating for the right to independence which was obtained in 1956.

Tunisia also was involved. *Al Raid Al Tunisia* was one of the few Arabic language papers that aimed to communicate with local populations and inform them about the hardships of the French presence even under protectorate status. In Algeria, however, 1954 was the date for the beginning of the revolution. In 1956, Free Radio Algeria under Mohamed Salah Soufi supervision was broadcast secretly from Moroccan territory in Nadhor.

In the same year of 1954, there was the launch of the first Algerian nationalist newspaper, *Al Moudjahid* (The Fighter) which overtly and clearly supported the national liberation front in its struggle for independence from France. Another paper, *Alger Republican* – under Abdelhamid Benzine's editorship and with a handful of French journalists – which represented Algerian communist party, was directly supportive of Algerian revolution. It published articles that denounced French violation of human rights and the denial of Algerians' rights recovering their dignity and freedom. Further, some European and French journalists publicly expressed their outcry and wrote about the atrocities of the French soldiers in Algeria in their press, and that helped to evoke much public support from all parts of Europe.

POLITICAL LEADERS AND PEN'S FIGHTERS

Tunisia also was involved, thus *Al Rai Al Tunisia* was one of the few Arabic language papers that aimed to communicate with local populations and inform them about the hardships of the French presence even under protectorate status. The French occupation ended in Morocco in 1956 and then two years later in Tunisia. The two events had positive impact on the continuation of the Algerian revolution. Simultaneously, many african countries were positively effected; the winds of independence blew in other parts of the continent.

The mid 1950s period highlighted the key role played by political heroes like Moroccan King Mohamed V and Ghanaian leader Kwame Nkrumah who were sources of inspiration and examples to follow for many African leaders, journalists, writers and lawyers.

Psychiatrist and writer Frantz Fanon was one of the emblematic figures to support and defend the Algerian revolution against French occupation. It was clear, particularly in the case of Algeria, that the journalists considered themselves as "pen" and "voice" fighters for freedom and independence.

Many papers were published to defend those principles and values. *Algérie Libre* was the organ of the Algerian Movement for the Triumph of Democratic Liberties (MTLD), *La République Algérienne* was the voice of the Democratic Union for Algerian Truth and *Al Bacair* was published by the Algerian Muslim Ulama Association.

In the mid 1950s, Redha Malek, Mustapha Lachref, Chawki Mostefai, Mabrouk Belhocine and Mohamed El Mili, to cite just a few of them, were the first team of journalists to conceive and publish the first editions of *Al Moudjahid* in both languages (Arabic and French) which explicitly represented the Algerian National Liberal Front position. Those journalists felt morally, personally and ethically engaged in the revolution through their work. This earned them a wide international support and sympathy. Further, the Algerian cause gained worldwide media coverage and a better understanding of the real situation.

FROM MILITANCY TO MULTIPLE DEVELOPMENT MODEL

It is recalled that after the independence in the 1960s each country in the region adopted its own political system. In Algeria, it was a one party system; in Tunisia it was more liberal on economics but very tight on political grounds and centered around the charisma of the Tunisian leader, Habib Bourguiba. Morocco remains a kingdom regime.

Thus, analyzing the media in the post-independence era in North Africa region requires one to consider the social and cultural particularities of each country, as well as the political and economic system in which the media operate.

In addition to their traditional and natural African identity and relationship with sub-Saharan countries like Mali and Niger, Northern African countries share also cultural and social values with the Arab, Islamic world and Mediterranean sea area. Nevertheless, it is noticeable that after recovering their independence from France, the media in this region shifted from a militancy and independence advocacy role to national, social and economic development duties.

By decrees, laws and instructions in 1963, the media was assigned to participate in the national development process and became the instrument for legitimization of these new political systems, strengthening the fragile independence through the actions of education and mobilization of the population.

The euphoria and enthusiasm of the independence of the region enabled the press to be an intrinsic part of the political power if not power by itself. It was also committed to promoting, explaining, developing and defending social, cultural, economic and education activities and projects. Also, in the press literature, mobilisation, *sensitisation*, awareness, security and defence of the independence were the catch words to describe and define its role and duties during that period.

RULING PARTY AND ELITE

However, the “developmental role” of the media did not last. It was undermined as it became ultimately the mouthpiece of the ruling party in regard to the National Liberation Front in Algeria, the ruling elite in Tunisia and the king of Morocco (4). In detail, the mobilising system in Algeria brought about a high degree of party and strict government control over the press in terms of editorial policies. The Tunisian loyalist system put the press at the service of the government in spite of being privately owned. In Morocco, although the press owed respect and submission to the king, it was still diverse and enjoyed some degree of editorial autonomy from government control and censorship. But the general trend was that under national sovereignty principles and for security reasons, the media had to abide by the strict rules of the country or face closure and censorship. The period which began in 1962 and ended 1988, was characterized years of self-censorship, “unanimity” and state ownership.

It was in fact a situation where, in Algeria for instance, the ruling party conceived, developed, implemented and supervised the information and communications policies through national committee structures and resolutions. The government was in charge of implementing them without any objection. In practice, the media was considered as the means and tool of the party to spread out ideologies to the population. As a consequence, the media became completely centralised and no private press was allowed.

The post independence years in Algeria saw the creation of many daily papers, the nationalisation of the colonial press and the strict control of privately owned ones. From 1964 to 1976, there was a sharp increase in circulation. This was partly due to the government developing infrastructures for the diffusion of the press, which illustrated the important role that the institution played in implementing the ruling party's ideologies and policies.

POST-INDEPENDENCE MEDIA EXPERIENCE

However, the post-independence experience of the press in Morocco is slightly different. A great number of newspapers appeared and reflected diverse opinions and political affiliations. Apparently, Moroccan authorities did not interfere to stop diversity and plurality, although in practice local media operated by taking into account political considerations of the monarchy system (5).

In Tunisia, the print media was loyal to President Habib Bourguiba (1956-1987) and expressed support of the government in spite of being privately owned. As the analyst Professor Azzi has noted, the press was passive in its language, sensitive to the political environment and did not criticize national policy and personalities of the Tunisian government, although the *Es Sabbah* paper was the most critical paper in the country before 1971.

In 1987 when Tunisian president Ben Ali came to power, the press went through some relaxation, but since then the political environment has been gradually restricted. A lot of criticisms and challenges have arisen because of his tough grip on the political and media arenas. The ideology and practices of the one-party system still prevail in spite of what Tunisian media based abroad calls “cosmetic changes and *démocratie de façade*”.

Bad records on human rights violations are denounced by local and international non-governmental organisations. Local journalists have told the international media that the political climate is under the strict control and dominance of the ruling party. Media freedom is often threatened and on many occasions journalists are arrested and jailed.

MEDIA AS STATE MONOPOLY

Electronic media was introduced into the region during French rule. Radio broadcasting began in the 1920s in Morocco and Algeria, whereas television appeared in 1950s. In Algeria, there were local radio stations based in the cities of Algiers, Oran, Souk Ahras and Tizi Ouzou under the French organ of radio and television (ORTF) and serving French communities. The first transmission of a television signal was in 1957.

In Morocco, broadcasting after the independence, when three radio stations were launched: Radio Tangier International, Radio Africa Maghreb in Tangier and Radio Dersa in Tetwan. Television was also launched then, and in 1966 in Tunisia.

After independence, governments in the region wholly owned and controlled the electronic media, except in Morocco where Radio Médi 1 station is a French and Saudi partnership. Thus, the Algerian Radio and Television company (RTA) emerged as sole electronic media enterprise in charge of advocating party/government policies, social integration and economic development. The same picture applied to Tunisian electronic media which appeared in 1966 and operated under undisputed public ownership and government control.

THE NEW ORDER OF INFORMATION AND COMMUNICATION

However, on an international level, North African countries were very active in calling for a new order of information and communication in the world. The idea was born during the Non-Aligned Movement summit in 1973 in Algeria. What should not be underestimated is the major work done by Tunisian scholar and diplomat Mus-

tapha Masmoudi in 1970s and late 1980s at UNESCO on this issue. He should also be remembered for his academic contribution and publications on this sensitive issue, which still have effects on scholars and theorists in many developing countries including North African ones.

But in practice, those rightful claims were denied by United States, Great Britain and Singapore arguing that the package was too politicized and restricted the freedom of press and opinion. As a consequence, they withdrew from UNESCO and ceased financial contributions. Also, North/South dialogue as an alternative failed to meet expectations for justice and media freedom. Meanwhile, the United States developed new communications policies and strategies to wipe out hopes of setting up new order of information and communication in the world.

It was noticed that American media influence had overwhelmingly taken over the world and North African countries can only admit what Masmoudi has termed the "legacy of US media imperialism and hegemony" (8). Further East-West tensions affected the international political climate and media were also under their influences and pressures. In the late 1980s, and as a partial consequence of the US communications strategy, came the collapse of the communist bloc and the downfall of the Berlin Wall. It is evident that the American media network (radio, television, newspapers and news agencies) played a key role in "overthrowing socialist regimes" in the 1980s.

IMPACT OF GLOBAL POLITICAL CHALLENGES

In a global climate of political challenge and change, riots in Algeria in 1988 revealed the great anger of the population against one-party socialist policies. In 1989, the Algerian government adopted a new constitution that put an end to political monopoly and in 1990, a new bill of information was approved which protected freedom of expression and citizens' right of information and communication.

In Morocco, King Hassan II decided to allow the launch of a private radio station, Medi1, which enjoys a certain amount of freedom in its treatment of foreign affairs (9). Tunisia, however, under President Habib Bourguiba remained opposed to reforms in the electronic media.

Nevertheless, the 1990s sparked off political and economic reforms in the world and North African countries were obviously affected. As mentioned, each country tried to adopt its own policies to fit into the new political context. The private sector was encouraged and the formation of political parties and civil society promoted. The media is seen as part of the changes, and is solicited to implement the new package. It contributed to the introduction of democratic values and ideas. The proliferation of satellite dishes on the roofs of millions of buildings in Algeria, Tunisia, Morocco and Egypt illustrate the new spirit of press freedom and democracy. North African audiences have access to several hundred satellite TV channels as a reaction to present unsatisfactory national public media performance (10).

The process of globalisation and international communication networks are reconfiguring the world media, and North African media in the short term will be affected through their nature, content and approaches. In this transitional period, the public broadcasting service which is under pressure will have to adapt itself to survive in an environment of fiercer competition. The retention of state control

over the media, and the public media's subordination of their functions to political power, should end and be replaced by more pluralism and independence. It is clear that the "wind of democratic changes" will ultimately blow away all old practices which do not fit into the new world political and media environment. However, arrogant attitudes in the US media about maintaining a world hegemony have contributed to skepticism, reluctance and lack of enthusiasm to more openness in the North African electronic media space.

Nevertheless, it is pitiful to notice that compared to Gulf states, the Arabic parts of the African continent, with the exception of Egypt, have done nothing substantial to develop a pluralist electronic media by approving private news TV channels. On the contrary, the region is still lagging behind in media development.

As an alternative, TV satellite channels like Al Jazeera, Al Arabiya, MBC, Dubai and Abu Dhabi have popular impact on North African audiences. Conspicuous is the lack of a news TV channel and this illustrates how politicians in North African countries are exerting pressure, monopoly and control on the news media. Private TV initiatives have not been encouraged, which again reflects a clear opposition of the present political system towards more openness and democracy.

Indeed, as the state media monopoly was maintained notably in Algeria, Algerian Berber TV broadcasts programs to the Berber community from France. The other private Algerian TV channel is Algérie Première, dedicated to youngsters, broadcast from Luxemburg. The Maghrebvision TV project for the region has never got off the ground. Observers noted that political differences and a leadership struggle obstructed its launch. Professor Mostafa Kraiem from Tunis University has clearly put it: "It can be observed that political decision makers in this region are still unaware of the necessity to introduce genuine audiovisual media pluralism." He asked: "Do they consider the situation is not ripe enough or are they not too confident to embrace a new adventure and admit private TV and radio stations in the public hands". The scholar further posed the question: "Are still socialist, nationalist and avant guardist ideas and movements too strong and well-rooted to oppose or refuse any democratic political and media move?".

MEDIA STATUS IN 1990s

The 1990 bill of information enabled the printed press to enjoy relative freedom and this is perceptible in the current press. Over 18 daily newspapers, most of them private, are published today. This bill was considered as a turning point in Algerian media history, doctrine and policy, and ignited the first "intellectual adventure" of Algerian media professionals.

Before that, the media were owned exclusively by the party state; it was dictated to and inspired by single-party ideology. Socialist and nationalist values were promoted and opponents denied access or simply silenced. Further, the media was the vehicle and vacuum of anti-imperialism and anti-colonialism ideas, whereas media professionals were assigned to militancy duties.

This situation did not last. The collapse of socialist regimes and the 1989 revolution in Eastern Europe had their effects on the future of the Algerian political system. One year before, riots and acts of violence took place in many cities, that sped up political and economic reforms and sparked off a shift to more openness and democracy.

Considered as a front-runner in the region, Algeria was in the 1990s poised to initiate an innovative, pluralistic political and media system. Thus, the establishment of many independent authorities and structures such as the High Council for Information, Audiovisual council and council for culture, the removal of the information and communication ministry and the adoption of an independent legal status for radio and television, were the main ingredients to guarantee media pluralism, impartiality and independence.

In fact, in the case of High Council for Information, it was not independent as the president and some of his aides were nominated by the head of state whereas the rest of the members was elected by journalists representing the written press, news agency, radio and television. This procedure brought about tensions and disagreements because the president, in the last resort, had the right to exercise his veto. For the audiovisual council, it was a mixture of designated and elected members working as journalists, producers and technicians from television and cinema. The council of culture was composed of authors, writers and artists well known for their opposition to the unique political system. Although the experience was suspended following events related to terrorism, but these councils managed to produce some interesting and useful reports.

PRESS UNDER TERRORISM

For the first time in its post-independence history, precisely from 1989 to 1991, Algerians enjoyed watching their local television programs and listening to radio. The new tone, style and frankness in news and current affairs programs gave more appetite to national and regional audiences in Tunisia and Morocco to stick to Algerian audiovisual programs.

However, the good news did not last long and, as one newspaper put it, “the break is over”. Authorities decided to freeze the activities of independent bodies by re-establishing the ministry of information and communication in 1995. The bad news increased when Algeria embarked on long term cycle of disorder, anarchy, violence and terrorism after the annulment of the election results of December 26 1991. The press was severely affected: over 65 journalists were killed, hundreds were forced into exile and those who remained kept a low profile to secure their lives. The urgent goals of the authorities were to reestablish peace, stability and security in Algeria.

NEW MEDIA ERA

The year 2000 sees the end of terrorism at large scale and a gradual resumption of normal political life with the adoption of a new bill of organic information law enhanced by another bill on audiovisual activities that waive all restrictions and put an end to the public audiovisual monopoly. So, if the 1990's bill of information paved the way for more pluralism and diversity in the printing media, the 2012 organic law of information formally adopted the end of audio visual public authority.

In January 2014, a new Audiovisual Activities Bill was approved to enable private companies and individuals to invest in the field. Since then, Algerian audiovisual media landscape have been garnished with over 44 private TV stations. In so far, public television still has a dominant position (human and material resources)

and new private 'off shore' television channels are broadcasting without any legal framework; only 5 of them are formally authorised.

For the radio stations segment, there are only public ones due to the scarcity of frequencies spectrum. All public radio stations are still on analogue system and only available on frequency modulation.

CONCLUSION

Today Algerians enjoy watching variety of TV channels, they are over 40 channels offering series of programs with different views and opinions on different issues but without any strict regulation. However, to put an end to such a 'mess', the authorities have set up in January 2014 an authority of regulation in the audio visual field. This new body will certainly bring about new rules to be observed by all actors and operators for more professionalism and independence. Ultimately, it will guarantee the rise of professional TV channels and pave the way to establish new audio visual media landscape based on principles of pluralism and respect of ethics.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Azzi, A., Al Sahafa Al Arabia, Kiraa Taqyimia fi, Thalouth William Rugh (1989). El Fijr ElArabi. In Merrill, J.C. *Global Journalism*. 196-201.
- Bedjaoui, A. (2006). 'L'Image entre la télévision et le cinéma: Enjeux d'Avenir'. In *Conférence à ISIC Université de Rabat*. Morocco.
- Bensalah, M. (2006). 'Les Mutations du Paysage Audiovisuel International : L'Espace Médiatique Maghrébin' Actes du Colloque Université de Manouba Tunis et Fondation Konrad Adenauer.
- Brahimi, B. (1990). *Le Pouvoir, la Presse et les Intellectuels* Editions SNED Alger
- Chalabi, E.H. (1992). *La Constitution du 23 Février 1989 Entre Dictature et Démocratie*. NAQD Review Algiers.
- Ihaddaden, Z (1992). 'Histoire de la Presse Indigène en Algérie Enal Alger / The Post Colonial Policy on Algerian Broadcasting'. In Riggins, S, H. *Ethnic Minority Media*. Newbury Park: Sage.
- Institut Panos. (1996) (éd.), *Ne tirez pas sur les médias*, Paris, L'Harmattan.
- Institut Panos Paris (ed.) (1999). *Legislations et pluralisme radiophonique en Afrique de l'Ouest*. Paris, Harmattan.
- Kraiem, M. 'La Télévision dans les pays arabes : Les régimes arabes et les moyens modernes de communication'. In *Conférence Université de Tunis I*, from <http://www.kalimatunisie.com>
- Masmoudi, M. (1998). *The New Communication Order at Cross Roads*. Mbay'o, R.T., Onwumechili, C. and Nwanko, R.N. (2000). (eds). *Press and Politics in Africa*. Lewiston: The Edwin Mellon Press.
- Mostefaoui, B. (1986). *Usage des Médias en Question*. Algiers, OPU.
- Schramm, W. (1964). *Mass media and national development: The role of information in the developing countries*. Paris / California: Unesco / Stanford University Press.
- Servaes, J. (1991). Towards a new perspective for communication and development. In Casimir, F. (eds). *Communication in development*. Norwood, NJ: Ablex Publishing.

- Shah, H. (1996). Modernisation, Marginalisation, and Emancipation: Toward a Normative Model of Journalism and National Development. *Communication Theory*. 6(2): 143-166.
- Wisdom J. (2006) "The Politics of Media Accountability in Africa: An Examination of Mechanisms and Institutions." *International Communication Gazette*, Vol. 68, No. 3, 229-248.
- Wedell, G. (ed). (1986). *Making broadcasting useful: the African experience: the development of radio and television in Africa in the 1980s*. (Kangwana, J and Lawler, L asst ed). Manchester: Manchester University Press.
- Welch, C.E. (Ed) (1970) *Soldier and State in Africa. A Comparative Analysis of Military Intervention and Political Change*. Evanston, Northwestern University Press.
- Zaghlami, L. (1994). *Mass Media in the Middle East*. USA, Greenwood Press.
- Zaghlami, L. (1999). *Images of the US around the World, An Algerian Perspective*. New York, New York University Press.
- Zaghlami, L. (2006). 'News at Algerian TV'. *The Channel Magazine*, UK.
- Zaghlami, L. (2007, April). 'Media Studies and Practices'. In *Journal of African Media Studies*. 1(1)
- Zaghlami, L (2010), in *Citizen Journalism and Democracy in Africa*, Rhodes University South Africa July 2010
- Zaghlami, Laeed (2015), 'Enough' Algeria's New Broadcast Landscape' in *The Channel UK* issue 1, 2015 page 45

OS 20 ANOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA NA IMPRENSA BRASILEIRA: DISCUTINDO AS
CONDIÇÕES PARA UMA *COMMUNITAS* POSSÍVEL

20 YEARS OF THE COMMUNITY OF PORTUGUESE LANGUAGE
SPEAKING COUNTRIES IN THE BRAZILIAN PRESS:
DISCUSSING THE CONDITIONS FOR A POSSIBLE *COMMUNITAS*

JOSÉ CRISTIAN GÓES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
APLICADAS, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
BELO HORIZONTE/MG - 55 031 99993-7131
BRASIL
CRISTIANGOES_BRASIL@YAH00.COM.BR

ELTON ANTUNES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
APLICADAS, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
BELO HORIZONTE/MG - 55 031 34095072
BRASIL
ELTUNES@UOL.COM.BR

RESUMO

O presente estudo analisa as informações que a imprensa brasileira vem divulgando acerca da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que completa 20 anos em 2016. Segundo as ideias de *communitas* trabalhadas por Roberto Espósito (2012), o que une os membros de uma comunidade é uma falta, uma carência, gerando uma obrigação, um dever recíproco e fraterno. Nessas condições, a CPLP pode ser imaginada como uma *communitas* possível? No caso do Brasil, o desafio começa pelo enfrentamento da invisibilização da comunidade. Nossa investigação revelou que, desde o início, a CPLP esteve ausente nos dois maiores jornais brasileiros: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Até os poucos registros encontrados são exemplares para debater esse não reconhecimento. Todavia, as construções identitárias entre os povos da CPLP, as condições históricas comuns e a conjuntura contemporânea são potencialidades que provocam uma discussão sobre essa comunidade na perspectiva da *communitas*.

PALAVRAS-CHAVE

CPLP, comunidade, *communitas*, lusofonia, identidades.

ABSTRACT

As the Community of Portuguese Language Speaking Countries (CPLP) turns 20 years old in 2016, this article analyzes information published by the Brazilian press about this community. We propose a discussion on the sense of community, drawing on Roberto Esposito's (2012) ideas of *communitas*. According to Esposito an absence unites the members of a community, where some lack or neediness generates obligation and a reciprocal and fraternal duty amongst the members. Under such circumstances, is the CPLP able to be held as a possible *communitas*? In the case of Brazil, the immediate challenge is to face the community's invisibility. Our research has found that, in nearly 20 years, the CPLP has been absent of the two largest Brazilian newspapers: *Folha de S. Paulo* and *O Globo*, even though the few known records of them are copies that discuss this non-recognition. However, the identity constructions within the CPLP nations, the common historical conditions, and the contemporary environment are potentialities that encourage community building in the light of the *communitas*.

KEYWORDS

CPLP; community; *communitas*; lusophony, identities.

INTRODUÇÃO

Em 17 de julho de 2016, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) completou 20 anos que foi instituída. No entanto, a história comum dos povos que têm o português como língua oficial é marcada por uma longa construção identitária que remonta às expansões europeias dos séculos XV e XVI. Lembremos que o Brasil, por exemplo, é alvo da empresa imperialista portuguesa, mas com participações inglesas e espanholas. Na busca pelo “novo mundo”, as nações europeias formavam consórcios geopolíticos e econômicos. Além dos colonizadores europeus, os brasileiros são resultado do sangue e do suor de índios, negros e mestiços escravizados e livres.

Ocorre que no rescaldo não programado dessas ações expansionistas emerge um caldo sócio-cultural que vai, umbilicalmente, atar metrópole e colônia de tal maneira que, mesmo depois da colônia se tornar independente, parece ser impossível dissociar os vínculos constitutivos com a metrópole. A língua, mesmo que assemelhada, será um dos tantos laços identitários que as ligam. Com o fim do período colonial, tomando-se por base à justificativa de um elo histórico e cultural, surgem organizações que tentam, ainda que indiretamente, perpetuar algum tipo de influência da ex-metrópole sob a ex-colônia. Nessa lógica aparecem a Organização Internacional da Francofonia (OIF), com 57 Estados de língua francesa; a *Commonwealth* Britânica, em que o inglês é oficial em 53 países; e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A CPLP nasce em julho de 1996 e hoje é composta por Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, na África; Brasil, na América do Sul; Portugal, na Europa; e Timor Leste, na Ásia (ver Ilustração 1). Nessas nações, a língua portuguesa deve ser o idioma oficial, mesmo não sendo, em algumas, a mais falada, como nos países africanos e em Timor Leste. Ocorre que a CPLP, apesar de instituída em meados dos anos 1990, foi ensaiada desde o início do século XX para organizar o “mundo lusófono”, tendo Portugal como o centro irradiador da ideia de lusofonia.

Ilustração 1 - Mapa com a distribuição geográfica dos nove países da CPLP
Fonte: www.cplp.org



Mas se a CPLP surgiu no início para manter interesses portugueses sob as suas ex-colônias, ela também pode ser vista como uma ponte institucional para que os países mais pobres dessa comunidade possam ter acesso às promessas de uma globalização, principalmente a partir da ex-metrópole. Tendo ou não a proeminência de Portugal, o importante é que a ideia da CPLP como uma comunidade de fato circunscreve povos diferentes, mas que possuem fios histórico-identitários constitutivos deles mesmos e entrelaçados entre si. Assim, parece impossível pensar na constituição das nações e dos povos da CPLP sem considerar todos os seus atores em suas unidades e diversidades.

A questão é saber se podemos imaginar uma organização composta por países muito diversos em quatro continentes como uma “comunidade”? O que há de “comum” que faz existir a CPLP? De fato o que é a CPLP e que referências de comunidade podemos usar para melhor visualizá-la? O Brasil se reconhece nessa comunidade?

Uma das maneiras de responder a tais questões é compreender como a mídia informativa transforma a ideia de uma comunidade lusófona em conhecimento público. No escopo desse artigo, vamos examinar de que modo o noticiário brasileiro participa desse processo pela ótica dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, investigando como o Brasil noticiou a CPLP nas quase duas décadas de sua existência. Para discutir tal abordagem jornalística, debatemos inicialmente a ideia de “comunidade” em meio aos processos globalizantes, percebendo tensões e contradições que a atravessam, mas logo avançando para o conceito de *communitas*, que para Roberto Esposito (2012)¹ é o “conjunto de pessoas unidas não por um ‘mais’, mas por um ‘menos’, uma falta, um limite que se configura como um penhor ou até mesmo um modo de carência a quem está ‘afetado’” (Esposito, 2012: 29-30)².

1 Todas as citações diretas de Esposito nesse trabalho foram traduzidas por nós.

2 “Conjunto de personas unidas no por un ‘más’, sino por un ‘menos’, una falta, un límite que se configure como un gravamen, o incluso una modalidad carencial, para quien está ‘afectado’”.

Por fim, ao observarmos as construções históricas sobre a lusofonia, cotejamos as possibilidades de imaginar a CPLP como uma experiência de comunidade de fato. Essa condição necessita que entendamos o “comum” na comunidade como uma “carência”, uma “falta”, o que vai implicar necessariamente em um dever, numa obrigação, numa dívida entre todos. Com a investigação sobre as notícias, poderemos perguntar como o jornalismo tem oferecido ou não elementos para pensar a CPLP como *communitas*.

DAS CRISES AO FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE

Mesmo sendo um processo instável, aberto e permeado por assimétricas disputas de poder em torno de suas definições, as identidades criam laços de identificação em que os sujeitos se reconhecem com mais ou menos familiaridade a alguns do que a outros. Quanto mais próximo dos *parecidos* a mim, mais vai emergir um sentimento de pertencimento a um grupo, a uma comunidade (Hall: 2006; 2013). Por isso, muitas vezes, as ideias de identidade e comunidade fazem referências sempre a uma essência (a família, o local de nascimento, etc.) que será partilhada pelos mesmos, definindo e caracterizando um agrupamento pelo que ele tem de comum, pelo que lhe é próprio.

Além de reforçar que identidades e comunidades estão num movimento incessante de construção e reconstrução, Bauman (2003) já alertava que a *comunidade* não se define apenas por reunir pessoas que têm algo em comum, mas também como um lugar em que “podemos contar com a boa vontade dos outros”, onde “nunca somos estranhos entre nós”, condições imaginadas que apontam que essa comunidade de “esteve sempre no futuro”, uma espécie de “paraíso perdido” (Bauman, 2003: 9).

Desde os primórdios dos processos da globalização do capital, ainda no século XVI, e com o avanço da Modernidade, encurtando o espaço e o tempo, a concepção de comunidade vem se transformando, mas, ao que parece, dentro de um movimento cíclico. Sousa Santos (1994: 33) afirma que a ruína da comunidade na Era Moderna produziu um grande vazio social e que o Estado tentou preenchê-lo, porém, sem jamais conseguir. Não é coincidência que esse processo se confirma com a supremacia dos modelos liberais, com a consolidação do capitalismo, das lógicas de mercado, da propriedade individual. Temos, assim, os triunfos de uma subjetividade individual, do nascimento da identidade-global, do cidadão-mundo e “quem sai perdendo é o princípio da comunidade” (Sousa Santos, 1994: 34), o que não implica no fim da coletividade, mas, ao contrário, contraditoriamente busca-se o seu reforço, como uma tentativa de retorno a uma identidade perdida.

Em certo sentido, falar em “comunidade” no mundo contemporâneo associa-se ao primitivo, ao atraso numa clara oposição ao Moderno, ao Pós-Moderno. No entender de Giddens (2002), essa visão vem da expansão imperialista do Estado-nação, que busca alargar suas fronteiras aonde pudesse no “novo mundo”, reforçando o poder do capital. Todavia esse é um processo ambíguo em que, de um lado, difunde-se a sensação de unificação planetária sob o comando de impérios, mas dentro deles, as comunidades locais, sentindo-se abandonadas, passam a se organizar e ganhar cada vez mais relevo. Por isso, Giddens (2002: 27) propõe pensarmos em uma “dialética do local e do global”.

Hall (2006: 69) diz que as nações jamais foram autônomas, sendo o capitalismo elemento da economia mundial e não das nações. Em outras palavras, o avanço do

capital nunca viu fronteiras e isso terá, segundo o autor, três consequências para as comunidades nacionais: a “desintegração”, por conta de certa homogeneização cultural pós-moderna e global; mas, contraditoriamente, o “reforço” de identidades locais, até também como forma de resistência à globalização; e, por fim, como síntese desse processo, o surgimento de novas identidades, aparentemente sem amarras. Hall sustenta que, ao mesmo tempo em que a globalização esfaca as formas nacionais de identidade, tentando apagar laços de identificação, criando a ilusão do cidadão global, ela também resgata identidades locais, bem mais tradicionais (Hall, 2006: 73). Essas identidades vão se abrigar em comunidades que prometem proteger certas tradições.

Com a imaginada *aldeia global*, a identificação nacional que faz referências aos lugares, eventos, símbolos, heróis passa a não ter muito sentido. A ideia de uma identidade nacional parece não existir. Em razão das novas tecnologias, fala-se numa rede planetária, única, global. Todavia, o capital para se realizar como poder exige a *diferença*, isto é, o *outro* descapitalizado e subalterno. É nessa condição que se admite e vai associar o outro à comunidade, vista como o lugar do pobre, do estranho, do esquisito, um espaço para fixar fronteiras no sentido do controle, da vigilância. Ao fabricar o *outro*, as elites internacionais também se organizam em grupos para proteção de seus interesses. Os blocos econômicos dos países ricos e seus bancos mundiais materializam esse quadro. Esses grupos continuam a não ver fronteiras no avanço de seus interesses. Entre as nações pobres, permitem-se até a existência de comunidades culturais, exóticas, turísticas, porém marcadas pela imobilidade de seus povos e pela vigilância das nações mais ricas.

Não é sem propósito que o chamado multiculturalismo atende, em certo sentido, a essa lógica, mantendo intocados certos locais em que há uma *diferença* para ser vista como objeto. Lembra Hall (2006) que a fascinação com a etnia e a alteridade será até alvo de mercantilização. Esse *outro* ainda atende aos interesses globais se for um corpo dócil a produzir a baixo custo, perpetuando um processo de colonialidade. Esse quadro desvela centros e periferias de um ilusório mundo global. Na prática, algumas nações na Ásia, na América Latina e na África são politicamente independentes, “mas, sob muitos aspectos, continuam tão dominadas e dependentes quanto eram na época em que viviam governadas diretamente pelas potências européias” (Said, 2011: 56).

A questão é que a propagada globalização festeja o “fim das fronteiras” e, assim, parece incontornável, em algum momento, o encontro entre centros e periferias. Será percebido nesse momento que a promessa do consumo global não se realiza para todos, para os mais pobres, ao contrário dos mais ricos. Nessa tensão, afloram as identidades buscando, numa ponta, a liberdade, a segurança e a proteção para o capital e contra o *outro*, isto é, existe uma “forte reação defensiva daqueles membros de grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas” (Hall, 2006: 85). Na outra ponta, há uma luta para ser inserido no mundo visível. Esse é um percurso movido por medos e desconfianças, pela fixação de violentas fronteiras entre o *nós* e os *outros*, emergindo racismos e xenofobias.

Assim, em tempos globalizantes temos as “novas” comunidades de fantasia global e local, muitas a desenvolver princípios mais fundamentalistas e que reforçam o *outro*, a *diferença*, o estrangeiro, os de fora. Essa comunidade “pós-moderna” parece

retomar, em certo sentido, princípios fixos, biológicos, imutáveis, seguindo na contra-mão de um conceito que prevê a comunidade como um lugar em que os elos entre seus membros não são a propriedade em comum, uma identidade, mas uma falta, uma carência que exige a ação, o dever, a tarefa, o compromisso fraterno e recíproco de todos para com todos.

UMA COMMUNITAS É POSSÍVEL?

Ao refletir sobre a globalização, Milton Santos (2000) defende a tese de que esse processo é reversível, apesar da lógica do capital propagandear o contrário. Para esse autor, a mesma força que constrói “um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano” (Santos, 2000: 85). No entanto, ele aposta que essas transformações não virão dos centros, mas das margens. “Na Ásia, na África e mesmo na América Latina, a vida local se manifesta ao mesmo tempo como uma resposta e uma reação a essa globalização” (Santos, 2000: 75). Sua justificativa é que “gente junta cria cultura” e produz uma vizinhança que valoriza “a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade” (Santos, 2000: 70). Sousa Santos (1994) segue nessa trilha. Festeja as culturas e identidades de fronteira porque elas alimentam-se dos fluxos que as atravessam. “É uma porta de vai-e-vem, e como tal nunca está escancarada, nem nunca está fechada” (Sousa Santos, 1994: 50).

É nessa experiência solidária da troca de experiências que Bauman (2003: 19) sugere uma “comunidade ética”, centrada em compromissos e “direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis”. Contudo, esse autor chama atenção de que ela está inserida em expectativas de um permanente diálogo, o que significa dizer que essa “comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá, portanto, frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa” (Bauman, 2003: 19).

São essas as condições que nos levam à compreensão de comunidade em Esposito (2012). Esse autor vai buscar a etimologia da palavra “comunidade” na língua latina, encontrando a *communitas* e, diferentemente do que se imagina, o que há de comum na comunidade, caracterizando-a, *não* é um algo que seus membros têm como próprio, como essência, uma identidade. O que dará o sentido de comunidade como *communitas* é um dever, uma obrigação, uma dívida recíproca de todos para com todos. Ela é a coexperiência na busca do bem comum, em que a obrigação de todos para com todos é o elemento de ligação. Ressaltamos ainda que essa comunidade não tem delimitações geográficas, o que já elimina a possibilidade de fronteiras que lhe dêem forma.

As atenções de Esposito (2012) voltaram-se ao termo “comum” (*cum + munus*) da comunidade, sendo o *cum* (com) aquilo que nos coloca uns diante de todos, numa plena relação, isto é, aquilo que nos possibilita experimentar o estar juntos. Já o *munus* tem variadas possibilidades de tradução, mas todas giram em torno das mesmas questões. *Munus* pode ser *onus* (ônus), *officium* (Ofício) e *donum* (dom ou doação).

Esse autor relembra que nossa ideia de comunidade ainda é aquela em que pessoas se reúnem em torno de algo em comum, o que é próprio delas; um predicado que qualifica os membros de um mesmo conjunto (Esposito, 2012). Em outras palavras, essa ideia de comunidade produz uma qualidade que se agrega à “natureza” das pessoas, fazendo-as sujeitos da organização. Mas, “em todas as línguas neolatinas,

e não somente nelas, ‘*comum*’ (*commun, comune, common, kommun*) é o que *não* é próprio, começando ali, onde o próprio termina” (Esposito, 2012, p. 25) [grifo do autor]³.

De fato, o “próprio” remete à propriedade, ao proprietário, à posse, ao privado, enquanto o “comum”, como ensina Esposito, traz a ideia oposta, ou seja, o que não é mais de um, que é de muitos, que remete ao público, a todos. Assim, *comun* associado ao próprio apaga o *munus*, o dever, a doação, que são sinônimos de obrigação e de função, condições que vão aproximar, implicar e entrelaçar os membros da comunidade numa retribuição gratuita. Ao participarmos da comunidade estamos implicados (*cum*) com o *munus*, com a obrigação, com o ônus de retribuir, “seja em forma de bens, ou em forma de serviços (*officium*)” (Esposito, 2012, p. 27)⁴.

Tomando-se por base Esposito (2012), podemos dizer que a comunidade realiza-se nas relações, numa experiência viva entre doador e donatário, personagens em um mesmo *Ser*, sem possibilidade de separação entre essas tarefas. Ou seja, não há espaço para o *eu*, mas apenas para a *communitas*. Há “reciprocidade, ou ‘mutualidade’ (*munus-mutuus*), de um dar que determina entre o um e o outro um compromisso, e digamos também um juramento, comum” (Esposito, 2012: 28-29)⁵.

No entanto, esse autor percebe que a *communitas* necessita do contrapeso, caso contrário, torna-se totalitária ao sufocar o indivíduo. Como conceber a comunidade sem reconhecer a subjetividade dos seres que a compõem? É aqui que Esposito (2005) encontra transitando na *communitas* sua condição dialética: a *immunitas*. Enquanto o *communis* tem obrigações e deveres, o *immunis* reconhece-se isento, sem nenhuma obrigação. Os *ingratus* sentem-se “dispensados da dívida que os une uns aos outros, estão liberados do contato que ameaça a sua identidade e sua individualidade e de possibilidades que os exponha a um possível conflito com o seu vizinho” (Paiva, 2012: 73). Lembra em tempo Esposito (2012: 30)⁶ que “a *communitas* está ligada ao *sacrifício* de uma compensação, enquanto a *immunitas* implica no *benefício* da dispensa”. Esse autor diz que o vínculo

[...] imunidade e comunidade não se faz somente como sendo uma o fundo da outra, um fundo de contraste, mas também o objeto que contém a outra. Segundo este enfoque, não se deve perder de vista a circunstância de que a imunidade, enquanto categoria privativa torna-se importante não só como uma modalidade precisamente negativa da comunidade. Do mesmo modo que a comunidade parece hoje imunizada, atraída e engolida por completo pela forma do seu oposto. Em última instância, a imunidade é o limite interno que corta a comunidade dobrando-a sobre si próprio em uma forma que resulta às vezes constitutiva e destitutiva (Esposito, 2005: 19)⁷.

3 “En todas las lenguas neolatinas, y no solo em ellas, ‘comum’ (*commun, comune, common, kommun*) es lo que no es propio, que empieza allí donde lo próprio termina”.

4 “(...) sea em términos de bienes, ou en tperminos de servicio (*officium*)”.

5 “(...) reciprocidad, ou ‘mutualidad’ (*múnus-mutuus*), del dar que determina entre el uno y otro un compromiso, y digámoslo también un juramento, común”.

6 “La *communitas* está ligada al sacrificio de la *compensatio*, mientras que la *immunitas* implica el beneficio de la *dispensatio*”.

7 “[...] inmundad y comunidad haciendo de una no sólo el fondo con el que contrasta, sino también el objeto y el contenido de la otra. Según este enfoque, no debe perderse de vista la circunstancia de

Percebemos que a *communitas* carrega constitutivamente uma espécie de “dom de morte” da subjetividade individual. Se a *communitas* “ameaça, como tal, a integridade individual dos sujeitos, a única alternativa é ‘imunizar-se’” (Esposito, 2012: 41)⁸. É como um corpo a produzir anticorpos contra o vírus. O que é central é perceber que o “indivíduo” agirá contra o comum, contra a comunidade, o que pode ser um sintoma de uma contemporaneidade em que ele tenta se desligar “de todo laço social, de todo vínculo natural, de toda lei comum” (Esposito, 2012: 43)⁹. É fundamental ressaltar que a comunidade como *communitas* não é absoluta, sofrendo a tensão do indivíduo.

Essa discussão leva-nos a refletir que “comunidade” é experiência de uma busca, uma expectativa, faz-se em *devoir*, porém ela é a própria e profunda tensão entre a sua plena e impossível realização em si mesma em razão da *immunitas* que a atravessa.

Independentemente desse necessário jogo de forças, consideramos fundamentais os aspectos levantados por Esposito (2012) quando da compreensão da comunidade que se constrói não por algo próprio e comum entre seus membros, mas pelas obrigações, deveres recíprocos e fraternos entre todos. Para Sodré (2014), a distinção entre comum e comunidade não atualiza institucionalmente o “comum originário, mas algo em que sempre estamos na medida em que sempre nos comunicamos, no interior da distribuição dos lugares e das identificações constitutivas do laço coesivo” (Sodré, 2014: 209). Cada forma de comunidade possível instauraria um novo comum.

Nessas condições, refletir sobre a *communitas* perturba o núcleo do modelo globalizante porque o *outro* não é tido como a *diferença* a ser combatida, mas entendido como o *par*, o que não implica no mesmo, no igual, no idêntico, mas no semelhante que acolhe as particularidades culturais em um processo de partilha. Assim, retomamos a questão: a CPLP pode ser uma *communitas* possível?

COMMUNITAS LUSÓFONA E CPLP

Se em razão dos processos globalizantes a ideia de uma comunidade nacional fica comprometida, parece impossível pensar em uma comunidade transnacional, ou melhor, transcontinental, baseada numa língua assemelhada, como é o caso da CPLP. Ocorre que o trânsito identitário dos povos de língua portuguesa é muito mais complexo, amplo e profundo do que o idioma. A língua partilhada tem grande peso, mas não sustenta por si só toda ideia de comunidade. Sua constituição é profundamente atravessada pelo idioma, mas também por uma série de outros elementos históricos, de relações sócio-econômicas, por um sistema de escravidão nas colônias portuguesas que perdurou por mais de 320 anos, pela intensa mestiçagem,

que la inmunidad, en cuanto categoría privativa, no adquiere importancia más que como modalidad, precisamente negativa de la comunidad. Del mismo modo en que, desde un ángulo de visión especularmente inverso, la comunidad parece hoy estar inmunizada, atraída y engullida por completo en la forma de su opuesto. En última instancia, la inmunidad es ellímite interno que corta la comunidad replegándola sobre sí en una forma que resulta a la vez constitutiva y destitutiva”.

8 “[...] amenaza en cuanto tal la integridad individual de los sujetos que relaciona, la única alternativa es inmunizarse”.

9 “[...] de todo lazo social, de todo vínculo natural, de toda ley común”.

pela religião, ou seja, as nações e os povos que formam a CPLP têm outros fortes componentes constitutivos e entrelaçados entre eles.

Dessa forma, vislumbramos algumas condições para que a CPLP possa ser uma experiência de *communitas*, conforme observamos em Esposito, o que exige, de saída, a sua visibilização e o reconhecimento dos traços sócio-históricos e de pertença entre os povos e nações. Enxergar-se nessa perspectiva implica na busca pela paridade comum e que impõe obrigações, uma dívida recíproca, uma retribuição fraterna (Esposito, 2012) entre todos os membros da CPLP. Nesse caso específico, faz-se necessário lembrar de que historicamente muitos dos povos africanos, timorenses, brasileiros e que foram inseridos na CPLP já vêm dando sua contribuição na construção de uma riqueza cultural e de sentido do comum, mas o dever, a obrigação de retribuição para com muitos deles ainda é profundamente desigual, como denunciam indicadores que veremos a seguir.

O desafio é pensar e construir a CPLP como *communitas* onde não podemos ser estranhos entre nós (Bauman, 2003). Imaginar essa instituição por essa ótica não é cair numa ilusória busca por uma essencialização, de constituição de uma propriedade que se fecha como uma forma de responder aos descentramentos advindos da globalização (Santos, 2000). Entendemos que a CPLP não tem vocação para esse tipo de um comum totalitário, de uma identidade pura e fixa porque ela é constituída de uma viva e intensa diversidade histórico-cultural, revelando-se incompatível com homogeneizações. Além disso, como observamos em Esposito (2012), a comunidade pensada como *communitas* recebe à força da condição *immunitas*, que garante a ação das individualidades, gerando uma tensão permanente contra as determinações coletivamente autoritárias. Reações e resistências pontuais entre os países da CPLP podem, ao nosso entender, ser um indício de um forte apelo à diversidade local, regional, e uma forma de enxergar o exercício da condição *immunitas* nessa mesma comunidade.

Pensar a CPLP como uma *communitas* possível nos leva a questionar a própria ideia de lusofonia que, de partida, tem uma gênese europeia¹⁰ e que, a depender do jogo de forças, pode comprometer a própria comunidade, porque ela – como *communitas* – não abriga um dono, um proprietário, a posse de algo, mas o “comum”, ou seja, o mais de um, de muitos, de todos (Esposito, 2012). Por exemplo, há quem entenda a lusofonia como uma forma “particular de circular pelo mundo”, como Alfredo Margarido (2000: 12), numa perspectiva positiva, isto é, como lugar onde se acolhem e se desenvolvem seus falantes. No entanto, para Eduardo Lourenço (2001: 181), a lusofonia não passa de uma ilusão portuguesa que mantém certa nostalgia imperial, ou seja, uma forma que os portugueses inventaram para não se sentirem sozinhos no mundo, tendo “nas sete”¹¹ partidas um imaginário controle sob suas ex-colônias.

A ideia de lusofonia não é incompatível com a *communitas*, mas ela precisa ser compreendida em seu contexto, inclusive para superar os limites de suas fronteiri-

10 Na raiz da lusofonia está “luso”, que remete a Portugal e à província romana do ano 29 a.C., a Lusitânia.

11 As “sete partidas” são os países que assinaram a primeira composição da CPLP, em 1996: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

ras. Ela surge com mais clareza a partir da consolidação da Independência do Brasil, obrigando Portugal a reforçar suas ações imperiais junto as colônias na África e Ásia (Lourenço, 2001). Sugere-se que a lusofonia não nasce para dar sentido à “comunidade” lusófona, mas para tentar perpetuar um projeto imperialista português. De certa forma, atualizava-se a “missão civilizadora” europeia, vinda do século XVI, de converter, ensinar e proteger os bárbaros. Para Cabecinhas e Cunha (2003: 166), a partir da apologia do grande império, de um mundo e de uma civilização portuguesa, negava-se, assim, “a ‘pequenez europeia’ de Portugal”. Superar essa lógica de vício e intenções de origem, de imaginar uma comunidade como propriedade e cujo sentido emana somente de um dos membros, é central para que a CPLP seja experienciada como *communitas*.

Antes mesmo do fim do período colonial, intelectuais portugueses e brasileiros ligados às estruturas de poder utilizaram da ideia de lusofonia para defender a criação de uma instituição que circundasse todo o mundo lusófono, mantendo-se de forma simbólica a influência de Portugal sobre as ex-áreas. No Brasil, Gilberto Freyre foi um dos defensores da *teoria luso-tropicalista*, bastante utilizada na ditadura portuguesa. A ideia era ter uma instituição centralizadora do pensar lusófono, também com o objetivo de produzir uma história oficial que revelasse, graças aos portugueses, um mundo de “harmonia entre os povos”, retirando o peso da dominação e das barbáries contra índios, negros e mestiços. Para isso, a língua é imaginada como uma conexão espiritual, um “patrimônio comum”, um “bem” que conforma uma “identidade específica dos países e povos que integram a CPLP” (Ilharco & Murargy, 2014: 54).

Mesmo com as independências das colônias na África nos anos 1970, a lusofonia eurocêntrica já tinha deixado raízes em razão de um processo de *assimilação* que, de um lado, fixava imagens de civilizado ao europeu; e do outro, as marcas do primitivismo ao africano, ao brasileiro, ao colonizado de uma forma geral. Na prática, o reflexo desse processo é uma *não-comunidade*, mas o ajuntamento de países com muitas semelhanças linguísticas, no entanto, com profundas desigualdades sociais e econômicas. “Enquanto aos portugueses são abertos todos os caminhos e diluídas todas as fronteiras, aos outros (os *negros*) é destinado um papel específico num lugar com fronteiras bem delimitadas” (Cabecinhas, 2002: 98).

Assim, sugerimos que a lusofonia carrega um vício de origem ou, na expressão de Moisés Martins (2006), um “equivoco lusocêntrico”. Maria Manuel Baptista (2006: 24) observa que a lusofonia assinala para Portugal “um lugar de ‘não-reflexão’, de ‘não conhecimento’, e sobretudo de ‘não-reconhecimento’, quer de si próprio, quer do outro”.

Eduardo Lourenço (2001) retira o peso da língua como um patrimônio português. Para ele, “não é Portugal ou os outros países lusófonos que falam português, é a língua portuguesa que fala Portugal e esses outros países” (Lourenço, 2001: 189). Podemos pensar a lusofonia como uma linha de força discursiva que busca alinhar pela língua, cultura, política e economia, povos e regiões que se utilizam de um idioma comum ou assemelhado, que certamente não homogeneiza os mais de 250 milhões de luso-falantes no mundo, mas que pode se configurar como um espaço de possibilidades identitárias por pertencças, fundamentadas nas histórias em comum. A lusofonia é um imaginário que vai além dos membros institucionalizados da CPLP, buscando ser

um lugar privilegiado das diferenças, um ambiente rico de povos que se reconhecem pela língua, mas também por um terreno fértil de intensa diversidade cultural.

A longa relação colonial que se seguiu até meados dos anos 1970 entre Portugal e os países africanos, além de profundas diferenças sociais e econômicas resultantes dessa história, talvez expliquem o porquê da CPLP ter sido oficializada somente em 1996. As tentativas anteriores sempre foram modestas e cercadas de desconfiança neoimperialista portuguesa. Esse processo avançou quando, de fato, estrategicamente, o Brasil assumiu a dianteira na criação da CPLP. Depois de reuniões frustradas, o então embaixador brasileiro em Portugal, José Aparecido, conseguiu reunir em Lisboa, em 17 de julho de 1996, presidentes de sete países lusófonos para então ser instituída a CPLP. O contexto internacional em que ela foi criada era marcado pelo aparente fim da “guerra fria”.

Ao nível interno, os nossos países enfrentavam desafios que revestiam-se de características muito distintas: Angola encontrava-se num contexto de guerra e o Brasil fazia face às dificuldades impostas pela crise financeira como resultado da introdução do plano real. Cabo-Verde lançava as bases para a afirmação da democracia pluripartidária e a Guiné-Bissau vivia uma experiência democrática dinâmica antes de mergulhar na presente era de conflitos. Moçambique recém-saído da guerra de desestabilização procurava estruturar-se, ensaiando os primeiros passos de democracia multipartidária e Portugal enfrentava os desafios da integração europeia. São Tomé e Príncipe conservava a estabilidade democrática não obstante a ocorrência de alguns episódios de conflitos a nível institucional e Timor-Leste lutava heroicamente para afirmar sua autodeterminação (Ilharco & Murargy, 2014, p. 6).

Além da não contiguidade geográfica, os países e povos da CPLP se inserem em conjunturas políticas e econômicas muito diferentes, a exemplo de Portugal na União Europeia; do Brasil no Mercosul, dos países africanos e de Timor Leste a uma série de outras organizações. Além de não possuir peso econômico, também do ponto de vista político a atuação da CPLP é tímida, agindo em conflitos pontuais. As reuniões de boas intenções e acordos de cooperação estão aquém de um grupo de países que se imagina comunidade. Há enormes fronteiras econômicas e sociais entre eles, resultando, por exemplo, em mais de 28 milhões de pessoas afetadas todos os dias pela fome nas nações dessa comunidade (Ilharco & Murargy, 2014: 7).

Dados do Instituto Nacional de Estatística (2015) de Portugal revelam que na CPLP o Índice de Desenvolvimento Humano¹² sofre uma variação de 0,386 na Guiné-Bissau até 0,822 em Portugal. Enquanto em Portugal a expectativa de vida é de 77,4 anos, em Moçambique é de somente 42,1 anos. Na mortalidade infantil, as diferenças são relevantes. Na Guiné-Bissau são 90,9 mortes de crianças de até um ano por cada 100 mil nascidos vivos. Em Portugal é de 4,48, no Brasil, 14. Enquanto Portugal tem 95,4% da população acima de 15 anos alfabetizada, na Guiné-Bissau são apenas 44,8% (INE, 2015). Esses dados denunciam parte dos desafios para que essa comunidade se realize como *communitas*, porém, como observamos, estão nesses e em outros

12 O IDH é medido de 0 a 1. Quando mais próximo de 1 (um) mais o país é considerado desenvolvido.

dados os argumentos para se poder experienciar a CPLP como comunidade no sentido do dever, da obrigação, da dívida, da reciprocidade fraterna. Além desses grandes desafios, o que implica na responsabilização coletiva de todos da comunidade, em alguns casos, nem a própria CPLP é reconhecida. Podemos associar essa invisibilização e/ou indiferença à ação *immunitas*, isto é, que se isenta, que se dispensa, que não se obriga dentro da comunidade. Esta última dimensão pode ser vista na abordagem feita da CPLP nos dois dos mais importantes jornais diários brasileiros.

A NÃO-COMUNIDADE NO BRASIL

Nesse percurso em que problematizamos a CPLP buscamos investigar, pela ótica dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, como o Brasil noticia essa comunidade. Partimos da compreensão de que o jornalismo encontra-se mergulhado na vida social e os modos como lida com os diferentes fenômenos sociais envolvem parte importante da nossa forma de compreender o mundo. Porém, se é inegável que os meios informativos configuram-se em um espaço privilegiado na atribuição de uma visibilização pública de assuntos e de atores na sociedade, tal aparição não é de todo homogênea. Entendemos o jornalismo como um dos operadores sócio-simbólicos que age com outros operadores e que o público realiza a experiência de remanejar os sentidos propostos, recolocando-os em ambientes culturais (Mouillaud, 1997). Ele é uma das experiências sociais que vai se tecendo na medida em que as relações iluminam os visíveis e, ao mesmo tempo, vai garantindo a produção de uma série de invisíveis. Quando falamos em experiência, referimo-nos a um dos modos de enxergar que “desperta o mundo”, que nos implica nele e impede nossa fixação como meros espectadores (Merleau-Ponty, 2012).

Interessa-nos examinar se as notícias no Brasil sobre a CPLP jogam luzes ou apagam as alegadas ou eventuais pontes que nos unem histórica e identitariamente. As notícias nos jornais brasileiros *Folha de S. Paulo* e *O Globo* permitem refletir sobre a condição *communitas* da CPLP? O que aparece como a CPLP no Brasil? Metodologicamente vamos atuar em dois momentos articulados: primeiro vamos verificar o *quantum*, isto é, se existiram nos dois jornais notícias sobre a CPLP nesses quase 20 anos de sua existência. Nossa busca não é perceber a atuação isolada de um país da comunidade, mas reconhecer a notícia da e sobre a CPLP, sobre o conjunto. Depois de identificadas, passaremos para as análises de algumas das narrativas jornalísticas indicadas pelos dois periódicos, isto é, quais as ancoragens que essa comunidade na imprensa do Brasil, possibilitando ou não a reflexão sobre a *communitas*.

Nossa coleta ocorreu nos acervos digitalizados das edições impressas dos dois jornais, no período de 1º de janeiro de 1996, seis meses antes da CPLP ser criada, e se estendeu até 1º de janeiro de 2016, seis meses antes de completar 20 anos. Já vimos que o Brasil é um dos membros destacados da comunidade, com participação ativa na sua institucionalização, além de ter a maior população de língua portuguesa do mundo. A *Folha* e *O Globo* foram escolhidos porque são tidos como “jornais de referência”, com expressiva projeção e influência nas operações de agendamento dos acontecimentos, e têm as maiores circulações no Brasil¹³. O *slogan* da *Folha* é “Um jornal a serviço do

13 Dados da Associação Brasileira dos Jornais (ABJ), em 2014, a *Folha de S. Paulo* teve a maior média mensal de circulação do Brasil, com 351.745 jornais, seguido de *O Globo* com 333.860 edições.

Brasil”, e *O Globo* é parte do maior grupo de mídia do país. Arbex Jr. (2001) lembra que esses jornais são empresas capitalistas que usam a retórica de porta-vozes dos “interesses da nação” na defesa do capital, da máxima redução do Estado, adotando o “discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial” (Arbex Jr., 200: 141).

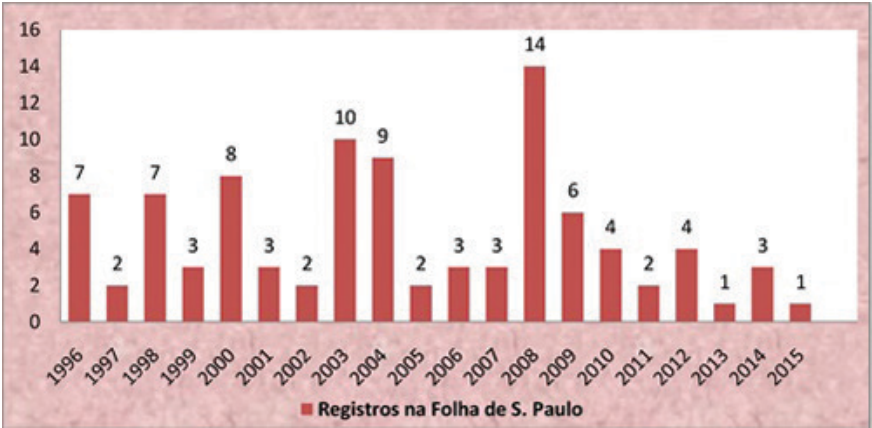
Como nosso objetivo era conhecer a ação direta desses jornais sobre a CPLP, definimos a categoria *registros* que abriga todas as notícias, entrevistas e editoriais em todos período da coleta. Foram excluídos artigos de opinião, notas em colunas, cartas do leitor e publicidade. Utilizamos como critérios de busca: CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, lusofonia, países lusófonos e nações lusófonas.

Os primeiros resultados encontrados nos 19 anos da CPLP e que vão atender a primeira fase de nosso percurso metodológico, foram apenas 92 pequenos *registros* em *O Globo* (ver Gráfico 1) e somente 94 na *Folha* (ver Gráfico 2).

Gráfico 1 – Registros em *O Globo* em 19 anos da CPLP
Fonte: Acervo de *O Globo*

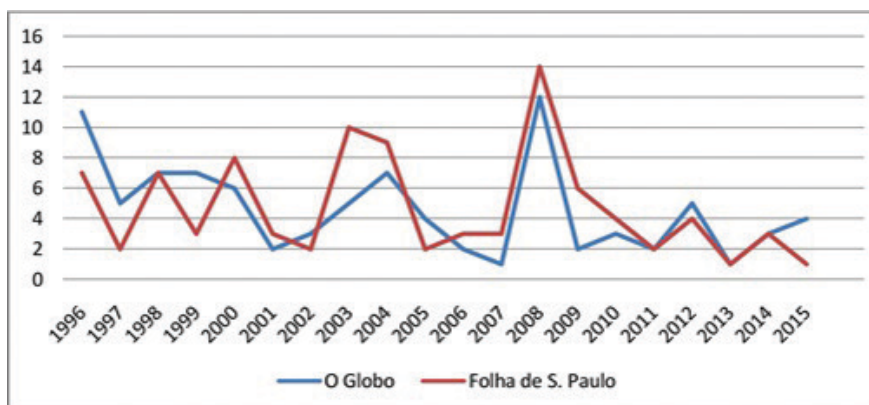


Gráfico 2 – Registros na *Folha de S. Paulo* em 19 anos da CPLP
Fonte: Acervo da *Folha de S. Paulo*



Podemos constatar o irrelevante número de notícias nos dois jornais de maior circulação no Brasil sobre a CPLP em quase 20 anos de existência. Levando-se em consideração esse longo período, as poucas e pequenas notícias sobre essa comunidade diluíram-se, *perdendo-se* nos anos e por entre as milhares de páginas nas mais de 6.935 edições de cada um desses periódicos por quase duas décadas. O ano de 2008 teve um repique porque nele o Parlamento Português aprovou uma nova versão para o Acordo Ortográfico na CPLP. A notícia repercutiu nos dois jornais brasileiros, em razão das alterações na escrita do português no Brasil. Além disso, o presidente Luis Inácio Lula da Silva sancionou esse “novo” acordo e marcou a data de entrada em vigor para 1º de janeiro de 2009, o que não se confirmou. Além das notícias sobre o Acordo Ortográfico, o ano de 2008 também foi marcado por uma intensificação dos conflitos em Timor Leste, o que motivou algumas notícias sobre eles. No entanto, de maneira geral, constata-se uma marcante invisibilização da CPLP. Na prática, é como se essa comunidade não existisse para o Brasil. Os esparsos registros não possibilitam o reconhecimento da CPLP, não geram um quadro de inteligibilidade sobre ela entre seus leitores. Por exemplo, em *O Globo*, em média, foram só 4,8 registros por ano. Na *Folha de S. Paulo*, 4,9 notícias, revelando uma *não-noticiabilidade* muito parecida nos dois jornais (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Registros comparativos em *O Globo* e na *Folha* nos 19 anos da CPLP
 Fonte: Acervos de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo*



Com esses irrisórios registros num longo período e que se configuram como um processo de invisibilização, sugerimos um não reconhecimento da CPLP como uma comunidade da qual o Brasil faz parte. E não reconhecer-se como parte é uma ação de *immunitas*, daquele que se sente dispensado do dever recíproco com a *communitas*. Esse silenciamento prolongado tem seus fundamentos em nosso percurso histórico-identitário, que envolve Portugal e os países africanos dessa comunidade. Por exemplo, não é demais lembrar que o Brasil foi incluído no mapa do mundo no século XVI em razão da expansão mercantil europeia. A imposição de um destino - ser um lugar de *exploração* - norteou as ideias sobre o Brasil (Furtado, 2007). Porém, no longo período de *não-nação* e, até depois, fomos o *outro*, uma colônia portuguesa com ampla presença predatória europeia. As massas de gente inseridas

no Brasil participaram dessa violenta lógica de exploração, e boa parte das relações humanas foi submetida a esse quadro, com reflexos nos processos identitários.

Em 1808, com a fuga da corte portuguesa para o Brasil e, depois, com a Independência, a referência identitária brasileira ideal passa a ser imaginada como europeia: homem, branco, culto e cordial. Para isso, foi fixada a *diferença*, o *outro* nesse mesmo espaço. Ele é negro, índio, pobre, crioulo, brasileiro mestiço, malandro, preguiçoso e que carrega a brasilidade *maldita*, o que explicaria, para a elite luso-brasileira, o nosso atraso. Basta lembrar as recorrentes e populares teses de negros como criminosos natos e da imigração nórdica para “embranquecer” o país¹⁴ e solucionar seus males e que tomaram conta do debate público nacional, inclusive através da imprensa.

Imagina-se, assim, uma síntese de *identidade nacional* que acerta os passos com a civilização europeia e, ao mesmo tempo, busca apagar os traços identitários com negros e índios. As narrativas dominantes vão conduzir uma identidade nacional que

pressupõe apagar algo que positivamente existia (a violência da colonização, o sistema escravagista e a multidão de negros que povoavam o país) e, ao mesmo tempo, pressupõe criar algo que positivamente nunca existiu: o consórcio harmonioso entre colonizador e o habitante natural da terra, o reconhecimento da resistência heróica das culturas autóctones, a convergência entre valores nativos e os valores da civilização ocidental (CUNHA, 2006: 101).

Aliados a esses aspectos, pontuamos outros que podem ajudar a perceber esse não reconhecimento pelo Brasil de uma comunidade de que faz parte. Somos uma das últimas nações a encerrar a escravidão negra. Nas vésperas do século XX, muitos de nós, negros e índios, éramos “seres sem alma”. Foram mais de 320 anos de um dos mais cruéis sistemas escravocratas e isso não passaria incólume na memória social. Outro ponto é que as colônias portuguesas na África só deixaram essa condição há menos de 50 anos. Somente em 1975, por exemplo, Moçambique conquista a independência.

Há uma rejeição construída das lembranças desse quadro histórico-identitário e que se revela no Brasil pelo não reconhecimento como membro dessa comunidade. Não é demais lembrar que dos nove membros da CPLP, seis são africanos, alguns deles considerados de extrema pobreza. Além disso, há Timor Leste, também um pequeno, longínquo e pobre país asiático, que tornou-se independente só em 2002. Portugal, por sua vez, parece estar longe de ser uma das mais influentes economias mundiais. Esse quadro, alinhado a uma lógica econômica global que converge para países centrais do capitalismo, leva o Brasil a buscar contatos prioritários com países apontados como grandes potências, a exemplo dos Estados Unidos, da Alemanha, da Inglaterra, tentando inclusive inserir-se nesse grupo, até pleiteando uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Ou seja, essas pretensões brasileiras implicam, em certa medida, na rejeição, explícita ou não, do reconhecer-se como membro de uma comunidade que é composta majoritariamente por países pobres, muitos africanos e sem grandes expressões econômicas e geopolíticas.

14 Mais em RODRIGUES, N. (1957). *As raças humanas*. São Paulo: Progresso; FREYRE, G. (1946). *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio; ROMERO, S. (1943). *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; e outros.

Avançamos na investigação para o segundo procedimento metodológico, ou seja, para saber como a CPLP foi noticiada nos jornais *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*, mesmo diante dos poucos registros. Apesar de curtas e pontuais, eles são como rastros exemplares. Em geral, nas notícias buscou-se instituir um ambiente até de certo “compadrio” entre Brasil e Portugal e, ao mesmo tempo, de distância, rejeição e de vigilância com os africanos. Os casos de recusa são mais notados. Na *Folha*, em 77 dos 94 registros, isto é, em 81,9% do total há rastros de distância e aversão. Em *O Globo* foram 79,3%, ou seja, 73 das 92 notícias tinham marcas de desaprovação dessa comunidade em razão da “pobreza”. Ou seja, inferimos que a ausência reiterada da CPLP nos jornais é ação identitária que atende a interesses do grande capital, ambiente em que transita o jornalismo da *Folha* e de *O Globo*. Quando há algum tipo de notícia, ela reforça essa concepção, assegurando uma ameaça pelo contágio negro e pobre. Vejamos alguns exemplos.

Em 16/07/1996, véspera da criação da CPLP, o presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu uma entrevista ao *Diário de Notícias*, de Lisboa. Os jornais *O Globo* e a *Folha* a reproduziram. Nela (*O Globo*, p. 3), FHC afirma que a “mentalidade caipira e provinciana” do brasileiro “rejeita a globalização” (ver Figura 1). O presidente explica que essa “rejeição” ao mundo globalizado, moderno, que esse “atraso civilizacional” no Brasil é decorrente de nossa própria “mentalidade caipira e provinciana”. Fernando Henrique Cardoso encontra uma justificativa histórica desse primitivismo: “sem dúvida nenhuma, a variante da mentalidade crioula”, afirma ele.

Figura 1 – Recorte de parte da notícia em *O Globo* (*O País*, 16/07/1996, p. 3)

Fonte: acervo de *O Globo*



Seria essa a nossa carta de apresentação junto a uma comunidade com composição majoritária negra e africana e que nos constitui também como “povo brasileiro”? Esse registro faz emergir parte de um processo de formação dessa nação, revelando os negros e os crioulos como presenças incômodas às elites nacionais. Nessas condições, a CPLP parece nascer com um problema que impossibilita a *communitas*: a presença do outro, que deve ser eliminado em nome da inserção global da CPLP. Essa lógica no Brasil está perfeitamente alinhada a uma espécie de síntese da *identidade nacional* que vem sendo construída historicamente, associando-se à necessidade do *moderno*, apagando os traços de *atraso* (da pobreza, da escravidão, do negro), e buscando acertar os passos com um discurso civilizatório, oriundo do colonizador (Canclini, 1997).

De maneira geral, os poucos registros nos dois jornais sobre a CPLP revelam uma entidade sem expressão econômica e política. Em 81,9% dos registros na *Folha de S. Paulo* e em 79,3% das notícias em *O Globo* emergem indicações de importância e de superioridade política e econômica portuguesa e brasileira em relação aos países africanos e Timor Leste. Portugal e Brasil têm marcações de “senhores” dos destinos dos países africanos, que são sempre nomeados como pobres e entregues à corrupção e a ditaduras. Em *O Globo* de 26/07/2004 (*O País*, p. 8), o presidente Lula sustenta a CPLP e afirma que essa entidade é uma “mostra do quanto Portugal e Brasil podem realizar juntos. Afinal, não nos faltam o que poderiam chamar de vantagens comparativas – a língua, a cultura, a afinidade natural”. A *Folha* e *O Globo* chegam até a reconhecer o parentesco histórico-identitário entre o Brasil e a África, mas apenas para fixar os africanos como os “primos pobres dos brasileiros” (ver Figura 2). Para se configurar como uma *communitas*, esse exemplo pode ser um aceno dos limites entre a ação de comando e controle da comunidade, o que a inviabiliza, e a possibilidade de reconhecimento das dívidas históricas, dos deveres, das obrigações para com os países e povos mais pobres dessa comunidade.

Figura 2 – Recorte de parte da notícia em *O Globo* (*O País*, 26/07/2004, p. 8)
Fonte: acervo de *O Globo*



Em 13/04/1999, a *Folha* (Brasil, p. 6) trata da ida do presidente FHC a Lisboa. Diz o jornal: “A visita a Portugal seria mais de compadrio, dado o relacionamento histórico entre os dois países”. Contextualiza a *Folha*: “A CPLP, que reúne, além de Brasil e Portugal, as antigas colônias africanas de Portugal”. Ora, apenas os países africanos foram colônias? O jornal *esquece* que o Brasil também foi colônia e *lembra* do “compadrio” e do “relacionamento histórico” com Portugal.

A *Folha de S. Paulo*, em 15/07/1997 (ver Figura 3), traz um único registro para lembrar o primeiro ano da CPLP. E ele é exemplar. Informa que os países africanos de língua portuguesa querem que o Brasil estenda a eles o mesmo direito de livre circulação que é concedido aos portugueses, sem necessidade de visto nos consuladados. Diz o jornal que o Brasil nega esse direito, alegando o perigo do tráfico de drogas. Esse registro foi publicado na página com as ocorrências policiais e isso não foi acaso. É a visibilização para o controle e a disciplina. Essa ação seletiva do medo-rejeição do *outro* africano aparece também em outras edições dos jornais, o

que impede de se imaginar a CPLP como uma *communitas*, inclusive ultrapassando a condição de *immunitas*, isto é, não há apenas uma dispensa de responsabilização, mas uma ação identitária de força, de controle e de vigilância dentro da CPLP, o que depõe radicalmente contra a própria ideia de comunidade.

Figura 3 – Recorte de parte da notícia na *Folha de S. Paulo* (Cotidiano, 15/07/1997, p. 4)

Fonte: acervo da *Folha*



Os rastros das notícias nesses dois jornais revelam no Brasil a existência de uma relação diplomática fria, distante e protocolar, que atende as demandas pleiteadas pelos próprios países africanos. Dois aspectos chamam atenção a partir dos poucos registros: uma postura de indícios neoimperiais da política brasileira junto à África portuguesa e a insistente relação de troca dos apoios/acordos econômicos e sociais por votos no Brasil para uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Esta última é uma ancoragem que está presente em 89,2% de todos os registros sobre a CPLP nos dois jornais. As profundas relações histórico-identitárias entre os países dessa comunidade quase não foram levadas em conta nos pequenos registros nos dois jornais, emergindo como raros rastros em apenas 8% de total de notícias.

CONCLUSÃO

Em um cenário de globalização, onde princípios coletivos se esfacelam em razão de uma estética imaginada como identidade individual e global ao mesmo tempo e, por outro lado, por grupos locais que cultivam um fundamentalismo identitário, ambos com rigorosa oposição ao *outro*, pensar numa Comunidade de Povos de Língua Portuguesa como *communitas*, centrada numa *obrigação recíproca*, parece ser uma tarefa quase que impossível. Mas, são exatamente essas condições adversas e diversas que nos permitem perceber nela plausíveis passos para *communitas*.

No âmbito da possibilidade, a CPLP pode ser experienciada como comunidade de fato na medida em que seus sonhos sejam coletivos, isto é, sem condições de pertencer a um dono que estabelece seus avanços e limites, suas áreas e fronteiras. E a chave de leitura para que a CPLP busque se reconhecer como uma *communitas* está em sua diversidade, tecida nas relações histórico-identitárias as entre as

nações e nos contatos permanentes entre seus povos, comprometendo uma imaginária lusofonia europeia. A comunidade só pode “realizar-se pela assunção dessa pluralidade e dessa diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros” (Martins, 2006, p. 81).

É claro que não se trata da comunidade perfeita, mas aquela que se constitui nas imperfeições, em construção e reconstrução permanente, ou seja, “inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense” (Lourenço, 2001: 111), sem traços de centralidade. O desafio está posto: não permitir que o ponto de partida e nem uma ilusória unidade linguística enrijeçam a experiência de uma CPLP como comunidade. Em outras palavras, nem sua certidão de nascimento e nem o idioma podem se constituir como identidade, como uma essência, ao contrário, a *lusofonia* empresta às condições históricas para um abrir-se e comprometer-se.

Um outro aspecto importante é que a ideia democrática de lusofonia precisa ser ampla e circular em toda comunidade, o que obrigará, em algum momento, a discussão sobre os seus laços e as suas amarrações históricas e identitárias entre seus povos. Essa perspectiva vai obrigar a enxergar as dívidas não pagas, especialmente com os países africanos e com Timor Leste, e em parte com o Brasil. Ou seja, poderemos ter uma comunidade que se constrói nas obrigações a cumprir, no dever de reparação, o que nos aproximaria fundamentalmente da *communitas*. Negros, índios e mestiços esperam retribuição recíproca e fraterna e os dados estatísticos são uma denúncia das extremas desigualdades econômicas e sociais dentro da CPLP, que revelam que essa conta ainda não foi paga e que não pode ser ignorada.

Contraditoriamente, as construções identitárias nos países da CPLP, as condições históricas e a conjuntura contemporânea são potencialidades para a experiência de uma comunidade como *communitas*, na medida em que impõem a todos, especialmente aos mais desenvolvidos, o dever, a obrigação. A CPLP pode ser um *lugar* para se exercer uma comunidade de fato, mas é urgente ter em conta as ações de reparação histórica e identitária, a começar pela livre mobilidade entre os povos. Não existe comunidade sem livre acesso, demarcada por fronteiras aparentemente tão fixas e intransponíveis que sequer permite a visibilização do sujeito que pertence ao *nós*, mas que é fabricado como um *outro*.

A pesquisa nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* nos quase 20 anos da CPLP é reveladora de uma *não-comunidade*, da presença de uma ausência. Pela ótica desses jornais, o Brasil não reconhece a comunidade, não se reconhece nela e quando traz algum registro, em geral, revela alguma relação de “compadrio” com Portugal e de distância e superioridade dos países africanos e de Timor Leste. Para ser pensada como uma *communitas* é preciso almejar aquilo que faz “aparecer sujeitos que até então não eram contados ou considerados como interlocutores, traz à experiência sensível vozes, corpos e testemunhos que até então não eram vistos como dignos de respeito e estima” (Marques, 2011: 34).

Por isso, um dos primeiros passos para que a CPLP seja experienciada como *communitas* é romper com as tramas de sua própria invisibilização. A ausência da CPLP nos dois principais jornais brasileiros de referência nos últimos 20 anos faz o Brasil assumir o papel de *immunitas*, sentindo-se completamente dispensado de deveres para com os povos dessa comunidade. A questão é que, na medida

em que o Brasil não se reconhece como constituidor dessa comunidade, acaba também sentindo-se desobrigado para com a grande maioria de sua população, que liga-se ao mesmos fios e troncos identitários negros, índios, africanos, mestiços e europeus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, M. M. (2006). A lusofonia não é um jardim ou da necessidade de perder o medo às realidades e aos mosquitos. In: Martins, M. et al (Eds.). *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Cabecinhas, R. & Cunha, L. (2003). Colonialismo, identidade nacional e representações do “negro”. *Estudos do Século XX*, v. 3, p. 157-184.
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação. Universidade do Minho.
- Canclini, N. (1997). *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.
- Cunha, E (2006). *Estampas do imaginário: literatura, história e identidade cultural*. Belo Horizonte: UFMG.
- Espósito, R. (2005). *Immunitas: protección y negación de la vida*. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (2012). *Communitas: origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Cia das Letras.
- Giddens, A. (2002) *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____. (2013). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG.
- Ilharco, A & Murargy, M. (2014). *18 anos CPLP: os desafios do futuro*. Lisboa: Sersilito.
- Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Estatísticas da CPLP*. Lisboa: IME.
- Lourenço, E. (2001). *A nau de Ícaro e a imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Cia das Letras.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Marques, A. (2011). Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. *Galáxia*, São Paulo, n. 22, p. 25-39.
- Martins, M. (2006). A Lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In: Martins, M. et al. (Eds.) *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- Merleau-Ponty, M. (2012). *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva.
- Mouillaud, M. (1997). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB.
- Paiva, R. (2012). Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. *Matrizes*, São Paulo, nº 1, p. 63-75, jul./dez. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/377>>. Acessado 02/03/2015.

- Said, E. (2011). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Sodré, M. (2014). *A Ciência do comum*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Sousa Santos, B. de. (1994). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*. São Paulo: USP (Sociologia), n. 5: 31-52. Disponível: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11597>> Acessado em 21/02/2014.

HARDSHIP IN THE HEADLINES: GLOBAL POVERTY AND NEOCOLONIALISM IN WESTERN NEWS MEDIA

LAURA FOX

YORK UNIVERSITY AND RYERSON UNIVERSITY/ JOINT GRADUATE PROGRAM IN COMMUNICATION AND CULTURE
TORONTO, ON M3J 1P3 CANADA
ANNLAURAFOX@GMAIL.COM

ABSTRACT

Poverty is one of the most significant issues facing the world today. Although Western news media often report on the manifestations of poverty—famine, overcrowding, epidemics, or natural disasters—they rarely reflect the political, economic, and ideological structures that have directly caused and continue to exacerbate it on a global scale. This article argues that Western news media communicate global poverty, as a pressing issue, but ultimately fail to point out underlying causes or suggest any changes to the status quo. This fosters an understanding of poverty as a series of events, rather than the lived daily experience of many. This article, therefore, investigates the structures of neocolonial capitalism and neoliberal ideologies that gained momentum in the 20th century and continue to frame the content of news media today. Discussing the concepts of ‘compassion fatigue’ and Anthony Downs’ ‘issue-attention cycle’, this article is a normative analysis of news media, exploring new ways to educate citizens on the global political economy. Drawing on the work of Lauren Berlant and Robert McChesney, this article ultimately discusses new ways of communicating poverty, which will require an acknowledgement of neocolonialism and a rethinking of crisis as lived daily experience.

KEYWORDS

Poverty, media, news, journalism, global, international, political, neocolonialism, communication, development

INTRODUCTION

Poverty is one of the most significant issues facing the world today. The United Nations (UN) listed it as the first of seventeen Sustainable Development Goals (SDGs) defined in September 2015 as a replacement for the previous list of Millennium Development Goals (MDGs) (UNDP, 2015). However, poverty is not a default issue that simply exists as a global phenomenon. Rather, it has been a result of capitalist and neoliberal ideologies that have existed for decades and that continue to structure the global political economy. This failure to acknowledge underlying causes has given birth to new forms of colonialism, or ‘neocolonialism’, which continue to benefit a few at the expense of the rest. The term ‘neocolonialism’, as first defined by former president of Ghana, Kwame Nkrumah, refers to the perpetuation of a country’s

cultural and economic control over their previously colonized states, despite an official withdrawal of political control (1965). Nkumrah was referring specifically to Europe's continued control in Africa after the decolonization of the continent in the late 20th century (1965). However, the concept as such can now be expanded to refer to control by industrialized nations of the Global West/North over developing nations of the Global South. If the UN is serious about eradicating poverty in the next 15 years, as the SDGs suggest, the global institution must focus on changing the ideological structures that produce and maintain poverty, rather than simply recognizing its manifestations (Lugo-Ocando, 2015). Although news media and communication cannot change these underlying structures alone, they can work to better reflect the processes of neocolonialism, and direct the attentions of audiences to the political, economic, and ideological causes of poverty.

This article proposes a broad look at the structures of neocolonial capitalism and the neoliberal ideologies that gained momentum in the latter half of the 20th century, and which continue to frame the content of news media today. It examines the ways in which global news media currently communicate poverty, showing it as a series of events rather than a lived daily experience, and ultimately failing to suggest any changes to the status quo. For the purposes of this article, the term 'poverty' is considered to mean absolute or extreme poverty on an international level. It is important to note that varying levels of poverty exist and it is often considered to be a national issue; poverty exists within developed or industrialized nations as well. However, this article takes a global perspective on poverty, considering the international statistic of 836 million people who still live on less than \$1.25 a day (UNDP, 2015), the majority of whom live in Southern Asia and Sub-Saharan Africa (UNGA, 2015). It is also important to note that the term 'global news media' refers here to media producing stories and information in the Global North and/or the West, a perspective borrowed from Jairo Lugo-Ocando in his critique on global journalism:

These are the news media outlets that are based in those countries with sufficient wealth and power to influence the most powerful elites and to mobilize people within those countries; this group of nations is often called the West, but also includes countries such as Australia or Japan (2015: 6).

A focus on Western news media provides helpful reflections on the system of global hegemony that has persisted since the Second World War, in which the West has been and continues to be the most powerful and influential region. This is based largely on the privileged position of countries such as the United States within the global institutions of the UN, the World Bank (WB), the International Monetary Fund (IMF), or the World Trade Organization (WTO) (Reinert, 2007). News media may differ slightly from nation to nation, but the content is similar, if not the same, everywhere (McChesney, 2014; Lugo-Ocando, 2015). It becomes apparent that content and information about the issue is shaped by the current global political economy, which, in turn, shapes the general public's understanding of the issue.

Based on this understanding of capitalist and neoliberal frameworks, there is a need to explore new ways of comprehending poverty and the ways in which news media can contribute towards the goal of alleviating the global issue. In a world of

rapid globalization and technological change, “the media is the number one department of education” (McChesney, 2014:158). This article, therefore, questions the content and information that news media convey, not through an empirical investigation, but rather through an extensive review of literature and theory. The result is a normative analysis of the importance of news media in framing the global issue of poverty and directing audience attention to overarching ideologies that structure the current global order. Drawing on the work of Lauren Berlant and Robert McChesney, it becomes clear that new ways of communicating poverty might require a re-thinking of trauma and crisis as a way of life, rather than a set of events in history.

POVERTY, THE ISSUE-ATTENTION CYCLE, AND COMPASSION FATIGUE

Global news media coverage usually concentrates on manifestations of poverty as *events* that happened in one instance, rather than pieces of the larger puzzle of poverty that *already exists* as a way of life. An example of this is the 2014 outbreak of Ebola in West Africa, which was the largest in history, affecting multiple countries in the region (CDC, 2015). For a period of time, the outbreak dominated headlines and the world was made aware of just how serious the epidemic had become. The outbreak has caused upwards of 11,000 deaths since it began in 2014 (WHO, 2015a). Extensive global coverage conceptualized the outbreak as a specific event that occurred in West Africa and then began to spread globally. However, much of this coverage failed to reflect the systemic poverty that was already in place in the region, which exacerbated the outbreak and made it more difficult to contain. More in-depth analyses of the situation noted the poorly developed healthcare systems and lack of education about health practices in the developing countries of Sierra Leone, Liberia, and Guinea, which were hit hardest by the epidemic (WHO, 2015a).

Since its initial outbreak and spread in 2014, Ebola seems to have lost its spotlight in news coverage. Indeed, news media eventually stopped reporting on it partially because the disease has since been mostly contained and there is now less likeliness of widespread transmission (CDC, 2015; WHO, 2015a). However, it is also because the outbreak as an event had to, at some point, be considered ‘over’ and thus no longer newsworthy. During a recent second outbreak of Ebola in 2016 (WHO, 2016), news of the disease hit headlines briefly again, as another event to be covered. Meanwhile, Sierra Leone, Liberia, and Guinea still remain in the lowest income grouping of the WHO’s most recent report on health statistics (WHO, 2015b), regardless of whether the West is paying attention or not. This means poor quality healthcare still remains a part of daily life for many in the region (WHO, 2015a), making it easy for disease to spread.

Indeed this manifestation of poverty, along with many others, is subject to what Anthony Downs terms the ‘issue-attention cycle’. The concept is closely linked to McCombs and Shaw’s agenda setting theory, whereby mass media is used to decide the order of importance of issues, directing the general public’s attention to certain issues over others. In the issue-attention cycle, however, Downs notes, an issue “suddenly leaps into prominence, remains there for a short time, and then—though still largely unresolved—gradually fades from the centre of public attention” (1972: 38). This is perhaps most notable in reports of large natural disasters, such as the 2010 earthquake in Haiti, the gravity of which was only made worse by the poor

living conditions and weak infrastructure that already existed in the country. Other manifestations of poverty, such as famine or overpopulation, are rarely reported by news media unless they reach a particularly dismal level.

Manifestations such as these are rarely reflected upon as part of a continuous cycle. In addition to Downs' concept of the issue-attention cycle, this also results in the development of 'regimes of pity', or "common spaces between spectators in the West and those who suffer" (Lugo-Ocando, 2015, p. 2). A common assumption is that the emotions connecting Western viewers to those in extreme poverty could serve as motivation for people in wealthy nations to mobilize and push for policy change. More often than not, however, the repetitive nature of coverage on poverty leads to 'compassion fatigue', in which the public becomes tired and somewhat desensitized to emotions that could have perhaps been tapped into previously (Lugo-Ocando, 2015).

Global news media cannot continue to communicate manifestations of poverty as passing events, but rather must reflect a need for global structural change. Former Irish minister of Foreign Affairs and Trade, Sean MacBride, understood this a few decades ago, and it still rings true today:

The international media frequently provide striking reports of famines, floods, epidemics and other disasters suffered by developing countries, and thereby help to prompt government and private organizations to launch relief and assistance schemes. However, the media should go beyond the state of promoting initial relief and reconstruction, they have to contribute to development and change as such; they also have to analyze the causes (1980: 179).

What were the causes of poverty to which MacBride was referring? In order to establish why news media communicate poverty as events, it is helpful to examine more closely the structural causes of poverty and why it exists in the form it does today.

Neoliberalism and neocolonialism in global governance

Like most global phenomena, news media are situated within a framework of capitalist structures and neoliberal ideologies that have prevailed since the establishment of the 'international community' after the Second World War (Reinert, 2007; Lugo-Ocando, 2015). However, these structures and ideologies can be traced back even further to the 19th century socioeconomic theories of Karl Marx and Friedrich Engels. In their manuscripts in *The Germany Ideology*, originally written in 1846, Marx and Engels included their essay "The Ruling Class and the Ruling Ideas", in which they famously argue that the prevailing ideas of a society are not formed separately from the class system, but are rather controlled by the ruling class and work in their favour: "the class which is the ruling material force of society is at the same time its ruling intellectual force" (2012: 31). This was a significant work, as it demonstrated the role of ideology in society, and questioned who creates and controls the dominant ideologies that frame daily life. As Marx and Engels suggest, the ruling class has power and influence over the production and distribution of ideas, as well as the ability to project these ideas as 'universal', which has detrimental effects on

how the events of history are communicated and recorded (2012). When applied on a global scale, this notion of the ruling class is at the heart of neocolonialism today.

Much later, in 1988, Edward Herman and Noam Chomsky put forth another interpretation of this concept in their essay “A Propaganda Model”, in which they suggest the mass media and its ability to communicate messages to large audiences “function and amuse, entertain and inform, and to inculcate individuals with the values, beliefs, and codes of behaviour that will integrate them into the institutional structures of the larger society” (2012: 204). Herman and Chomsky in many ways draw on the same notions of the ruling class using its power over media and communication to influence the general public. However, Herman and Chomsky introduced their propaganda model during the 1980s, a much later period in history than that of Marx and Engels, and a time in which capitalism and, specifically, neo-liberal ideology was gaining momentum.

At this time, the end of the Cold War and “the socialist experiment meant that many in the West stopped talking about poverty in a serious way” (Lugo-Ocando, 2015). After the collapse of the Soviet Union, the late 20th century saw a vast reduction of foreign aid, as well as sweeping policies for deregulation, privatization, and liberalization of markets. The WB and the IMF also attempted to remedy debt crises in much of the developing world by introducing their Structural Adjustment Programs (SAPs) to regions such as Latin America, which were asked to introduce new economic policies that were more oriented towards a free market (Lugo-Ocando, 2015; Reinert, 2007). The SAPs have since been widely criticized for refusing to offer any choice to nations looking for loans. These programs only widened the economic gap between borrowing countries and the countries with the most power in these global institutions, which were the hegemonic nations of the West, namely the United States. In fact, the Western assumption that economic harmony was to be achieved by a *laissez-faire* attitude towards the global market would become extremely problematic, and many populations now still find themselves in states of cyclical poverty as a result (Reinert, 2007). These economic actions allowed for Western nations to further assert their control. Thus, despite the many instances of decolonization that occurred in the late 20th century, through which many nations declared independence, new forms of colonialism manifested themselves through these economic decisions.

Herman and Chomsky suggest that mass media and communication also maintain these colonial powers and divisions between ‘have’ and ‘have-not’ nations in what they call ‘systemic propaganda’: “A propaganda model focuses on the inequality of wealth and power and its multi-level effects on mass media interests and choices” (2012: 204). They were referring largely to mass media and the distribution of ideas pertaining to domestic interests, but the propaganda model is still quite fitting when applied to structures of hegemonic power on a global level today. Much has changed in the past few decades in terms of technology and globalization, but these theories still very much ring true in the context of the 21st century. In fact, Jaime Lugo-Ocando applies this same thinking to current news media, suggesting that there is a need now more than ever for a more globalized approach: “media globalization has brought the world closer, while simultaneously deepening the gap between social classes” (2015: 2).

Robert McChesney's contemporary critiques on American media also echo these sentiments towards power imbalances: "The 1 percent... tend to have access to the information they need to run the world to their benefit" (2014: 231). Despite a more globalized and digitally connected world, McChesney claims that the work of American reporters today is still very much framed by neocolonialism in the global political economy (2004; 2014). He even notes that it is exactly because of this that the academic field of 'the political economy of communication' has emerged as an attempt to "[examine] how the capitalist structure of communication industries shapes media content" and, particularly, "how media 'depoliticizes' people, and thereby entrenches the privileges of those at the top" (2014: 188-9).

Although McChesney's critique is focused on media specifically in the United States, a more globalized world means more global issues. He suggests that the same problems can also be found elsewhere: "In every country around the world, people are battling with these issues, and they're really the same issues everywhere" (2014: 153). Indeed, the same capitalist and neoliberal ideologies that have long kept political and economic power in Western hands continue to frame the content of news media. This is particularly true of the type of information distributed about poverty, which tends to oversimplify the issue by conveying it as a series of events happening somewhere else in the world.

CHANGING THE POVERTY NARRATIVE

In order to truly tackle global poverty, there needs to be a shift in public opinion, particularly within Western nations. When poverty is illustrated by its manifestations, the concept of systemic inequality gets massively overlooked. Furthermore, as news reporting is assumed to possess the element of objectivity, it often serves to support and uphold the ideologies that are already in place, as Lugo-Ocando explains:

In this worldview, poverty is rarely presented as a rational phenomenon that follows the logic of inequality. There are very few occasions when the public is told that the reason why so many have so little is because so few have accumulated so much... In reality, most journalists and news editors operate within specific ideological categories that define not only the way poverty is constructed in the news room but also the narratives that frame it as a news item (2015, p. 4).

To achieve the UN's goal of alleviating poverty, there needs to be a restructuring of the current global political economy. News media cannot be the sole means by which this restructuring happens, but they can play a crucial role in it by working to "focus attention, point out opportunities, attack indifferences... and influence the climate of opinion... This applies both to the mobilization of public opinion in developing countries and to the spread of greater understanding in the developed" (MacBride, 1980: 179).

This greater understanding in the developed world can only be achieved by a fundamental shift in the reporting of poverty as manifestations or events to one in which poverty is considered to be a way of life. In her book *Cruel Optimism*, Lauren Berlant investigates how societies today often get in the way of their own happiness, as the things they desire also act as obstacles to their 'flourishing'. She ex-

plores what happens when humanity is faced with the realization that only a few are able to attain what for decades has been considered to be 'the good life' (2008; 2011): "Cruel optimism names a relation of attachment to comprised conditions of possibility whose realization is discovered either to be *impossible*, sheer fantasy, or *too possible*, and toxic" (2008: 33). Berlant claims that living or surviving requires a form of attachment to the object world, which she defines as "a cluster of promises" involving other people, ideas, smells, flowers, etc. It is the ways in which one is attached to these objects, however, that involve affect and emotion and that make this attachment political (2008; 2011).

A central theme for Berlant is trauma theory and the question of how one is able to come to terms with the idea of crisis. Berlant suggests that, in the latter half of the 20th century, the world redefined itself in relation to the traumatic events of the Holocaust and the Second World War and "for the past few decades, trauma theory has provided the main way of periodizing any crisis-shaped historical present" (2011: 54). However, she presents new ways of interpreting the present, that is, not by considering trauma simply as a series of events in history, but rather as lived everyday experience. 'Crisis ordinariness' is her term for the 'misrecognition' of trauma in everyday life:

A traumatic event is simply an event that has the capacity to induce trauma. My claim is that most such happenings that force people to adapt to an unfolding change are better described by a notion of systemic crisis or 'crisis ordinariness' and followed out with an eye to seeing how the affective impact takes form, becomes mediated. Crisis is not exceptional to history or consciousness but a process embedded in the ordinary that unfolds in stories about navigating what's overwhelming (2011: 10).

Berlant's take on crisis as a process or ongoing experience is a helpful mindset when thinking about how to change representations of poverty in news media. One must consider poverty as a type of trauma or crisis not exceptional to history, but in everyday life. By changing the ways in which poverty is communicated, media can better convey the issue to general publics, who then affectively process it. It is, after all, the memory's affective work that defines what constitutes the present (2011).

Berlant proposes a need for change and the construction of a new world or, rather, a new model for 'the good life' that would benefit more of humanity. This requires the recognition of attachment and, ultimately, the loss of attachment to the object world. Recognizing and accepting this loss of 'the good life' would then open up a space for opposition to and emancipation from the status quo (2008; 2011). This recognition is exactly what news media can and should provide. They need to stimulate recognition of the current ideologies that structure the world and result in poverty in the first place. In line with Berlant's conceptions of the 'historical present', McChesney also suggests that the job of media is to "understand the present and put it in historical perspective" (2014: 17). This means instead of providing simple explanations for the manifestations of poverty, news media must go further to reflect the situation of these occurrences in the historical timeline of poverty. This is how news media can contribute to the general public's recognition of ideological structures and spark a genuine desire for social change.

An example of this concept of recognition can be found in the Occupy Movement of 2011, a protest opposing global systems of social and economic inequality. It began in the Wall Street financial district of New York, spread to other cities in the United States, and eventually gained worldwide attention and support. Occupy was a manifestation of the public's recognition and subsequent reaction to the loss of the object, or the fantasy of 'the good life'. Although the success of Occupy has since been debated, it presents an example of the space for change that recognition can create (Berlant, 2008; 2011).

One way that news media can work to reflect the global ideologies in place is to showcase movements of opposition to them, such as Occupy, which demonstrated the fact that generations today have become much more critical of neocolonialism and the capitalist political economy than their predecessors (McChesney, 2014). As McChesney suggests, however, media coverage of Occupy in the United States quickly became scarce and gave way to pessimism about the possibility of any real social change:

Such uprisings had not been seen in the United States for decades, maybe generations. A sleeping giant, it seemed, had been awakened and aroused, its power harnessed by young people... Yet, especially after 2011, the optimism generated by these movements had dissipated, and the most arresting sentiment I encountered as I traveled the nation was one of tremendous pessimism about the possibility of progressive social change (2014: 15).

Furthermore, McChesney suggests that there are few other political movements normally covered by the mainstream media: "because there [are] almost no mainstream media coverage of these grassroots developments, people [assume] they [do] not exist" (2014: 16). Although news media cannot change the underlying structures of capitalism alone, they can cover smaller movements similar to Occupy that directly oppose these structures. News media should be regularly spotlighting the issue of poverty and active efforts to oppose the ideologies that favour a small population of the world at the expense of the majority. As MacBride argues, "consciences should not be dormant from one emergency to the next" (1980: 179).

Of course, it is also important to consider the role of digital media and the Internet in shifting public opinion and understandings of poverty. Critiques of communication and the spreading of ideas were previously directed primarily at mass media, as in the works of Marx and Engels, Herman and Chomsky, and other thinkers such as Theodor W. Adorno and Max Horkheimer (2012) and the rest of the Frankfurt School. However, it is clear that in the 21st century, mass media such as television and newspapers are not the only channels for communicating information or current events. The Internet has opened up a space not only for digitizing news, but also for the general public to share their own thoughts and opinions through blogs, opinion pieces, and social media. There is no doubt that the circulation of information about poverty and its manifestations at the micro-level of Internet users is significant in the affective processes of how one understands it as a global issue.

Although the micro-level is significant, however, it is only a small part in what must be a broader movement for media reform, particularly in the United States,

but on a global level as well (McChesney, 2004; 2014). The micro-level referred to here also includes community journalists on the Internet or in other media, such as television or radio. It is very important to have news circulating from the ground-up, which the Internet enables. In order to fully grasp the issue of poverty and to alleviate it on a global level, however, mainstream news media must escape the ideological boundaries of the global political economy in order to better serve the public in terms of the information that they make available. As McChesney points out, the Internet and the newly perceived power of the user in the digital age is often put forth by mainstream media as an argument as to why they need to continue to be subsidized without any changes to the status quo:

The Internet is this enormous propaganda device employed by the industry and their PR people and their lackeys. Every time they want to do anything, they wave the Internet flag, and say, 'Well, there is always new content on the Internet, so you've got to do whatever we want. Everything's changing; you can't regulate it, you have to keep giving us subsidies on our terms, you have to do whatever we tell you because of the Internet' ... argument number 1-A that's used by the industry at every turn in the United States (2014, p. 155).

McChesney calls for media reform in the United States, but suggests that his critiques of the American media are simply magnified at a global level. He even suggests that the next step for media reform would require a global summit to pressure leaders and institutions to better serve the public (2014).

FINAL REMARKS: MOVING TOWARDS A NEW WORLD

The scholars mentioned here all seek to transform the global political economy into one that best serves the global population, rather than the current one, which benefits only a select few. Berlant suggests that a key first step in creating a new version of 'the good life' and a new world in which everyone would want to live is to recognize the objects to which one is attached and the political dimension of this affective attachment. McChesney's idea of a new world is what he terms the 'post-capitalist democracy', or "a society...that directly addresses the ways that really existing capitalism is inimical to democracy, human freedom, and ecological sustainability"; he points out that this is, indeed, what Marx meant by his concept of socialism (2014: 21). The UN has conceptualized the new world as one in which there is equality for all, and the steps to creating it are outlined in the form of the SDGs.

What is the role of news media in creating this new world? Although they can perhaps not be the sole influencers in creating change, they can act as better directors of attention, making audiences take notice of the capitalist ideologies that frame daily life around the world. First and foremost, news media can foster new conceptions of poverty not by simply reporting on its manifestations, but by instead reflecting the structures of the global political economy that create poverty as a lived, everyday experience. By additionally making room for stories about grassroots movements that challenge the status quo, news media can shine a light on the neo-colonialism that continues to dictate the global order. This is how news media can actively contribute to creating social change.

REFERENCES

- Berlant, L. (2008). Cruel Optimism: On Marx, Loss and the Senses. *New Formations*, 63, 33-52.
- (2011). *Cruel Optimism*. Durham; London: Duke University Press.
- Centers for Disease Control and Prevention (CDC). (2015). 2014 Ebola Outbreak in West Africa. Accessed December 6, 2015. Retrieved from: <http://www.cdc.gov/vhf/ebola/outbreaks/2014-west-africa/>
- Downs, A. (1972). Up and Down With Ecology – the “Issue-Attention Cycle”. *Public Interest*, 28, 38-50. Washington, DC: National Affairs, Inc.
- Herman, E. & Chomsky, N. (2012). A Propaganda Model. In D M. Kellner & M. G. Durham (Eds.) *Media and Cultural Studies: Keywords* (2nd ed.) (204-31). Chichester, UK: Wiley-Blackwell.
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (2012). The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception. In D M. Kellner & M. G. Durham (Eds.) *Media and Cultural Studies: Keywords* (2nd ed.) 53-75. Chichester, UK: Wiley-Blackwell.
- Lugo-Ocando, J. (2015). *Blaming the Victim: How Global Journalism Fails Those in Poverty*. London: Pluto Press.
- MacBride, S. (1980). *Many Voices, One World: Towards a New, More Just, and More Efficient World Information and Communication Order*. New York: UNESCO.
- Marx, K. & Engels, F. (2012). The Ruling Class and the Ruling Ideas. In D M. Kellner & M. G. Durham (Eds.) *Media and Cultural Studies: Keywords* (2nd ed.) (31-3). Chichester, UK: Wiley-Blackwell.
- McChesney, R. W. (2004). *The Problem of the Media: US Communication Politics in the 21st Century*. New York: Monthly Review Press.
- (2014). *Blowing the Roof of the Twenty-First Century: Media, Politics, and the Struggle for Post-Capitalist Democracy*. New York: Monthly Review Press.
- McCombs, M. & Shaw, D. (1972). The Agenda-Setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.
- Nkrumah, K. (1965). *Neo-Colonialism, the Last Stage of Imperialism*. London: Nelson & Sons, Ltd.
- Reinert, E. S. (2007). *How Rich Countries Got Rich... and Why Poor Countries Stay Poor*. London: Constable & Robinson, Ltd.
- United Nations Development Programme (UNDP). (2015). Goal 1: No poverty. Accessed December 6, 2015. Retrieved from: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/md-governview/post-2015-development-agenda/goal-1/>
- United Nations General Assembly (UNGA). (2015). Resolution adopted by the General Assembly on September 25, 2015: Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Retrieved from: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E
- World Health Organization (WHO). (2015a). Ebola virus disease outbreak. Accessed June 8, 2016. Retrieved from: <http://www.who.int/csr/disease/ebola/en/>
- (2015b). World Health Statistics 2015. Global Health Observatory (GHO) data. Accessed June 8, 2016. Retrieved from: http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2015/en/
- (2016). Liberia and Guinea step up coordination to stem new cases of Ebola. Accessed June 8, 2016. Retrieved from: <http://apps.who.int/csr/disease/ebola/liberia-guinea-flareups-update/en/index.html>

**QUEM EXISTE E COMO EXISTE NO JORNALISMO:
ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE TRANSEXUALIDADE E
TRAVESTILIDADE EM DOIS JORNAIS DE RECIFE/BRASIL**

**WHO THEY ARE AND HOW THERE IN JOURNALISM:
ANALYSIS OF THE DISCOURSE ON TRANSSEXUALITY AND
TRAVESTISM IN TWO NEWSPAPERS OF RECIFE / BRAZIL**

RUI CAEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RECIFE, PERNAMBUCO

CEP52020-212 BRASIL

RUI.CAEIRO21@HOTMAIL.COM

HEITOR ROCHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RECIFE, PERNAMBUCO

CEP52020-212 BRASIL

HCLROCHA@GMAIL.COM

RESUMO

Compreendendo o jornalismo (nas sociedades ocidentais) como uma instituição que, na sua forma atual, é resultado tanto dos progressos políticos que possibilitaram a afirmação das democracias como sistemas hegemônicos, quanto dos avanços do capitalismo e colonialismo, propomos algumas reflexões para pensar esse paradoxo fundamental, que condiciona as leituras e realizações do jornalismo contemporâneo. Para tal, tomamos como objeto de análise os discursos que Jornal do Commercio e Aqui PE – dois jornais pernambucanos – veiculam sobre transexualidade e travestilidade. Olhando esses fenômenos como legitimadores de violências e marginalização social (tal como são historicamente construídos no ocidente e hegemonicamente reproduzidos), e apontando o jornalismo como espaço privilegiado de lutas pela visibilização e significação da realidade social, questionamos: onde, e de acordo com que racionalidade, sujeitos de gênero não-conforme existem por/para essa instituição? O trabalho é fundamentado nas Teorias Construtivistas do Jornalismo, bem como nas Teorias Subalternas (principalmente Estudos Queer, mas também Estudos Pós-Coloniais).

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; Transexualidade; Travestilidade; Construtivismo; Colonialismo; Subalternidade.

ABSTRACT

Considering journalism (in Western societies) as an institution that, in its present form, results from both the political progress that made possible the affirmation of democracy as a hegemonic system, as the advances of capitalism and colonialism, we propose some reflections about this fundamental paradox which conditions the readings and achievements of contemporary journalism. To this end, as object of analysis we consider the discourses that *Jornal do Commercio* and *Aqui PE* – two Pernambucan newspapers – publish about transgender people. Looking at those phenomena as legitimizing violence and social marginalization (as they are historically constructed in the West and hegemonically reproduced), and pointing journalism as privileged space for struggles of visibility and significance of social reality, we ask: where, and according to which rationality, does nonconforming gender people exist for/to that institution? The work is based on the Constructivist Theories of Journalism and the Subaltern Theories (Queer Studies and Postcolonial Studies).

KEYWORDS

Journalism; Transgender; Constructivism; Colonialism; Subalternity.

INTRODUÇÃO.

Produzir notícias. Essa é, normalmente, a primeira tarefa que candidatas/os a jornalista incorporam como obrigação. É também a expectativa que a audiência cultiva em relação ao jornalismo: ser informada sobre os acontecimentos que, de alguma forma, importam para seu mundo e, principalmente quando os fenômenos reportados rompem com os sentidos já-estabelecidos, ser auxiliada na interpretação e acomodação de tais alterações à(s) sua(s) realidade(s), (re)orientando a compreensão e (inter)ação social.

Afirmamos, assim, que a profissão é sedimentada em cima de três funções centrais, desempenhadas simultaneamente: mediação (entre os sujeitos dispersos no tecido social, os quais, mediante as distintas posições que ocupam na sociedade, no jornalismo encontram – encontram? – um meio de conexão entre realidades e demandas que de outra forma seria mais difícil de realizar); socialização (por meio das histórias tornadas públicas, a vida pode ser discutida, os sujeitos escapam ao isolamento social, constroem laços, identificações e distanciamentos); e interpretação (as notícias não espelham os acontecimentos – todo o processo, desde a percepção até à divulgação, é permeado por seleções e interpretações que formatam a mensagem e seus significados possíveis). Ainda antes de, por influência das Teorias Subalternas, analisar estas considerações – faremo-lo na terceira parte deste artigo, onde nos debruçamos sobre as construções discursivas que dois jornais pernambucanos elaboram sobre mulheres e homens transexuais e travestis –, julgamos pertinente uma breve contextualização histórica da instituição a que nos referimos.

O jornalismo contemporâneo, considera Correia (1998), tem início no século XVI e irá atravessar diferentes estádios até chegar aos nossos dias. O jornalismo partidário (originalmente nomeado de *party press*), como seu nome indica, estava explicitamente vinculado a projetos políticos e/ou econômicos, sendo assim normalmente associado a um papel de simples reprodução de mensagens afetas a essas esferas. Apesar dos debates serem limitados a assuntos e interesses concretos,

reproduzindo a exclusão de largas parcelas populacionais da discussão (e existência) pública, reconhecemos o papel que desempenhou na promoção de uma sociedade menos centralizada em preceitos religiosos. Impulsionado pelo Iluminismo, o jornalismo instituiu-se como espaço privilegiado para a “discussão racional, para o questionamento permanente, para a vontade de saber mais” (Coelho, 2015: 22).

Não será, portanto, surpreendente notar que, desde a sua gênese, o habitat preferencial do jornalismo é a urbe, os lugares centrais (Tuchman, 1983), onde, para além de maior densidade populacional, se firmam as instituições que mais diretamente intervêm (política, econômica e culturalmente) na sociedade. Atrélada à centralidade geográfica está a centralidade do poder e a visibilidade pública. Essa dicotomia (centro/periferia, sujeitos que falam/ sujeitos que são falados), alavancada pela industrialização e reforçada no capitalismo, irá condicionar – se não justificar – a instituição de valores, normas e métodos hegemônicos da (então não assim considerada) profissão. O jornalismo surge assim como instituição integrante de um sistema colonialista que, desde o início, foca atenção nos assuntos, enquadramentos e sujeitos considerados legítimos, pelas posições que ocupam dentro dessa ordem social, para discutir os mundos por um viés ocidental, em que as vozes tornadas públicas são justificadas com base numa objetividade ‘pura’, que dá a conhecer o mundo ‘tal como ele é’ (o debate em torno dos silêncios dá-se, portanto, via da regra, em torno daqueles a que é reconhecida existência pública, e que por isso é percebida sua ausência, e não daqueles em relação aos quais as racionalidades normativas se constituem, pois a naturalização dos mundos, não estranha à constituição de subalternidades, é operada enquanto espaço em relação ao qual se estabelece, em maior ou menor grau, o consenso da rejeição de escuta).

Vários são os fatores que contribuem para a passagem do jornalismo considerado predominantemente opinativo (identificável com o jornalismo partidário) para o jornalismo considerado predominantemente noticioso (identificável com a *penny press*, ou jornalismo mercantil, como preferimos nomear). Aqui destacamos

os económicos (como, por exemplo, desenvolvimento da economia de mercado, novas formas de financiamento, desenvolvimento da publicidade enquanto fonte de receitas), sociais (como, por exemplo, crescimento da população urbana, escolarização em massa, alfabetização das camadas populares, instituição de escolas públicas, urbanização, desenvolvimento de vias de comunicação terrestres e marítimas), políticos (como, por exemplo, desenvolvimento de governos democráticos – para Nelson Traquina, a relação entre jornalismo e democracia é simbiótica, a liberdade aparece como valor central –, conquista de direitos fundamentais, reconhecimento da liberdade e da democracia como conceitos basilares, reconhecimento da liberdade de imprensa) e industriais/tecnológicos (como, por exemplo, desenvolvimento dos correios e telecomunicações, domínio da técnica tipográfica e aperfeiçoamento das rotativas, rapidez de transmissão da informação ligada ao telégrafo, melhoria na reprodução de imagens – aperfeiçoamento da fotografia) (Lopes, 2010: 2).

O nome pelo qual ficou conhecido – ‘imprensa do tostão’ (*penny press*), se literalmente traduzido – dá-nos subsídios para compreender a expansão do seu raio de ação. Acessível a um público mais alargado (portanto mais heterogêneo e disper-

so), em que sujeitos com menores níveis de escolaridade, menor poder aquisitivo e jornadas de trabalho mais longas (normalmente, também mais exigentes fisicamente) se tornam em possíveis (e desejáveis) consumidores, o jornalismo torna-se mais leve (porque assim são percebidas – definidas? – as necessidades do novo público). A leitura/definição de classe social torna-se fulcral para a percepção e constituição do público, ficando outros marcadores, como gênero, relegados para mais tarde. Neste processo, o jornalismo não se limita a adequar-se aos (supostos) interesses e identidade do(s) novo(s) público(s) – isto significaria a demissão de reconhecer as funções que nele, inicialmente, identificámos –, antes tem papel ativo na definição dos mesmos.

Compreendido como um complexo processo histórico, que obviamente não termina no presente, o jornalismo contemporâneo é marcado por contradições decorrentes das condições em que é exercido. Rocha (2008: 41) aponta seu caráter ambíguo fundamental: legitimado pelo interesse público e impulsionado pelo capital (o elo é a audiência em número cada vez maior), o jornalismo ocupa posição central nas discussões sobre abusos de poder e estratégias de resistência, ora percebido como instrumento de um, ora defendido como instrumento de outro. Nesse debate, o desafio é, sem incorrer em desresponsabilizações (portanto, assujeitamentos totalitários), compreender a mídia como um dos locais em que, e por que, estruturas de poder se materializam, mas não onde, de forma isolada, têm origem ou fim.

Os produtos midiáticos, em que estão contemplados os diversos gêneros jornalísticos, funcionam como janelas para o mundo. Como tal, a percepção deste depende

de se a janela é grande ou pequena, se tem muitos ou poucos cristais, se o vidro é opaco ou claro, se a janela é voltada para uma rua ou um pátio. A cena depende também da posição do sujeito que observa, se longe ou perto, se movendo o pescoço para diferentes direções ou mantendo-o reto, direcionado para a frente [...] (Tuchmann, 1983: 13, tradução nossa).

A metáfora de Tuchmann dá-nos conta da recusa em perceber o jornalismo como instituição neutra, mera descritora de uma realidade universal, objetiva e imparcial, que opera sem interferências culturais e ideológicas. Por outras palavras, as ‘janelas’, portanto, “a «realidade» e a «informação» são entendidas como construções sociais e não como um conjunto de dados preexistentes” (Correia, 2011: 143). Ainda que esta leitura, construtivista, não encontre tantas resistências como anteriormente, quando o consenso hegemônico estava estabelecido em torno da perspectiva objectivista, as consequências dessa virada epistemológica são menos ‘vistas’ do que poderia ser expectável. Para justificar esta consideração, tomamos como exemplo os discursos que *Jornal do Commercio* (JC) e *Aqui PE* colocam em circulação a respeito de homens e mulheres transexuais e travestis.

Ainda antes de nos debruçarmos sobre os aspetos metodológicos, frisamos que ao nos referirmos a travestis neste trabalho, estamos-nos a referir a uma identidade/ identificação característica da América Latina (e, aqui, mais concretamente do Brasil), e que portanto tem significado diferente face a outras geografias (como é o caso de Portugal). Assim, por travesti compreendemos qualquer pessoa que assim se identifique (por razões variadas, que a cada sujeito dizem respeito), face à

sua não conformidade com o gênero que, ditado pela genitália identificada, lhe foi imposto ao nascer. Importa ainda referir que a Associação Nacional de Travestis e Transexuais brasileira (ANTRA) comunica que é no feminino que as travestis se sentem respeitadas, devendo portanto assim serem tratadas. Esta posição, contudo, não significa que *todas* as travestis querem ser tratadas no feminino. Tal como não é possível afirmar, de forma categórica, que travestis são, exclusivamente, aquelas pessoas que à nascença foram nomeadas como homens. Sempre que uma travesti requisite ser tratada com flexão gramatical masculina, tal deve ser atendido, de contrário, quando tal não é possível saber, é defendido que a postura correta a ser adotada é a já definida (ANTRA, 2013).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os dois jornais foram escolhidos para análise por dois motivos fundamentais: o elevado número de exemplares que colocam em circulação (de acordo com a Associação Nacional de Jornais, JC e *Aqui PE* são, desde 2010, os jornais que registram maior número de exemplares em circulação no Estado de Pernambuco, portanto, que têm um alcance de público (e, assim, influência) potencialmente maior) e a diferença dos respectivos públicos-alvo/consumidor (o primeiro, de custo mais elevado e com um público definido como sendo das classes média-altas, o segundo de custo mais baixo e direccionado para as classes média-baixas). Este último aspeto está relacionado à própria identidade dos veículos: o primeiro identificável com a noção de 'jornalismo de referência' e o segundo com a de 'jornalismo popular.

O 'jornalismo de referência' é, normalmente, relacionado a uma matriz cultural predominantemente racional-iluminista (Sunkel, 1987), que "aborda conflitos histórico-sociais, privilegia um entendimento histórico-social da realidade e pauta assuntos próximos ao 'mundo oficial', ao interesse público" (Amaral, 2006: 72), enquanto o 'jornalismo popular', mais identificado com uma matriz simbólico-dramática (Sunkel, 1987), é percebido como abordando, predominantemente, "conflitos interpessoais, privilegia[ndo] um entendimento familiar da realidade e pauta[ndo] assuntos próximos à vida privada e cotidiana" (Amaral, 2006: 72). Alinhavamos aqui estas breves definições com o intuito de, para além de uma contextualização dos materiais a analisar, contribuir para a discussão, que consideramos necessária, sobre as relações que os jornalismos estabelecem com os públicos, as relações que os públicos estabelecem com eles e os distanciamentos e aproximações entre ambos (jornalismos e públicos entre si), muitas vezes descritos como mais distantes do que na verdade estão (a diminuição das supostas diferenças pode ser pensada, por exemplo, tendo em conta as notícias que aqui apontamos, referentes a pessoas trans).

No presente trabalho, ao fazer uso do termo 'pessoas trans' referimo-nos a travestis e a mulheres e homens transexuais. Fazemo-lo por ser esse o foco do nosso trabalho, frisando contudo que outras identidades podem ser compreendidas nesse termo guarda-chuva (por exemplo, intersexuais, agender, genderfluid, etc.), que engloba as pessoas que têm seus corpos/vidas socialmente deslegitimadas face às normas de sexo/gênero impostas em nossa sociedade).

Debruçamo-nos agora mais concretamente sobre o processo de recolha e seleção, que depois nos direccionou à análise, dos textos noticiosos. Através de uma análise exploratória, procuramos primeiro identificar signos lexicais e/ou semân-

ticos referentes ao universo temático que nos propomos estudar. Em tal análise excluímos as seções relacionadas a cultura e esporte por considerar que nelas é menos provável encontrar discursos com incidência na construção de representações sociais referentes a transexualidade e travestilidade. Devido ao parco material que era expectável encontrar, e devido a limitações de tempo, decidimos baliar o período de análise entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015 (estas datas estão relacionadas ao fato de, desde 2004, 29 de janeiro ser celebrado no Brasil como o Dia Nacional da Visibilidade Trans), perfazendo assim o total de um ano e um mês. Também devido a essa possibilidade, de (quantitativamente) encontrarmos pouco material para análise, optamos por não delimitar o material em termos de gêneros textuais (entrevista, reportagem e notícia), mesmo reconhecendo que as estratégias argumentativas e características organizacionais variam entre eles. Excluímos contudo os textos considerados opinativos (nessas seções dos jornais localizados), uma vez que o nosso foco é na informação considerada ‘noticiosa’, ‘fatual’ (por isso a sintetizamos no termo ‘notícia’).

Sobre a investigação que propomos, é importante também frisar que pretendemos uma análise que não seja limitada às palavras, mas que procure compreender os significados que são produzidos na seleção, interpretação e construção dos discursos jornalísticos. Tomando como ponto de partida os signos textuais, teremos em consideração os contextos socialmente situados, definidores (mas não irremediavelmente determinantes) dos discursos e de suas interpretações. Ou seja, as noções de transexualidade e travestilidade que hegemonicamente são compartilhadas naquele país (e no mundo ocidental em geral).

Seguimos também a sugestão de Rosalind Gill (2002: 265), quando esta assinala a importância de apresentar os materiais analisados aos leitores/participantes/sujeitos da pesquisa. Referimo-nos, no caso, ao contato com os sujeitos envolvidos na produção dos materiais analisados, que neste artigo introduzimos consoante a pertinência, mas que, independentemente do maior ou menor número de transcrições, condicionam as considerações que tecemos ao longo do artigo. Os sujeitos entrevistados foram selecionados mediante dois parâmetros: os cadernos onde mais encontrámos notícias — que no JC seria Brasil (9) e Cidades (4), e no Aqui PE, Geral (3), Polícia (3) e Cidades (3) — e o cargo desempenhado — no caso, editores/as, principalmente. A posição hierárquica apresenta-se como importante por dois motivos: 1) a grande maioria dos materiais recolhidos não tinham assinatura do/a jornalista, sendo assim muito difícil mapear os/as produtores/as de cada matéria. Mesmo que tal fosse possível, ainda que entrevistas com tais sujeitos, possivelmente, se revelassem interessantes, é sabido que as redações são constituídas por posições hierarquicamente organizadas. Assim, consideramos que 2) os/as editores/as dos cadernos, pela posição que ocupam, podem oferecer-nos melhores índices para compreender as construções discursivas sobre travestilidade(s) e transexualidade(s).

FALA E ESCUTA NO JORNALISMO.

Para pensar as funções e atuações do jornalismo atual, começamos por apontar a quantidade de notícias para análise (e aqui limitamo-nos aos discursos em que há nomeação expressa e exclusiva da transexualidade e/ou travestilidade): no JC encontramos cinco notícias referentes a pessoas transexuais, uma sobre travestis

e outra em que as duas categorias identitárias (transexualidade e travestilidade) são acionadas. As notícias que enquadrámos na categoria ‘transexualidade’ são do dia 24 de Janeiro (título: *Delegado de polícia troca de sexo em Goiás*), 23 de Março (título: *Transexual*) – a notícia, curta, aborda o caso de “um estudante transexual [...] [que] não quer ser chamado pelo nome de baptismo, William [...]”, 28 de março (título: *Lea T posa de índia*) – vale aqui um apontamento para referir que a notícia, curta, não é referente à transexualidade enquanto fenómeno social mas ao sujeito, que é uma mulher transexual, sendo o foco na sua posição profissional/social, mais do que na legitimidade, ou não, enquanto mulher –, 5 de Setembro (título: *STF julgará identidade de transexuais*) e 15 de Outubro (título: *União habilita HC para cirurgia de troca de sexo*); na categoria ‘travestilidade’ apenas a notícia de 17 de Junho (título: *Travesti é morto em prédio de Boa Viagem*) e na categoria ‘transexualidade/travestilidade’ a notícia de 22 de Janeiro de 2015 (título: *Carnaval 2015: vêm aí o Miss América*) – é colocada a pauta a tentativa de realização de um concurso de fantasias para travestis e transexuais, “[...] livre de perseguições homofóbicas” (grifo nosso).

No Aqui PE, identificamos quatro notícias com foco em pessoas transexuais, duas em travestis e duas em ambas as identidades. No total das quinze notícias, a fala de pessoas trans surge em quatro ocasiões. Na categoria ‘transexualidade’: 24 de Janeiro (título: *O direito de ser “ela”*) – o acontecimento noticiado é o mesmo que surge no mesmo dia nas páginas do JC, ou seja, a cirurgia de redesignação genital da uma delegada de Polícia no Estado de Goiás –, 25 de Janeiro (título: *Transexual luta por operação*) – esta é a única notícia em que o sujeito-notícia é um homem transexual, 4 de Abril (título: *Romário obtém vitória contra transexual*) e 16 de Outubro (título: *Transexuais*) – a notícia aborda a habilitação do Hospital das Clínicas, em Recife, para “oferecer atenção especializada no atendimento a transexuais para mudança de sexo” (grifos nossos); na categoria ‘travestilidade’: 7 de Fevereiro (título: *Travesti morto em motel*) e 6 de Novembro (título: *travesti detido por assalto*), na categoria ‘transexualidade/travestilidade’: 12 de Fevereiro (título: *Travesti assassinado na rua*) – apesar do título nomear a pessoa como travesti, no corpo da notícia essa classificação é intercalada com a de ‘transexual’ – e 13 de Maio (título: *Travestis poderão usar nome social*) – ainda que no título apenas surja ‘travesti’, na notícia é referido que a medida é também destinada a transexuais.

Mais do que frisar a escassez de notícias, que desde logo é um indicador interessante para começar a pensar quais os critérios de noticiabilidade no jornalismo, gostaríamos de pensar os sentidos construídos (por presença e ausência), bem como estes se chegam a constituir. Fazemo-lo através do mapeamento de formações discursivas, estas compreendidas como “uma espécie de *região de sentidos*, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido” (Benetti, 2010: 112, grifos da autora).

Observando os títulos das notícias, podemos perceber que homens e mulheres transexuais – talvez fosse mais correto considerar apenas as mulheres, já que o relato referente, especificamente, à transmasculinidade surge uma única vez em todo o período analisado – estão, quase exclusivamente, limitadas a questões referentes à (i) legitimidade de suas identidades. Exemplificamos:

Sequência Discursiva (SD) 1: Delegado faz mudança de sexo em Goiás.
Cirurgia. Laura assumirá cargo na Delegacia da Mulher. (JC, 24 jan. 2014).

SD2: O direito de ser “ela”.

Thiago realizou cirurgia de mudança de sexo e deve assumir plantão de Goiânia como Laura (Aqui PE, 24 jan. 2014).

Em ambas as sequências, é o procedimento cirúrgico, não a autodeterminação do sujeito, que é colocado em evidência. A posição das palavras, a construção narrativa, não é aleatória – esse aspeto é especialmente notório na SD1: é a palavra ‘cirurgia’, isolada das restantes frases, que coordena o sentido. Anterior a ela, o sujeito é definido como sendo do gênero masculino – só depois é nomeado como Laura, ou seja, do gênero feminino. A SD2 tem uma construção semelhante: o gênero do sujeito é, desde o início, colocado como dúbio, em conflito, através da marcação gráfica com aspas. A cirurgia é atribuída a resolução do impasse, formadora legítima de gênero e nome: já não Thiago, mas Laura.

Para além do foco no procedimento cirúrgico, a atividade profissional/ posição social do sujeito opera enquanto valor-notícia na construção da mesma. Esse fator poderá estar relacionado à não-nomeação do sujeito enquanto transexual, contribuindo dessa forma para a sua exotificação (SD3): policial – atividade socialmente identificada como sendo do universo masculino (e dos seus valores, como seja autoridade e força, entre outros) – retira pênis (símbolo de virilidade, do ‘ser homem’). É o genital (e seu significado) que está no centro da notícia, definindo a identidade do sujeito.

SD3: A reportagem mostrou a surpresa de alguns ex-colegas de trabalho.
“O delegado era implacável em ações que exigiam demonstrações de ‘macheza’ e sua conduta era de um homem que exalava testosterona”, declarou um escrivão. (JC, 24 jan. 2014).

Travestis, por outro lado, estão presas, também quase exclusivamente, nas matérias policiais. Reorganizamos os dados colectados e reproduzimos os títulos/lead de todas as notícias em que a palavra ‘travesti’ (isolada de outras, como ‘transexual’ ou LGBT) está presente:

SD4: Travesti preso em motel. (Aqui PE, 7 fev. 2014).

SD5: Tejiptó. Travesti assassinado na rua. (Aqui PE, 12 fev. 2014).

SD6: ENEM. Travestis poderão usar nome social. (Aqui PE, 13 mai. 2014).

SD7: Travesti é morto em prédio de Boa Viagem. (JC, 17 jun. 2014).

SD8:Barro. Travesti detido por assalto. (Aqui PE, 6 nov. 2014).

Para além do desrespeito à identidade de gênero, das cinco notícias, quatro retratam travestis em um ambiente específico: a criminalidade. Se em duas delas o sujeito é colocado como ator (SD4, SD8), em outras duas é colocado como vítima (SD5, SD7). Ainda assim, mesmo quando vítima é colocada ênfase sobre a responsabilidade desta no desfecho do acontecimento (SD9, SD10), tanto por meio do destaque sobre os espaços que ocupa (a rua, a prostituição) como por meio dos atos

realizados (brigas), reforçando a imagem de violência e transgressão vinculada nas restantes notícias (SD4, SD8). A suposta reincidência dos sujeitos na criminalidade é, também, enfatizada (SD11, SD12).

SD9: Os tiros seriam para Walter Gutemberg Ribeiro da Cunha, 19, que teria se envolvido em uma briga com o travesti. (Aqui PE, 12 fev. 2014).

SD10: De acordo com a Polícia Civil, a vítima, que era travesti, tinha acabado de fazer um programa com o acusado quando foi morto. Ulisses Júnior teria dito que estava sem dinheiro e que iria ao banco sacar uma quantia para pagar o serviço. O travesti não teria aceitado, iniciando uma briga com o suspeito. (JC, 17 jun. 2014).

SD11: Jailson já tem passagem pela polícia por tráfico. (Aqui PE, 7 fev. 2014).

SD12: Segundo a polícia, Sabrina piu piu, como é conhecida pelos amigos, era acostumada a fazer programas no Barro. (Aqui PE, 6 nov. 2014).

Estas considerações, tanto a respeito da transexualidade como da travestilidade, estão atreladas a um conjunto de crenças – ou, se preferirmos, conhecimentos –, culturalmente construídas, ideologicamente fundamentadas, de que no corpo está inscrita a ‘natureza’ e, assim, a ‘verdade’ do sujeito individual e coletivo. Historicamente, essa premissa, que institucionaliza caracteres biológicos como essenciais e justificadores de diferenças, tem servido bem à reprodução de relações de poder abusivas, alimentando teorias, como bem pontua Louro (1997: 45), “construídas e utilizadas para «provar» distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos «próprios»” de cada pessoa e/ou grupo.

Neste contexto, mulheres e homens transexuais são definidas como pessoas com ‘corpos errados’, dependentes de uma cirurgia para ter seu corpo, portanto, suas vidas reconhecidas. Por outras palavras, quando os corpos não cabem dentro das fronteiras do que na tradição eurocêntrica colonialista foi definido como ‘ser homem’ e ‘ser mulher’, eles são patologizados, criminalizados, de maneira a manter a ordem ‘natural’. As fronteiras podem, ilusória e momentaneamente, ser expandidas para mais facilmente serem reforçadas. As definições nunca cessam de ser binárias (definindo quais as duas únicas possibilidades de existência/reconhecimento social, constituídas por rígidas fronteiras de identificação/desidentificação – para além da identificação com Outros, que são ‘iguais a mim’, a constituição é feita através do ‘Outro que eu não sou’, portanto, através da negação/afirmação do Outro em relação a mim e de mim em relação ao Outro –, em que um dos elementos do binómio é colocado como central, em relação ao qual é definido seu oposto subalterno: homem/mulher, branco/negro, etc.), biológicas (portanto, pré-discursivas), naturalizadas. Esse poder disciplinar (na esteira de Foucault), mais do que moral, é instrumental, profícuo no controle social, baseado em normas que qualificam e corrigem ao mesmo tempo. Como coloca Miskolci (2005: 13), ela “não visa excluir, antes é a pedra de toque de uma técnica positiva de intervenção e transformação social. Os dissidentes passam a ser classificados e corrigidos”.

O 'direito de ser ela', no caso, de ser mulher – transexual – (em uma alusão à notícia de 24 de Janeiro do Aqui PE), apenas pode começar a ser conjecturado a partir do momento em que o próprio sujeito desiste (ao menos aparentemente) de afirmar o direito sobre seu próprio corpo e reconhece que dele está refém, que seu gênero, que sua identidade, necessita ser construído cirurgicamente.

Com estas considerações não pretendemos, obviamente, deslegitimar o desejo, e direito, de pessoas trans acederem a cuidados de saúde – em que estão enquadradas tecnologias de modelagem dos corpos, dentre elas a cirurgia de redesignação genital (CRG) –, pelo contrário: o que denunciemos é precisamente a retirada dessa autonomia, através do insistente cultivo de um 'regime de verdades', tornado natural, que define quem tem autoridade para falar e dentro de que perspectivas de existência. Tais regimes, definidores de hierarquias e exclusões, exilam os sujeitos que a elas não se adequam, condenando a uma morte em vida (Bento, 2006: 94).

Este fenômeno é também sustentado por uma cultura cientificista, que defende a ciência (como percebida/produzida no ocidente) como autoridade cognitiva exclusiva legitimadora de conhecimento, resultante do

gradativo processo de especialização e representação cientificista de tópicos morais e políticos, [...] [resultando no] estreitamento da esfera pública e na redução da participação democrática. Esta nova ideologia, que transforma a ciência em fetiche, [...] obscurece as questões práticas, justifica o interesse de dominação parcial de uma classe determinada, oprime aquelas de posição subalterna e compromete o próprio interesse emancipatório da espécie humana (Rocha, 2009: 1-2).

Não pretendemos, naturalmente, rejeitar (todos) os métodos e resultados científicos, mas criticar a "pretensão positivista de tentar erigir o absolutismo da metodologia sob uma rotina fática, [...] que não pressupõe o sujeito que conhece" (Rocha, 2009: 2); simultaneamente, salientamos que a produção de conhecimento pode dar-se em múltiplos espaços, em moldes diversos, com propósitos variados, e que as suas pretensões de validade devem ter em conta não só os argumentos e métodos, como também os contextos e lugares de fala.

Ao mencionarmos 'lugares de fala', pretendemos dar destaque à compreensão de que somos atravessados/as por um vasto leque de experiências e marcadores sociais que condicionam a nossa compreensão e expressão do/no mundo. A interpretação e vivência de tais marcadores (ser mulher e ser negra, por exemplo) é (inter)subjetiva e não- homogênea entre aqueles sujeitos que assim se identificam, contudo a leitura social que deles é feita irá determinar, de forma mais ou menos rígida, a posição (política, mas não só) a ser ocupada na sociedade e, conseqüentemente, a sua legitimidade para produzir conhecimento sobre determinado assunto. Essas posições podem ser transgredidas, mas nem por isso a leitura social de tais marcadores desaparece por completo: acreditamos que, por ora, o debate principal sobre esta matéria, principalmente nos movimentos sociais, gira em torno da resignificação (simbólica, portanto material) desses marcadores e não a sua supressão.

Defendemos que é importante refletir sobre quem pode (por ter acesso a recursos socialmente valorizados) e tem legitimidade (pelo lugar de fala que ocupa) para falar sobre determinado assunto, por determinado prisma, visto que esse é um

exercício realizado, e compreendido, a partir de “um lugar específico nas relações de poder e tomad[o] por marcas destas formações. Entender que o diálogo é uma forma de interação de poder, é perceber também que estes lugares ligam-se diretamente ao que é hegemônico e ao que não é hegemônico” (Vieira, 2015). A noção de ‘lugar de fala’ está então intimamente relacionada à noção foucaultiana de que os corpos (aqui com ênfase nos humanos e nos desumanizados) nunca são ‘naturais’, aprioristicamente vazios de significados, pois desde sempre são atravessados por inscrições históricas. Assim, o corpo “está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele, elas o investem, o marcam, o dirigem [...] exigem-lhe signos” (Foucault, 1999: 25).

Acreditamos que ignorar estas questões, demitir-nos da auto-reflexão no processo de consumo e produção de conhecimento, significará um maior risco de reproduzir as “estruturas condicionadoras de poder que, acriticamente, mostram-se como naturais, mas não o são, pois, de fato, são o resultado de uma comunicação sistematicamente distorcida e de uma repressão sutilmente legitimada” (Rocha, 2009: 16). Assim, importa frisar que existem conhecimentos em relação aos quais se instauram recusas de aproximação, recusas de os buscar ou reconhecer. Ao invés do conhecimento, a busca é pela permanência na ignorância. Simultaneamente, podemos afirmar que o conhecimento, ao ser construído, define aquilo que permanece não-dito, não-conhecido. Podemos pensar esta afirmação em relação à transexualidade e travestilidade: ao mesmo tempo que um conjunto de saberes específicos é acionado para as definir, para as ‘conhecer’, uma extensa produção de conhecimentos (construídos por transfeministas e não só) é relegada à invisibilização, deixando assim à margem a possibilidade de a suposta ‘normalidade’ de homens e mulheres ‘de verdade’ ser problematizada. Neste quesito, o jornalismo pode e, no nosso entender, deve assumir, finalmente, sem ressalvas, o seu papel, historicamente constituído, de questionar as estruturas de poder dominantes.

As construções da transexualidade e travestilidade – como hegemonicamente são reconhecidas, em função das instituições que tiveram, e têm, poder para ‘oficialmente’ as definir (os discursos médico-científicos: endocrinologia, sexologia, psiquiatria, psicologia e psicanálise, principalmente) – se diferenciam por meio do significado que representa a transgressão: definidas como doentes, pessoas transexuais – as ‘verdadeiras’ – são percebidas como vítimas que se devem submeter a terapias médicas para corrigir o ‘desvio’ de seus corpos. Travestis diferenciar-se-iam pela sua perversidade: não desejando a correção, mas viver na marginalidade, seriam homens que, com o intuito de obter prazer sexual, adotariam estratégias várias para se aproximarem de uma estética e performance consideradas femininas. Assim, a travestilidade fica conotada à perversão sexual, não à identidade de gênero (ou, no discurso hegemônico, *transtorno* de identidade de gênero).

Estas construções são reproduzidas pelo jornalismo – ao menos nos dois jornais em análise. A impossibilidade de serem reconhecidas outras narrativas, que é flagrante se observarmos os enquadramentos dos acontecimentos, é sublinhada pela fala de André Galvão, editor no JC:

Galvão: [...] a gente tirou muito noticiário policial da cobertura, só damos espaço para os grandes crimes.

Caeiro: Que era onde antigamente surgiriam mais notícias sobre [travestis]...
Galvão: É, surgiria! Seria mais fácil você ver uma matéria dessa a cada dois meses, a cada... sei lá, uma vez por mês. Então assim, hoje em dia se um travesti for assassinado, “ah, você não vai noticiar!”... eu vou noticiar se for um fato que realmente tenha relevância. (A. Galvão, entrevista pessoal, 29 de dezembro, 2015).

Essa fala dá-nos conta da naturalização dos espaços a que os sujeitos ‘pertencem’ (no caso, travestis como autoras e/ou vítimas de crimes), que sustenta a (ir) relevância dos acontecimentos: no caso, o assassinato de uma pessoa, se travesti, não bastaria para ser transformado em notícia.

Alguns dados são importantes para contextualizar esta naturalização: segundo estimativas recentes da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), cerca de 90% da população trans brasileira trabalha na prostituição; estudos levados a cabo pela Transgender Europe¹ concluem que o Brasil é o país onde se regista a maior taxa de assassinatos de pessoas trans, quatro vezes superior ao segundo colocado (o México) – a esperança média de vida é entre 30 e 35 anos, menos da metade de pessoas não-trans (cerca de 75 anos). Estes dados, contudo, não têm grande visibilidade e, mesmo quando conseguem ultrapassar as barreiras impostas pela indiferença, são operacionalizados, não raras vezes, de maneira a reforçar a lógica do aparelho normativo: o problema é localizado nos sujeitos, nos ambientes que ‘decidem’ habitar, no corpo deliberadamente criminoso que rejeita a ‘normalidade’ (cientificamente construída, utilitariamente manejada, moralmente legitimada), rejeitando considerar o problema como estando localizado nas construções sociais que empurram para a marginalidade corpos específicos, alvos de um genocídio (Jesus, 2014) silenciado, tornado irrelevante. O que dizemos é sustentado pelos discursos dos jornais em análise, em que a transexualidade e travestilidade, através da despolitização dos acontecimentos e personalização das demandas (normalmente limitadas à CRG), são produzidas enquanto fenómeno individual.

As vozes que são manejadas na construção dos discursos também constituem um importante caminho a perseguir se pretendemos colocar em destaque os sentidos produzidos. Nesse sentido, ao estudar o significado de ‘objetividade’ para jornalistas brasileiras/os, Sponholz (2008: 74) conclui que, para elas/es, “o critério principal para escolher uma fonte deve ser a competência, e não o fato de ela representar um lado de uma polémica”. Para além de insistir em uma objetividade suposta possível, em que jornalistas retratariam o mundo de forma imparcial, o que esta afirmação não nos diz, e aqui nos parece mais importante, é que a *competência* é, também, um valor socialmente construído e legitimado (desde logo incompatível com a noção positivista de ‘objetividade’ anteriormente referida).

A anterior consideração está em concordância com a Teoria Estruturalista (Hall et al., 1999), segundo a qual, no jornalismo noticioso, face às exigências do mercado, jornalistas se tornam dependentes de fontes institucionais, “pois só entidades burocratizadas têm capacidade para manter o fluxo rotineiro de informação verídica, credível e autorizada de que as organizações noticiosas necessitam” (Sousa, 2002: 14), contribuindo dessa forma para a transmissão das ideologias dominantes e fabricando uma falsa sensação de consenso social. Mesmo reconhecendo que para isso contribuem vários fatores, desde logo a estrutura de propriedade capitalista

em que os/as profissionais atuam e onde a sua autonomia aparenta estar cada vez mais reduzida, pautada pela proletarização², não é produtivo, sequer justo, ‘absolver’ as/os jornalistas da responsabilidade que ocupam dentro dessa maquinaria especializada em (re)produzir mundos.

Afirmando terem a imparcialidade, equilíbrio e objetividade como princípios orientadores (sem que muitas vezes esses mesmos princípios sejam devidamente contextualizados e discutidos ao nível dos seus efeitos), jornalistas privilegiam fontes ‘dignas de crédito’, ‘competentes’, assim compreendidas mediante dois critérios fundamentais: o de autoridade e de papel social. O primeiro diz-nos que quanto maior for o nível da autoridade, mais divulgadas serão as suas mensagens: sempre que reconhecida como “uma parte substancial da sociedade, a mídia consolidará essa autoridade. Portanto, existe uma discriminação dos indivíduos que terão acesso aos meios de comunicação” (Alsina, 2009: 189). O segundo princípio baseia-se na noção de que o valor da informação depende da origem social do indivíduo e do papel que este desempenha na sociedade.

Deste modo, os media tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Isto é o que Becker chamou «a hierarquia da credibilidade» - a probabilidade daqueles que em posições poderosas ou de elevado status na sociedade, e que dão opiniões sobre os tópicos controversos, de terem as suas definições aceites, porque tais portavozes são considerados como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada em assuntos particulares do que a maioria da população (Hall et al., 1999: 229).

Este processo, que reforça o estatuto dos sujeitos socialmente privilegiados como definidores primários dos temas e interpretações a ganharem visibilidade pública – mesmo os “argumentos *contrários* a uma interpretação primária são obrigados a inserirem-se na *sua* definição de «o que está em questão»” (Hall et al., 1999: 230, grifos dos autores), o que pode ser facilmente observável nas (raras) notícias em que pessoas trans são consideradas como fontes dignas de crédito (desde que dentro de um enquadramento específico) – resulta em narrativas desvinculadas dos – ou melhor, que invisibilizam os – marcadores sociais (como classe, gênero e raça, entre outros) que as constituem, assim contribuindo para o silenciamento de sujeitos construídos como subalternos. Ao nos referirmos a sujeitos subalternos, não aludimos a todo e qualquer um que seja marginalizado, mas àqueles que não têm sua voz reconhecida, que existem publicamente nos termos de outros que falam por eles, enfim, às “camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2000 *apud* Almeida, 2010: 12). Referimo-nos, portanto, a pessoas trans no Brasil, a partir da forma como são representadas no jornalismo brasileiro.

Numa afirmação talvez demasiado extremada pela universalidade que subentende, Molotch e Lester (1999: 50) afirmam ver a mídia não refletir “um mundo exterior mas as práticas daqueles que detêm o poder de determinar a vivência dos outros”. É este fenômeno – que deve ser percebido de forma mais abrangente (e possível de ser contrariado), não limitada ao jornalismo, pois as regras que exigem o recurso a

fontes identificadas como inquestionavelmente credíveis (e como se chega a constituir/perceber tal credibilidade) estão fundamentadas em formas socialmente estruturadas de compreender o mundo e suas instituições (Tuchmann, 1983: 98) – que o jornalismo precisa encarar como um desafio urgente, constituinte da sua identidade, fundamentada na legitimidade de falar em favor do interesse (do seu) público. Que público é esse? Recuperemos as funções que apontamos como centrais no jornalismo (mediação, socialização e interpretação): que mediação é essa que não considera as vozes de um dos lados da equação (ou, quando o faz, é, como já defendemos, dentro de uma perspectiva colonialista)? Que questionamentos cabem dentro de uma narrativa quase-única? Que possibilidades de identificação existem, em que termos, frente a histórias construídas com base em enquadramentos de doença e crime? Como escapar ao isolamento social? Como construir laços? Como existir?

De que jornalismo, de que sociedade, nos falam as notícias sobre pessoas trans?

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Um mundo governado pela incapacidade de estabelecer sentidos comuns, relativamente estáveis, significaria a impossibilidade de nos comunicarmos, de estabelecer relações sociais, de construir identidades e identificações, de nele nos orientarmos e agirmos, em último caso, de existirmos. Apontamos desta forma o paradoxo que na modernidade atravessamos: apesar do seu pluralismo constitutivo colocar em evidência novas possibilidades de vida, entrando em conflito com a tradicional organização centralizada nas instituições produtoras de sentidos e valores (quase) universais, os sujeitos continuam a precisar de mapas de significados normativos que os ajudem a navegar no mundo cada vez mais complexo (tanto política como culturalmente). O ponto central deste debate parece-nos ser, portanto, em relação à forma, já não apenas ao conteúdo, como tais significados são construídos. Este aspeto é particularmente interessante de pontuar se tivermos em conta as “maiorias silenciosas” (Louro, 2004: 28) – e silenciadas – que, por meio de movimentações sociais contestatórias, apontam o fosso entre a realidade esperada e a realidade vivida.

Em sociedades como a nossa, que constantemente proclamam a existência de direitos universais (como sejam os de direito à vida, liberdade e igualdade) mas que sempre falham na sua concretização, torna-se inevitável o questionamento: que sentidos têm esses valores para, por exemplo, pessoas trans, pessoas negras, mulheres, não heterossexuais, da periferia, pobres? Que vidas têm direito a ser reconhecidas como humanas? Como e quem chega a construir tais sentidos? Esses e outros questionamentos, feitos a custa de sofrimento mas também com ganhos de liberdade (Berger & Luckmann, 2004: 54), ao colocarem ênfase na incompatibilidade entre o ‘ser’ e ‘dever ser’ moralmente cobrado, não resultam na inevitável incapacidade dos indivíduos agirem no mundo, tolhidos pelo medo, apenas vagando por planícies de significados com que não se conseguem identificar, pelo contrário, constituem-se também enquanto motores de busca de novas identificações, construções que possibilitam a reorganização dos indivíduos em torno de “tipificações, classificações, padrões de experiência e esquemas de ação” (Berger & Luckmann, 2004: 18), a partir das quais se assumem como atores na discussão da(s) realidade(s) com que comunicam.

Ambicionando familiarizar “o cidadão comum com outros cidadãos comuns que usam uma lógica e uma gramática próprias da sua tradição ou com outras províncias de significado cujas lógica e gramática são precisamente distintas da do homem comum” (Correia, 2007: 7), o jornalismo reivindica para si a legitimidade de ocupar uma posição central na organização social. Pensar a legitimidade de tal posição, sua forma e conteúdo, suas potências e riscos, é urgente, principalmente quando tal é feito em relação a pessoas social, cultural e historicamente violentadas, tanto simbólica como fisicamente.

É inegável a preponderância que os meios de comunicação social ocupam na atualidade, desempenhando a importante função de conectar

a experiência coletiva e a individual, oferecendo interpretações típicas para problemas definidos como típicos. Tudo o que as outras instituições produzem em matéria de interpretações da realidade e de valores, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso desse processo, e decidem sobre a forma de sua difusão (Berger & Luckmann, 2004: 68).

Importa, portanto, para pensar o jornalismo, estudar os conhecimentos que são colocados em circulação e, mais, estudar aqueles que são rejeitados (porquê e como).

Se, como tantas vezes já afirmado, o jornalismo atravessa novamente um momento de crises e mudanças, questões como as aqui apresentadas não podem ficar apartadas dos debates. Se a pretensão for trabalhar contra a subalternidade, em vez de falar pelo(s) sujeito(s) subalterno(s), por que caminhos poderá isso ser perseguido?

¹ Recuperado em 11 de abril de 2016, de [http://www.transrespect-transphobia.org/en_US/tvt-project/tmm-results/idahot-2015.htm] e [http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/downloads/2015/TMM-IDAHO2015/TvT-TMM-Tables-IDAHO2015_EN.pdf].

² Entendemos ‘proletarização’ como um processo em que “as condições de trabalho conduzem numerosas profissões à condição de assalariados [...] Esta proletarização implica o declínio de competências e qualificações dos profissionais e da sua autonomia de trabalho, graças a um processo em que pela fragmentação, desqualificação e rotinização das actividades profissionais, os trabalhadores tornar-se-iam cada vez mais meros executantes” (Fidalgo, 2008 *apud* Correia, 2011: 155).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, S. (2010). Prefácio. In: Spivak, G. (ed.) *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Alsina, M. R. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Amaral, M. F. (2006). *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA. (2013) *Nota Circular nº 0001/2013 – Presidência – 2012/2016. A Mídia e Meios de Comunicação Local e Nacional*. In: (<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2013/01/antra1.pdf>) (acedido 10/05/2016).
- Benetti, M. (2010). Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: Lago, C. & Benetti, M. (ed.) *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes.

- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (2004). *Modernidade, Pluralismo e Crise de sentido: A orientação do homem moderno*. Petrópolis: Vozes.
- Coelho, P. (2015). *Jornalismo e Mercado: os novos desafios colocados à formação*. Covilhã: Labcom Books..
- Correia, J. C. (1998). *Algumas reflexões sobre a importância da formação universitária dos jornalistas*. In: (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-formacao-universitaria-jornalistas.pdf>) (acedido 9/05/2016).
- Correia, J. C. (2007). *Linguagem jornalística, estranheza e referência*. In: (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-linguagem-jornalistica-estranheza-referencia.pdf>) (acedido 9/05/2016).
- Correia, J. C. (2011). *O Admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos*. Covilhã: Labcom Books.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Hall, S. et al. (1999). «A produção social das notícias: O mugging nos media». In: Traquina, N. (Org). *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*. Lisboa: Vega.
- Jesus, J. G. (2014). Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Ágora* 16: 101-123.
- Lopes, P. (2010). *Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual de base bibliográfica*. In: (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-lobes-linguagem.pdf>) (acedido 07/05/2016).
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (2004) *Um corpo estranho, ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Miskolci, R. (2005). Do desvio às diferenças. *Teoria e Pesquisa* 9: 9-41.
- Molotch, H. & Lester, M. (1999). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: Traquina, N. (Org). *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*. Lisboa: Vega.
- Rocha, H. C. L. (2009) A crítica de Habermas ao cientificismo: uma proposta de pluralismo epistêmico. *Symposium* 1: 175-193.
- Rocha, H. C. L. (2008). Habermas e a Teoria do Jornalismo: a manipulação ideológica no jornalismo como distorção sistemática da comunicação. *Estudos em Comunicação* 4: 41-57.
- Sousa, J. P. (2002). *Construindo uma teoria do jornalismo*. In (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>) (acedido 05/05/2016).
- Sponholz, L. (2008). As objetividades do jornalista brasileiro. *Libero* 21: 69-78.
- Sunkel, G. (1987). La representación del pueblo en los diarios de masas. *Diálogos de la Comunicación*, 17.
- Tuchman, G. (1983). *La producción de la noticia – estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Vieira, H. (2015). *Coisa que “lugar de fala” não é*. In: (<https://www.facebook.com/dantas-dantasvieira/posts/1003753229689724>) (acedido 29/12/2015).

A REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO NA LITERATURA DE JOSÉ SARAMAGO

THE JOURNALISTIC DISCOURSE REPRESENTATION IN SARAMAGO'S LITERATURE

DANIEL VECCHIO ALVES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

HUMANAS, PROGRAMA DOUTORAL EM HISTÓRIA CULTURAL

SÃO PAULO CEP 13083-896 BRASIL

DANIELVECCHIOALVES@HOTMAIL.COM

RESUMO

Pouco se fala sobre os intertextos literários do discurso jornalístico que se fazem presentes no romance português. Perpassando pela natureza dos poderes político-económicos que estão por trás dos instrumentos da comunicação, nossa atenção especial será dada à análise dos romances *O ano da morte de Ricardo Reis* e *A jangada de pedra* de José Saramago, de modo a enfatizar, respectivamente, o cenário do jornalismo impresso na Lisboa salazarista da década de 1930 e o jornalismo radiotelevisivo da década de 1980. Observaremos nesse artigo que, com a leitura desses dois romances, fica claro que ambas as fases do jornalismo português, antes e depois da revolução democrática do 25 de abril, sofrem um processo de interferência contínua de manipulação e dissimulação das notícias, o que contribuiu para proliferar no discurso da imprensa de certo “irrealismo”, nos preceitos de Eduardo Lourenço. Realizaremos, por fim, uma abordagem mais esclarecedora acerca desse irrealismo cultural constituído por muitas décadas de dissimulação comunicativa, evidenciando os processos literários através dos quais o discurso manipulador da mídia é representado. Tais processos serão reconhecidos no texto saramaguiano pela intertextualidade, em seu aspecto central, e pelos processos de alegoria e dialogismo.

PALAVRAS-CHAVE

União Europeia; Portugal; Salazarismo; Romance; Jornalismo.

ABSTRACT

Very little is said about literary intertexts of journalistic discourse that are present in the Portuguese novel. Permeating the nature of political and economic powers behind of the communication's instruments, our special attention will be given to the analysis of the novels *O ano da morte de Ricardo Reis* and *A jangada de pedra*. We argue that these texts were written by José Saramago in order to explore the print journalism's set in Salazar's Lisbon of the 1930s and the telejournalism's set of the 1980s. Based in this reading, we will observe in this article that

the journalistic discourse still suffers a brutal interference process of manipulation, which contributed to proliferate certain fictional vision among the people, even after the drop of the dictatorship of Salazar in the 1970s. We will release, finally, a more insightful approach about this discursive unreality consisting of many decades of communicative dissimulation, highlighting some literary processes by which the manipulative discourse of journalism is represented. Such processes will be recognized in the Saramago's text by the intertextuality, in its central aspect, besides the allegory processes and the dialogism.

KEYWORDS

European Union; Portugal; Salazarism; Romance; Journalism.

...falemos abertamente sobre o que foi a nossa vida, se era vida aquilo, durante o tempo em que estivemos cegos, que os jornais recordem, que os escritores escrevam, que a televisão mostre as imagens da cidade tomada depois de termos recuperado a visão, convençam-se as pessoas a falar dos males de toda a espécie que tiveram de suportar, falem dos mortos, dos desaparecidos, das ruínas, dos incêndios, do lixo, da podridão, e depois, quando tivermos arrancado os farrapos de falsa normalidade com que temos andado a querer rapar a chaga, diremos que a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma, [...]. (Saramago, 2004, p. 175)

Nos muitos romances produzidos depois da Revolução dos Cravos, em 1974, ressalta-se um papel revisionista sobre a história nacional. Essa reelaboração torna-se latente entre os romancistas portugueses contemporâneos por compartilharem a ideia de que “nenhum regime totalitário dá azo a que se faça História como deve ser. Todos eles necessitam, em maior ou menor grau, de ocultações e de mitificações” (Lepecki, 1988, p. 388-389) que precisam ser ponderadas em qualquer abordagem feita sobre o passado.

Essa perspectiva retoma o problema do “discurso” nos termos de Benveniste (1976), no qual o caráter intencional e o direito da linguagem ao ato encontra um ponto de apoio: é no discurso como ato transitório ou temporal que encontramos a mediação entre o mundo, o outro e o sujeito. Os sentidos discursivos não estão vinculados a signos isolados, senão numa operação complexa que constitui o ato predicativo e configurativo da linguagem.

Partindo de tais perspectivas, o presente artigo tomará o discurso como uma instância textual que visa não somente sua capacidade referencial, mas as escolhas efetuadas pelo autor do discurso, localizando nessas escolhas as forças que operam na representação do mundo e da sociedade. Assim, não pretendemos abordar o significado dos signos de um a um como pretende uma análise semiótica, mas seu significado interativo ou frasal através da formação discursiva mencionada.

Esse procedimento é justificado pelo fato de que o jornalismo “comporta por natureza poderes escondidos atrás dos instrumentos textuais que utiliza, tanto que sua actividade editorial não era e ainda não é relativamente independente do poder político e das preocupações econômicas.” (Le Goff, 1999: 19). Com isso averiguaremos que a jornalística como literatura torna-se um espaço textual em potencial para dar corpo a muitas dessas nuances ideológicas e semânticas do discurso jor-

nalístico, reconhecimento poético que nos levou ao objetivo central desse trabalho que é estudar os intertextos literários embasados nos subterfúgios noticiosos que ganham espaço nas obras romanescas de José Saramago.

Nossa atenção especial será dada à análise dos romances *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984) e *A jangada de pedra* (1986), que comportam, respectivamente, o cenário do jornalismo impresso na Lisboa salazarista da década de 1930 e o jornalismo radiofônico e televisivo da década de 1980. Cronista, crítico literário, poeta e homem experiente na área da edição, Saramago foi colunista e diretor-adjunto do jornal *Diário de Notícias*¹.

É no mínimo estranho o porquê de ainda haver pouca pesquisa feita sobre tais intertextos, visto que Saramago atuou no meio jornalístico durante alguns anos, sendo ao mesmo tempo um escritor de projeção nacional e internacional². Os trabalhos a respeito de suas obras, em sua maior parte, tratam do caráter memorialístico ou autobiográfico da sua narrativa, não entrando propriamente nesse intertexto.

Apesar de ter proporcionado uma vasta colaboração aos jornais, seja como editorialista, crítico literário e até diretor-adjunto, “José Saramago nunca se considerou um jornalista. [...] No entanto, ele passa por diversos jornais emblemáticos do panorama mediático português e, também, chega à direção de um dos periódicos mais respeitados na época: o *Diário de Notícias*.” (Aguiar, 2014:1).

De qualquer forma, José Saramago não foi jornalista na acepção total do termo. Nos dois anos em que esteve no *Diário*, por exemplo, não era incumbido oficialmente pelas atividades de repórter nem mesmo a redigir notícias:

O seu trabalho foi comentar a atualidade e deixar para os historiadores do futuro um conjunto precioso de editoriais magistralmente escritos e jornalisticamente rigorosos. Textos que estão publicados em livro sob o título «As Opiniões que o DL Teve» e que enobrecem o jornalismo português. (Gonçalves, 2010: s/p)

Saramago iniciou-se na publicação de crônicas no jornal *A Capital*, em 1968, e no *Jornal do Fundão*, em 1971. A partir de 1972, começou a colaborar no *Diário* como cronista e editorialista. Por isso, cabe inferirmos que nessa passagem pelo jornalismo, ele já estava plenamente imerso no mundo da imprensa, o que nos faz inferir que seu trabalho “não se tratava de garantir apenas crônicas semanais e periódicas, mas de ter que trabalhar profissionalmente no seio de uma equipe de jornalistas, contribuindo de muitas formas para a redação dos textos que deveriam nortear a linha editorial.” (Lopes, 2010: 61).

Além disso, ele começava a se afirmar no panorama cultural português com publicações várias, recebendo críticas positivas principalmente pelas coletâneas

1 “[...] o *DN* era provavelmente o jornal mais proeminente do país, tendo uma tiragem acima dos 100 mil exemplares. A ala revolucionária produzia então uma situação inesperada em que o governo, as Forças Armadas, muitas empresas e até entidades como a Rádio Renascença ou a Fundação Calouste Gulbenkian eram postulados a serviço da classe operária e do socialismo. E o *DN* não foi exceção.” (LOPES, 2010: 75).

2 Dentre alguns poucos estudos, ver Saulo Gomes Thimóteo, O ‘ars poetica’ saramaguiano ou o cultivo da palavra (*Nau Literária*, v. 6, n. 1, 2010, pp. 1-13), e Marta Cristina S. Aguiar, *José Saramago e os jornais: os anos de 1968 a 1975* (Dissertação da ESCS, Lisboa, 2014).

de crônicas. Contudo, é preciso dizer que, apesar de Saramago crescer como cronista e editor, ele jamais deixaria de lado os cruzamentos do discurso jornalístico com a escrita literária, mesmo depois de enveredar completamente pelo romance.

Na verdade, em muitas crônicas “já encontramos elementos de imaginação poética e ficcional, além do engajamento social e político” (Thimóteo, 2010.: 1), obtendo no romance um material mais refinado e diferenciado em que tais imaginários, expressões e maneiras pelas quais o escritor tece os comentários são assimilados na concepção moderna do discurso (Benveniste, 1976):

Saramago usa essa crítica velada para mostrar como as palavras, aquelas que tantas coisas podem ser, são usadas nos discursos para, intencionalmente, praticar uma ação particular, seja ela apagar um defeito (com as “cortinas de fumo”), seja adornar uma qualidade (com as “bambinelas de veludo”). Assim, o cronista vai entretecendo essas paredes que se chamam discursos, mostrando ao seu leitor as suas intenções (Thimóteo, 2010, p. 5)

Claro que suas crônicas são naturalmente mais comprometidas com a atualidade e incorporam uma dose bem mais reduzida de imaginação em comparação a sua obra literária. Porém, veremos no seu devido momento que seus textos jornalísticos são matéria-prima para a constituição de certos imaginários e outras subjetividades que compõem cenas variadas dos dois mencionados romances.

Antes de abordar tais aspectos, contudo, devemos primeiro reconhecer o terreno textual configurativo da crônica e, nesse reconhecimento, ressaltamos que, nela, é explícita a pretensão em utilizar o espaço midiático como ferramenta política, visando a desconstrução das dissimulações políticas do governo português, bem como do jornalismo conservador de Portugal e da Europa.

Na verdade:

o seu trabalho na imprensa pode ser dividido em duas fases, coincidindo com dois momentos históricos diferentes. A primeira fase, nos jornais A Capital e no Jornal do Fundão, ocorre durante o marcelismo. Aqui, de 1968 a 1972, escreveu sobre as suas memórias, onde inclui as viagens que fez, e sobre temas soltos. Porém, também escreveu sobre política num momento em que, apesar do desaparecimento político de Salazar, a ditadura teimava em persistir. [...]. A segunda fase, que coincide com a desagregação da ditadura e os momentos mais agitados da Revolução, é ainda mais complexa. Aqui, o trabalho de Saramago assume feições diferentes das que revelou n'A Capital e no Jornal do Fundão. Cronista e editorialista do Diário de Lisboa (1972-1973) e do Diário de Notícias (1975), Saramago envereda abertamente por um jornalismo interventivo, político, e não hesita em abordar temas relacionados com o contexto político-social da época. A sua experiência no DN é ainda marcada pelo polémico episódio que culminou no despedimento de 24 jornalistas. (Aguiar, 2014: 1-2)

Essa mudança, sem dúvida, proporcionou a muitos de seus leitores um olhar mais crítico sobre a política e a economia do país, aumentando o impacto social do seu jornalismo:

Ao proclamar que todos um dia faríamos jornais, o que eu tentei foi exprimir uma espécie de aspiração cívica, evidentemente utópica, segundo o qual o direito de informar e de ser informado se regeria por exclusivos ditames de verdade e de dignidade, sem cedências ou temporizações com qualquer forma de poder. Não estaríamos a salvo do erro, porém justificar-nos-ia a boa fé. (Saramago, 2014: 3-4)

Com essa passagem, podemos supor o grau de importância da carreira de Saramago no jornalismo para o sensibilizar cada vez mais para a construção do fato e para a fabricação dos discursos sobre inúmeras coisas e pessoas, reavaliando a história política e jornalística de uma nação afundada em notícias censuradas e dissimuladas. Essa estratégia foi levada tão a fundo que, “no seu livro *Os Apontamentos*, Saramago revela que muitas das suas crônicas não foram publicadas, por terem sido vítimas da censura à imprensa que vigorava na época.” (Aguilar, 2014: 4).

Tal episódio nos evidencia o panorama opressivo do jornalismo, corroborando o que diz Estrela Serrano ao afirmar que o discurso da imprensa “fornece elementos úteis para o estudo das relações entre o jornalismo e a política. A maior parte de seu arquivo permite constatar a existência de uma visão normativa e instrumental do jornalismo, à semelhança do que [...] acontece noutros países.” (Serrano, 2006: 70).

Para justificar essa inerência política do discurso jornalístico, ressaltamos que desde o século XIX, na Europa, há partidos que são proprietários de jornais, o que favoreceu desde então uma intrincada relação entre políticos e jornalistas. Isso nos leva, inevitavelmente, a considerar os jornalistas como atores políticos e o jornalismo como uma instituição política. O poder da imprensa residia, assim, na capacidade de dar expressão simbólica e pública aos mecanismos de poder.

Amplia-se esse cenário midiático nas duas últimas décadas do século XIX, a exemplo do jornal *O Século* que foi fundado em finais de 1880, no contexto das comemorações do tricentenário da morte de Camões. Trata-se de um veículo informativo que terá longa existência e que se empenhará, desde sua fase inicial, na defesa e afirmação dos projetos governamentais.

Ademais, o jornalismo foi e é um poderoso instrumento político que perdura até hoje, sendo uma ameaça constante à própria democracia ao promover a desinformação através de uma linha tendenciosa de notícias que atende estritamente aos interesses políticos e empresariais (Ribeiro, 2012). Ou seja, ao longo do século XX, mesmo com o ofício de jornalista “transformando-se numa profissão [...] à procura de um espaço autónomo de legitimação” (Guimarães; Fernandes, 2012: 4) por meio de uma classe profissional com direitos, deveres e competências específicas, essa situação ainda parece estar longe de ser superada.

Nesse sentido, cabe apontar que a história do jornalismo em Portugal e no mundo é inseparável da própria história cultural e política, sendo esse fator cada vez mais determinante nos rumos da sociedade. O exercício do jornalismo português durante o século XX, é exemplo de uma atividade intelectual oprimida principalmente por causa da censura ativa do regime ditatorial (1926-1974), autoproclamado Estado Novo desde a Constituição de 1933. Durante a ditadura salazarista, a presença da censura política e religiosa com o exercício do exame prévio, o fechamento de jornais e a quase ausência de um espaço público de discussão revela o controle e

a manipulação não só dos jornais, mas dos meios de comunicação e, consequentemente, dos meios de transmissão de saber.

Isso inclui todas as formas de criação e acesso à informação como livros, editoras, emissoras de rádio, espetáculos, artes plásticas, música, ensino escolar e universitário, cinema e, mais tarde, a televisão. Todos estavam sob o olhar dos censores e sob ameaça da polícia secreta. O efeito disso é que a informação jornalística nacional era praticamente uma agenda do governo, com um discurso oficioso e protocolar³.

Como resultado dessa política de controle informativo, só quem fosse de confiança e tivesse aliança política com o governo podia administrar um jornal. Tais alianças foram estreitadas por António de Oliveira Salazar, que via com importância o papel da comunicação na sociedade, razão que o levou a criar o Secretariado da Propaganda Nacional em 1933: “O SPN estava sob a estrita dependência de Salazar e teve o seu apogeu entre os anos 30 a 40.” (Silva, 2009: 3113).

Consequentemente, nesses espaços vigiados da comunicação não se discutia Deus, pátria e sua história, não se discutia a autoridade, a família e a sua moral. Essas eram verdades inofensíveis, pois, para Salazar, nelas se assentavam os pilares que permitiriam a construção de um Estado com autoridade prestigiada e com sentimento patriótico.

Não havia uma ação pública que não estivesse enquadrada dentro desses paradigmas do regime. O medo de ser rechaçado pela própria população, de ser denunciado e ir preso eram constantes. A PIDE, a polícia secreta de Salazar, tinha informantes em todos os lugares, por isso não se ousava levantar a voz para dizer mal do governo em nenhum lugar. Para piorar, a censura era manejada “por militares pouco cultos e pouco instruídos” (Castelhano; Prata, *et al*, 2006: 12).

É partindo desse panorama opressivo e noticioso que vamos observar a difusão e a desconstrução do discurso jornalístico em *O ano da morte de Ricardo Reis* e *A jagada de pedra* de José Saramago. Com a análise de tais romances, ficará claro que o jornalismo português sofreu um processo de interferência contínua de manipulação política, o que contribuiu para sacramentar o que chamamos aqui de irrealismo jornalístico, nos preceitos de Eduardo Lourenço (1989).

Com o tratamento literário desse irrealismo nas obras mencionadas, se denuncia criticamente a perduração de um jornalismo conservador dissimulado na ideia de fato e de desenvolvimento econômico, mesmo depois da queda da ditadura salazarista quando vigoram os preceitos de liberdade de expressão e de imprensa. Tal continuidade corrobora a tese de Eduardo Lourenço que avalia que a Revolução dos Cravos foi recebida como “uma simples mudança de cenários que não alteraria o pacatíssimo e delicioso viver à beira-mar plantado, nem alteraria em nada a imagem que os portugueses faziam de si mesmos”, não afastando o problemático “nacionalismo chauvinista, paranóico e irrealista, [...]” (Lourenço, 1989: 64 e 66).

Com base nessas premissas, nosso objetivo específico aqui é mostrar como se dá nos dois romances de Saramago a representação da mentalidade portuguesa sob

3 “A liberdade de expressão é regulamentada pelo Decreto-Lei nº22469, de 11 de Abril de 1933, para que se pudesse «impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e que deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade», como referia o artigo 3º do citado diploma.” (SILVA, 2009: 3112-3113).

o jugo dessa tensão político-jornalística. Sendo assim, muito além de apenas reproduzir as notas jornalísticas do passado português recente, Saramago tenta captar seu discurso em sua disposição tendenciosa e fictícia, repercutindo nos romances quase como uma encenação. Esse dispositivo é que fundamenta, segundo ele, os processos de seleção, elaboração, formulação e distribuição das notícias, multiplicando ao infinito a abordagem dos acontecimentos (Saramago, 2014).

No romance *O ano da morte de Ricardo Reis*, há várias linhas dedicadas à crítica das notícias veiculadas pelo jornal *O Século*, que por sua vez apoiava a ditadura. O romance tem Ricardo Reis como seu protagonista: além de poeta, trata-se de um leitor assíduo desse e de todos os meios de comunicação que “adotavam uma postura pró-Salazar, apoiando, além do ditador português, todos os regimes totalitários em voga na Europa da década de 30.” (Matias; Roani, 2007: 116-117).

Atuando na contramão desse discurso dissimulado, a representação literária construída nesse romance de Saramago empreende um mecanismo alegórico para o tratamento do jornalismo salazarista, alegoria essa que implode e desdobra a totalidade legitimadora das notícias forjadas. Assim, a alegoria passa a revelar um outro lado da história da imprensa, remetendo o seu leitor ao que antes se encontrava perversamente oculto nos meios de comunicação. Essas revelações ocorrem através do narrador ou de outros personagens que fazem parte do círculo de vivência de Ricardo Reis.

A respeito desse mecanismo alegórico, Walter Benjamin dissera que é fundamental para manter parte da integridade de uma época ou de uma sociedade, denunciando ao mesmo tempo uma história representada de forma perversa e que serve unicamente aos interesses do poder instituído. Para esse pensador alemão, a verdadeira história deve ser acompanhada por essa alegoria que a segue e subjaz nos interstícios que o discurso factual deixa em aberto (Benjamin, 1994).

Em José Saramago, a soma dos elementos alegóricos é o resultado do cruzamento do seu engajamento com “um tratamento mais lírico na linguagem” (Thimóteo, 2010: 8). Nesse cruzamento, a alegoria sustenta o interesse social do escritor e percorre literariamente a história do quotidiano e da mentalidade portuguesa em épocas distintas, mostrando alto poder de expressar os imaginários sociais e políticos, institucionalizados pela mídia impressa.

As imagens hiperbólicas, as antíteses como forma de balancear os lados da questão, o constante construir do texto para que se enxerguem as distinções nas similaridades, ou as semelhanças nas diferenças é o *modus operandi* do cronista. (Thimóteo, 2010: 6)

Nesse *modus operandi*, Saramago perpassa pelas fronteiras do ficcional e do não ficcional, norteando sua produção textual através dos diferentes graus heurísticos mediados pelo discurso ficcional. Diante dessa estratégia discursiva, o escritor adquire uma narrativa múltipla e reconfigurativa, cujo pano de fundo se encerra numa reflexão sobre a ação e a inação dos portugueses ante o espetáculo imaginário efetivado por sua mídia em períodos divergentes da história. O recorte fragmentado dessa exposição é tratado tanto no âmbito do indivíduo quanto no da coletividade.

Como Maria Alzira Seixo salienta, em várias obras literárias de Saramago, como *Deste mundo e do outro* e *A bagagem do viajante*, notamos a presença das crônicas

que se propõem, na tessitura romanesca, como um jogo de omissões e “emissões de uma opinião que se pretende genérica, coletiva, a dos leitores que, na resposta crítica aos acontecimentos do tempo, o jornalista procura representar.” (SEIXO, 1999: 17).

A intertextualidade do discurso cronístico de Saramago acaba por projetar a sua forma romanesca de reorientação semântica diante desses fatores sociopolíticos. Desse modo, a presença das notícias jornalísticas em *O ano da morte de Ricardo Reis* suscita planos alegóricos denunciativos, pois o narrador e alguns personagens desmascaram o comportamento conformado do público leitor desses jornais, estes que se apresentam como Ricardo Reis, ludibriados pela publicidade do governo salazarista.

Tal conformação revela-se como a mentalidade histórica verossímil de uma comunidade específica de leitores cuja representação é norteadada pelo surgimento frequente de fragmentos das notícias de 1936, especialmente do jornal lisboeta *O Século*, que de jornal republicano se tornou um veículo de defesa da ditadura: “[...], são estas as notícias da minha terra natal, e dizem, O chefe do Estado inaugurou a exposição de homenagem a Mouzinho de Albuquerque na Agência Geral das Colónias, não se podem dispensar as imperiais comemorações nem esquecer as figuras imperiais, [...]” (Saramago, 1988: 25).

Por meio das notícias repetitivas dos jornais, o romancista nos apresenta um panorama breve da história da imprensa portuguesa conservadora da década de 1930, revelando por meio desse panorama a ascensão do regime salazarista e a consequente manipulação das notícias. Nesse quadro editorial opressivo, busca-se recompor dentro do romance esse momento conturbado pela ascensão de regimes totalitários por toda a Europa, como o salazarismo, o nazismo e o fascismo.

Ao mesmo tempo que explora essa senda histórica, o romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis* direciona o leitor ao mundo de Fernando Pessoa e faz reviver, no seu protagonista, um de seus heterônimos mais conhecidos: Ricardo Reis. Sem dúvida Saramago valeu-se da essência heteronímica de Fernando Pessoa, uma vez que o poeta personalizou Ricardo Reis com um caráter evidente de indiferença, como vemos caracterizado nas odes: “[...] só na ilusão da liberdade / A liberdade existe” (Pessoa, 2013: 16).

Essa indiferenciação se revela no ato de se isolar dos outros e procurar apenas, dentro de uma sobriedade individualista, o que lhe agrada e apraz. Desse modo, “Ricardo Reis mostra-se um poeta sensacionista equilibrado, que intelectualiza suas emoções a todo instante” (Quadros, 2008: 101). Essa postura quase estoica de desencantamento do mundo, principalmente dos interesses políticos, faz de Ricardo Reis um personagem apropriado para José Saramago abordar o tema da alienação na reconstituição de uma Lisboa sob o controle informacional dos jornais salazaristas.

O heterônimo Ricardo Reis é um médico residente no Brasil, onde possui sua própria clínica. No romance, somos informados do seu retorno a Portugal no ano de 1935, ano em que Fernando Pessoa morre. O personagem é trazido de volta à pátria após 16 anos e já se depara com o próprio fantasma do seu próprio criador e com Lúcia, uma das musas de suas odes. Notaremos que configurar a independência em relação ao seu poeta criador proporciona certa autonomia a Ricardo Reis, que de heterônimo torna-se uma personagem do romance de Saramago.

Isso não significa, porém, que sua poética anterior seja totalmente perdida e desintegrada, muitos aspectos criados por Pessoa serão reaproveitados no texto

saramaguiano. A manutenção dessa característica de indiferença e alheamento, por exemplo, é importante para o romancista abordar o mundo possível dos leitores dos jornais salazaristas, bem como a política censória implantada. Assim, diante desse caráter de indiferença, Ricardo Reis é caracterizado como um personagem conformado com a situação do país, defendendo a todo o instante o ponto de vista jornalístico conservador.

Contudo, a desconstrução desse discurso opressor é efetivada a partir da intromissão dialógica⁴ dos comentários e relativizações que o narrador em terceira pessoa e os personagens Fernando Pessoa e Lídia fazem acerca dessas notícias que o personagem Ricardo Reis consome apenas de forma contemplativa. Essa perspectiva dialógica pode ser observada no seguinte diálogo entre Pessoa e Reis:

Ora Reis, são artigos encomendados pela propaganda, pagos com o dinheiro do contribuinte, lembro-me de ouvir dizer, Mas olhe que a imprensa de cá também se derrete em louvações, pega-se num jornal e fica-se logo a saber que este povo português é o mais próspero e feliz da terra, ou está para muito breve, e que as outras nações só terão a ganhar se aprenderem connosco, O vento sopra desse lado, Pelo que lhes estou a ouvir, você não acredita muito nos jornais, Costumava lê-los, Diz essas palavras num tom que parece de resignação, [...]. (Saramago, 1988: 283)

Nesse dialogismo de discursos e opiniões, chama a atenção também o modo crítico e irônico como o narrador se apresenta em algumas partes do texto, descrevendo Reis como um simples “[...] espectador do espetáculo do mundo, sábio se isso for sabedoria, alheio e indiferente por educação e atitude” (Saramago, 1988: 90). O aspecto poético de contemplação e de distanciamento do mundo, traduz claramente o comportamento mental desse e outros personagens históricos da época.

Todavia, mesmo sendo Ricardo Reis o protagonista do romance, de modo algum a obra é reduzida à representação do discurso jornalístico opressor, primeiro porque efetiva uma dimensão crítica pelo efeito rotineiro, jocoso e pouco reflexivo das notícias que são lidas por esse protagonista. Segundo, porque a alegoria que a obra pressupõe é semelhante àquela designada por Benjamin, que instaura ações e identidades sem deixar de provocar no texto sua transformação com a abertura de espaços dialógicos para assimilar outras formas e outros pontos de vista.

Esse dialogismo nos sensibiliza para o fato de Reis se satisfazer acriticamente com a leitura dos acontecimentos do mundo noticiado pelo jornal *O Século* e outros veículos de comunicação que seguem a mesma linha política: “Ricardo Reis é sim este homem que está lendo o jornal com os seus próprios olhos abertos e vivos, médico, de quarenta e oito anos de idade, [...]” (Saramago, 1988: 32).

Ele mantém-se isolado em seu quarto de hotel e, mais tarde, em sua própria casa no Alto de Santa Catarina, espécie de local de reclusão do poeta: o que avistava pela sua janela e pelas páginas dos jornais contemplavam seu desejo de manter-se a par da verdade dos fatos:

4 Essa perspectiva é aqui entendida segundo os preceitos de Mikhail Bakhtin, que ressalta que o desenvolvimento do romance consiste em “um aprofundamento do diálogo, do seu alargamento e refinamento” (BAKHTIN, 1993: 105), pois é a partir dele que a modernidade rompe a unidade valorativa do enredo tradicional e abre o leque competitivo e diversificado das representações discursivas do sujeito.

Vai Ricardo Reis aos jornais, vai onde sempre terá de ir quem das coisas do mundo passado quiser saber, aqui no Bairro Alto onde o mundo passou, aqui onde deixou rasto de seu pé, pegadas, ramos partidos, folha pisadas, letras, notícias, é o que do mundo resta, o outro resto é a parte de invenção necessária para que do dito mundo possa também ficar um rosto, um olhar, um sorriso, uma agonia [...]. (Saramago, 1988: 31)

Ao longo da narrativa, o narrador nos mostra a possibilidade de existência de pessoas como Ricardo Reis, que se limitam a aceitar e a reproduzir o discurso daquilo que leem, sem considerarem os interesses e as ideologias implícitas no conteúdo noticiado: “[Reis] Não chega a inquietar-se com as notícias que lhe chegam do mundo, talvez por temperamento, talvez por acreditar no senso comum [...]” (Saramago, 1988: 380).

Em contrapartida, a intromissão do narrador relativiza a dimensão noticiosa veiculada pela ditadura. Ele revela aos seus leitores que o discurso jornalístico não pode ser tomado como verdade absoluta, visto que até a descrição do quadro social português era totalmente alterada pelos jornais. As notícias eram suscetíveis a uma censura impiedosa, que cuidava unicamente de lisonjear o regime salazarista e a população subjugada a ela: “Dizem [...] os jornais, de cá, que uma grande parte do país tem colhido os melhores e mais abundantes frutos de uma administração e ordem pública modelares, [...]” (Saramago, 1988: 82).

Porém, é mirando as lacunas dessa farsa jornalística que é preciso compreender também o campo de ação e caracterização crítica de personagens como Lídia. Enquanto nas odes pessoas ela tem somente o papel de musa platonicamente amada, no romance sua função de camareira de hotel é construída com cenas mais críticas em que se revela a proliferação e o controle político sobre o discurso jornalístico: “Você, Ricardo, nunca foi irônico, [...]” (Saramago, 1988: 280).

Com um discurso acusativo, Lídia é a representação mental de uma classe social trabalhadora geralmente marginalizada pela historiografia oficial, mas muitas vezes consciente das dissimulações políticas e publicitárias do jornalismo do regime. O ponto de vista ideológico de Lídia revela a agonia e a crítica dos empregados ao governo, posicionamento diferente de Ricardo Reis e dos jornais que o rodeavam.

No romance, Lídia obtém tal poder crítico especificamente por influência de seu irmão Daniel, que por sua vez fazia parte de um corpo comunista da marinha lusitana. Por uma questão crítica, portanto, a narrativa enfatiza a voz dos excluídos, contribuindo para uma visão diferente do passado ditatorial que a ficção resgata e reescreve dialogicamente.

Numa das cenas amorosas entre Lídia e Reis, ela, com carinhosa ironia, tenta alertá-lo para o mundo de forma mais crítica. As intervenções de Lídia ocorrem no sentido de fazê-lo deixar o lugar de mero espectador dos jornais e de poeta confinado no Alto de Santa Catarina:

Não é do senhor doutor que eu duvido, o que meu irmão diz é que não se deve fazer sempre fé no que os jornais escrevem, Eu não posso ir a Espanha ver o que se passa, tenho de acreditar que é verdade o que eles me dizem, um jornal não pode mentir, seria o maior pecado do mundo, O senhor doutor é uma pessoa ins-

truída, eu sou quase uma analfabeta, mas uma coisa eu aprendi, é que as verdades são muitas e estão umas contra as outras [...] o senhor doutor fala-me sempre com as palavras dos jornais. (Saramago, 1988: 387-388)

No excerto acima, Lídia chama atenção para o fato de que é preciso relativizar as notícias divulgadas pela imprensa. Ainda segundo ela, Reis falava “sempre com as palavras dos jornais”, trecho que revela fortemente a crítica de Saramago com relação à alienação e ao conformismo possível dos leitores de jornais da época histórica em que viviam os personagens.

Nesse sentido, voltamos ao personagem principal, para dizer que, conforme aponta Gerson Roani, esse intertexto com o heterônimo de Pessoa não revela apenas uma simples reprodução, um transporte absoluto de suas ações na poesia para as linhas do romance. Cabe salientar que o ficcionista português se aproveita criativamente do heterônimo, explorando novos aspectos que o aproximam de um personagem dotado de memória histórica, mesmo quando essa memória é caracterizada por uma mentalidade de indiferenciação do personagem com o próprio mundo sociopolítico que o cerca:

[...] a ficha biográfica legada por Pessoa acerca de sua constituição revela uma ausência de memória histórica. [...]. Na esteira dessa tentativa de “preenchimento”, de dar uma compleição carnal e moral a Ricardo Reis, o romance reverbera de um realismo descritivo que dá à narrativa uma conformação verossímil em relação ao tempo evocado. (Roani, 2001: 134-135)

Enquanto no romance o universo de ação de Ricardo Reis ocorre no tempo histórico e psicológico da censura, em Pessoa, por outro lado, Ricardo Reis tem por aspecto isolar-se da própria história, como podemos observar na própria fala que o poeta dirige a seu heterônimo em uma das linhas do romance: “Você, Reis, tem sina de andar a fugir das revoluções, em mil novecentos e dezenove foi para o Brasil por causa de uma que falhou, agora foge do Brasil por causa de outra que, provavelmente, falhou também, [...]” (Saramago, 1988: 78).

Diante dessa indiferença duplamente abordada, é mais do que necessário apontar que:

a presença da história, no romance, não pode ser considerado, portanto, um mero pano de fundo a enquadrar as ações narrativas desenvolvidas pela personagem, mas o âmbito privilegiado, no qual todas as referências, principalmente as jornalísticas, suscitadas pelo romance se cruzam, se espelham, duelam entre si e se abrem em muitas perspectivas. Tal é a intencionalidade de colocar a presença da história como núcleo estruturante [...] (Roani, 2001: 133).

Nesse jogo apropriativo de contextos e discursos, Saramago tece um Ricardo Reis diferente do poeta criado por Fernando Pessoa. Na obra romanesca, o seu estado apenas contemplativo é invertido pelo tom jocoso e ingênuo em que as notícias quotidianas são tratadas, ou seja, Reis é caracterizado por outros ângulos em que se sobressai a mentalidade conservadora e conformista desse contexto

histórico. Tal representação é de suma importância para a abordagem da história do jornalismo português, pois possibilita reviver de forma criativa e questionadora o ponto de vista jornalístico na época do regime, evidenciando a apropriação do jornal como máquina eleitoreira do governo salazarista.

O romance de Saramago ganha ainda mais pertinência hoje pelo fato de que, mesmo com a implantação do PREC (Processo Revolucionário Em Curso) após 1974, que visava proteger a liberdade de imprensa de qualquer tipo de censura e garantir a livre concorrência no setor midiático, os jornais, depois o rádio e a televisão, sempre continuaram muito suscetíveis ao controle do poder político.

Como aponta Diogo José da Rocha Ribeiro, mesmo após a Revolução dos Cravos, “a gula dos governos levou-os a utilizar sempre os meios de comunicação do Estado como instrumento ao serviço da sua política, sendo esta perspectiva partilhada por todos os governos e todos os partidos” (Ribeiro, 2012: 11). A privatização dos jornais e televisões estatais no fim da década de 1980 e 90 não anulou os constrangimentos políticos sobre a mídia portuguesa⁵, fazendo com que “a influência que o poder econômico passou a exercer sobre o trabalho jornalístico acaba por ser confundido com as influências típicas do contexto político anterior” (Ribeiro, 2012:11).

Essa contínua pressão dissimulada pelos jornais é bastante evidente, visto que as elites empresariais estiveram sempre entrelaçadas com as elites políticas, em uma partilha íntima de interesses⁶. Vale ressaltar que mesmo na mídia mais recente, muitas emissoras e jornais optam por não transmitir um material jornalístico mais focado no interesse humano e no conhecimento das questões políticas, preferindo captar uma audiência focada em conteúdos triviais ou insólitos como fofocas entre artistas e *reality shows*, que podem chamar mais atenção e serem assimilados mais facilmente por uma população que se quer desatenta e desinteressada dos assuntos administrativos do seu país.

A FARSA COMUNICATIVA EM *A JANGADA DE PEDRA*

É nesse complicado contexto radiofônico e televisivo do jornalismo português que se revela o discurso noticioso em *A jangada de pedra*. Nessa obra, os meios de comunicação eletrônicos e impressos se concentram num calamitoso acontecimento geológico ocorrido nos Pirenéus, em detrimento das polêmicas informações político-econômicas acerca da entrada de Portugal e Espanha na CEE (Comunidade Econômica Europeia), inclusão ocorrida em 1986, o mesmo ano da publicação do romance. Além de proliferarem os jornais com notícias espetaculares sobre o acidente geológico, muito se noticiava, de dentro e fora de Portugal, que as consequências

5 “Observa-se, por exemplo, uma coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social (CDS-PP), [...], que esteve recentemente envolvido em dois casos paradigmáticos: o cancelamento de um programa da *Antena 1*, depois de um jornalista ter tecido críticas às opções do executivo no âmbito do relacionamento com Angola (*Público*, 22 de Fevereiro de 2012); e pressões de um ministro sobre jornalistas do *Público*, para que não publicassem matérias sensíveis sobre o governo (*Público*, 25 de Maio de 2012).” (RIBEIRO, 2012: 11).

6 “Num artigo publicado em Fevereiro de 2002 no jornal *Público*, o jornalista e investigador Mário Mesquita evoca casos de jornalistas «de referência» com trajectos entre o jornalismo e a política: «Após o 25 de Abril, diversos jornalistas transitaram para o Parlamento.»” (SERRANO, 2006: 70).

da adesão à CEE seriam extremamente importantes para o país, especificamente na consolidação da democracia e economia portuguesas.

O próprio Saramago publicou na época muitas crônicas jornalísticas criticando essa adesão do país à CEE. Ademais, em *A jangada de pedra*, Saramago não hesitou em argumentar contra tal medida do governo português, concluindo que tanto a europeização da cultura lusa quanto a desnacionalização da economia do país não eram a fórmula mais satisfatória para Portugal responder às suas necessidades imediatas de modernização, democratização e reinserção na economia mundial.

No romance *A jangada de pedra*, o conformismo midiático é colocado de forma questionadora, pois é abordada como um jornalismo que foi acrítico perante a adesão de Portugal à União Europeia, o que denuncia a apropriação empresarial dos meios de comunicação e o ludibriamento da população diante de tais questões governamentais. É essa apropriação noticiosa e ludibriada dos meios de comunicação que possibilita a intromissão de elementos fantásticos no texto, direcionando a representação do estado mental da população.

Ao criar a alegoria de uma viagem fantástica da península Ibérica por mares atlânticos, temos a representação de um processo que distancia da Europa o espaço identitário português. Esse distanciamento pode ser observado explicitamente no trecho a seguir:

[...] segundo as últimas medições conhecidas ia em cerca de duzentos quilómetros o afastamento, se viu sacudida, dos alicerces ao telhado, por uma convulsão de natureza psicológica e social que dramaticamente pôs em mortal perigo a sua identidade, negada, nesse decisivo momento, em seus fundamentos particulares e intrínsecos, as nacionalidades, tão laboriosamente formadas ao longo de séculos e séculos. (Saramago, 1996: 151)

O fato de Portugal e Espanha se separarem do continente mostra nitidamente uma interferência do espaço nas relações sociopolíticas e culturais, uma crítica à relação da Península Ibérica com a Europa no exato momento de publicação do romance no ano de 1986. Na verdade, como alerta Eduardo Lourenço, no ensaio intitulado *Nós e a Europa*, esse sentimento de marginalidade e vazio de Portugal em relação à Europa é antigo: “o mistério da nossa identidade, [...] está precisamente relacionado com a nossa pequenez e com a vontade de separação do resto da Ibéria que conferiu ao povo português um outro destino, um destino menos europeu” (Lourenço, 1988: 18).

Essa posição crítica é figurada no romance como uma dissimulação imaginária existente entre a península e a parte continental europeia: “Sabe, a Europa é longe como um raio, fica lá para o fim do mundo.” (Saramago, 1996: 151). É preciso, portanto, nos atentarmos para essa elaborada alegoria espetacular e fantástica que configura o romance, pois ela não se restringe apenas à representação do afastamento físico da península. Veremos que esse afastamento é apenas um modo de balançar o pensamento dos portugueses, alertá-los para um outro afastamento que é aquela do aspecto inteligível da população perante o que se passa no curso sociopolítico do país.

Enquanto os meios de comunicação, pelos quais a maioria da população se mantinha informada, se focam na emissão de notícias sobre o chocante desprendimento geológico e suas possíveis causas insólitas, Portugal assina acordos com

a CEE, iniciando o processo de desnacionalização de sua economia: “[...] por cada segundo são dois centímetros e picos, comentou José Anaíço rápido em cálculo mental, não pôde chegar às décimas e centésimas, Joaquim Sassa pedia-lhe que se calasse, queria ouvir o locutor, e valia a pena, [...]” (Saramago, 1996: 45).

A omissão sobre a atualidade política e econômica do país gerou, no romance, uma impactante falta de lucidez por parte da população:

“A potência imaginativa dos jornalistas encontrou vazão quase exclusiva na armação estentórea dos títulos, porquanto os segredos da deslocação geológica, melhor dizendo, o enigma tectônico, continuavam por desvendar, tão indecifráveis [desde o] primeiro dia.” (Saramago, 1996: 284).

Similar dissimulação pode ser encontrada nos periódicos portugueses entre as opiniões otimistas que só veem benefícios na integração do país à CEE. Em primeiro lugar, porque teria permitido consolidar a democracia portuguesa e, em segundo, porque serviu de “alavanca do desenvolvimento econômico, por reduzir a taxa de inflação para níveis históricos e a melhoria das condições de vida dos portugueses.” (Sousa, 2000: 194).

Contudo, nenhuma dessas condições terá impedido que a Balança Comercial Portuguesa continuasse negativa. Um artigo publicado em 24 de maio de 2014 no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, diz que Portugal é hoje, dentro da Zona Euro, “o país, onde se regista um dos maiores consensos - tanto na opinião pública como nos partidos políticos e nas forças sociais - acerca da necessidade de prosseguir no rumo europeu do país.” (Marques, 2014, s/p). Isso significa que muitos não sabem ou esquecem, ao emitir tal opinião, das várias fragilidades estruturais que o país ainda apresenta⁷.

Ao publicar seu romance no ano de 1986, José Saramago não conhecia o futuro da União Europeia, mas sua obra já apontava algumas falhas futuras que seu país certamente viveria com essa adesão. Trinta anos após a publicação de *A jangada de Pedra*, a frágil unidade da União Europeia surge ameaçada como nunca. Alguns países que integram esse bloco como a Grécia e Portugal, que esperavam obter certa hegemonia e estabilidade, apresentam problemas crescentes de ordem econômica e social. Trata-se especialmente da situação geral de países europeus designados como periféricos nessa política eurocêntrica.

O que temos como resultado dessa adesão econômica é que ela não significou nada mais do que a devastação comedida dos países periféricos, esses que são a maioria da CEE e que estão sendo prejudicados socioeconomicamente em benefício do capital financeiro controlado por países detentores de indústrias, empresas e capital como a França e, principalmente, a Alemanha⁸.

7 “A economia portuguesa, apesar de ter acusado, na última década, um salto qualitativo importante, no sentido da convergência real com os restantes membros da UE, continua marcada por fracos padrões de especialização [...]; as reformas necessárias continuam a ser feitas, apenas, em função dos tempos e das exigências impostas pela UE; a taxa de analfabetismo de Portugal, 9% da população, mantém-se a mais elevada da Europa; por outro lado, os níveis de escolaridade e formação continuam muito baixos; perto de 2/3 da população regista menos de 10 anos de escolaridade; [...]” (SOUSA, 2000: 197).

8 Foram empresas dos países considerados desenvolvidos desse grupo que “lucraram com a rede telefónica e energética estatais ou monopolizaram a renovação das frotas de táxis e eléctricos gregos,

Em 15 de março de 1985, no periódico *O Jornal*, Saramago escreveu:

[...] encontrei-me de repente incluído na minoria privilegiada que conhece as razões profundas e autênticas por que a CEE nos quer no seu regaço. Revelo-as aqui em três definitivas palavras- porque somos atrasados. [...]. [No contrário] iríamos complicar o funcionamento das instituições, os europeus só quereriam os nossos produtos, e não suas economias arruinadas, e quanto à cultura, temos conversado: os nossos emigrantes, onde quer que estivessem, passariam a dar lições e a fazerem-se pagar bem por elas. Não é assim, e assim não será. A CEE quer-nos (ou faz parecer que nos quer) pela já dita razão: porque somos atrasados. [...], se não temos nada para vender à CEE, estamos nas melhores condições para tudo termos de comprar à CEE. (Saramago, 1999: 117).

Complementando essa crítica de Saramago, afirmamos que a unificação econômica proposta pela UE deu-se inicialmente com base no estabelecimento do domínio financeiro direto do imperialismo franco-alemão sobre um conjunto de países considerados economicamente díspares, que por sua vez renunciou a emissão de uma moeda própria, como também abdicou de muitas empresas estatais. Essa renúncia “permitiu uma poderosa expansão e fortalecimento do capitalismo franco-alemão, que aproveitou a época das “vacas gordas” para alargar e fortalecer o seu domínio comercial e industrial no mercado europeu periférico.” (Alegria, 2010).

Assim como pode ser observado em suas crônicas jornalísticas, no romance Saramago não deixou de se posicionar sobre tal estratégia imperialista da UE, apresentando o posicionamento crítico de suas crônicas por entre as linhas de *A jangada de pedra*. Compare, por exemplo, um trecho da *Jangada* com um excerto jornalístico de Saramago, e veja como ambos se dirigem similarmente ao mesmo tema:

[...] esses governos [europeus], em vez de nos apoiarem, como seria demonstração de elementar humanidade e duma consciência cultural efectivamente europeia, decidiram tornar-nos bodes expiatórios das suas dificuldades internas. (Saramago, 1996: 161)

[...] rejeito a denominada «construção europeia» por aquilo que vejo estar a ser a constituição premeditada de um novo «sacro império germânico», com objectivos hegemónicos que só nos parecem diferentes dos do passado porque tiveram a habilidade de apresentar-se disfarçados sob roupagens de uma falsa consensualidade que finge ignorar as contradições subjacentes, [...]. (Saramago, 1995: 55)

Apresentadas as semelhanças do tom crítico de cada um dos excertos, não temos dúvidas quanto ao fato de que a interrupção crítica do narrador em *A jangada*

recorrendo a subornos generalizados, como no caso da alemã Siemens. Durante este período, a economia grega foi fortemente desnacionalizada, com a companhia telefónica OTE controlada pela Deutsche Telecom, as linhas aéreas nacionais privatizadas e até os portos vendidos à empresa chinesa Cosco. A banca e os grandes empresários gregos somaram-se com entusiasmo a uma festa que agravou a desigualdade social num dos países europeus onde esta era mais acentuada (80 grandes armadores possuem um património equivalente a todo o PIB grego)” (ALEGRIA, 2010: s/p).

de pedra implica na integração literária das críticas que fazia o José Saramago jornalista. É possível perceber a posição ideológica do narrador do romance e inferir que suas opiniões estão claramente associadas ao que escreveu Saramago nas crônicas jornalísticas a respeito da integração político-econômica em questão.

Na contramão desse narrador crítico e dessas interferências que denunciam a dissimulação das notícias, não seria a investigação maciça das causas da grande fenda uma alegoria da perversidade da mídia e da ingenuidade da população portuguesa frente à sacramentação dos interesses políticos da União Europeia? Muitos aspectos da obra apontam para essa possibilidade de leitura, como nas diversas intromissões do narrador: “A nós... compete-nos, [...], rejeitar energeticamente as pressões e as ingerências de toda a ordem e de qualquer proveniência, proclamando à face do mundo que apenas nos deixaremos guiar pelo interesse nacional [...]” (Saramago, 1996: 161).

Diluída a crítica jornalística no romance, Saramago nos proporciona desvios dos discursos imperialistas da UE, construindo um narrador análogo a sua crônica jornalística para questionar ininterruptamente o sensacionalismo no entorno da geológica fenda, estratégia típica de uma mídia que obtém vantagens econômicas e políticas do setor empresarial.

Nesse confronto, ganha força a tensão alegórica entre os casos insólitos e geológicos que chamam toda atenção nas reportagens e nas percepções individuais dos personagens protagonistas, explorando assim o caráter imaginário alienante de grande parcela da população. Portanto, a narrativa desenvolve-se na alegoria exaustiva de um discurso jornalístico trivial que silencia os problemas político-econômicos ressaltados: “Mal desembarcaram, os jornalistas vão indagar como foi que isto se deu, e recolhem todos a mesma história, com algumas elaboradas variantes, que a sua própria imaginação ainda mais irá enriquecer, [...]” (Saramago, 1996: 25).

Aliás, é por meio da imprensa que as personagens principais e toda a população se informam sobre o estranho movimento da península. É, por exemplo, por meio da televisão que Joaquim Sassa fica sabendo que a terra treme sob os pés do farmacêutico espanhol Pedro Orce, como é pelo rádio do automóvel de Sassa que toma ele próprio conhecimento de que está sendo procurado pelas autoridades.

É também por meio dos veículos de comunicação que Joana Carda fica sabendo dos casos sobrenaturais de José Anaíço, Joaquim Sassa e Pedro Orce⁹, localizados no Hotel Bragança (o mesmo em que trabalhava Lídia e se hospedara Ricardo Reis). Enfim, a importância do papel desempenhado pela imprensa é tal, que seu

9 “Os cinco personagens – três homens, duas mulheres, que mais tarde serão acompanhados por um cão – não se conhecem, sequer suspeitam do que está ocorrendo quando se deparam cada um com um estranho fenômeno que lhes desperta a atenção. Joana Carda risca o chão com uma vara de negrilho e o traçado jamais desaparece; José Anaíço é subitamente seguido por um bando de estorninhos por onde quer que vá; Joaquim Sassa em uma praia lança uma pesada pedra ao mar que, contrariando as leis da física, continua pulando sobre a água, malgrado seu peso; Pedro Orce sente subitamente sob seus pés um tremor contínuo que os sismógrafos e sofisticados aparelhos são incapazes de detectar; Maria Guavaira, para ocupar seu tempo de mulher solitária, começa a desfazer uma meia desfiando a lâ que não cessa seu desenrolar. Enquanto isso se passa, o cão Ardent escolhe as regiões infernais quando instintivamente salta da fronteira da França para a Espanha no momento em que se torna o único a testemunhar o aparecimento de uma inexplicável fenda abaixo de suas patas.” (AMORIM, 2011: 113).

discurso é vital para a representação crítica desse plano alegórico mergulhado nas dissimulações midiáticas.

Portanto, em *A Jangada de Pedra*, critica-se a entrada de Portugal e Espanha na Comunidade Econômica Europeia no ano de 1986, e mostra-se, sobretudo, a presença de uma forte omissão midiática de informações sobre essa entrada. No lado obscuro do forjamento e da omissão das notícias, vibra um conteúdo mais reflexivo que orientaria melhor a população sobre as mudanças que estavam, na vida real, acontecendo.

Enquanto o espetáculo da fenda é mostrado em transmissão ao vivo pelo rádio e pela televisão, prevalece o jornalismo tendencioso e a desatenção da população. Desse vazio reflexivo, pelo menos um apontamento crítico e concreto deve ser ressaltado no romance: o de que a navegação sem rumo da península, causa de tantas dissimulações jornalísticas, proporciona ao menos um momento de reconstrução do olhar na relação de Portugal com o velho continente.

Assim observamos na fala irônica do personagem Roque Lozano, personagem que viajava rumo aos Pirinéus para averiguar os impactos da fenda: “Provavelmente, quando chegar lá, já não [verei] a Europa. Se eu a não vir, é porque ela nunca existiu, [...]” (Saramago, 1996: 67). A visão de que a Europa nunca existiu oferece ao leitor uma problematização identitária sem igual, uma sugestão de remodelamento dos valores socioculturais da nação.

Na parte final do romance, as mulheres grávidas da ilha Ibérica e a imagem da vara de negrilho de Joana Carda, que subitamente enverdece, apontam simbolicamente para esse remodelamento nacional de forma fértil. Com uma ferrenha crítica ao infantil europeísmo decorrente da má informação, o romance subverte a concepção dissimulada, neoliberal e disciplinar proliferada pelos meios de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa eminente continuação da matéria jornalística na literatura de Saramago, concluímos com a reflexão de Maria Alzira Seixo ao dizer que há um estilo do escritor que pode ser encontrado em todo seu conjunto textual: há “uma certa coincidência de atitude entre a crônica e o poema lírico; [...]” (Seixo, 1999: 17). É como se entre a prosa cadenciada e a manipulação das palavras, Saramago permita entrever menções estéticas e políticas subentendidas tanto nas narrativas quanto nas crônicas.

Diante de todas essas considerações feitas até aqui acerca dos impactos do jornalismo na obra romanesca de Saramago, presumimos que seu perfil como jornalista “não difere, obviamente, do perfil do escritor e do político, todos eles coexistentes num homem de convicções firmes, de grande frontalidade, defensor dos fracos e um lutador incansável pela evolução da humanidade.” (Gonçalves, 2010)

Com a análise dos dois romances em questão, ficam evidentes os conflitos ideológicos e humanistas expostos por José Saramago, especificamente na relação da população com a mídia empresarial e conservadora vigente no seu país. Na então crescente disseminação do sensacionalismo e com a tendência de tornar as peculiaridades da vida privada relevantes ao conhecimento social, o entretenimento e os *shows* espetaculares têm espaço cada vez mais garantido nos meios de comunicação, tendência essa que certamente provocou grande preocupação por parte do escritor português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, Marta (2014). *José Saramago e os jornais: os anos de 1968 a 1975*. Dissertação da ESCS, Lisboa.
- Alegria, F. (2015). *A crise grega e a União Europeia*. In: (<http://www.mas.org.pt>) (Acessado em 01/02/2015).
- Amorim, C. (2011). Nas fissuras da península e do sujeito - A jangada de pedra de José Saramago. *Ipotesi*. Juiz de Fora, v. 15, n. 1: 111-118.
- Benjamin, Walter (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, v. I.
- Benveniste, Émile (1976). *Problemas de linguística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Ed. Nacional, EdUSP.
- Castelhano, Glória & Prata, Nair (2006). Ditadura, censura e o rádio: uma história de semelhanças entre Brasil e Portugal. In: (<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-2006-1>) (Acessado em 20/12/2014).
- Quadros, Denise de (2008). *Afetos e estranhamento em O ano da morte de Ricardo Reis*. Dissertação de Mestrado em Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
- Gonçalves, João Alferes (2010). O jornalista José Saramago. In: (www.clubedejornalistas.pt/?p=2807) (Acessado em 14/07/2016).
- Le Goff, Jaques (1999). *Reflexões sobre a história* (Entrevista de Francesco Maiello). Tradução de António José Pinto Ribeiro. Lisboa: edições 70.
- Lepecki (1988), Maria Lúcia. Aspectos da narrativa de preocupação histórica em Portugal, hoje. *Actas do Primeiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Poitiers: 387-394.
- Lopes, João Marques (2010). *Saramago – Biografia*. São Paulo: Leya.
- Lourenço, Eduardo (1988). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: INCM.
- Lourenço, Eduardo (1989). *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. 2.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Marques, Viriato Soromenho (2014). Portugal na crise europeia. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa, ed. 23, s/p.
- Matias, Felipe dos Santos e Roani, Gerson Luiz (2007). Literatura e História em O ano da morte de Ricardo Reis, de José Saramago. *Revista Alpha*. Patos de Minas, v.8: 114-123.
- Pessoa, Fernando (2013). *Poesias Completas de Ricardo Reis*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Real, Miguel (2012). *O Romance Português Contemporâneo*. Alfragide - Portugal: Editorial Caminho.
- Ribeiro, Diogo José da Rocha (2012). O padrão ocidental do jornalismo político português: percepções dos jornalistas vis-à-vis o produto noticioso. *Anais do ciclo de estudos em Ciências da Comunicação da Universidade do Porto*. Porto: 4-17.
- Roani, Gerson Luiz (2001). *A história comanda o espetáculo do mundo: ficção, história e intertexto em "O ano da morte de Ricardo Reis" de José Saramago*. Tese de Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Saramago, José (1988). *O ano da Morte de Ricardo Reis*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

- Saramago, José (1996). *A Jangada de Pedra*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Record.
- Saramago, José (1995). *Cadernos de Lanzarote I*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Saramago, José (1999). *Folhas Políticas (1976-1998)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Saramago, José (2004). *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Saramago, José (2014). *Os apontamentos*. Porto: Porto Editora.
- Serrano, Estrela (2006). A dimensão política do jornalismo. *Comunicação & Cultura*. Lisboa, n. 2: 63-81.
- Silva, Célia Maria Taborda da (2009). A comunicação como estratégia política da ditadura e da democracia. In: (www.sopcom.pt/cemat) (Acessado em 01/02/2015).
- Seixo, Maria Alzira (1999). *Lugares da ficção em José Saramago*. Lisboa: INCM
- Sousa, Fernando de (2000). Portugal e a União Européia. *Revista brasileira de política internacional*. São Paulo, v. 43, n. 2: 192-200.
- Thimóteo, Saulo Gomes (2010). O 'ars poetica' saramaguiano ou o cultivo da palavra. *Nau Literária*, Porto Alegre, v. 6, n. 1: pp. 1-13.

ARTIGOS

ARTE DA PERFORMANCE E A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA:
RELAÇÕES NO TEMPO HISTÓRICO | Cláudia Madeira

ESTÓRIAS PORTUGAL-ÁFRICA:
CONCEPÇÃO DE UM ESPAÇO DIGITAL DE PARTILHA | Francisco Soares e Maria Teresa Cruz

O IMPÉRIO CONTRA-ATACA: A PRODUÇÃO SECRETA DE PROPAGANDA FEITA POR
ESTRANGEIROS PARA PROJEÇÃO INTERNACIONAL DE "PORTUGAL DO ULTRAMAR" |
Maria do Carmo Piçarra

TARZÁN Y EL DR. MOREAU CONTRA LOS SUBHUMANOS Y LOS ZOMBIS VUDÚ:
DISCURSOS COLONIALISTA Y ANTICOLONIALISTA EN EL
HOLLYWOOD PRE-CODE (1932-1934) | Alfonso M. Rodríguez de Austria Giménez de Aragón

TELEVISÃO E IMPÉRIO: SOBRE A INEXISTÊNCIA DE EMISSÕES DA
RTP NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESAS | Rui Cádima

"THE BLACKS OF INDONESIA":
THE ARTICULATION OF PAPUAN ETHNIC IDENTITY ON SOCIAL MEDIA | Yuyun Surya

LOS MACHETEROS Y EL ROL DE LA PRENSA EN LA
LUCHA DE LIBERACIÓN NACIONAL EN PUERTO RICO | Francisco Pesante

DILATANDO A FÉ E O IMPÉRIO:
A IMPRENSA NA GUINÉ NO COLONIALISMO (1880-1973) | ISADORA ATAÍDE FONSECA

O IMAGINÁRIO COLONIAL PORTUGUÊS NA REVISTA ANTENA
(1965-1968) DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS | Cláudia Henriques

COLONIAL MEDIA AND POST INDEPENDENCE EXPERIENCE IN NORTH AFRICA |
LAEEED ZAGHLIMI OS 20 ANOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA NA IMPRENSA BRASILEIRA: DISCUTINDO AS
CONDIÇÕES PARA UMA COMMUNITAS POSSÍVEL | José Christian Góes e Elton Antunes

HARDSHIP IN THE HEADLINES: GLOBAL POVERTY AND
NEOCOLONIALISM IN WESTERN NEWS MEDIA | Laura Fox

QUEM EXISTE E COMO EXISTE NO JORNALISMO: ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE
TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE
EM DOIS JORNAIS DE RECIFE/BRASIL | Rui Caeiro e Heitor Rocha

A REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO NA
LITERATURA DE JOSÉ SARAMAGO | Daniel Vechio Alves



Revista do Centro de Investigação
Media e Jornalismo

MediaJornalismo



• U



C •